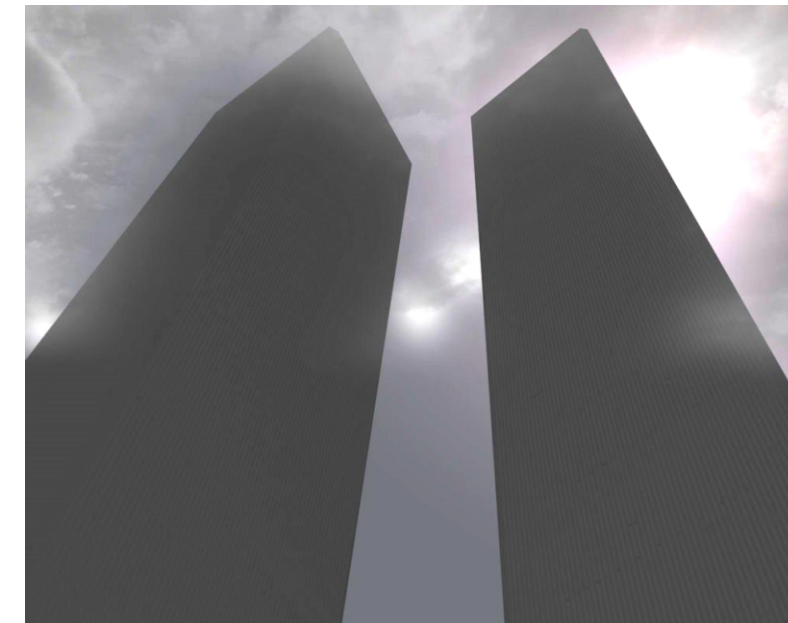


NOVOS EQUILÍBRIOS APÓS O '11-DE-SETEMBRO': DIÁLOGOS INTELECTUAIS
ENTRE OS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA E A FRANÇA

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Maria Manuella Coelho Glaziou Tavares



Maria Manuella Coelho Glaziou Tavares

NOVOS EQUILÍBRIOS APÓS O '11-DE-SETEMBRO': DIÁLOGOS INTELECTUAIS ENTRE OS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA E A FRANÇA

Dissertação de Doutoramento em Estudos Americanos, orientada pela Doutora Maria Isabel Caldeira Sampaio dos Aídos e coorientada pela Doutora Maria José Florentino Mendes Canelo, apresentada ao Departamento de Línguas, Literaturas e Culturas, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

2013



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Faculdade de Letras

Novos equilíbrios após o ‘11-de-setembro’:
Diálogos intelectuais entre os Estados Unidos da
América e a França

Ficha Técnica:

Tipo de trabalho	Dissertação de Doutoramento
Título	Novos equilíbrios após o ‘11-de-setembro’: Diálogos intelectuais entre os Estados Unidos da América e a França
Autor	Maria Manuella Coelho Glaziou Tavares
Orientador	Doutora Maria Isabel Caldeira Sampaio dos Aidos
Coorientador	Doutora Maria José Florentino Mendes Canelo
Identificação do Curso	3º Ciclo em Estudos Americanos
Área científica	Estudos Americanos
Data	2013



Agradecimentos

Esta tese é o resultado de diálogos com vozes atentas que me ajudaram a procurar o equilíbrio crítico e mental, durante todo o processo de elaboração da mesma. Embora se trate de um trabalho individual, gostaria de expressar o meu profundo reconhecimento e agradecimento a todos aqueles que me ajudaram ao longo deste trabalho.

Não há agradecimentos que cheguem para as minhas orientadoras, Professora Doutoras Maria Isabel Caldeira Sampaio dos Aidos e Maria José Florentino Mendes Canelo, cujos “vermelhinhos”, “bengaladas”, e sábias recomendações me levaram a concluir este projeto, pese embora, a minha audível e legível relação excecional com a língua portuguesa. Agradeço igualmente os cerca de vinte e um pareceres que tiveram que redigir, proporcionando-me a aquisição de mais conhecimento e capacidade crítica, em vários locais, onde os Estudos Americanos são matéria de muito interesse.

Agradeço, em segundo lugar, a uma voz atenta e orientadora não oficial, cuja presença e sabedoria são a marca dos Estudos Americanos na FLUC: a Sra Professora Doutora Maria Irene Ramalho Sousa Santos. Incutiu-me autoconfiança e uma disciplina de procura de uma interpretação mais lata e menos convencional dos factos e textos sobre a América, e sobre outras matérias. Uma atenção constante para com as minudências não é de somenos para esta Professora, que é antes de mais uma senhora, no trato humano, e o modelo a seguir, no plano da pesquisa científica e crítica, pelo seu rigor e conhecimento eclético.

Agradeço ainda aos seguintes membros do corpo docente da Secção de Estudos Americanos dos quais obtive ensinamentos valiosos sobre o ‘nosso’ objeto de estudo: os EUA e a América: Professora Doutora Teresa Tavares; Professor Doutor José Mota e Professor Doutor Stephen Wilson.

E ainda:

À Sra. D. Dina (responsável pela biblioteca do IENA– Instituto de Estudos Norte-Americanos da FLUC) sempre prestável e sorridente, pela sua inesgotável paciência na hora dos processos de empréstimo dos livros.

Ao Professor Rob Kroes, Universidade de Amsterdão, pela orientação e acompanhamento incansável, enquanto *compagnon de route*, nos vários seminários onde tive a honra de poder ouvi-lo falar sobre o americanismo e antiamericanismo: em Middelburg, no Grupo B, no seminário de Salzburgo, e *online*, ao trocar os nossos textos e impressões para o livro sobre Barack H. Obama. “Dank U well”, sobretudo, pelas “dicas”, conselhos e “warnings for... good measure”.

Ao Professor Giles Scott-Smith, pelos seus sábios conselhos e “cortes” no meu capítulo, da obra consagrada às relações transatlânticas.

Aos colegas de Doutoramento (e de Mestrado) gostaria de expressar a minha gratidão pelas proveitosas discussões que tivemos durante todos estes anos, “E Pluribus Unum” e pela sua presença de “correção” quando o português estava a ser espoliado pela língua de Voltaire.

Ao Bruce Boyle, produtor norte-americano e “mail-pal”, pelo incessante e animado diálogo virtual e transatlântico, entre um “baby boomer” americano e uma cidadã europeia, cujo ponto de ignição foi traduzir para francês um filme sobre Jack Kerouac.

Ao meu sogro, José Couchinho Tavares, o meu sincero agradecimento pelo esforço *online* do Natal de 2010: quatro livros sobre intelectuais norte-americanos.

A todas as pessoas com as quais me cruzei, com as quais concordei ou discordei, em várias ocasiões e lugares, e graças às quais o meu processo de descoberta da América está em constante crescimento. Muito Obrigada.

Falta-me agradecer à Fundação Calouste Gulbenkian pelo seu apoio institucional e financeiro.

Aos meus pais, por tudo e mais alguma coisa.

A uma fiel companhia de clausura.

Esta tese é dedicada ao Carlos, por ser “fundamentalista”, a favor e contra mim. Uma voz excepcionalmente atenta: « Mon Amérique à moi ».

Resumo

O título do presente trabalho – “Novos Equilíbrios após o ‘11-de-setembro’: diálogos intelectuais entre os Estados Unidos da América e a França” – remete para o confronto entre estes dois países no que respeita à forma como a visão crítica dos intelectuais atua sobre a construção da nação.

A partir de conceitos fundamentais e omnipresentes ao longo de todo o trabalho: o americanismo e o excecionalismo – o núcleo duro da matéria-prima da disciplina dos Estudos Americanos, e os conceitos que lhes são associados, o imperialismo e o terrorismo – ressurgindo com particular ênfase no período temporal em análise – o de estado de exceção –, proponho-me analisar o discurso de um conjunto de intelectuais, cuja produção crítica sobre a sociedade americana é colocada em diálogo num momento histórico crucial, sobretudo para o mundo ocidental – a crise dos valores democráticos provocada pelo impacto do ‘11-de-setembro’ de 2001 e as suas repercussões. Os intelectuais selecionados são, dos EUA, Susan Sontag, Joan Didion e Gore Vidal e, da França, Jean Baudrillard e Bernard-Henri Lévy. O período temporal em análise tem como referências o ‘11-de-setembro’ de 2001 e a data de publicação nos EUA, a 1 de março de 2006, de *American Vertigo: Traveling America in the Footseps of Tocqueville*, a mais recente publicação, à data, de Bernard-Henri Lévy.

Contrariando a afirmação de alguma intelectualidade francesa e de um certo anti-americanismo de que não existe intelectualismo nos EUA, considero que as vozes americanas se inscrevem numa tradição intelectual bem patenteada, por exemplo em importantes figuras do século XIX. Todavia a sociedade americana receia que o dissenso seja expresso por intelectuais ou especialistas numa determinada área de saber, a não ser que sejam referidos, e como que protegidos, pelo termo lato de ‘intelectuais públicos’. Daí a minha preferência pela designação de ‘vozes atentas’.

Convictos de que George W. Bush e o seu *entourage* condenam os cidadãos americanos a viver num estado de medo e de censura, ao invocarem a premente necessidade de um consenso na população americana contra a indefinida entidade do “terror”, estes intelectuais expõem abertamente o seu ponto de vista e convergem na defesa de um americanismo que recusa o ímpeto bélico, o pensamento único, o seguidismo e o capitalismo desenfreado e desregulado. Deteto neles a vontade que se (re)estabeleçam prioridades para que América reencontre o equilíbrio do seu projeto de construção da nação, no respeito dos direitos de cidadania. Para isso é fundamental um pensamento crítico, atento à efabulação do poder e alerta a sua tendencial manipulação da vontade dos cidadãos.

No terceiro e último capítulo desta tese coloco em diálogo estas ‘vozes atentas’, reconstruindo uma discussão sobre o imperialismo e o excecionalismo, o terrorismo e o estado de exceção. Estes diálogos transatlânticos insistem na urgência de rever o sentido dado ao americanismo, pela via do intelectualismo americano, usando o dissenso para alcançar um consenso não imposto, mas solicitado pelos cidadãos americanos. Estes diálogos revelam também, que não é o estudo da América e dos EUA que fundamentalmente interesse aos intelectuais franceses, mas sim a consolidação da « *exception française* », equiparada afinal pelo seu grau de superioridade entre as nações com a excecionalidade americana. Por outro lado, os mesmos textos demonstram que há intelectuais franceses empenhados num estudo cartesiano e objetivo da sociedade americana, cujas análises dão lugar a uma apreciação mais equilibrada do projeto de construção da sua nação e do da nação americana.

Palavras-chave: intelectualismo; anti-intelectualismo; intelectuais; intelectual público; ‘estado de exceção’; americanismo; antiamericanismo; terrorismo; imperialismo e excecionalismo.

Abstract

The title of this work – “New Equilibriums after ‘9/11’: Intellectual Dialogues between the United States and France” – refers to the confrontation between these two countries regarding how the intellectuals act upon the process of nation building.

Based on two concepts at the core of the American Studies, and therefore fundamental and pervasive throughout this analysis – Americanism and exceptionalism – others concepts closely tied to them – imperialism and terrorism – and also the state of exception, as it reemerges at the particular moment in time under analysis, the purport of this work is to examine the discourses of a cluster of intellectuals whose critiques of the American society are set into a dialogue, at a very crucial moment of History, especially for the Western world – the crisis of democratic values caused by the impact of ‘9/11’ and its repercussions.

The selected intellectuals are, for the USA, Susan Sontag, Joan Didion, and Gore Vidal, and for France, Jean Baudrillard and Bernard-Henri Lévy. The time period under scrutiny is set between September 11th, 2001 and March 1st, 2006, the date of publication, in the USA, of Bernard-Henri Lévy’s most recent book, as of this date: *American Vertigo: Traveling America in the Footsteps of Tocqueville*.

In contradiction to what is staunchly affirmed by some French intellectuals and by some anti-Amerinians that intellectualism does not exist in the US, I contend that many American voices fit into the American intellectual tradition of freedom of thought, if not more so of dissent. This deeply grounded lineage of dissent is well-shown, for instance, by some 19th-century important figures. Yet, the American society fears the expression of dissent by intellectuals or by experts in some specific areas of knowledge, unless they are referred to as, and as if protected by, the broad phrase “public intellectuals”. Thus, I much prefer to use ‘mindful voices’.

These ‘mindful voices’ are quite convinced that George W. Bush and his *entourage* have condemned the American citizens to live in a state of fear and censorship. That is why they ask for the urgent necessity of a consensus amongst the American people, against an undefined entity of “terror”; and that is why they openly expose their views and converge for the defense of an Americanism able to decline war mongering, single thought, herd instinct, and unbridled and unregulated capitalism.

I sense in them the craving for an America capable of getting back to her main priorities and the eagerness to reinstate balance in her nation-building project, through the respect of civil rights. To do so, America needs critical thinking and voices attentive to the processes of state fantasies and the manipulation of the people’s desires.

The third and last chapter of this dissertation is set for the dialogues amidst the “mindful voices”, rebuilding up a discussion about imperialism and exceptionalism, terrorism and the state of exception. These transatlantic dialogues insistently require an urgent revision of the conceptualization of Americanism, through American intellectualism, recurring to dissent so that a consensus is achieved, not imposed but pleaded for by the American citizens

These dialogues also unveil that it is not quite really the study of America and of the USA which fundamentally matters to some French anti-American intellectuals, but rather a reinforcement of their own nation-building process of « l’exception française », since the latter is to be equaled to American exceptionalism, because of the higher degree of superiority of France amongst the other countries. The same texts equally show that there are some French intellectuals actually committed to the study of the American society in a Cartesian-like spirit and unbiased manner. Their analysis are giving way to a much more balanced evaluation of the American nation-building project, as well as of the French project of « l’édification de la nation ».

Keywords: intellectualism; anti-intellectualism; intellectuals; public intellectuals; Americanism; anti-Americanism; terrorism; imperialism; exceptionalism; state of exception.

Índice

Agradecimentos.....	i
Resumo.....	iv
Abstract	vi
Introdução.....	1
Capítulo I: Definição de conceitos chave: americanismo, exceccionalismo, imperialismo e terrorismo.....	16
Americanismo	16
Exceccionalismo	26
Imperialismo americano	31
Terror(ismo)	41
Estado de exceção	45
Capítulo II: Perspetivas intelectuais e académicas sobre o (anti) intelectualismo e os intelectuais.....	51
Perspetivas sobre o (anti)intelectualismo	51
<i>Richard Hofstadter e Susan Jacoby</i>	51
<i>O intelectualismo nos EUA: a face oculta do anti-intelectualismo</i>	62
Os intelectuais americanos: entre consenso e dissenso	70
O caso francês : « intellectualisme », não; « les intellectuels », sim	100
Intelectual, intelectual público e ‘voz atenta’	112
O intelectual público nos EUA.....	115
O estado de (in)dependência do mundo académico americano	135
O intelectual e a ‘voz atenta’	145

Capítulo III: Diálogos Transatlânticos: Jean Baudrillard, Joan Didion, Bernard-Henri	
Lévy, Susan Sontag e Gore Vidal	150
<i>Diálogos sobre o imperialismo e o excepcionalismo americano.....</i>	<i>155</i>
<i>Diálogos sobre o terrorismo e o estado de exceção.....</i>	<i>186</i>
Conclusão	225
Bibliografia	237

Introdução

“Let's by all means grieve together. But let's not be stupid together”.¹
Susan Sontag

O presente trabalho foca o período temporal que medeia o ‘11-de-setembro’ e o ano de 2006, na vigência do primeiro mandato e os dois primeiros anos do segundo mandato do 42º e 43º Presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, e a data da publicação, nos EUA, da primeira edição em língua inglesa da obra *American Vertigo: Traveling America in the Footsteps of Tocqueville*, da autoria de Bernard-Henri Lévy.

Na sequência do ‘11-de-setembro’, a revista mensal *The New Yorker* solicitou a Susan Sontag, entre outros pensadores norte-americanos,² que se exprimisse na rubrica “Talk of the Town”, o que só veio a fazer no artigo publicado a 24 de setembro de 2001.³ Sontag é, sobretudo, lembrada pela polémica que gerou ao defender que quem cometeu o ato terrorista não era cobarde. Todavia, as duas pequenas frases, contidas na epígrafe, adquirem maior relevância no âmbito da análise que proponho. Traduzem, pois uma perspetiva assaz negativa da sociedade e da nação americanas, proferida por uma intelectual, num momento em que seria expectável – mas, não necessariamente aconselhável – uma reação menos contundente, em especial por parte de uma cidadã americana. Será uma expressão de antiamericanismo? Será o antiamericanismo uma característica dos intelectuais americanos que exprimem opiniões de dissenso em relação às medidas políticas e sociais subscritas pelo governo e os representantes, democraticamente eleitos, do povo americano?

¹ Susan Sontag, sem título, “Talk of the Town”, *The New Yorker*, 24 de setembro de 2001, Web, 7 de fevereiro de 2010, <<http://www.newyorker.com>>.

² Os demais pensadores que contribuíram para esta rubrica da *New Yorker* são John Updike, Jonathan Franzen, Denis Johnson, Roger Angell, Aharon Appelfeld, Rebecca Mead Amitav Ghosh e Donald Antrim.

³ No decorrer desta tese, utilizo com mais frequência, o adjetivo e o nome “americano/a (s)” para referir os cidadãos norte-americanos, com vista a tornar a leitura mais fluída. Contudo, estou ciente de que a designação ‘americano/a’ se aplica a todos os cidadãos dos países do continente americano e que seria, de facto, mais correto usar “cidadão/ã” dos Estados Unidos ou, pelo menos, “norte-americano/a”. Na língua portuguesa existe o termo “estadunidense”, com dupla grafia (estado-unidense), todavia, esta designação não é comumente utilizada, em Portugal. O adjetivo “états-unien/ne” consta da língua francesa, mas, tal como acontece com a língua portuguesa, o termo é praticamente ignorado e inusitado. Os franceses preferem usar “américain/e”.

Alegar-se-á que se trata de mais uma das *boutades* de Sontag cujas opiniões expressas sem “papas na língua” a têm levado a ser classificada como uma intelectual pró-dissenso. Neste sentido, poder-se-ia ignorar a sua análise, ou minimizar o *apport* concreto das suas palavras. Porém, também pode ser que esta opinião constitua mais uma expressão de americanismo, já que outros intelectuais americanos também criticam muito negativamente a atitude do governo federal (presente e passados), a política americana, e a imagem dos EUA refletida pelos seus concidadãos e cidadãos de outras nacionalidades. Estes intelectuais e no caso em estudo também alguns franceses abordam, em especial, os temas do imperialismo, do excecionalismo americano, do terrorismo e do estado de exceção, na sua relação com os EUA e a América.⁴ Estes conceitos teóricos, que estão interligados, são estruturantes para o conceito matriz – o americanismo – núcleo duro da disciplina, na qual este trabalho se insere: os Estudos Americanos. Defino estes conceitos de uma forma concisa no primeiro capítulo cujo propósito é apresentar as noções teóricas sobre as quais alicercei a minha pesquisa e desenvolvi o meu raciocínio.

O presente trabalho pretende dar resposta às três perguntas que a suprarreferida epígrafe me sugere. A tese apresentada procede, de igual modo, da interligação entre estas três interrogações. Assim, a primeira remete-me para a reação psicossocial do antiamericanismo intelectual francês, um fenómeno que tive a oportunidade de estudar, em pormenor, no âmbito do Mestrado em Estudos Americanos:⁵ será a sociedade americana, de facto, “estúpida”, ou ignorante, como afirmam os intelectuais franceses “antiamericanos” nos seus textos?; a segunda questão concerne o intelectualismo e a sua relação com o americanismo: de que modo, nos momentos mais difíceis para a nação americana (como por exemplo o ‘11-de-

⁴ O termo ‘América’ é usado neste trabalho para referir a “América imaginada”, ao passo que “EUA” remete para um conceito concreto de nação soberana e entidade geoestratégica e política. No âmbito dos Estudos Americanos, esta associação do local geográfico com uma dimensão ficcional e hermenêutica é amplamente reconhecida, por isso, uso o vocábulo sem aspas.

⁵ *O antiamericanismo intelectual francês: um caso de ambliopia*. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2006.

setembro' e as suas consequências), o intelectualismo influencia o americanismo (e vice-versa) e de que forma este mesmo impacto é interpretado nas sociedades americana e francesa, em particular, pelos intelectuais; a terceira questão foca o estatuto do intelectual nos EUA, pois Sontag é uma intelectual que pede ao povo americano que não se deixe vencer pela estupidez.⁶ Em consequência, numa sociedade tradicional e aparentemente, mais direcionada para a produção mecanizada e o consumo do que para a produção de pensamento, de que modo pode o intelectual americano despoletar a atenção dos seus concidadãos e pares, e na esfera pública? Que valor tem o contributo do intelectual, em particular, o denominado “public intellectual”, cuja presença é limitada, e datada, principalmente, nos EUA?

A minha tese consiste em provar que os intelectuais franceses que fomentam o antiamericanismo, junto dos seus pares e dos cidadãos franceses em geral, revelam má-fé intelectual e insciência (entre outras atitudes menos louváveis) quando acusam os EUA de não terem tradição intelectual, nem mesmo intelectuais e de a nação americana estar imersa numa ignorância generalizada. Consequentemente, o segundo capítulo versa a situação dos intelectuais e de uma tradição intelectual americana e sua evolução, conjuntamente com a nação francesa. Se os intelectuais franceses professam o antiamericanismo é porque, alegadamente, reconhecem a existência do americanismo criticando negativamente valores e princípios que compõem o projeto de construção da nação americana e a afirmação dos seus valores, comumente designado por americanismo.

Philippe Roger, em *L'Ennemi américain. Généalogie de l'antiaméricanisme français* (2002), defende que os intelectuais franceses não se opõem *de facto* ao americanismo, pois alguns nem sabem explicar com rigor científico e ponderação, o que este conceito significa. Assim, Roger justifica o uso de *antiaméricanisme* numa só palavra (um desvio da ortografia francesa) precisamente para demonstrar que o antiamericanismo francês não passa de uma

⁶ Neste trabalho uso, mais frequentemente, ‘intelectual’ precedido do artigo masculino, por imposição gramatical da língua portuguesa, mas refiro este agente social, sem distinção de género.

reação psicossocial, a qual consiste na rejeição de tudo o que provém (em especial, os produtos culturais e o modo de vida) da América.⁷ Em bom rigor, os intelectuais franceses desconhecem, ou apontam somente para os elementos menos positivos deste conceito, pois é do seu interesse.

Na verdade, o antiamericanismo é uma ferramenta argumentativa, usada sobretudo pelos políticos, intelectuais e outros grupos de influência (*lobbies*), que visa a obtenção de um consenso circunstancial que não passa de uma união fictícia, com vista a alcançar um determinado objetivo. Este consenso apenas o é na designação, pois na prática, trata-se de uma manipulação da vontade das pessoas, já que lhes é imposto um projeto, quando o mesmo devia ser expresso, de uma forma consentida e livre. Se o antiamericanismo em França serve os interesses dos que se empenham na construção de um certo modelo de nação francesa, da mesma maneira, o antiamericanismo dentro dos Estados Unidos é usado pelo representantes do governo e alguns grupos de influência americanos, como argumento para granjear um consenso *ad hoc* frente a um constituído inimigo da nação. Assim, o governo de G. W Bush aparenta conseguir do cidadão americano o seu apoio (uma aprovação *trompe-l'œil*, pois o *casus belli* já fora congeminado) para uma intervenção bélica no Iraque, justificando-a com uma ameaça terrorista.

Defendo que existe, sim, um legado e uma tradição intelectualista americana, a qual está irremediavelmente associada ao americanismo, e que ambas participam na edificação da América. Mantenho que os intelectuais franceses, ao negarem a existência do intelectualismo americano, refutam simultaneamente o americanismo ficando, deste modo, desprovidos de um objeto contra o qual se possam opor e subsequentemente empenhados numa vã missão. Mas, assim não o é, pois a sua crítica acerca dos EUA e dos seus pares (intelectuais

⁷ Roger, com este neologismo sugere também que o fenómeno, nos termos em que o descreve, é exclusivamente francês. No entanto, existem outras manifestações de antiamericanismo noutras nações em muito semelhantes à francesa, mas Roger optou por esta abordagem “doméstica” de um fenómeno global, com variantes e graus diversos de expressão. Para mais informações sobre as manifestações do antiamericanismo a nível mundial, numa visão menos chauvinista e pormenorizada ver Chiozza (2010).

americanos) tem como efeito perverso – e adverso – chamar a atenção de outros intelectuais para este *bêtisier* e roborar a curiosidade intelectual do público, em geral, e do estudioso, em particular, acerca da América.

O intelectualismo remete-me para a questão do estatuto dos intelectuais e da sua tipologia, em termos gerais. Em particular, no caso americano (anglo-saxónico também) remete-nos para a figura do chamado “public intellectual”, um assunto que consta do segundo capítulo. Os exegetas consideram que o intelectual público é um agente social que opera, principalmente, nos EUA, onde é referido com mais frequência do que na Europa (à exceção do Reino Unido). Advogo que este intelectual é uma figura tipicamente americana e datada e que, na atualidade, não precisa de ser designado como tal, pois com a mudança dos tempos, a sociedade americana demonstra ter uma maior abertura em relação à expressão pública da opinião sendo ‘pública’ outra forma de dizer ‘política’. Esta é uma dimensão da esfera do público que o povo americano observa com um cuidado extremo, mantendo-se à distância, enquanto os franceses evoluem sem preconceitos, nem receio, nesta dimensão político-pública.⁸ Sucede que o cidadão francês manifesta uma maior proximidade e uma firme confiança no intelectual, enquanto o cidadão americano tende a ser mais desconfiado do seu compatriota intelectual, por vezes, até receoso. Desta maneira, o conceito do intelectual público “made in America”, mesmo *passé*, desconstrói o preceito afirmado pelos intelectuais franceses de que não há intelectuais americanos. Mais ainda: os intelectuais franceses que sustentam esta tese, contrariam-se a si próprios quando rotulam de *intellectuels publics* (uma designação que roça o insulto) alguns colegas mais mediatizados e reconhecidos por um público e uma audiência mais abrangentes. É o caso de Baudrillard e Lévy, os dois intelectuais franceses que contemplo neste trabalho.

⁸ Muitos cidadãos americanos mantêm-se à distância da política, até de um ponto de vista meramente semântico, pois usam, muito frequentemente, “público” em vez de “político”, ou assim parece ao estudioso do outro lado do Atlântico, especialmente ao francês.

Para atestar da presença duma crítica intelectual construtiva sobre a América nos EUA e em França, selecionei alguns ensaios, redigidos no pós-‘11-de-de-setembro’, da autoria de Susan Sontag, Joan Didion, Gore Vidal, Jean Baudrillard e Bernard-Henri Lévy. Ora, estas mulheres e homens não estão, de todo, interessados na questão da sua designação e projeção como intelectuais. Valores mais altos e prementes se levantam neste momento de interrogação para a nação americana embora, noutros contextos, Baudrillard, Sontag, Lévy e Vidal se tenham debruçado sobre matérias relacionadas com o intelectualismo e os intelectuais. Por isso, designo-os por ‘vozes atentas’, um conceito que defino no final do segundo capítulo, pois as suas críticas entram em diálogo entre si, e solicitam aos públicos e audiências uma interação antes de qualquer ação.

O americanismo, lembram estas ‘vozes atentas’, baseia-se no consenso e no contrato social, nos quais todos os cidadãos americanos, teoricamente, se revêem, e pelos quais se autoidentificam como ‘americanos’. Estas ‘vozes’ privilegiam o “consenso”, no sentido que lhe dá Sacvan Bercovitch, na sua obra de referência, *The Rites of Assent: Transformations in the Symbolic Construction of America* (1993).⁹ Este consenso constitui-se à roda de um conjunto sistémico de valores, símbolos e crenças e de uma série de ritos designados para manter o sistema em funcionamento, apesar da interação de forças contrárias – o lucro fácil (capitalismo), a corrupção (poder e capitalismo) e a heterogeneidade social, étnica e religiosa – que também moldam a nação. Embora a análise de Bercovitch se centre na América *antebellum*, continua a ser pertinente ao presente estudo, pois indica a existência e a função da retórica do consenso, essencial para explicar os princípios do excecionalismo americano:

Hence the rhetoric of the consensus. It served then, as always, to blur such discrepancies. But in doing so, the rhetoric provides us with a map of social reality that is no less accurate in its way than any quantitative chart. It locates

⁹ Sacvan Bercovitch, “The Rites of Assent: Rhetoric, Ritual and the Ideology of American Consensus”, 1993, Web, 25 de julho de 2012, 5-29, <<http://www.people.fas.harvard.edu>>.

the sources of social revitalization and integration. It helps explain how the majority of people kept the faith despite their day-by-day experiences. It reveals the basis on which the most heterogeneous people in the world was molded into what remains ... the most monolithic of cultures. (20)

As noções de “revitalização” e de “fé” são, justamente, aquelas que movem as ‘vozes atentas’ e muitos cidadãos americanos, no período histórico conturbado sob escrutínio. Como Bercovitch explana noutro ensaio, “The American Adam”, o consenso depende ainda da combinação de um diálogo (no sentido de tentativa de reconciliação à volta da identidade americana) entre a teoria da esperança (uma América composta apenas de presente e futuro) e a teoria da memória (uma América que se fixa nos aspetos passados menos positivos da construção da nação). O diálogo entre estas duas perspetivas gera um “otimismo trágico”, no qual a mitologia americana se torna perceptível e que pressupõe uma luta para manter o consenso vivo, através do dissenso, contra outros “consensos” de circunstância que, apesar de alegadamente unirem os americanos, são na verdade, antiamericanos, pois debilitam o americanismo, pondo em perigo os valores da ‘retórica do consenso’. Neste trabalho, quando não refiro o consenso no sentido que lhe confere Bercovitch, remeto para o “consenso” imposto ou ‘de circunstância’ ou ainda *ad hoc*, o qual assenta no terror, que o governo W. Bush desenvolveu na História americana. Os intelectuais que estudo oscilam entre uma tendência maior para refletir a esperança em detrimento da memória e uma inclinação inversa, mas todos acabam por professar um “otimismo trágico” como ‘vozes atentas’.

O título desta tese refere os novos equilíbrios entre os EUA e a França, num processo metodológico comparativo, que abrange não só estas duas nações e sociedades, mas também a sua posição e relação com o resto do mundo transatlântico, sendo este âmbito que me interessa analisar. Assim, considero que “os novos equilíbrios” para a América (e por ricochete para a França) não só concernem ao estado da nação, mas também acontecem nos

diálogos (que não levam ao consenso, à solução, mas sim a tensões, que podem ser produtivas), que surgem da leitura dos discursos escritos no pós-‘11-de-setembro’ pelos intelectuais supramencionados. Com os demais intelectuais, estes partilham uma curiosidade e uma paixão profundas pela América e pelos EUA. As consequências desta forte relação passional (com altos e baixos) com os EUA e a América são fascinantes para a vida pessoal e a imagem pública destes críticos. Por um lado, são acusados de serem “antiamericanos”, por alguns dos seus pares e concidadãos de várias comunidades sociais e políticas. Por outro, no caso dos intelectuais franceses, são considerados por muitos dos seus pares e concidadãos como “pró-americanos”, usando uma denominação mais apropriada para transcrever a ótica de muitos cidadãos franceses, intelectuais ou não.¹⁰

A ideia de diálogo remete, assim, para o sentido evocado pelo contexto musical: “Composição em que as vozes ou os instrumentos se alternam ou se respondem”, para além do sentido mais comum que lhe é dado, o de uma “discussão ou negociação entre duas ou mais partes, geralmente com vista a um acordo”.¹¹ Como já aludi anteriormente, estes diálogos transatlânticos não têm por objetivo (nem os seus autores têm tão pouco a pretensão, ou intenção, de o fazer) estabelecer um acordo entre intelectuais das nações americana e francesa, sobre um aspeto da vida sociocultural americana. Antes têm como meta serem lidos, escutados e “mostrados” como ‘composições em que as vozes alternam... [ou se] respondem’; de modo a que a harmonia (ou falta da mesma e até alguma cacofonia) que emana dos textos alcance uma audiência mais heterogénea

O terceiro capítulo é inteiramente composto pelos diálogos, que se entrecruzam com a incisiva *remarque* de Sontag, assinalando os temas fundamentais para as duas nações:

¹⁰ Esta perspetiva francesa acerca dos americanos e seu modo de vida é ainda negativa e dependente de preconceitos e *clichés*. Contudo, num modo geral, os franceses vivem o seu quotidiano seguindo a maioria dos ‘preceitos’ do modo de vida americano, consumindo bens de consumo americano, ao mesmo tempo que defendem a sua exceção cultural e « l’exception culturelle », num plano económico-político. Para uma leitura mais aprofundada desta relação contraditória entre discurso e atitudes ver Kroes (1997), Pells (1997) e Kuisel (1997).

¹¹ Ver “diálogo”, *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*, sem data, Web, 24 de junho de 2013, <<https://www.priberam.pt/DLPO/default.aspx?pal=diálogo>>.

imperialismo, excecionalismo, terrorismo e estado de exceção. Considero que estes novos equilíbrios, alicerçados no diálogo e na reflexão, ou a manutenção de equilíbrios inscritos no americanismo, pelo intelectualismo, alcançam, para além do diálogo entre memória e esperança, o otimismo que Bercovitch pondera na sua observação da América, um otimismo com um grau trágico, mínimo, e um nível de acuidade, máximo. Segue-se uma análise ao contexto socio-histórico contemplado neste trabalho para uma compreensão mais capaz da sua ação dos intelectuais.

A interpretação gráfica dada ao evento do ‘11-de-setembro’ por Art Spiegelman em *In the Shadow of No Towers*, reproduzida na capa da previamente referida edição da *New Yorker*, descreve com sobriedade o estado catatónico da nação americana, especialmente, entre 2001 e 2006. Trata-se de uma nação fechada sobre si, vivendo nas sombras das torres, invadida por perguntas e à procura de respostas. Não obstante a penumbra, algumas vozes americanas e outras não americanas, fora e dentro do espaço dos EUA (sobretudo na Europa), tentam restaurar a luz e procurar o equilíbrio, pois urge questionar os valores ideológicos e reequacionar o papel de *hegemon* desta nação no mundo. A reação do governo de George W. Bush face ao ataque terrorista é determinada pelo messianismo pessoal do Presidente e fortemente influenciada pelos membros do governo (Richard “Dick” Cheney, Donald Rumsfeld e Paul Wolfowitz, entre os mais conhecidos), designados como “neoconservadores” por vários analistas políticos, entre os quais Francis Fukuyama (2006). Contudo, os neoconservadores do governo de George W. Bush rompem com o conservadorismo republicano por pensarem e agirem de forma extremista e daí, na opinião de William Pfaff, não merecerem sequer o prefixo “neo” (2010). Este governo inscreve-se na longa tradição pró-imperialista bissecular, descrita e exposta com veemência por Sidney Lens e Howard Zinn.¹² Compraz-se, ainda, na confirmação e adaptação à realidade pós-‘11-de-setembro’ do

¹² Lens, prefácio de Howard Zinn, *The Forging of The American Empire. From Revolution to Vietnam. A History of US Imperialism* (2003).

mito da narrativa nacional alicerçada no conceito da fantasia do “American Exceptionalism” ou excecionalismo americano, recentemente revisto e atualizado por Donald Pease (2009). Esta e outras doutrinas compõem uma matriz ideológica que tem por meta a construção e defesa de uma “identidade nacional”.

Após o ‘11-de-setembro’, George W. Bush opta pelo argumento da exceção circunstancial (o estado de exceção) para impor medidas inconstitucionais (na ótica de alguns pensadores), quer no âmbito da política interna, quer ao nível da política externa.¹³ George W. Bush justifica esta ação pela singularidade do ataque do ‘11-de-setembro’ e declara, assim, a guerra contra a entidade “Terror” (“War on Terror”), cujos membros representativos são, na opinião do governo americano, os talibãs e islamitas (fundamentalistas) escondidos no Afeganistão. Em nome da segurança nacional americana, são tomadas algumas medidas que tolham a liberdade de expressão e de movimentos a todos os cidadãos americanos, bem como aos dos outros países e inclusive aos imigrantes recém-chegados. Os indivíduos, cuja ascendência e credo religioso são catalogados, correta, ou incorretamente, como “muçulmanos” ou “islamitas”, são os alvos privilegiados destes assaltos à liberdade, privacidade e identidade. Algumas medidas geram muita controvérsia e reações de repúdio: as restrições de movimento e liberdade pessoais; a adoção do “US(A) Patriot Act” (26 de outubro de 2002), mais comumente apelidado como “Patriot Act”, e a passagem da Resolução 1441 pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (8 de novembro de 2002) contra o Iraque, cujo não cumprimento por Saddam Hussein, no parecer do governo americano, torna uma nova guerra legítima. Primeiramente designado por “intervenção no Iraque”, o conflito inicia-se a 19 de março de 2003 e assenta no conceito de guerra preventiva (“preemptive war”). Esta verdadeira campanha militar, camuflada no eufemismo neoconservador “intervenção”, é hoje referenciada por “the Iraq War”, “Second Gulf War” ou

¹³ Na opinião de Gore Vidal e Joan Didion, George W. Bush reutilizou uma tática política adotada por alguns dos seus predecessores, nomeadamente Franklin Delano Roosevelt.

“Operation Iraqi Freedom” e foi declarada “finda” (mas sujeita à “retirada parcial”) pelo atual governo do Presidente Barack H. Obama, em 31 de agosto de 2010.

Nos meses que antecederam a intervenção americana no Iraque, uma violentíssima guerra de palavras opôs a China, a Rússia e em particular a França aos Estados Unidos. A intervenção, no Conselho de Segurança das Nações Unidas de Dominique de Villepin, na altura Ministro dos Negócios Estrangeiros, na Presidência de Jacques Chirac, aumenta os níveis de antiamericanismo existentes em França e noutras nações igualmente opostas às intenções americanas. Os interesses comerciais franceses na compra e venda de armas e as boas relações franco-iraquianas são apontados por alguns autores, como Kenneth R. Timmerman, em *The French Betrayal of America* (2005), como contraponto ao zelo antibélico atribuído ao representante da nação francesa. No meio deste conflito verbal, são várias as ‘vozes atentas’ americanas que tentam exprimir a sua total rejeição e oposição às medidas tomadas pelo governo americano. Presentemente, sabe-se que críticos independentes, com ou sem filiação e relação com as universidades americanas, foram capazes de fazer chegar a sua opinião ao público. Contudo, no caso de algumas vozes oriundas do meio académico americano foi, de facto, uma tarefa árdua, pois não podiam exprimir uma opinião abertamente contrária, opondo-se à tomada de posição de conjunto da sua universidade, por razões deontológicas. Houve, de facto, um período de censura ou pelo menos uma ação de silenciamento das vozes consideradas “dissidentes” pelo governo neoconservador, como se pode ler na compilação de artigos referentes organizada por Silvia Nagy-Zekmi e Karyn Hollis, *Truth to Power: Public Intellectuals In and out of Academe* (2010), dedicada à memória de Howard Zinn, um autor, por várias vezes considerado um opositor à *doxa*.

A 28 de agosto de 2005, um furacão de categoria 5, a que foi dado o nome de “Katrina”, devastou por completo a zona baixa da cidade de Nova Orleães, no estado da Luisiana. A intervenção de George W. Bush foi, neste caso, demorada e assim amplamente

criticada. Os avisos dos especialistas foram ignorados e perante o inesperado nível da devastação, o estado necessitava da pronta diligência do apoio federal no que tocava a meios, recursos humanos e medidas excepcionais, face à dimensão, declaradamente catastrófica da situação. A mediatização do fenómeno despoletou uma imediata e virulenta condenação por parte sobretudo da opinião pública internacional. Ficaram na memória as imagens televisivas das pessoas (na sua maioria pobres e afro-americanas), literalmente à deriva nos telhados das suas casas ou amontoadas no “Super Dome”. O censo de 2000 já indicava que 27% da população de Nova Orleães não dispunha de mobilidade própria e que esta era também uma das áreas metropolitanas mais empobrecidas dos EUA. Muitos espectadores, fora e dentro dos EUA, mostraram-se chocados, ao descobrir uma América pobre, sem capacidade de organização para salvar os seus cidadãos com prontidão e empenho, no seu próprio território. A América imaginada – rica, poderosa, terra das oportunidades e do sonho americano – parecia diminuída, frágil e despojada dos seus ideais de liberdade, ética e sentido comunitário.

É a esta América em declínio, particularmente sobreexposta ao olhar do Outro, que Bernard-Henri Lévy chega aos EUA. Este filósofo francês é convidado pela *Atlantic Monthly* para redigir crónicas mensais, viajando por algumas partes da nação americana, num périplo de automóvel (com *chauffeur*) e de avião, que dura cerca de nove meses. O autor segue no enalço de Alexis de Tocqueville, que cento e setenta e quatro anos antes, em 1831, percorrera os EUA para estudar o sistema penitenciário americano. Alexis de Tocqueville, após ano e meio em terras americanas, redigiu *De la Démocratie en Amérique* (1835) que aborda, entre outros temas, a falta de intelectualismo numa sociedade órfã de valores sólidos e refém do consumo.¹⁴ Na sequência da revisão das crónicas de 2005, Bernard-Henri Lévy publica, nos EUA, *American Vertigo: Traveling America in the Footsteps of Tocqueville*, no dia 1 de março de 2006, data que marca o fim do período histórico sob escrutínio.

¹⁴ Alexis de Tocqueville, *De la démocratie en Amérique* (Gallimard: Paris, 1986).

No mesmo momento, a nação francesa volta a centrar-se em si própria, já que, entre outras preocupações, o resultado do partido *Front National* (16.86%), na primeira volta das eleições presidenciais de 2002, revela um generalizado e profundo mal-estar ideológico.¹⁵ Intelectuais e figuras mediáticas têm vindo a alimentar a tese de um estado de declínio que atinge (desde do fim da década de noventa, segundo alguns autores franceses) todos os sectores da sociedade francesa: cultura, economia, reformas e políticas sociais, cujas razões são abordadas em várias obras, nomeadamente as de Nicolas Baverez (2006) e Guy Millière (2002). No plano da política interna, em 2003, o mal-estar social acentua-se e é denunciado por vários movimentos de greves e de descontentamento. De assinalar, "La marche des femmes des quartiers contre les ghettos et pour l'égalité", que congrega homens e mulheres contra o racismo e o machismo, sob a égide do grupo "Ni putes, ni soumises". Nicolas Sarkozy é ministro da Administração Interna e começa a consolidar a sua ascensão política com a imposição de medidas consideradas severas, como, por exemplo, a condenação da prostituição na via pública. Na política externa, a França apresenta-se como uma nação segura, pronta a afrontar desafios e agendas políticas que considera errados: daí o já mencionado repúdio de uma intervenção no Iraque. Todavia, este ânimo na política externa é constantemente descompensado pelas várias reformas de fundo que ocorrem em solo francês, alimentando o descontentamento de vários grupos de cidadãos. Deste modo, em 2004, a Assembleia Nacional francesa vota uma lei que proíbe nas escolas o uso de adereços e vestuário que aludam – 'ostensivamente' – à prática religiosa, o que despoleta reações diversas em França e no resto do mundo.

A expressão reiterada pelo General de Gaulle – "La grandeur de la France" – torna-se obsoleta e talvez por isso os meios de comunicação audiovisuais insistem em fortalecer o orgulho nacional com notícias como a inauguração da ponte mais alta do mundo, em Millau

¹⁵ Estas eleições foram ganhas por Jacques Chirac.

(sul de França), sobretudo pelo facto de ter granjeado a admiração e o interesse do então Governador da Califórnia, Arnold Schwarzenegger. Os adensar dos conflitos sociais e alguma recessão ao nível económico degeneram em verdadeiros cenários de guerra civil: em outubro e novembro de 2005, os arredores de Paris – Clichy-sous-Bois – são palco de vários episódios de agressões físicas e vandalismo (caros, lojas e outros haveres são incendiados). Os distúrbios são designados por “les émeutes des quartiers” e ocorrem numa zona de forte concentração de imigração, em especial muçulmana. É nesta conjuntura de conflituosidade exacerbada que o ministro Nicolas Sarkozy anuncia que vai livrar as pessoas de Argenteuil da “racaille”, traduzível por “canalha”, referindo-se aos incendiários. A situação de tensão é tão elevada que o estado de emergência (uma medida tomada no âmbito de um estado de exceção) é instaurado, impondo o recolher obrigatório, algo que não acontecia desde 1945.

A nação francesa está debilitada e precisa de se concentrar sobre a sua população. A “soberania” francesa tem de prevalecer e neste clima de lutas sociais e partidárias 55% dos franceses dizem “não” ao projeto da Constituição Europeia, a 29 de maio de 2005. A guerra do Iraque parece um facto adquirido. A expressão cíclica da atitude antiamericana de alguns sectores da sociedade francesa regista um pico de tensão em 2003, mas decresce progressivamente após a reeleição de George W. Bush, em 2004. No início do ano de 2006, a política externa, decididamente, não preocupa os intelectuais e *media* franceses. Os discursos de pendor antiamericano são despropositados na hora em que os cidadãos franceses devem refletir com urgência sobre a adequação e a própria existência de um conceito de construção da nação e sobre os seus valores “civilizacionais”. Está iminente um novo processo eleitoral presidencial e a nação está desgastada por uma prolongada exposição nos meios de comunicação. Neste contexto, alguma opinião pública nacional e internacional pergunta (-se): onde estão a “civilité”, a “civilisation française”, o universalismo, os ideais de “Liberté,

Égalité, Fraternité”? Onde estão os deveres e a moral do país que “criou” os direitos do homem e do cidadão?¹⁶

Confrontado com este estado de desequilíbrio no seu país, Bernard-Henri Lévy leva consigo para os EUA algumas perguntas e reflexões sobre as questões da construção da nação e a sua identidade, enquanto cidadão francês. *Pièces d'identité. Questions de Principe XI*, publicado em 2010, agrega alguns dos seus pensamentos expressos em ensaios ou mentalmente, no período entre 2005 e 2009, confirmando a sua atenção para com a sociedade contemporânea e a vontade de vocalizar e tornar públicas as suas considerações sobre o assunto. Considero ser neste contexto histórico que os EUA e a França, através dos seus intelectuais observam as suas nações e refletem, sobre o estado do seu processo de construção nacional.

¹⁶ “Le pays des droits de l’Homme” é uma informação deturpada ou mentira piedosa no processo de construção da nação, que é ensinada nas aulas de História às crianças, já que em matéria de aplicação das leis relativas à igualdade e liberdade dos cidadãos franceses, nem todos os ditos cidadãos são tratados de igual modo, por pertencerem a classes ou comunidades não majoritárias. Também há casos em que lhes são negados os direitos ditos universais.

Capítulo I: Definição de conceitos chave: americanismo, excecionalismo, imperialismo e terrorismo

Embora o presente capítulo seja significativamente mais curto que os seguintes, o seu *apport* é determinante para a interpretação desta tese, pois propõe uma definição concisa para cada um dos conceitos teóricos pelos quais se rege: o americanismo, o excecionalismo, o imperialismo e o terrorismo (com particular ênfase no conceito de estado de exceção). Durante décadas, estes conceitos evoluíram dentro e fora da academia e do âmbito dos Estudos Americanos, área de estudo na qual este trabalho se enquadra. Apesar de estarem sob constante reavaliação, estes conceitos têm alicerces teóricos firmes, independentemente dos contextos históricos e das tendências analíticas em voga em determinados meios intelectuais, académicos e culturais.

Partindo destas definições propõe-se uma interpretação, que se quer inovadora, da longa relação intelectual entre os EUA e a França. Como mencionei na introdução, este estudo é delineado através do olhar crítico de intelectuais contemporâneos, oriundos das duas sociedades em estudo, exímios conhecedores das mesmas, e defensores aguerridos do livre-pensamento e da livre expressão. Assim, de um modo geral, estes intelectuais abordam conjuntamente os temas acima referidos, os quais, lembro, estão todos inter-relacionados. Esta ampla abordagem é justificada pelo contexto histórico que privilegiei, sendo consubstanciada por referências históricas e culturais a tempos anteriores.

Passo, de seguida, à apresentação de cada tema, baseando-me nas definições de especialistas que são, a meu ver, as mais adequadas para os meus objetivos.

Americanismo

Os Estudos Americanos legitimam a sua presença nos *curricula* universitários americanos e não-americanos na existência de uma matéria intelectual e factual significativa

dedicada ao conceito “América”. Esta matéria-prima merece ser observada com rigor científico e capacidade crítica, pois integra uma análise ao processo de construção da nação norte-americana e um olhar reflexivo sobre os conceitos fundamentais escolhidos e desenvolvidos principalmente pelas suas elites governativas e intelectuais. Este projeto visa reforçar a sua singularidade enquanto nação e propor o seu modelo de sociedade aos seus cidadãos e aos cidadãos do resto do mundo.

A história desta área de estudo revela que os Estudos Americanos cresceram também para fora dos EUA, exponencialmente na Europa, e que houve, em particular a partir da década de 60, uma luta interna que opôs os defensores de uma área de estudo focada na disseminação do mito do excecionalismo americano *versus* os que reivindicavam que a área de estudo (hoje caracterizada como interdisciplinar) se tornasse mais multicultural, abrangente e menos centrada em si-mesma. Os Estudos Americanos hoje já ultrapassam as fronteiras (intelectualmente redutoras e falaciosas) do território nacional norte-americano e incluem estudos que se querem transnacionais, transamericanos, transatlânticos e panamericanos. Parafraseando a famosa expressão do cronista Thomas L. Friedman, os Estudos Americanos tornaram-se planos: ou seja, globalizaram-se e “glocalizaram-se”.¹⁷ Por um lado, os Estudos Americanos participam ativamente na observação do conceito do americanismo e por outro, são uma forma de o pôr em prática. Apesar de algumas observações negativas acerca dos objetivos dos Estudos Americanos, esta área de estudo continua a perpetuar as imagens que os americanos e os não-americanos têm da “América”.

Assim sendo, influenciada pelos acontecimentos socio-históricos, a área dos Estudos Americanos torna os conceitos de americanismo e excecionalismo omnipresentes nos debates intra e interdisciplinares. O ‘11-de-setembro’ e as políticas do governo de George W. Bush exemplificam este facto, já que o estudo do americanismo foi revitalizado pela imensa

¹⁷ A minha paráfrase baseia-se no título da obra de Thomas L. Friedman, *The World Is Flat: A Brief History of The Twenty-first Century* (2005). Friedman é um conhecido jornalista norte-americano que assina crónicas bissemanais no *New York Times*.

mediatização à volta daquele acontecimento e das interrogações que suscitou. Todavia, foi a reação de rejeição ao americanismo – o denominado antiamericanismo – como fenómeno sociocultural endógeno (imanando de cidadãos americanos) e exógeno (veiculado por cidadãos não-americanos) que cativou muitos intelectuais, em particular entre o período que se seguiu ao ataque em solo americano e a instalação das tropas americanas na chamada “zona verde”, em Bagdade. Em torno deste novo debate sobre o americanismo, inscrevem-se os temas adjacentes do excecionalismo e do imperialismo e no caso acresce o tema do terrorismo (que não é novo, mas ganha novos contornos no contexto em análise).

Joseph A. McCartin e Michael Kazin, coorganizadores da coletânea de ensaios *Americanism: New Perspectives on the History of an Ideal*, publicada em 2006, apresentam, na introdução, uma perspetiva histórica do conceito do americanismo. Parece-me essencial referir que a origem deste conceito assenta na palavra América, uma denominação consensual dada a um continente, que foi, em bom rigor, usurpada por uma nação do norte do continente americano: os Estados Unidos da América. A parte apropria-se do todo e precisa de uma fundamentação ideológica para consolidar o seu projeto de construção enquanto nação. Assim, o sufixo “ismo”, que serve para indicar a formação dos substantivos ditos “abstratos”, acrescido ao vocábulo anterior, um substantivo próprio, gera um conceito abstrato, que por sua vez, refere simultaneamente uma nação real (os EUA) e uma nação abstrata, uma ‘comunidade imaginada’ na expressão de Benedict Anderson, e uma utopia (no lugar da imaginação e da fantasia): a América.

Se o aspeto referido já revela alguma complexidade, os múltiplos significados e referentes atribuídos ao termo americanismo refletem a impossibilidade de dar uma só definição ao conceito: o americanismo é um processo dinâmico, que se alicerça na relação da nação real com o seu projeto de construção e de consolidação, o qual é móvel e inacabado, pois depende das críticas negativas e construtivas às quais se expõe.

Richard Hofstadter afirmou que “it has been our fate as a nation not to have an ideology but to be one” (1963), pois os EUA têm, *de facto*, um ideal: ser uma ideologia. A América, enquanto lugar de imaginação e de construção intelectual constitui a base desta ideologia. Desta forma, os EUA tecem uma relação complexa com a ideia de ‘América’: tanto controlam a sua ideologia como são controlados pela mesma, sendo esta subordinação do pensamento da nação objeto de causas e efeitos positivos e negativos para os cidadãos americanos. O americanismo, enquanto ideologia, desenvolve-se e subsiste graças à produção e gestão de conflitos que a sua própria existência provoca junto dos seus cidadãos e dos cidadãos de outras nacionalidades. Por isso, a coletânea de Kazin e McCartin não analisa nenhuma definição de americanismo, em especial, mas apresenta os textos de cidadãos americanos e não-americanos que tentam discernir o americanismo enquanto ideologia e se confrontam com “the inescapable conflict that Americanism provokes, within each articulator and interpreter” (11).

O americanismo é definível, em primeiro lugar, como uma construção *ad hoc*, como um conjunto de ideias e de ideais que são selecionados, ajustados, interpretados e revistos, em teoria, pelo conjunto dos cidadãos americanos para consolidar o seu estatuto enquanto nação e estado, junto das demais nações do mundo. Os EUA têm-se edificado, em parte, por oposição ao resto do mundo e, por isso, autoconvencem-se da sua maturidade enquanto nação, expondo para debate nacional e internacional, os artifícios do seu projeto. O americanismo sobrevive porque procura a sobreexposição despoletando, dentro e fora do território nacional, a atenção, a crítica negativa ou positiva, acerca do projeto e da sociedade americana: a ideologia subsiste enquanto for analisada e difundida e, para isso, o americanismo alicerça a sua consolidação concreta noutra ideologia, o capitalismo, garantindo desta forma a sua subsistência material e intelectual. Defendo que a nação americana, ao invés de outras nações, não oculta o seu projeto ideológico: pelo contrário, procura publicitá-lo e, por isso, usa o seu significante para

obter um significado e produzir um signo. O estudioso dos Estudos Americanos está particularmente interessado em analisar este signo e, assim, participa também no processo ideológico em curso, designado como americanismo, examinando de perto os consensos e dissensos que o definem e consolidam. Consequentemente, não consegue alhear-se ou “escapar” efetivamente dos prós e contras envoltos nesta ideologia. Mas, o americanismo não é apenas uma ideologia.

Deste modo, nesta tese, parte-se do pressuposto de que o americanismo é, para além de uma ideologia, um conceito político-social elaborado principalmente pelas elites intelectuais e moldado pelos representantes do governo dos EUA. Em termos gerais, o americanismo corresponde a um projeto de construção da nação, a uma procura de uma identidade nacional. É frequentemente definido como uma paleta de características e de valores com os quais os cidadãos americanos se identificam, em menor ou maior grau, conforme as minorias étnicas e comunidades presentes nesta vasta região do mundo. Na base da construção da nação, um processo que ocorre de uma forma mais ou menos velada em todas as nações, está a necessidade de marcar uma distinção e, para este efeito, impõe-se um conjunto de narrativas e mitos que sustenta este processo de singularização pela homogeneização (daí a “identidade” nacional, como se a identidade fosse apenas singular). Nesta amálgama, são obliteradas as memórias e diferenças – individuais, tribais, comunitárias e regionais, e renegados os episódios de dissenso e de oposição a esta unificação artificial. É o resultado do papel e lugar de preponderância que esta nação tem granjeado como poder hegemónico cultural e superpoder económico e político-militar, mormente durante o século XX, justamente o “século americano”, na perspetiva de Henry Luce.¹⁸ Esta maior exposição foi procurada pelos EUA e facilitada pela força das circunstâncias históricas e, deste modo, o debate acerca da América adensou-se, extravasando os limites geográficos e originando uma

¹⁸ Henry Luce foi presidente do conselho de administração e tesoureiro da revista *Time*. Na edição da *Life* de 17 de fevereiro de 1941, Luce cunhou esta expressão, pois achava que a nação americana devia abandonar a atitude isolacionista e tornar-se ativa na disseminação dos valores democráticos pelo mundo fora.

maior reflexão e uma quantidade igualmente avultada de contributo académico e não-académico, ainda que no mesmo se aponte, precisamente, para o declínio da nação americana. Os textos que analiso focam o americanismo e perscrutam, assim, com particular atenção, o processo de construção nacional norte-americano.

Desta forma, a quantidade e qualidade das análises feitas a este projeto de construção nacional dificulta a escolha de uma definição consensual única, embora convide a mais reflexão. Assim, o americanismo não pode ser restringido apenas ao elenco das características, princípios e valores partilhados pelos norte-americanos, mas é igualmente completado pela sua interpretação, em correlação ou em oposição, com outros projetos de construção nacional e conceitos teóricos.

Os dicionários de língua inglesa apresentam várias datas no que concerne o primeiro uso conhecido do ‘americanismo’, num curto período que medeia entre 1781 e 1787. Este dado é expressivo, pois reflete a necessidade que a jovem República americana, liderada por um grupo de homens de várias idades, convicções políticas, filosóficas, e religiosas, tem de construir a sua nação sobre alicerces sólidos, claros e distintos do modelo europeu. Nas vésperas do século XIX, marcado pela consolidação da nação e os ímpetus nacionalistas e imperialistas, a afirmação de uma plena independência em termos políticos, culturais, sociais e económicos no mundo dito “ocidental” é tão natural e urgente quanto o assegurar de um lugar cativo no mapa-mundo.¹⁹

É neste contexto que surge o conceito de americanismo no singular, que corresponde, num sentido muito restrito, ao conjunto de ideias e características sociais e culturais que

¹⁹ Em 1776, “We the people” era liderado por uma elite governativa minoritária constituída por uma minoria de brancos de origem anglo-saxónica – WASP – ,os cidadãos-eleitores “por inteiro”. No artigo 1, e na secção 2 da Constituição lê-se : “Representatives and direct Taxes shall be apportioned among the several States which may be included within this Union, according to their respective Numbers, which shall be determined by adding to the whole Number of free Persons, including those bound to Service for a Term of Years, and excluding Indians not taxed, three fifths of all other Persons” e na secção 2 da 14^a emenda, o texto, ratificado em 1868, estipula: “Representatives shall be apportioned among the several states according to their respective numbers, counting the whole number of persons in each state, excluding Indians not taxed.” Parecia claro, na época, que nenhum sentido de identidade cívica fosse concedido às populações indígenas, escravos negros e aos recém-chegados imigrantes, na República americana.

singularizam a sociedade e o cidadão norte-americano: individualismo, meritocracia, capitalismo, tolerância e liberdade religiosa, liberdade de expressão, igualdade, e defesa de um modelo de gestão democrático da sociedade. Esta lista não é exaustiva: muitos destes elementos caracterizadores podem também ser usados, conjunta ou separadamente, para descrever os traços relevantes de outras nações. No entanto, creio não ser apenas um conjunto de valores que faz uma nação mas, sim, como e por que motivos a sociedade desta ou daquela nação os adota ou escolhe e como os gere em vários contextos socio-histórico e político-culturais.

A definição de americanismo é completada pela interpretação que lhe dá Alan McPherson:

As Jürgen Gebhardt has argued, “Americanism”... was not strictly blind patriotism but a broader moral conviction, ‘a form of American civil theology, which appeared with the claim of truth.... God, the world, humanity, society, and history all existed within the cosmos of higher observances’” (Kazin 171)

Neste excerto, realço os termos ‘convicção moral’ e ‘teologia civil’, pois parecem ser duas expressões que delineiam uma interpretação especial do americanismo, no período em análise. Existem teses produzidas por vários autores, americanos e não-americanos, que salientam a presença do messianismo e a condizente retórica repleta de referências ao “Povo eleito”, que George W. Bush usou nos seus vários discursos ao país, no Congresso e noutros sítios, na época destes atentados terroristas.²⁰ Apesar de não as explorar aqui, merecem atenção, pois desconstroem a retórica utilizada pela equipa governativa de G. W. Bush, descrita como um conjunto de “falcões” e conservadores ferrenhos, designados por “neoconservadores”, estimulados pelos interesses capitalistas.²¹ Naqueles discursos, está

²⁰ Ver, por exemplo, o texto “Bush's Messiah Complex”, sem autor, “Bush's Messiah Complex”, The Progressive, fevereiro de 2003, Web, 16 de abril de 2013, <<http://www.progressive.org>>.

²¹ Os meios de comunicação audiovisual e exegetas utilizam antes o termo “neocons”, provavelmente por causa da sua brevidade.

patente o modo como o governo redefiniu, à sua maneira, o conceito de americanismo, em prol dos seus objetivos políticos, baseando-se em convicções morais e numa interpretação *sui generis* da teologia cristã e civil.²²

Na opinião dos críticos que apresento, de uma miríade de outros autores de todas as nacionalidades e, principalmente, na perspectiva de muitos cidadãos americanos, G. W. Bush e o seu governo agiram de uma forma imoral, pois violaram os valores definidores do americanismo que tenho vindo a descrever (ainda que em termos latos). Como? Cindiram (em vez de unir) a América em dois campos que correspondem a dois sujeitos coletivos plurais, um real e outro virtual.

No último capítulo desta tese, no qual analiso os ensaios selecionados, refiro, igualmente, a presença destes dois “nós”. O primeiro é o sujeito coletivo plural – “We the People” – que defende o americanismo enquanto contrato social feito de tensões, mas inscrito no respeito pelo legado intelectual e aberto a uma reavaliação no presente e futuro, no sentido dado por Bercovitch ao termo “consenso”. Também menciono um outro sujeito coletivo circunstancial, um “nós” sem nome, supostamente composto pelo povo americano, mas, na verdade, “criado” principalmente pelo Presidente dos EUA em exercício na altura e pelo seu governo. O governo é, por sua vez, apoiado e simultaneamente coagido pelos grupos de pressão económicos e industriais. Neste sujeito coletivo, também há lugar para cidadãos comuns que acreditam nesta visão “bushiana”. Este “nós” deseja que todos os cidadãos americanos, voluntária ou coercivamente, se unam à volta de um projeto que só pode, na ótica deste “nós”, ser consensual para todos os americanos: a guerra contra o terrorismo. O que importa ao governo americano é fazer a guerra, seja de que modo e “contra quem for”, para que os EUA sejam vistos como uma nação poderosa, fiel aos seus princípios, e ansiosa por

²² Os interesses pessoais não são esquecidos, como o atesta o escândalo nacional provocado em 2010, pela revelação das relações indevidas entre Richard “Dick” Cheney e a empresa Halliburton.

cumprir o seu desígnio excepcional: expandir o seu modelo de democracia (e o mercado livre) e levar a inefável “Pursuit of Happiness” aos quatro cantos do mundo.

Na prática, este consenso de George W. Bush não existe. Como é perceptível nas invetivas enunciadas por Vidal e Sontag, e os *propos* mais moderados de Baudrillard, Lévy e Didion, ocorre, antes, a imposição de um estado de terror, no qual os cidadãos americanos se tornam, contra sua vontade, reféns da vontade e das medidas do seu governo, sem sequer ter expresso o desejo de estabelecer um consenso. Os cidadãos que ousam desafiar o discurso fantasioso urdido pelo seu governo são, conseqüentemente, acusados de serem antiamericanos: nestes tempos de guerra e de perigo para a Pátria, estarem visivelmente “with the terrorists”, do lado do terrorismo. Estas palavras compõem parte da expressão de G. W. Bush – “either you are with us or you are with the terrorists”, proferida aquando da sua alocução ao Congresso, a 20 de setembro de 2001, data em que o governo dos EUA declarou oficialmente a “guerra ao terror”. Esta frase lapidar – inúmeras vezes citada na maioria dos meios de comunicação escrita e audiovisual mundiais, sobretudo na imprensa europeia – não deixa pairar nenhuma dúvida sobre a interpretação binária e maquiavélica do mundo pós-‘11-de-setembro’ do Presidente dos EUA. A mesma confirma, ainda, a ânsia de agenciar uma ação bélica.

No americanismo encontram-se inseridas propostas elaboradas no sentido de manter e fazer crescer a supremacia dos EUA, a defesa dos seus interesses e a expansão dos seus mercados e valores, alguns derivados de uma perspectiva pró-pacífica, outros de uma visão pró-belicista. É expectável que cada Presidente apresente o seu programa político e a sua “doutrina”: constata-se que quase todos têm como meta evidenciar que, em caso de insegurança para os interesses e o território nacional americano, o governo não se coibirá de travar uma guerra. De notar que a expressão “interesses americanos” carece de uma definição cabal a fim de abarcar todas as justificações possíveis e os cenários imprevistos. As propostas-

doutrinas associadas a este tipo de americanismo são as seguintes: a Doutrina de Monroe (1823); o “Manifest Destiny” (1845); o corolário da Doutrina de Monroe de Theodore Roosevelt, com a sua política do “Big Stick” (1904); a “Good Neighbor Policy” (1933-1945); a Doutrina de Harry Truman; a doutrina da “New Frontier” de John. F. Kennedy; a “*détente*” de Richard Nixon; o “Whip Inflation Now” de Gerald Ford; a Doutrina de Jimmy Carter; a Doutrina de Ronald Reagan; a reutilização, num novo contexto mundial, da expressão “New World Order” sob o governo de George H. W. Bush; a Doutrina de Bill Clinton, e por fim, o primeiro mandato de George W. Bush, cujo ponto de viragem é o ataque terrorista de 2001, de onde irrompe a Doutrina George W. Bush, associada à “guerra ao terrorismo”. Neste quadro, o americanismo é frequentemente confundido com a aplicação destas doutrinas. Esta é, a meu ver, uma visão errada, pois reduz o conceito a uma ideologia centrada somente em megaprojetos de cariz político e geoestratégico. Este tipo de americanismo baseado na crença de uma supremacia indestrutível e “belico-dependente” existe; contudo, não é o americanismo a que me refiro neste trabalho. O americanismo que privilegia é aquele que advoga a preferência pela Lei e decorre de uma atitude refletida e ponderada.

É, contudo, a apreensão gerada por um americanismo pró-belicista, ubíquo e absolutista que desencadeia as reações de antiamericanismo. Os responsáveis pelos destinos dos cidadãos e o próprio cidadão-comum sentem-se, por vezes, moral e intelectualmente obrigados a tomar uma posição contra a política externa, proposta ou imposta pelo governo dos EUA (como nos casos da Guerra do Vietname e da Guerra no Iraque). Convém lembrar que é o governo quem decide a execução de tais medidas, não a América ou os americanos. Mas é retirado credibilidade e adequação às reações intelectualmente válidas de quem se opõe à deturpação e à manipulação indevidas dos valores contidos no americanismo, enquanto consenso nacional.

Alguma falta de atenção ou cansaço do povo americano leva-o, por vezes, a acreditar em discursos que despertam reações emotivas e estimulam a aceitação de medidas deveras antiamericanas. Estas reações decorrem duma visão não menos intelectual, mas profundamente fraturante para o consenso americano: opõem os cidadãos de “We the People” a um grupo composto pelo governo, os grupos de pressão. Este último conjunto de pessoas e entidades carece de representatividade legal ou moral, mas julga ser apenas sua a faculdade de presidir aos destinos, alegadamente excepcionais, desta nação. O exceccionalismo surge como uma bengala (discursiva) na qual esta forma de americanismo se apoia e foi nele que o governo de G. W. Bush baseou o seu raciocínio. Assim, muitos estudiosos acreditam que o americanismo se alicerça no conceito do exceccionalismo, uma perspetiva que apresento de seguida.

Exceccionalismo

O exceccionalismo americano é a crença político-cultural, segunda a qual, os EUA se distinguem das outras nações por serem o “Povo eleito”, tendo uma missão extraordinária: levar a liberdade e a democracia por todo o mundo. O percurso ascendente dos EUA, durante o século XX, no que concerne a quase todas as áreas de uma nação (económica, financeira, industrial, comercial, científica e tecnológica e também na política internacional) veio reforçar esta convicção. Muitos americanos comungam desta tese e, deste ângulo, a existência do exceccionalismo é indiscutível. Contudo, o meio académico ainda debate a vigência, os mecanismos e as funções do exceccionalismo na atual sociedade americana. Pode-se argumentar que todas as nações são exceccionais dentro dos contextos socioculturais e geoestratégicos que as definem, mas que nem todos os estados têm como meta reforçar a exceção, seja por que meios for e independentemente das circunstâncias, como o fazem os EUA. Tornar o exceccionalismo iniludível é, efetivamente, o projeto de construção nacional americana. Para isto, e como já o expôs Seymour Martin Lipset, em *American*

Exceptionalism: A Double-Edged Sword (1997), os Presidentes e os governos americanos têm recorrido a uma macronarrativa pró-excecionista, a qual tem sido consolidada pela aplicação, por vezes, do mecanismo jurídico denominado “estado de exceção”.

Assim, no rescaldo dos dois mandatos da era W. Bush, Donald Pease, em *The New American Exceptionalism* (2009), atualiza o estudo deste conceito. Após uma década marcada, na sua ótica, pelo uso distorcido do conceito de excecionalismo americano, Pease insiste na redefinição de uma noção determinante para a identidade da nação americana e para a singularidade da sua edificação e do seu desígnio. Pease apresenta uma breve resenha histórica do conceito, mas o seu intuito é preencher o vazio crítico sobre a evolução e possíveis mudanças na definição do termo, pois não existe nenhum estudo que incida sobre o excecionalismo no período entre o fim da Guerra Fria e o início da Presidência de Barack H. Obama. De modo a desenvolver a sua própria análise do fenómeno, Pease recorre ao estudo sociopsicanalítico de Jacqueline Rose em *States of Fantasy* (1996).

Para Pease, o ‘state of fantasy’ não refere uma estratégia de mitificação, mas sim “the dominant structure of desire out of which U.S. citizens imagined their national identity” (1). Os Presidentes americanos e os legisladores imaginam um cenário e identificam-no com uma denominação *ad hoc* que solicita uma subsequente adesão consensual por parte de todos os cidadãos americanos.²³ Estes acreditam terem sido eles a desejar o que esta narrativa relata, por práticas ideológicas anticonstitucionais, escolhidas pelos governantes:

[T]he fantasy simultaneously gives expression to the agency of the law and to the desire seeking to transgress that very law. Identification with this desire involves the state’s subjects in an ambivalent process whereby they

²³ Pease dá como exemplo destes projetos pró-consensuais: “The New World Order” de George H. W. Bush; o “New Covenant with America” de William J. Clinton; a proposta “Contract with America”, do plurireincidente candidato à Presidência Newt Gingrich e, por fim, o “Homeland Security State”, de George W. Bush. Nota-se o quão ténue, ou inexistente, é a linha conceitual que separa estes projetos das suprarreferidas “doutrinas” (36).

simultaneously identify with the authority of the state's law, as well as with the illicit desires that would transgress the law. (15)

Pease descreve como prossegue esta indução do desejo relativamente a um *modus vivendi* e um modelo de governação, já predefinidos e aplicados, mas não escolhidos conscientemente pelo povo americano:

State fantasies have played these constitutive roles within U.S. political culture, I would add, by inciting within the citizens who take them up the desire to organize their identities out of the political antagonisms within U.S. national culture.... Successfully produced state fantasies affect that relationship by inducing citizens to want the national order they already have. (4)

Desta feita, os cidadãos americanos são completamente destituídos da sua vontade, mas estão convictos do peso e da importância da sua participação ativa na construção de um consenso acerca do que é ser-se americano e viver na América. Mais ainda: a esmagadora maioria dos cidadãos americanos que acredita no excecionalismo americano não questiona a sua veracidade:²⁴

What was important in the practice of this desire was not whether or not the fantasy of American exceptionalism was “true.” What mattered was the way that the *fantasy* of exceptionalism overwhelmed this question of the truth. Americans could not be deceived about American exceptionalism because... they articulated the truth of their nationalizing desire in and through this deception. (21)²⁵

Quando os eventos e as realidades em curso não podem ser integrados neste “macroguião” por serem traumáticos (provável descontinuidade relativamente ao guião pré-estabelecido), como, por exemplo, o caso Waco e o ataque terrorista em Oklahoma City, uma nova ordem é

²⁴ Estes cidadãos americanos acreditam neste excecionalismo, numa conceção lata; na prática, o excecionalismo americano tem aspetos variados e é aplicável em diversas áreas sociais.

²⁵ Itálico no texto original.

configurada. Os mitos nacionais são, então, utilizados para incorporar os acontecimentos dentro de narrativas nacionais que sejam reconhecíveis pelos cidadãos americanos. Pease admite que o ‘state of fantasy’ é absolutamente necessário para a configuração da ordem social e para a obtenção do consenso (o qual, como vimos, é predefinido e não simplesmente pretendido) que influi no “bom funcionamento” da nação, evitando os confrontos de ideias, prejudiciais para a fluidez da gestão política.

Pease refere ainda o envolvimento acríptico dos cidadãos na manutenção do estado de exceção (Agamben),²⁶ que se prolonga no tempo e adquire uma preponderância na governação, para além do que seria expetável. Esta condição extraordinária do Estado é utilizada como ferramenta política no dia-a-dia, sendo indispensável para o “novo” excecionalismo americano:

American exceptionalism... named the process whereby citizens established an exemplary national order in a way that reciprocally valorized the State of Exception. By practicing exceptionalism, individual citizens did not merely practice the ruling norms, they enacted the exceptions to the norms that undergirded the national order. Excepcionalism also named the mode of governmental belonging through which U.S. citizens practiced nationalism as a form of state governance. (33)

O repetido recurso ao estado de exceção é o elemento de novidade no excecionalismo americano, introduzido na transição entre os séculos XX e XXI por alguns governos.²⁷ O excecionalismo integra o estado de exceção (e vice-versa) e ambos são entendidos, quer pelo governo, quer pela maioria dos cidadãos, como uma prática normativa que reforça a

²⁶ Na definição que lhe dá Giorgio Agamben, citado na obra de Pease, o estado de exceção é uma figura extralegal que suspende a vigência das leis durante um estado de sítio vivido por uma nação. Na ótica de Agamben, este instrumento de carácter provisório tem sido aplicado de uma forma permanente e camuflada por muitos governos, em todo o mundo, desde final a I Guerra Mundial, levando a uma restrição extrema, ou total aniquilação, dos direitos dos cidadãos.

²⁷ Existem outros casos pontuais de recurso ao estado de exceção noutros momentos históricos, mas desde a II Guerra Mundial, a frequência na aplicação do estado de exceção tem sido elevada, e mais ainda no período em análise.

construção da nação americana e o americanismo. No período focado, ou se é a favor deste modelo (consenso), que alegadamente protege a “Homeland”, ou se é dissidente ou, nesta lógica, antiamericano (defensor do dissenso).

A análise de Donald Pease difunde as denúncias e apreensões de todos aqueles cidadãos americanos e das ‘vozes atentas’ que ousam colocar questões acerca do excecionalismo. Estes cidadãos não querem participar numa narrativa nacional cujas bases são a manipulação dos desejos, das vontades e da liberdade de pensar. Esta resistência ao consenso americano forjado pelo governo de George W. Bush (“war on terror”) é, quanto a mim, igualmente uma forma de americanismo, embora não seja a mais difundida, discutida e analisada, sobretudo ao nível dos poderes executivo e legislativo da nação.

Muitos observadores, quer internacionais, quer americanos, oriundos do meio académico ou não, como S. Lens (2003), H. Zinn (2005) e Niall Ferguson (2005), afirmam que estas narrativas fantasiosas têm como único intuito assegurar a continuação de uma política considerada “imperialista”, que visa a proteção dos mercados (liberalização e angariação de mercados) e dos locais de interesse vital para a sobrevivência energética, comercial e industrial da nação americana. Trata-se de manter ativo o *modus vivendi* americano, fortemente dependente de uma sociedade de consumo ávida de (novos) produtos para saciar as suas necessidades.

Muitos autores, entre os quais Joseph Nye (2005), advogam que o excecionalismo americano é justificado pela lógica imperialista imputada aos EUA. As aspirações imperialistas dos EUA tornaram-se claras e inequívocas, segundo os mesmos autores, no final do século XIX e início do século XX. A leitura das obras dos especialistas na matéria revela que é mais fácil datar o início do imperialismo americano do que dar uma definição do mesmo.

Imperialismo americano

O imperialismo americano é, indubitavelmente, o assunto predileto dos autores antiamericanos, especialmente dos autores franceses antiamericanos. Ora, desde o século XVII que, de uma forma explícita, os colonos, os povoadores e, mais tarde, os cidadãos americanos expuseram a sua vontade de expandir a sua presença quer em termos socioculturais, quer, e sobretudo, em termos comerciais e, mais recentemente, industriais, científicos e tecnológicos. Entre uma clara expansão e a imposição de uma política de tipo imperialista é difícil discernir se os EUA procuraram ser um império (e falta definir “império”), consciente e metodicamente, ou se, influenciados pelos acontecimentos sociais e históricos nacionais e mundiais, os EUA seguiram, fruto do seu desenvolvimento económico e social, o percurso das nações que se transformaram em impérios por um tempo indeterminado, mas sempre finito. Da expansão territorial a extraterritorial, basta um curto salto *via* uma política de esquecimento e de omissão, no que concerne a factos menos gloriosos: o genocídio da população indígena; as guerras com os vizinhos ainda sob a alçada de governos imperialistas (a Norte e a Sul, antes e depois da aquisição da Luisiana); o recurso à mão-de-obra escrava provinda do mercado transamericano e transeuropeu; e o desenvolvimento na Europa do Plano Marshall, com consequências valiosas para o mercado económico americano.

As doutrinas que referi no ponto anterior mesclavam o carácter alegadamente excepcional da missão da nação americana com a indiscutível necessidade de uma política de prevenção militar, orientada para a proteção dos mercados. Esta mesma proteção impõe uma lógica implacável, na qual os EUA são súbditos dos mercados e vassalos dos seus interesses. Consequentemente, o projeto de construção desta nação, ciente das fronteiras do seu território, ignora ou não reconhece a noção de limites quando os interesses económicos e

geoestratégicos estão em causa. Esta é a “imperiosa necessidade” que a sociedade americana se impôs a si-mesma, ao escolher aquele modo de vida.

Atualmente, esta premência é também vivida pelos europeus, ainda que lamentada por muitos deles, ao passo que, nos países emergentes, é bem-vinda e posta em prática. É a preeminência dos mercados relativamente aos valores sociais e culturais que exaspera duplamente os exegetas que fustigam o “império americano”, já que não só vigora nos EUA, mas está patente em quase todas as nações, inclusive as suas. A crítica ao imperialismo americano torna-se, deste modo, muito mais complexa e, simultaneamente, mais desafiante.

Realce-se, contudo, que esta avaliação negativa acerca das aspirações imperialistas americanas nasceu nos EUA pela expressão de democratas, como William Jennings Bryan, de republicanos e senadores, como George Hoar e Andrew Carnegie, e de intelectuais (e escritores), como William Graham Sumner, David Starr Jordan e William James, entre outros. Mark Twain, Carl Schurz, Samuel Gompers e Jane Addams fizeram parte da Liga Anti-imperialista, criada em 1898 por Gamaliel Bradford.²⁸ É certo que, entre os vários motivos invocados para repudiar uma América imperialista, destacava-se a preferência pelo isolacionismo.²⁹

Em termos muito restritos, o conceito de isolacionismo remete para uma doutrina política que privilegia uma posição de isolamento de uma nação em relação às outras, abstendo-se de estabelecer acordos e tratados e de cooperar com outros países. Muitos estudiosos consideram que o termo é usado de uma forma errada e dever-se-ia usar “não-intervencionismo”, sendo este conceito definido por Ted Galen Carpenter no seu artigo

²⁸ A Liga Anti-imperialista americana foi fundada em 1898, em reação à anexação das Filipinas na Guerra Hispano-Americana (abril-agosto de 1898) e foi extinta em 1921. Em outubro de 1899, a “Anti-Imperialist League”, uma organização repartida por áreas geográficas (Nova Iorque, Philadelphia, Washington. DC), Chicago, Minneapolis, Cincinnati, Portland, Oregon, e Los Angeles), transformou-se numa só, passando a ser designada por “American Anti-Imperialist League”.

²⁹ Neste trabalho, uso o termo “isolacionismo” com esta asserção genérica, respeitando a escolha terminológica dos estudiosos que consultei e os que cito.

“Toward Strategic Independence” publicado em *The Libertarian Reader: Classic and Contemporary Writings from Lao Tzu to Milton Friedman* (2002):

Nonintervention is ... defined as either the determination by a nation to refrain from interfering in the affairs of other nations or those of its own political subdivisions; or as the refusal or failure to intervene in the same. Non-interventionism is not to be confused with isolationism, a political policy which sometimes carries with it laws that mandate a breaking of ties between the inhabitants of one political subdivision and another. (339)

O legado deste longo debate acerca do imperialismo americano repercute-se nas obras mais recentes de autores (e cito apenas alguns) como Frantz Fanon, Christopher Hitchens, Noam Chomsky, Edward W. Said, Howard Zinn, Sidney Lens, Seymour Martin Lipset, Jeff Sharlet, Gore Vidal, George Orwell e Terry Eagleton. Não é de somenos importância constatar que o tema da América imperial continuou *in crescendo*, sendo um dos assuntos prioritários no debate político e acadêmico, em particular entre 2001 e 2003 (antes da Guerra do Iraque), e patente até à eleição à primeira eleição do Presidente Barack Obama.

Uso a expressão imperialismo americano sem aspas, mas lembro que a utilização do termo não é consensual. Numa era pós-colonial, os exegetas não conseguem fazer caber os EUA e as suas políticas dentro dos conceitos e traços socio-históricos comuns à noção de império, sobretudo aquela que prevaleceu durante o século XX, sendo mais tarde desconstruída pelas teorias do pós-colonialismo. Contudo, alguns querem identificar e analisar o que lhes parece ser a singularidade do império “made in America” expandido, pelo mundo fora. Assim, esta mesma contrariedade dá origem a uma miríade de análises e de perspectivas cujas subseqüentes denominações e conceitos são imprescindíveis para a definição de uma América imperial, mas remetem igualmente para outros conceitos a ter em conta neste estudo, em particular, aqueles relativos à construção da nação.

Os críticos dividem-se, geralmente, entre aqueles que acham que os EUA têm uma ação imperialista cujas consequências para a nação e o resto do mundo são, globalmente, positivas (J.Nye e R. Keohane 1977; K. Kagan, 2003; Charles Krauthammer 2004; Victor Hanson, 2002) e os que a consideram totalmente negativas (Chomsky 2004; S. Lens e H. Zinn 2003, Paul Buhle e M. Konopacki 2008). Há ainda os que consideram que se devia falar antes de “hegemonia americana” (por exemplo, Michael Walzer, 2006 e Robert Keohane, 2005), porque o “império” adquire, no século XXI, um outro sentido (o ‘Empire’ de Hardt e Negri, que em muito aspetos lembra o ‘système’ de Baudrillard). Todavia, constata-se que nenhum refuta a afirmação de que os EUA têm uma atitude pró-imperialista. Este facto é bastante expressivo, pois comprova que alguns destes pensadores e, em particular, os de cidadania americana, têm consciência e reconhecem que os EUA definem boa parte da sua política externa (e interna, como se pode ver com a política de segurança do governo de George W. Bush) na base de um modelo de gestão imperialista antidemocrático, ou não democrático. Uma parte significativa dos estudiosos, como já referi, enquadra o excecionalismo americano na noção de império. Neste contexto, o Destino Manifesto e a Doutrina de Monroe constituem as provas irrefutáveis desta tendência para a expansão (um eufemismo, neste caso) presente, segundo alguns autores, como Jack Greene em, *The Intellectual Construction of America: Exceptionalism and Identity From 1492 to 1800*, antes do nascimento da nação, nas ideias dos primeiros povoadores da colónia da Nova Inglaterra e também no crer dos estudiosos interessados no crescimento da primeira nação transatlântica, autodesignada “república”. A presença do imperialismo americano é, deste modo, indiscutível: é visível quer dentro, quer fora das fronteiras terrestres e políticas norte-americanas.

Edward W. Said, Robert Young, Seymour Martin Lipset, Sidney Lens, Howard Zinn, Samuel Huntington, Joseph S. Nye, Robert Kagan, Justin Vaïsse, Emmanuel Todd, Philippe Roger, ou Michel Wieviorka dedicam grande do seu trabalho à análise deste tema, cuja

premência e complexidade já levou à publicação de centenas de livros sendo, por isso, impossível apreender e resumir as múltiplas teorias em poucas páginas. A expansão, o poder “soft” ou “smart” (Joseph S. Nye), o declínio, a predominância do complexo industrial-militar, a ânsia da ocupação para fins de sobrevivência econômica, a cruzada do “Povo eleito” pela democratização, a necessidade de encontrar novos mercados para escoar produtos, e a simples vontade de dominar o mundo constituem propostas de interpretação e teorização para justificar, enquadrar e classificar a política externa dos EUA, e as suas relações com as demais nações.

Nos ensaios em estudo, as ‘vozes atentas’ não dão uma definição cabal do conceito de império, mas não negam a existência de uma ação política americana dita imperialista. Neste pressuposto, e por necessidade de concisão, decidi optar por basear-me, essencialmente, na definição de império de Edward W. Said, em *Culture and Imperialism*:

“[I]mperialism” means the practice, the theory and the attitudes of a dominating metropolitan center ruling a distant territory; “colonialism,” which is almost always a consequence of imperialism, is the implanting of settlements on distant territory.... In our time, direct colonialism has largely ended; imperialism, as we shall see, lingers where it has always been in a kind of general cultural sphere as well as in specific political, ideological, economic, and social practices. (1)

Esta definição é oportuna por ser sucinta e aparentemente simples: porém, não afasta uma leitura mais aprofundada. Na ótica de Said, o imperialismo implica a presença de uma teoria, de uma prática e de atitudes por parte de um centro (a metrópole), que domina, à distância, um outro território. Difere do colonialismo, pois este pressupõe que o centro deseja implementar e reproduzir a sua cultura e modo de vida na zona ocupada. O especialista em estudos coloniais e pós-coloniais Robert Young corrobora os pressupostos saidianos, pois

sustenta que o imperialismo, enquanto política de Estado alicerçada em motivos ideológicos e financeiros, opera a partir de um centro (o país “dominador”) sobre o dominado, enquanto o colonialismo assenta no povoamento e é ditado por fins comerciais.

Mais recentemente, o cronista americano Frank Rich e o historiador canadiano Michael Ignatieff denunciam o recurso abusivo ao imperialismo, o conseqüente terror doméstico (e estado de exceção) e os efeitos dos mesmos, fora das fronteiras norte-americanas.³⁰ Frank Rich analisa a fraca capacidade de resistência do povo americano perante o cenário de exceção que lhe é imposto pelo governo de George W. Bush. Na sua ótica, a imposição do estado de exceção não serve só para responder ao ato de terrorismo contra a América, mas sim, aproveitando a singularidade do episódio, para tornar legal, urgente e incontornável (ainda que por meios ilegais e coercivos e “terroristas”, numa aceção lata do termo), um novo projeto bélico, já previsto e pensado à luz do programa do excecionalismo americano pró-belicista. Na opinião das ‘vozes atentas’ americanas selecionadas e de várias outras não-americanas, é claro que, na base do projeto americano, estão presentes a expansão e subsequente ação imperialista, dentro e fora das fronteiras do território nacional. Trata-se de garantir, primeiro, a segurança das instalações e dos cidadãos americanos (nesta ordem) e, segundo, estender a todo o mundo a singularidade americana, que mescla império dos bens com “império do Bem”. Estes desígnios firmados (que Didion designa por ‘ideias fixas’) fazem parte do excecionalismo americano e, por isso, configuram uma das definições de americanismo. Didion, Rich, Vidal, Sontag e outros cidadãos não partilham destas ‘ideias fixas’ e insurgem-se, sobretudo contra o modo como lhes são apresentadas, prefigurando uma exceção que, na verdade, vem sendo a norma desde há gerações:

And so what Joan Didion calls the “fixed ideas” of our war on terrorism were able to fall into place with scant resistance. The reassuring point of the fixed

³⁰ Michael Ignatieff é diretor do Carr Center, na Kennedy School of Government (Universidade de Harvard). Frank Rich, ensaísta americano, foi colunista no *New York Times* entre 1980 e 2011. É autor do prefácio que antecede o ensaio de Joan Didion, que seleccionei para análise.

ideas was to suppress other ideas that might prompt questions or fears about either the logic and hidden political agendas of those constructing what CNN branded as “America’s New War.” Thus the President’s “moral clarity”, which led the dean of Washington political punditry, David Broder, to liken him to Lincoln. (Preface, Didion x)

Em setembro de 2003, Michael Ignatieff, colaborador residente do *New York Times Magazine*, num artigo de fundo no *New York Times*, explica as razões históricas, geoestratégicas, económicas e mitológicas que “impellem” o governo dos EUA a preconizar esta forma de intervenção preventiva e bélica (no caso, justificar a guerra no Iraque, e preparar, quiçá, intervenções futuras no Irão, na Coreia do Norte e na Síria). Ignatieff alude ao imperialismo externo (exercido sobre não-americanos); contudo, noutro artigo intitulado “Why Are We In Iraq? (And Liberia? And Afghanistan?)”, Ignatieff realça o imperialismo interno (endereçoado aos cidadãos americanos). Ignatieff sustém que o presente governo (à semelhança de outros, anteriores) não contempla a eventualidade de existirem perguntas legitimamente colocadas pelo povo (e o resto do mundo, acrescenta Ignatieff), muito menos fornecer respostas. Ignatieff ecoa a cólera expressa por Didion e Sontag, pois as autoras repudiam as atitudes de desdém, de estupidificação e de infantilização às quais os cidadãos americanos são sujeitos pelo seu governo. Num outro artigo ainda, publicado anteriormente (janeiro) no mesmo jornal, Ignatieff abordava a relação entre estado de exceção-excepcionalismo e imperialismo americano:

America's empire is not like empires of times past, built on colonies, conquest and the white man's burden. We are no longer in the era of the United Fruit Company, when American corporations needed the Marines to secure their investments overseas. The 21st century imperium is a new invention in the annals of political science, an empire lite, a global hegemony whose grace

notes are free markets, human rights and democracy, enforced by the most awesome military power the world has ever known. It is the imperialism of a people who remember that their country secured its independence by revolt against an empire, and who like to think of themselves as the friend of freedom everywhere. It is an empire without consciousness of itself as such, constantly shocked that its good intentions arouse resentment abroad. But that does not make it any less of an empire, with a conviction that it alone, in Herman Melville's words, bears "the ark of the liberties of the world".³¹

Ignatieff acha que o império (os EUA) não tem consciência de si como tal, mas que, de facto, se trata de um império do tipo descrito por Said. Neste artigo, o historiador enumera os problemas que a política imperial americana acarreta em 2003 e estabelece uma lista dos que estão para vir, alegando que alguns foram herdados de um passado imperialista mais ou menos recente.

Esta curta incursão pelo conceito de imperialismo leva-me a afirmar que a discussão continua a decorrer e manter-se-á *ad eternum*: quando o assunto são os EUA e a definição do americanismo e do excecionalismo americanos, a questão dos tipos e das manifestações do imperialismo e da hegemonia, é, de facto, incontornável. É-o especialmente na relação histórica entre o chamado "mundo ocidental" e as restantes partes do globo (África, Ásia, e Oceania) que colonizaram ou exploraram, como o historiador escocês Niall Ferguson, professor na Universidade de Harvard, explana em duas obras – *Empire: How Britain Made the Modern World* (2003) e *Civilization: The West and the Rest* (2011) – dedicadas ao império britânico e às suas relações com os demais impérios europeus e americano. Uma terceira foca somente o império americano: *Colossus: The Rise and Fall of the American Empire*, (2004).

³¹ Michael Ignatieff, "The American Empire; the Burden", *The New York Times*, 3 de janeiro de 2003, Web, 2 de agosto de 2012, <<http://www.nytimes.com>>.

Ferguson acha que qualquer império se constrói e destrói em prol do capitalismo, pela imposição das armas e graças à predominância do progresso tecnológico e científico (o império britânico sendo o seu exemplo preferido). No caso dos EUA, Ferguson volta à comparação com o império romano (que Vidal reitera nas suas obras críticas e ficcionais), mas conclui que falta vontade aos americanos para dominar o mundo, conforme os romanos o fizeram. Ferguson afirma, ainda, que os americanos privilegiam antes de mais o império do consumo: assim, lançaram-se à conquista dos mercados, seguindo à sua maneira o modelo presente, especialmente, nas suas origens anglo-saxónicas e, exemplificado pelo império britânico. Todavia, na opinião do britânico Ferguson, os americanos são de facto movidos pela guerra, ainda que na senda da prosperidade económica:

The war is at the very heart of Americans' conception of themselves: the idea of struggle for liberty against an evil empire is the country's creation myth. But it is the great paradox of the American Revolution... that the ones who revolted against British rule were the best-off of all Britain's colonial subjects.... There is good reason to think that by the 1770s, New Englanders were about the wealthiest people in the world. (85)

De notar que a última frase deste excerto ecoa a conclusão traçada por Jack Greene, na sua obra já citada e relativa à construção intelectual da América e ao exceccionalismo. Ferguson coloca-se, ainda, do lado daqueles que acham que o império americano em breve desaparecerá sem, no entanto, negar a sua existência (Cf. Wallerstein). Aliás, este autor acha que os americanos ainda não passaram de um império informal para um formal, seguindo neste caso o exemplo do império britânico, mas que a hegemonia cultural e o inigualável poder militar dos EUA já lhe concederam o estatuto de império. Ferguson considera que, pese embora algumas similaridades com o processo de crescimento do imperialismo britânico, e apesar dos

contextos políticos e económicos serem diferentes, o império americano é um império em negação:

[The US] considers itself responsible not just for waging a war against terrorism and rogue states, but also for spreading the benefits of capitalism and democracy overseas. And just like the British empire before it, the American empire unfailingly acts in the name of liberty, even when its self-interest is manifestly uppermost.... And yet the empire that rules today is both more and less than its British begetter. It has a much bigger economy, many more people, a much larger arsenal. But it is an empire that lacks the drive to export its capital, its people and its culture to those backward regions which need them most urgently and which, if they are neglected, will breed the greatest threats to its insecurity. It is an empire, in short, that dares not speak its name. It is an empire in denial. (381)

Ferguson não crê que este putativo estado de negação do elemento imperialista decorra de uma atitude de contenção, impedindo desta forma o avolumar-se das já existentes e numerosas reações antiamericanas que grassam em vários sectores sociais e políticos, pelo mundo fora. Ou talvez a nação americana ache que não vale a pena comentar um facto que dispensa argumentos.

Parece-me contudo, que muitos estudiosos e críticos complicam a sua tarefa quando recorrem demasiado aos processos comparativo e analógico: o império americano existe, em teoria e na prática, mas é preciso requalificar o conceito de império e integrá-lo no âmbito do americanismo. Assim, na opinião dos autores que analiso, e de muitos outros, imperialismo e terrorismo formam uma dupla inseparável e, de uma forma mais clara, há pelo menos meio século. Para impor a democracia e a liberdade, sobretudo fora do território americano, são necessárias técnicas e práticas que fomentam o terror (informação e contra-informação;

simulação ou implantação de golpe de estado; manipulação do medo das populações) dentro e fora das fronteiras nacionais. No caso em estudo, por um lado, as mesmas servem para convencer os americanos da justeza e necessidade da guerra e, por outro, para os persuadir que as mais-valias pessoais e nacionais (segurança nacional) se sobrepõem às restrições e negação dos direitos constitucionais.

Terror(ismo)

Na obra de Sidney Lens, *The Forging of the American Empire. From the Revolution to Vietnam: A History of US Imperialism*, Howard Zinn, redator da introdução da edição de 2003, atualiza a lista de ingerências na política de outras nações, de intervenções militares e de guerras, desenvolvidas pelos EUA desde o fim da guerra do Vietname até 2003.³² Zinn exprime-se sobre a situação ilegal na qual os EUA se encontram, visto que, na sua ótica, o governo de George W. Bush aproveita o renovado sentimento de terror nacional para melhor justificar uma guerra no Iraque e precaver o futuro da nação em termos industriais, comerciais, militares e energéticos.³³ Zinn, cuja obra crítica é dedicada à denúncia de uma política pró-imperialista norte-americana, viu a sua tese confirmada pela declaração de guerra ao terror, proclamada por George W. Bush. Por um lado, uma guerra física é travada, mormente no Iraque, cuidadosamente mediatizada pela imprensa americana “certificada” pelo governo; por outro, uma guerra psicológica começa, baseada na gestão do terror e dirigida a cidadãos americanos considerados suspeitos de atos terroristas (cuja natureza é variável, consoante as ideias que tentam disseminar) dentro de fronteiras, mas carece de qualquer tipo

³² A primeira edição desta obra data de 1974.

³³ Os americanos, e a maioria dos povos que vivem numa sociedade onde o terror e a guerra não são presenças quotidianas, esquecem-se de que os atos terroristas em solo americano não são uma novidade, o que, do ponto de vista das emoções, não é negativo. No entanto, lembro que, na década de noventa do século XX para referir um passado recente, ocorreram vários ataques terroristas, perpetuados quer por cidadãos americanos, quer por não-americanos. Elenco apenas os mais mediatizados: o ataque ao WTC, em 1993; o ataque à embaixada americana no Quênia, em 1998; o “Oklahoma City Bombing”, em 1995 e o ataque-suicida ao “USS Cole”, em 2000. É claro que os ataques às Torres Gémeas e ao Pentágono, em 2001 (quase) apagaram as memórias dos anteriores atos terroristas, dada a sua dimensão simbólica, (os alvos visados eram em solo americano: Nova Iorque e a capital da nação), a quantidade de vítimas mortais e feridos, e a cobertura imediata (em contínuo) e global do acontecimento.

de mediatização a nível transnacional.³⁴ Na verdade, esta guerra em surdina é encetada antes da Guerra no Iraque, logo após o ataque às Torres Gémeas. Na época, intelectuais e académicos americanos e não-americanos, na sua avaliação das medidas internas promulgadas pelo governo de George W. Bush, avisaram acerca do provável advento de uma realidade kafkiana em solo norte-americano. Achavam que este governo abusava do clima de terror, legitimando as suas ações com respostas ao ‘terrorismo’, sem definir o termo, apesar de já existir um número avultado de definições de terrorismo (emanando de várias áreas de estudo), no mundo pré-‘11-de-setembro’.

Após ter consultado vários dicionários, optei por duas definições do termo terrorismo, sendo uma de carácter mais geral e outra, mais específica. A primeira provém do dicionário *online Collins English Dictionary*: “1. a method of government or of resisting government involving domination or coercion by various forms of intimidation, as bombing or kidnapping; 2. the state of fear and terror so produced”³⁵; a segunda consta do *Dictionary of Military and Associated Terms. US Department of Defense 2005*, citada no *Free Dictionary Online*: “The calculated use of unlawful violence or threat of unlawful violence to inculcate fear; intended to coerce or to intimidate governments or societies in the pursuit of goals that are generally political, religious, or ideological”.³⁶

Constata-se que “o medo, a intimidação e a coerção” servem tanto para impor uma forma de governação como para resistir ou contrariar o governo (ou outra forma de governação). “Terrorismo” difere de “terror” porque no sufixo “ismo” está presente a noção de ideologia, uma estrutura mental edificada para fomentar o uso do terror como uma arma

³⁴ Em 2003, perante a comunidade internacional, o governo de G. W. Bush e o governo de Tony Blair apresentaram provas (fotografias e relatórios) que confirmavam a existência de armas de destruição massiva no Iraque (“WMDs” – Weapons of Mass Destruction). Afirmavam, ainda, que Saddam Hussein tinha acolhido e ajudado membros da Al Qaeda. Anos mais tarde, os mesmos governos lamentaram o facto de terem sido alegadamente enganados e de terem tomado decisões com base em provas supostamente forjadas. Os mesmos reconheceram mais tarde, que, na referida altura, não estavam reunidas as condições necessárias (instalações, recursos humanos, meios tecnológicos e matéria-prima) para a produção deste tipo de armamento.

³⁵ “Terrorism”, *Collins English Dictionary – Complete and Unabridged*, HarperCollins Publishers, 2003.

³⁶ “Terrorism”, *The Free Dictionary*, sem data, Web, 4 de agosto de 2012 <<http://www.thefreedictionary.com/terrorism>>.

psicológica, para fins políticos e estratégicos. Para “terror”, o mesmo dicionário indica: “great fear, panic or dread” e ainda, “a person or thing that inspires great dread”.

As palavras-chave e conceitos fundamentais para o meu estudo são “medo” e “utilização calculada (ou medida) de violência ilegal”. O primeiro remete para a manipulação das emoções (sensação de terror): o segundo, para a distorção ou interpretação indevida da lei (o abuso na aplicação do mecanismo legal ao estado de exceção). Sendo assim, o terror provém da manipulação dos sentimentos do medo e da indução de uma situação de perda de controlo e falta de informação (física ou emocional); quanto ao terrorismo assenta na utilização de meios psicológicos e técnicas de violência física para impor uma mudança de *status quo*, que pode ser dirigida a um só ou a vários sujeitos ou entidades. Tanto o desejo quanto a necessidade aguça o engenho e o mau génio, sendo igualmente os instrumentos de medição da inteligência emocional. Ora, os autores que consultei sublinham a existência de uma relação entre terrorismo e terror e o estado de exceção, justificada pelo imperialismo e excecionalismo. Este elo entre os dois conceitos assenta num equilíbrio entre desejo e realidade; entre fantasia e mitos; entre os cidadãos americanos e a América imaginada.

Este “terror”, que emana do medo, permite estabelecer um paralelo entre o ‘11-de-setembro’ e uma situação que ocorreu durante um dos episódios históricos mais dramáticos (e fundamentais) da construção da nação francesa – “*la Terreur*” (1789-1794). Em pleno período revolucionário, a França ficou sem governo (nem rei, nem Presidente de Assembleia) e ingovernável, travando duas guerras ao mesmo tempo: uma a nível europeu, e outra, a nível civil, já que *girondins* e *montagnards* não chegaram a consenso. Em suma, a França esteve mergulhada num estado de sítio, durante o qual ocorreram denúncias falsas, julgamentos fantoches para delitos e crimes inventados, massacres em massa, detenções ilegais (com um elevado número de detidos) e condenações sumárias, cuja sentença impunha, quase sempre, o

uso da recém-inventada guilhotina. A execução de Robespierre pôs oficialmente fim a este período, que atingiu o seu clímax entre 1793 e 1794.

Muitos intelectuais americanos condenaram a Revolução Francesa, sobretudo após terem lido a obra do irlandês Edmund Burke, intitulada *Reflections on the Revolution in France* (1790). Neste *best-seller*, Burke defendia que a Revolução devia ser travada por uma intervenção militar e advogava um retorno ao *Ancien Régime*. Burke desconfiava, em particular, das ideias dos enciclopedistas e, de algum modo, receava o intelectualismo em ebulição nesta altura, sobretudo pelo mundo ocidental, e com um fervor particular em França. Contudo, o que mais apoquentava Burke era o facto de que os revolucionários franceses não respeitavam os direitos dos cidadãos e, mais ainda, que aos cidadãos era negado o direito de poder derrubar qualquer tipo de regime opressivo. Vidal recupera o pensamento de Burke, ainda que inconscientemente, quando insiste na obediência às leis e no respeito à Constituição, colocando estes valores acima de todas as justificações para os transgredir (o estado de segurança da nação americana, inclusive). Burke e Tocqueville (que escapou à onda de “*la Terreur*”) temiam, nessa altura, como de idêntico modo, temem hoje em dia, Vidal, Sontag, Baudrillard e Lévy, a tirania, pois esta depende apenas da vontade dos homens. Por isso o Estado de Direito é fundamental. Já Didion demonstra ter mais fé nos homens e apoia um sistema anárquico.

Estabeleço um paralelo entre “*la Terreur*”, período histórico traumático para a construção da nação francesa, e o período temporal em estudo neste trabalho, referente à nação americana, porque o “governo” (ou a falta de um governo legal reconhecido e eleito) fomentou atos de terrorismo e disseminou o terror entre os cidadãos das duas nações. No entanto, reconheço que existem diferenças contextuais não negligenciáveis, como, por exemplo, o facto de os cidadãos americanos terem um governo para os representar, eleito e legítimo. Todavia, o governo americano violou a integridade física e mental dos seus cidadãos

quando lhes impôs, à revelia, medidas de restrição no pleno exercício da sua cidadania e, para alguns, até medidas castradoras da sua identidade. Assim, alguns cidadãos americanos foram tratados como se fossem inimigos da nação e todos (alguns cientes deste facto ou não) viram os seus direitos limitados ou negados.

Deste modo, o que une estes dois períodos, afastados no tempo e no espaço, é que durante o primeiro – “*La Terreur*” – o estado de exceção nasce e o conceito é usado, pela primeira vez, em plena era moderna em 1791,³⁷ com os resultados assaz negativos que já invoquei anteriormente; no segundo – 2001-2006 – volta a ser usado, nos EUA, com consequências que parecem ser menos graficamente sanguinárias do que na primeira ocorrência.³⁸ No entanto, a estatística e os factos assinalam que o saldo final deste episódio de terror para os cidadãos e a nação americana foi *de facto* tão ou mais gravoso e mortífero.

Estado de exceção

Apresento, por último, o conceito de estado de exceção por se situar à margem do trio conceitual americanismo-imperialismo-excepcionalismo, pois decorre do tema do terrorismo. A sua ocorrência é justificada pela ação do governo em exercício, e é, por definição, meramente pontual, pois trata-se de um recurso e conceito jurídico, que só deve ser utilizado excepcionalmente, como a própria designação o indica. Todavia, segundo os autores em

³⁷ A expressão francesa para “estado de exceção” é *état de siège*, ou seja estado de sítio. “*La Terreur*” imergiu os cidadãos franceses num completo estado de sítio social e intelectualmente.

³⁸ Durante a “guerra ao terror”, cujo terreno de batalha G.W. Bush localizou no Iraque e nalgumas regiões do Afeganistão, o governo americano não prestou informações, de uma forma oficial e transparente, aos cidadãos sobre os seguintes factos, de interesse público e pessoal: o número de mortes em combate (foi proibida a divulgação de imagens de caixões nas cadeias sob o controlo do governo, acessíveis à maioria do público americano); a quantidade discriminada de detidos nacionais e estrangeiros; os motivos que originaram algumas detenções de cidadãos americanos e estrangeiros em solo americano; o reconhecimento da ocorrência das violações dos artigos da Convenção de Genebra, no que toca ao tratamento de prisioneiros; a confirmação da existência de zonas de detenção de terroristas em território não-americanos – “black sites” – onde interrogatórios e métodos de persuasão (práticas de torturas “ilícitas”, como o “waterboarding”) foram utilizados para obter informações sensíveis e cruciais para a luta contra o terrorismo. Justifica-se, assim, o uso da expressão “graficamente sanguinária”: no entanto, ainda que as baixas e as estatísticas apontem para uma mortalidade maior de cidadãos não-americanos entre os demais membros das forças armadas dos países que participaram na ofensiva no Afeganistão (e, depois, no Iraque), o índice de mortalidade e de *stress* pós-traumático é elevado no grupo de americanos oriundos das classes mais baixas, das minorias étnicas ou da imigração, já que muitos, mas não todos, foram aliciados (num sentido material e, logo, financeiro, caso contrário, dir-se-ia “motivados”) para ir combater no terreno. As consequências psicológicas e sociais a nível pessoal, familiar, comunitário, económico e financeiro, a longo prazo, não foram tidas em linha de conta pela frieza da análise dos dados estatísticos.

análise, no período temporal focado, o conceito foi propositadamente mal-aplicado, pois adquiriu um carácter normativo e, em consequência, o estatuto de excecionalidade foi desvirtuado. Deste modo, é necessário definir com mais detalhes este conceito, cujos traços principais, já discuti ao longo deste capítulo.

O estado de exceção é uma noção do foro jurídico, aplicada pela primeira vez no período da Revolução francesa. Nos nossos dias, já ultrapassou os limites do campo jurídico-legal e deve ser interpretada à luz da ética. Recorro à obra de Giorgio Agamben, intitulada *State of Exception* (2005), na qual o autor indica que é no termo *iustitium*, oriundo da lei romana, que surge a raiz do conceito: “standstill” ou “suspension of the law” e referindo a gramática latina “etymologically, *sicut solstitium dicitur (iustitium means “when the law stands still, as [as the sun does in] the solstice”*. (41). Agamben relaciona-o com a noção jurídica de *auctoritas*, e revisita o ensaio de Carl Schmitt (*Ausnahmezustand*), publicado em 1921, que versava o tema da ditadura. O autor alemão defendia que o estado de exceção se tinha transformado numa ferramenta de poder político. De acordo com Agamben, o estado de exceção é uma ferramenta legal e política. Hoje em dia, este recurso “legal” permite desenvolver dentro de fronteiras uma forma de imperialismo caseiro, dotado de todos os pontos negativos da violência, negação da identidade e tortura (moral e física), de entre outras práticas comuns a todos os impérios (e regimes de tipo imperial e opressivo) que vigoraram até ao final do século XX. O estado de exceção pode ser usado para exceder e violar o espírito das leis, e da Constituição, no âmbito da qual foi concebido, chegando deste modo a retirar ao cidadão a identidade civil e, no pior dos casos, a sua dignidade enquanto ser humano. Agamben aponta igualmente o dedo crítico às intenções do “US Patriot Act:

The USA Patriot Act by the U.S. Senate on October 26, 2001, already allowed the attorney general to “take into custody” any alien suspected of activities that endangered “the national security of the United States,” but within seven days

the alien act had to be either released or charged with the violation of immigration laws or some other criminal offense. What is new about President Bush's order is that it radically erases any legal status of the individual, thus producing a legally unnamable and unclassifiable being. Not only do the Taliban captured in Afghanistan not enjoy the status of POWs as defined by the Geneva Convention, they do not have the status of persons charged with a crime according to American laws. Neither prisoner nor persons accused, but simply "detainees" they are object of a pure de facto rule, of a detention that is indefinite not only in a temporal sense but in its very nature as well, since it is entirely removed from the law and from judicial oversight.... As Judith Butler has effectively shown, in the detainee of Guantánamo, bare life reaches its maximum indeterminacy. (4)

Este estado de exceção manteve-se ativo (e ainda é aplicado no caso dos detidos na Baía de Guantánamo) durante os dois mandatos do governo de George W. Bush. Agamben defende que este conceito, contrariamente ao que Schmitt propõe, não se limita à matéria legal, mas extravasa-a e capacita quem detém a autoridade, com os poderes de vida e de morte. Este superpoder pode reduzir o ser humano a um estado do *homo sacer*,³⁹ um cidadão proscrito e destituído dos seus direitos civis, o qual pode até ser morto sem julgamento, dado o seu estatuto fora-da-lei. Agamben lamenta ainda que esta indefinição na natureza do próprio conceito (se jurídico, se político) permita este vazio taxonómico e que, deste modo, torne legítimas ações eticamente inconcebíveis e reprováveis, ainda que nos EUA, o poder de declarar a guerra, com consequências morais e materiais graves, emane de uma decisão tomada pelo Congresso.⁴⁰

³⁹ Esta obra está na génese de *State of Exception* que Agamben publica cinco anos mais tarde, em 2005.

⁴⁰ Artigo I, secção 8, cláusula 11 da Constituição dos EUA, referida também como "War Powers Clause": "The Congress shall have Power... To declare War, grant Letters of Marque and Reprisal, and make Rules concerning Captures on Land and Water".

O estado de exceção tem, desta maneira, uma dupla utilidade, em tempos de incerteza governativa: permite aplicar algumas medidas extraordinárias, com um forte pendor restritivo no que concerne à liberdade dos cidadãos e funciona igualmente como uma barreira preventiva para responder às possíveis reações de oposição dos cidadãos.

O propósito de Agamben é duplo: advertir para o carácter de perenidade que o conceito, na prática, adquiriu e salientar que o seu uso abusivo está patente no mundo inteiro e não apenas nos EUA.⁴¹ Agamben menciona o caso dos detidos na Baía de Guantánamo (um caso que, como se verá, é denunciado com veemência por Sontag e Vidal), pois constituem o exemplo mais recente, caricatural e patente da existência de práticas ilegais disfarçadas e protegidas pela Lei e pelo poder, substituído em nome da segurança nacional e da cidadania: “At the very moment when it would like to give lessons in democracy to different traditions and cultures, the political culture of the West does not realize that it has entirely lost its canon” (18).⁴²

De notar que o Congresso pode, igualmente, atribuir ao Presidente poderes extraordinários. Aconteceu, por exemplo, a 14 de julho de 1798, no contexto de um estado de quase-guerra ou de “Undeclared War with France”, ou ainda “Pirates War” e “Half-War” (1798-1800), que opôs a França e a Espanha aos EUA (aliados da Grã-Bretanha e da República da Batávia). Pela aprovação de quatro decretos-lei, conjuntamente referidos como os “Alien and Sedition Acts”, o Congresso reforçou, exponencialmente (na opinião de alguns autores), os poderes do Presidente John Adams e, segundo alguns estudiosos como Thomas E. Wood, o Presidente terá mesmo chegado a agir sem a aprovação do Congresso.⁴³ Ao abrigo destes decretos, o Presidente podia deter, aprisionar e mandar deportar os estrangeiros

⁴¹ Giorgio Agamben, neste seu ensaio, repete várias vezes que o “état de siège” emergiu num contexto de estado democrático moderno.

⁴² O próprio conceito jurídico de “detainee”, no contexto legal norte-americano, atesta o facto de que estes prisioneiros foram despojados da sua identidade enquanto cidadãos e da sua personalidade enquanto seres humanos.

⁴³ Thomas E. Wood, “Presidential War Powers”, *LewRockwell.com*, 7 de julho de 2005, Web, 18 de maio de 2014, <<http://archive.lewrockwell.com/woods>>

considerados uma ameaça para a segurança dos EUA, assim como restringir a liberdade de expressão aos cidadãos americanos que criticassem, negativa e abertamente, as medidas tomadas pelo governo:

That it shall be lawful for the President of the United States at any time during the continuance of this act, to order all such aliens as he shall judge dangerous to the peace and safety of the United States, or shall have reasonable grounds to suspect are concerned in any treasonable or secret machinations against the government thereof, to depart out of the territory of the United States⁴⁴

Aos cidadãos estrangeiros e residentes não-americanos, o “Naturalization Act”, inserido no conjunto de leis supramencionado, veio dificultar a obtenção da cidadania americana ao estender, de cinco para quatorze anos, o período de residência nos EUA necessário para o processo de naturalização. O “Espionage Act” (1917) e o “Sedition Act” (1918) constituem dois exemplos de leis federais que foram adotadas pelo Congresso e que, tais como os “Alien Sedition Acts”, foram pensadas como medidas *ad hoc* e ferramentas legais para, em tempos de crise e de perigo para a nação americana, contornar e suspender alguns direitos constitucionais, verdadeiros entraves para alguns dos desígnios do governo. Constata-se assim que a aplicação de formas de ‘estado de exceção’ não é uma novidade nos EUA: é o seu uso recorrente que preocupa alguns cidadãos americanos ou estudiosos, como G. Agamben. É claramente visível um desequilíbrio num sistema dito democrático baseado num processo de “check and balances”, pois este foi pensado para conter o uso indevido do poder e garantir a liberdade de ação e de expressão.

Assim, no seu estudo da aplicação do estado de exceção em vários países (França, Itália, Suíça, Alemanha, Grã-Bretanha e Estados Unidos), desde o final da I Guerra Mundial, Agamben reflete sobre um dos pontos fracos da Constituição americana, que revela uma

⁴⁴ Sem autor, “Transcripts of Section 1 of the ‘Alien and Sedition Acts’”, *Our documents*, sem data, Web, 18 de maio de 2014, <<http://www.ourdocuments.gov/doc>>

contradição perigosa.⁴⁵ Os Presidentes americanos, uns com maior habilidade e subtileza do que outros, na sua qualidade de “commanders in Chief”, usurparam o poder executivo ao Congresso, tomando decisões ou obtendo-as, coerciva e habilmente, sem a aprovação deste órgão. Estas deliberações (nomeadamente, declarar uma guerra ou lançar uma ‘intervenção’) devem provir do Congresso, como já referi:

The place – both logical and pragmatic – of a theory of the state of exception in the American constitution is the dialectic between the powers of the president and those of Congress. This dialectic has taken shape historically... as a conflict over supreme authority in an emergency situation; or, in Schmittian terms (and this is surely significant in a country considered to be the cradle of democracy), as a conflict over sovereign decision. (19)

É precisamente para se justificar perante o Congresso e todos os cidadãos americanos, que o Presidente tem de expor com clareza as razões que o possam levar a aplicar medidas extraordinárias, pois a sua aplicação e substância violam a maioria dos artigos da *Bill of Rights* da Constituição americana. Logo, estas medidas devem ser entendidas como excepcionais, limitadas no tempo e com uma aplicação circunscrita e um objetivo *ad hoc*. Agamben lamenta que o estado de exceção se torne ainda mais forte, pois dá literalmente vida a alguns dos propósitos e dos ideais do novo estado de excecionalismo americano que Donald Pease identifica em *The New American Exceptionalism*. Quando me referir ao estado de exceção será este o conceito adotado.

⁴⁵ Agamben acha que o final da I Guerra Mundial marca o início do aumento do estado de exceção e da sua incidência mundial.

Capítulo II: Perspetivas intelectuais e académicas sobre o (anti) intelectualismo e os intelectuais

Perspetivas sobre o (anti)intelectualismo

Richard Hofstadter e Susan Jacoby

Um dos argumentos do antiamericanismo intelectual francês é a afirmação de que os americanos são ignorantes; de que não têm tradição cultural; de que não têm intelectuais, muito menos, ainda história intelectual, e, por fim, de que não têm história *tout court*. Uma simples pesquisa *online* sobre o intelectualismo americano, nos sítios de livrarias e bibliotecas em língua inglesa, contraria desde logo, em termos quantitativos, estas afirmações, pois são numerosos e variados os livros e artigos dedicados a este tema do intelectualismo e dos intelectuais. A maioria aponta para o declínio, o desaparecimento, a morte ou a extinção dos intelectuais na nação americana.

Uma análise aprofundada aponta para um outro facto: muitos dos que estudam o papel e o perfil dos intelectuais e a descrição do intelectualismo e do anti-intelectualismo americanos não são apenas de nacionalidade americana. Os representantes mais entusiastas e produtivos, nesta temática, são oriundos das nações britânica e francesa, um facto expectável, visto que tanto a nação inglesa como a nação francesa, por razões históricas e culturais óbvias, têm tido relações intensas, tensas mas indissolúveis, com os EUA. O antiamericanismo britânico e o francês diferem em muitos aspetos, mas ambos demonstram o profundo interesse que nos dois países se investe na observação, crítica e apreciação da nação americana.

O antiamericanismo europeu é aliás um dos motivos que levou o historiador americano Richard Hofstadter a redigir uma obra incontornável para os estudiosos do tema: *Anti-Intellectualism in America Life*, (1963). Nas suas notas prévias, o professor de História da Universidade de Columbia alega que os intelectuais americanos têm de comprovar o

quanto a tese do antiamericanismo está errada, pois acrescenta Richard Hofstadter, uma das maiores qualidades dos cidadãos e dos intelectuais americanos é a sua capacidade de autocrítica:

For all their bragging and their hypersensitivity, Americans are, if not the most self-critical, at least the most anxiously self-conscious people in the world, forever concerned about the inadequacy of something or other – their national morality, their national culture, their national purpose. This very uncertainty has given their intellectuals a critical function of special interest. The appropriation of some of this self-criticism by foreign ideologues for purposes that go beyond its original scope or intention is an inevitable hazard. (s.p.)

Publicado em 1963, este estudo recebeu no ano seguinte o prémio Pulitzer para obras não ficcionais. Hoje está, com certeza, desatualizado em muitos aspetos; no entanto, se for lido à luz da dificuldade que os intelectuais sentem em definir o seu papel e em justificar a necessidade do intelectualismo para a melhoria da sociedade em geral (de todas as nações), encontrar-se-ão nele as razões que justificam a prevalência do anti-intelectualismo na sociedade americana. Como complemento, recorri a um *opus* mais recente, assinado pela jornalista e escritora Susan Jacoby, *The Age of American Unreason* (2008).⁴⁶ As duas leituras permitem reconstituir o panorama geral do intelectualismo/anti-intelectualismo durante o século XX (e antirracionalismo, na obra de Jacoby). Ao contemplar o período que medeia entre o início dos anos 60 e a campanha presidencial de 2008, a obra de Jacoby permite também perceber as forças em conflito na sociedade americana contemporânea e por que razões enfraquecem o ambiente intelectual.

⁴⁶ Nascida em 1946, Susan Jacoby tem as suas opiniões e artigos publicados em jornais e revistas como o *Washington Post*, *New York Times*, *Los Angeles Times*, *American Prospect*, *Mother Jones*, *Nation*, *Glamour*, *AARP Bulletin* e o *AARP Magazine*. Susan Jacoby é, igualmente, a autora de *Freethinkers: A History of American Secularism* (2004), uma (primeira) obra que influencia, indubitável e marcadamente, a segunda, aqui referida. *Freethinkers* foi ainda considerado pela revista inglesa *Times Literary* como um dos melhores livros de 2004, a nível internacional.

Como acontece com vários outros exegetas (Allan Bloom, Thomas Sowell, Susan Jacoby, Helen Small, entre outros), Hofstadter detetou a presença de um certo traço de ironia no destino do intelectualismo: os EUA são, afinal, o produto de um contrato lavrado não só por pessoas esclarecidas, mas instruídas (e alguns mesmo “intelectuais”), as quais usaram a sua inteligência, o seu conhecimento, a sua experiência e a sua vontade para construir, de raiz, uma nação. Assim, poder-se-á afirmar que o intelectualismo, tal como o anti-intelectualismo, participa de um conceito mais abrangente, o americanismo, cuja definição concisa é impossível, como já discuti no capítulo anterior.

Na ótica de Hofstadter, a presença do anti-intelectualismo na sociedade americana não pode ser negada:

Moreover, to the extent that our history can be considered one of cultural and anti-intellectual conflicts, the public is not simply divided into intellectual and anti-intellectual factions. The greater part of the public is simply non-intellectual; it is infused with enough ambivalence about intellect and intellectuals to be swayed now this way and now that on current cultural issues. It has an ingrained distrust for eggheads, but also a genuine yearning for enlightenment and culture... Although I am convinced that anti-intellectualism is pervasive in our culture, I believe that it can rarely be called dominant. (19)

Todavia, se Hofstadter assegura que o anti-intelectualismo existe de facto nos EUA, ele não constitui um fenómeno dominante. O anti-intelectualismo, enquanto ideia, resulta de várias reflexões relacionadas entre si; enquanto fenómeno histórico, não é detetável numa linha do tempo contínua com picos de intensidade e de quebra assinaláveis. Assim, o anti-intelectualismo é hodierno e emerge em função das circunstâncias sociais e culturais. Por exemplo, Hofstadter alega que o epíteto “anti-intelectual” tem sido usado frequentemente

pelos seus pares, sem definição mais profunda, no intuito de criticar alguns aspetos da vida social, cultural e académica americana.

No dia-a-dia americano, o anti-intelectualismo não é assunto de televisão, nem um tema debatido *online* ou na imprensa “escrita” pelos comentadores, *pundits*, críticos, especialistas intelectuais ou intelectuais públicos – a não ser que o conteúdo de um artigo seja verdadeiramente inconveniente para a opinião pública e para o governo americano. Estes artigos serão, no entanto, publicados na imprensa lida por um público já por si mais instruído e a discussão far-se-á entre críticos, linhas editoriais, membros da academia e os interessados (normalmente, intelectuais ou intelectuais públicos). Cito, como exemplo, um dos textos em análise neste trabalho: o artigo já atrás referido que Susan Sontag publicou, sem título, na *New Yorker*, a 24 de setembro de 2001, na secção “The Talk of the Town”, cuja mensagem foi criticada muito negativamente, tanto pelos seus pares, como pelos seus concidadãos. Na verdade, numa hora de crise nacional a *New Yorker* pediu a um conjunto de figuras tidas como “intelectuais” para analisar as causas e consequências do ‘11-de-setembro’.

Ao definir anti-intelectualismo, Richard Hofstadter clarifica que este não é uma forma de antirracionalismo. Refere que as ideias de escritores como William Blake, Ralph Waldo Emerson, Friedrich Nietzsche, Walt Whitman, Henri Bergson, D. H. Lawrence ou Ernest Hemingway são antirracionalistas. Mas estes homens não eram, segundo Hofstadter, caracteristicamente anti-intelectuais nos sentidos cultural e social que este autor considera:

I am widely concerned with widespread social attitudes, with political behavior, and with middle-brow and low-brow responses, only incidentally with articulate theories. The attitudes that interest me are those which would, to the extent that they become effective in our affairs, gravely inhibit or impoverish intellectual and cultural life. Some examples taken from our recent history may put flesh on the bare bones of definition. (9)

O intelectualismo e o anti-intelectualismo descritos por Richard Hofstadter inscrevem-se numa perspetiva sociocultural americana, que tem por base a própria ideia que os americanos têm da sua nação. Na ótica do autor, são quatro as razões principais que têm favorecido o anti-intelectualismo em detrimento do intelectualismo: em primeiro lugar, a prevalência da ação sobre o pensamento: a produção (de um ponto de vista mais economicista) é preferida ao pensamento mais especulativo. Os americanos desconfiam das teorias e das pessoas que são associadas a atividade mental: dos professores aos jornalistas, dos artistas aos escritores.

Em segundo lugar, na sociedade americana impera o poder absoluto dos negócios baseado no Puritanismo, no individualismo e na meritocracia, os alicerces do sucesso social e, a nível pessoal, da melhoria das atitudes de cada cidadão para consigo próprio e para com o próximo. Assim, o “self-made man” e o “businessman” são figuras respeitadas e modelos a seguir.⁴⁷ A reflexão intelectual só é valorizada na medida em que produz mais-valia e faz ganhar tempo e dinheiro.

Em terceiro lugar, a questão da educação formal (escolar) e da formação individual (moral) é crucial para o intelectualismo e vice-versa. Na América *antebellum*, por razões de ordem religiosa, social e económica, a maioria dos Estados não tencionava elevar os impostos para financiar o ensino público. Todavia, a forte imigração (1880-1920) e a presença de uma população urbana, já consumidora de itens de cultura para o seu lazer, levou a uma mudança nas políticas educativas dos EUA. Contudo, a quantidade é ainda hoje preferida à qualidade e variedade do ensino no ponto de vista de pessoas minimamente instruídas com uma taxa de imposto mínima.

Em quarto lugar, Hofstadter alude à pressão da religião exercida na sociedade americana e à competitividade entre denominações evangélicas. Esta forma de pressão social e religiosa é tratada, pelo autor, com o mesmo pormenor e objetividade do que os outros três

⁴⁷ No caso do homem de negócios, o seu sucesso pode decorrer do facto de ser um “self-made man”.

motivos que impediram que o intelectualismo tivesse mais influência na cultura e na sociedade americanas, em determinados momentos. Ver-se-á como Susan Jacoby, no seu ensaio, alveja com críticas virulentas o antirracionalismo, em parte derivado desta coação religiosa. Existe, pois obviamente intelectualismo nos EUA: mas será apenas reconhecido por ter sido quantificado? E de que modo? Talvez não lhe tenha sido dada a atenção necessária dentro do contexto histórico e sociocultural da nação americana.

Susan Jacoby, leitora da obra de Richard Hofstadter, propõe uma análise do anti-intelectualismo de uma forma mais lata e desde os primórdios da nação, fazendo questão de se demarcar do premiado Pulitzer de 1964, quando afirma:

In Hofstadter's views, anti-intellectualism is not an independent historical or social phenomenon but the consequence of some other goal – such as the desire to extend educational opportunities to a broader population or to wrest control of religious life from ecclesiastical hierarchies.... This seems to me an overly charitable portrait of anti-intellectualism – then and now. It is surely true that few people like to consider themselves enemies of thought and culture. Bush, after all, called himself the “education president” with a straight face while simultaneously declaring without a trace of self-consciousness or self-criticism that he rarely read newspapers because that would expose him to opinions. (10)

O título da obra de Susan Jacoby, *The Age of Unreason*, glosa o título do ensaio de Thomas Paine, *The Age of Reason*, que, em 1794, ano da sua publicação, se tornou num *best-seller* nos então recém-criados EUA. O livro da Susan Jacoby também foi considerado, pelo *New York Times*, um dos sucessos de vendas do panorama literário americano de 2008. Esta obra contempla os séculos XVIII (racionalismo e fundamentalismo religioso), o século XIX (o sistema educativo americano), e, no século XX, os anos 30 (o medo dos intelectuais

comunistas), os anos 50 (o auge da cultura “middlebrow”), os anos 60 (omnipresença dos meios de comunicação, sobretudo da TV, a contracultura, a “contra-contracultura” e a influência dos “baby boomers” na sociedade do século XXI) e os anos 70 (o começo do declínio da cultura do livro, a diminuição da presença e do poder do texto escrito, os estragos causados pelas novas reformas educacionais e a onipotência da cultura do lazer e do entretenimento).⁴⁸ Jacoby junta, por fim, os anos 80 e 90 debaixo dum mesmo lema: a idiotice generalizada (“dumbness”). Para a autora, as palavras de Ralph W. Emerson, “The mind of this country taught to aim at low objects, eats upon itself” (1970, 29-30), tomaram a forma de um antirracionalismo e de um anti-intelectualismo endêmicos que infetaram os cidadãos, dos mais cultos aos menos instruídos. Ao mesmo tempo que o mundo e os EUA se tornam ‘planos’ (Friedman), Susan Jacoby revela o quão profunda foi a queda nos graus de iliteracia e na falta de conhecimento cívico e científico dos americanos, que ela atribui, sobretudo, ao legado antirracionalista das décadas anteriores e ao surto de anti-intelectualismo vigente, refletido nas políticas e reformas do governo de George W. Bush. A América moderna, democrática e instruída não é mais do que uma miragem.

Jacoby sustenta que existe um antirracionalismo prevaiente na sociedade americana. Este antirracionalismo e anti-intelectualismo têm sido alimentados em excesso pela cultura do vídeo e das imagens nos últimos vinte anos; pela ignorância disseminada em todos os estratos sociais americanos pelos meios de comunicação (todos eles); pelo ressurgimento, no entender da autora, de um fundamentalismo religioso antirracional; e pela política do menor esforço,

⁴⁸ Na opinião de Jacoby, a contracultura é injustamente acusada pelos meios de comunicação de fomentar o anti-intelectualismo: são os mesmos meios que desprezaram a sub-reptícia propagação de uma contra-contra-cultura, manobrada pela direita e extrema-direita anti-intelectualista e por grupos religiosos (mormente sulistas), antirracionalistas e alguns católicos. Na perspectiva da autora, os intelectuais que viveram e estudaram nos anos 60 foram incapazes de prever o retorno do anti-intelectualismo, anunciado pelas atos e palavras destes grupos. Tiveram pouca visibilidade junto do público e das audiências, mas o seu poder foi aumentando ao longo de quatro décadas e, hoje, o anti-intelectualismo persiste, representado por George W. Bush (poder-se-ia também juntar o ‘antirracionalismo’). Os elementos destes grupos são de extrema-direita, prosélitos de novos fundamentalismos (no sentido dado pela autora: aqueles que fazem uma interpretação literal da Bíblia), defensores do ‘Intelligent Design’ e detratores da investigação das células estaminais, inimigos da teoria da evolução, das associações *Pro-Choice* e de apoio aos doentes de SIDA ou de qualquer organização de homossexuais, sejam eles católicos ou protestantes.

do laxismo e do comodismo, impostos a todos os níveis de ensino escolar e académico. Os responsáveis principais são os políticos quer de direita, quer de esquerda e, em particular, o governo e o então Presidente George W. Bush, os intelectuais desinteressados, os pseudointelectuais, os pseudocientistas, os grandes grupos de comunicação social, os líderes religiosos e os grupos de cidadãos, cujos valores e interesses se baseiam em pressupostos antirracionais. A má interpretação do legado das políticas sociais e culturais desde os anos 60 feita quer pelos intelectuais, quer pelos políticos despoletou, na opinião da autora, um novo surto de anti-intelectualismo. Os danos causados na cultura, na política e nos cidadãos americanos por este acesso agudo de anti-intelectualismo e de antirracionalismo são prejudiciais para a imagem dos EUA, fora e dentro das suas fronteiras. Contudo e, numa escala de perigo maior, será o século XXI o mais afetado. O título desta obra de Jacoby está, deste modo, plenamente justificado.

Jacoby apela a um urgente recurso à memória, à introdução de novas políticas culturais, educacionais e cívicas, uma subida do grau de exigência e de rigor nas declarações e atitudes de todos os cidadãos (de “Joe the Plumber” ao “Mr. President of the USA”). Segundo a autora, esta ação é urgente, pois os EUA já estão em regressão há anos, descendo na escala dos países mais ricos e desenvolvidos do mundo e com maior grau de instrução e de conhecimento cívico, como é verificável pelas sondagens efetuadas sobre o grau de literacia e de domínio efetivo das novas tecnologias junto dos jovens e das gerações pós-“baby boomers”. Na opinião da autora, a maioria dos cidadãos americanos parece não estar nem ciente, nem preocupada com o estado de idiotice geral, no qual se deixou mergulhar (ou foi levada a mergulhar), nos últimos trinta anos. Muitos cidadãos americanos acreditam que os EUA ainda são os líderes (incontestados) do mundo ao nível da ciência, do poder económico e no xadrez geopolítico. Susan Jacoby acha que os seus compatriotas têm de exigir uma cultura baseada em factos comprovados pelo método da verificação científica e revisão entre pares e

certificados por entidades independentes (e não por grupos de pressão económicos e industriais). Para isto, terão de repudiar as “verdades” alicerçadas numa visão irracional, emocional e partidária. Recorrendo a uma metáfora da medicina, Susan Jacoby conclui que este estado de dormência cultural é induzido pelo governo através de doses repetidas de anti-intelectualismo.

O fundamentalismo religioso e a sua propensão antirracionalista, as reformas infrutíferas do sistema de educação aos vários níveis; a prevalência e omnipresença de uma cultura da imagem nos meios de comunicação audiovisuais e as atitudes e reformas políticas do governo de George W. Bush são os verdadeiros culpados, no entender da autora.⁴⁹ Todavia, Jacoby visa com insistência o antirracionalismo religioso como o elemento mais invasivo entre todos, pois uma das suas características mais fortes é a da ubiquidade, que lhe permite estar presente em todas as eras históricas e em todos os aspetos da vida sociocultural americana. Um estudo racionalista e a verificação dos factos científicos são incompatíveis com a fé religiosa, com a paixão ou o excesso de emoções. Jacoby considera irónico o facto de a liberdade religiosa desejada pelos americanos ter levado uma maioria significativa da população a abraçar “formas de fé antirracionalistas e anti-intelectuais”, na sua definição. Após esta constatação da autora, as palavras do diplomata francês e bispo de Autun, Charles-Maurice de Tayllerand, que viajou para os EUA em 1794, voltam à memória: “L’Amérique? Trente-deux religions et un seul plat” (*Apud Roger*,70). Esta frase denota um tom de antiamericanismo e revela a incompreensão do homem europeu instruído e educado face a esta reverência para com a religiosidade, num país que nasceu da divisão entre a religião e o Estado. Esta forma de pensar expressa no século XVIII ainda tem seguidores no século XXI, e não apenas em França.

⁴⁹ Após ter usado “fundamentalismo”, várias vezes no corpo do texto, sem definir o conceito, Jacoby fá-lo numa nota de rodapé que transcrevo: “I have taken the liberty throughout this book of using the term to describe American religions and denominations whose faith is based on literal interpretations of a sacred text” (38).

Como vimos atrás, Jacoby reprova a tese de Richard Hofstadter por este não contemplar o anti-intelectualismo como um fenómeno *per se*, mas sim como consequência de outros fatores (entre os quais, um sistema de instrução e de educação descentralizados e laxistas). Esta crítica não me parece, no entanto, justa e é contrariada pelas palavras do próprio Hofstadter, quando afirma que:

Our anti-intellectualism is, in fact, older than our national identity, and has a long historical background. An examination of this background suggests that regard for intellectuals in the United States has not moved steadily downward and has not got into a sudden, recent decline, but it is subjected to cyclical fluctuations (6).

Todavia, Jacoby considera o anti-intelectualismo como um fenómeno periférico, simultaneamente causa e consequência do antirracionalismo. Embora a autora advirta, no decorrer do ensaio, que antirracionalismo não é um sinónimo de anti-intelectualismo, a verdade é que nunca define cabalmente os dois conceitos:

Anti-intellectualism in any era can best be understood as a complex of symptoms with multiple causes, and the persistence of symptoms over time possesses the potential to turn a treatable, livable condition into a morbid disease affecting the entire body of politics... First and foremost among the vectors of anti-intellectualism are the mass-media. (10)

Jacoby deixa, deste modo, o leitor algo confuso, pois não refere quais os sintomas, nem as causas e, menos ainda, o que será, no seu entender, o anti-intelectualismo. Deste modo, não se sabe se prevalece o anti-intelectualismo ou o antirracionalismo. Porém, parece claro que Jacoby pretende expor os efeitos negativos de uma ideologia maior, omnipresente e *in crescendo*, ao longo das gerações, desde os primórdios dos EUA: o antirracionalismo. Na

sua introdução, Jacoby afirma, porém, que os dois conceitos são usados como sinónimos ao nível do senso comum:

During the past four decades, America's endemic anti-intellectual tendencies have been grievously exacerbated by a new species of semiconscious anti-rationalism, feeding on and fed by an ignorant popular culture of video images and unremitting noise that leaves no room for contemplation or logic. This new form of anti-rationalism... has propelled a surge of anti-intellectualism capable of inflicting vastly greater damage than its historical predecessors inflicted on American culture and politics. Indeed, popular anti-rationalism and anti-intellectualism are now synonymous. (xii)

Considero que Susan Jacoby quer, de facto, completar e atualizar o trabalho de Richard Hofstadter pois embora afirme que a sua investigação incide sobre uma era de irracionalidade, acaba por fazer uma avaliação praticamente diacrónica do intelectualismo e anti-intelectualismo nos EUA. Fá-lo com particular ênfase e minúcia no que concerne às três últimas décadas. A sua visão e o seu conhecimento sobre o racionalismo e o antirracionalismo levam-na a ser muito cética no que toca à situação sociocultural dos EUA durante o governo de George W. Bush, enquanto Susan Jacoby deposita sólidas esperanças na “era Obama”.

Este anti antirracionalismo leva-a a reintroduzir no seu *opus* a questão do criacionismo *versus* teoria da evolução. Jacoby evoca a atitude de George W. Bush por defender o ‘Intelligent Design’, colocando-se deste modo contra todos os cientistas. O intuito da autora é claramente denunciar o que ela considera ser uma prova da presença da irracionalidade, subscrita pelo próprio Presidente dos EUA, em pleno século XXI, um comportamento nunca antes evidenciado por nenhum dos Presidentes americanos, como faz questão de sublinhar. Jacoby receia que o intelectualismo (que em termos conceituais não corresponde, lembro, ao racionalismo) seja minado pela ação do antirracionalismo, pois parece claro, na

interpretação da autora, que uma parte significativa da nação acredita que intelectualismo e racionalismo são sinónimos. Em consequência, Jacoby prevê que a denúncia e a supressão do que define como “junk science” e da má-informação serão tarefas ainda mais ingratas e árduas.

Os dois autores estão muito atentos aos altos e baixos do intelectualismo e à indiferença ou crítica exacerbada infligida à figura do intelectual nos EUA pelos seus compatriotas. Ambos acusam a débil política escolar e académica americana, amarrada a números e políticas estaduais e federais erradas, de ser responsável pelo afastamento de gerações de jovens cidadãos de uma atitude pró-intelectual. Nota-se que distam quarenta e cinco anos entre as duas análises, mas, salvo as óbvias diferenças, os pontos negativos apontados são similares. Entre os anos 60 e o dealbar de um novo século e de um novo milénio, a sociedade americana parece ter persistido numa queda progressiva em matéria de conhecimento geral e de autoconhecimento. Entre o “susto” do Sputnik, que, de algum modo, espicaçou as consciências dos políticos americanos e amachucou o orgulho nacional em plena Guerra Fria, e os *diktats* do mundo globalizado dos impérios multimédia, a América imaginada como uma sociedade moderna, democrática e dedicada ao progresso científico e ao saber entregou-se à cultura do menor esforço, à irracionalidade, a um conformismo provinciano: em suma, à pobreza de espírito, na exposição de Jacoby. Todavia, o intelectualismo tem prevalecido, e tem sido usado, ainda, que de uma forma discreta e cirúrgica, como se verá de seguida.

O intelectualismo nos EUA: a face oculta do anti-intelectualismo

Richard Hofstadter, na obra citada, enumera vários momentos da história da sociedade americana em que o intelectualismo se impôs. O intelectualismo foi escolhido, em várias ocasiões, para gerir questões de ordem ora social, ora política ou cultural. O primeiro

momento é o da criação da nação. Como é sabido, os EUA estruturaram-se sobre a aceitação e também a refutação de várias ideias e modelos originários do “Velho Continente”, os quais foram estudados por uma elite instruída, que acabou por se instalar sobretudo nas colónias da Nova Inglaterra sendo Massachusetts Bay, das treze colónias, a mais crente nas virtudes do pensamento e da aprendizagem. Hofstadter sustém que não será fruto de um acaso que, apenas seis anos após a chegada de John Winthrop ao porto de Salem, o povo desta cidade tenha organizado uma coleta e fundado a Universidade de Harvard, em 1636.⁵⁰ Antes e depois da revolução americana, existia uma vida cultural enriquecida por importações de cultura do “Velho Mundo”, sobretudo nas zonas portuárias, graças ao vaivém dos barcos, mas esta vida cultural não ficava limitada a estas áreas e dependente do “exterior”. As ideias e as produções culturais circulavam numa sociedade particularmente ciente e preocupada com a vida cultural das suas várias comunidades. Desde cedo, libertos de crença, os cidadãos, ainda súbditos da Inglaterra, agregaram-se em pequenas sociedades para partilhar reflexões de cariz filosófico, religioso e social, oriundas tanto das Faculdades como de uma rede de leitores e de frequentadores de tertúlias.

É inegável que a própria Constituição americana é a maior prova do quanto a nação americana foi pensada enquanto modelo político e social novo e arrojado, o qual estimulava o pensamento e a troca de ideias. Contudo, é precisamente porque a Constituição instituiu não a separação (pois nunca houve união formal, da religião e do Estado), mas a criação de um estado laico, que o intelectualismo começou a ser minado por vários grupos de cidadãos e pelos membros de algumas denominações religiosas, que acham que o intelectualismo contrariava, com explicações demasiadas racionais, o que lhes parecia ser intervenção divina. Foi igualmente na zona das colónias da Nova Inglaterra que foi destruído o equilíbrio

⁵⁰ Hofstadter baseia a sua afirmação no relato que considera “ligeiramente exagerado mas perdoável”, de Moses Coit Tyler, em *A History of American Literature, 1607-1765* (1949): “Only six years after John Winthrop’s arrival in Salem Harbor, the people of Massachusetts took from their own treasury the fund from which to found a university” (59).

entre o intelecto e a emoção, necessário para a força da devoção puritana. Alguns crentes preferiram a razão e o intelecto à fé, acabando por renegá-la, enquanto outros radicalizaram a expressão da sua fé. Em meados do século XVIII, esta cesura levou ao aparecimento do revivalismo. Assim, o “Great Awakening” tinha como primeiro objetivo subordinar a educação às facções religiosas; o segundo alvo seria instaurar uma tradição de controlo sectário das universidades.

Ao pressupor a prevalência do pensamento e da racionalidade sobre a emoção e a liberdade religiosa, o intelectualismo visava o bem comum de uma nação constituída por cidadãos livres. Foi precisamente esta liberdade democrática que conferiu o direito de edificar comunidades de cidadãos cuja força proviria da sua fé e do seu trabalho. A liberdade religiosa sobrepôs-se ao intelectualismo e ao bem comum para conseguir um consenso no sentido definido por Sacvan Bercovitch. Para dar respostas a uma nação em acelerada construção demográfica e económica, os vários sectores da sociedade tinham que controlar os dois pilares centrais das sociedades modernas: o modo de influir na governação do país (tornar o governo menos racionalista e elitista) e a educação (as crianças são futuros cidadãos e consumidores). Controlar significa sempre seleccionar, descartar o que é incómodo ou colocar a ordem estabelecida em causa. Enquanto cidadãos livres e convidados a votar e a participar na governação desta nação em edificação, depressa os grupos religiosos e outros, avessos às propostas dos seus dirigentes, expuseram a sua desconfiança para com a racionalidade, a ciência e as ideologias estrangeiras, em particular europeias, corroídas, a seu ver, pela corrupção e decadência.

Nos EUA, é apanágio nacional afastar-se das teorias, sejam elas científicas, filosóficas, religiosas ou sociais e regozijar-se por esse facto. As consequências negativas da Revolução Francesa deram razão a estas vozes. No âmbito das relações franco-americanas, que presidem à elaboração deste trabalho, é de salientar que o próprio Thomas Jefferson, uma figura

polémica por ser ateu, viajou até França, na qualidade de “United States Minister to France” e aí, numa época em que o intelectualismo francês estava em pleno desenvolvimento, foi influenciado pelas ideias em voga. Esta influência foi vista como negativa por alguns cidadãos americanos, inquietados pelos efeitos de desestabilização da ordem social, que atribuíam ao intelectualismo ou ao ambiente de ‘especulação’, como é descrito por William Loughton Smith, citado por Hofstadter:

It was in France where he resided nearly seven years... that his disposition to theory and his skepticism in religion, morals, and government acquired full strength and vigor.... Mr. Jefferson is known to be a theorist in politics, as well as in philosophy and morals. He is a philosophe in the modern French sense of the word. (*Apud* Hofstadter 149)

Para além dos exemplos negativos provenientes do resto do mundo (em particular da Europa), a Guerra Civil prova a elevada perigosidade das ideologias, pois o espectro da autodestruição pairou sobre a jovem nação americana. Deste modo, é preferível manter-se afastado dos “ismos” e agir, laborar em prol da “pursuit of happiness” apenas, independentemente do que esta expressão signifique e acarrete.

Neste ponto, o transcendentalismo, um movimento filosófico e religioso, constitui a primeira manifestação do desejo de edificar uma tradição cultural nativa, ou seja americana. Ralph Waldo Emerson, perante um grupo de académicos em Cambridge, declarou a necessidade de independência cultural dos EUA, que Oliver Wendell Holmes, Sr. designou “Intellectual Declaration of Independence” em 1885.

O artigo “Our Cultural Humility” de Randolph Silliman Bourne, publicado na *Atlantic Monthly* em outubro de 1914, critica um excesso de humildade manifestada pelos sectores culturais (artes e literaturas) e a academia. Na sua ótica esta humildade impede os EUA de se tornarem donos de si-próprios e de se mostrarem ao mundo enquanto uma nação jovem

mas madura. Bourne acha redutor que, na nação que diz ser ‘the land of liberty’ (504), nos anos 1890 e seguintes, as faculdades americanas se tenham inspirado nas teorias e nos modelos de sistema de educação alemão, ou que tenham quase obrigado os seus futuros professores a uma estada prolongada na Europa para “adquirirem” a cultura, seguindo desta forma as recomendações de Matthew Arnold, um poeta e filósofo de nacionalidade britânica (503). Ora, Bourne afirma que esta humildade americana “astonishes and still astonishes Europe” e que esta procura da cultura é dilacerante e onerosa para a nação americana: Bourne acha ridículo o facto de os milionários americanos importarem e comprarem quantidades enormes de artefactos “made in Europe” para decorar a sua casa ou expor em museus. Bourne rejeita esta ideia de que tudo o que é antigo tem valor cultural e defende que o cidadão europeu “objects a little to being so constantly regarded as the keeper of a huge museum” (504). A seu ver, os seus concidadãos não conseguem entender a relação do cidadão europeu com a cultura e, mais grave ainda, não são capazes de mostrar aos europeus que eles têm uma cultura que é só sua, o que contraria a imagem de força e de dinamismo da sociedade americana: “... that attitude of reverence with which Americans approach alien art, and which penalizes cultural heresy among us” (505). Bourne, citando em particular o caso do “lettré” francês, sustem que o europeu, em geral, demonstra ser entusiasta, polémico, radiante no que concerne a sua cultura, mas que nunca é humilde. Bourne considera que, do ponto de vista de um patriota americano, esta demonstração ou atitude de humildade torna-se, quiçá, duplamente humilhante, já que a Europa não demonstra ter nenhum interesse particular pela América. Na opinião de Bourne, a Europa, *a contrario sensu*, considera que os EUA são uma nação caótica, especialista na fabricação de ilusões e de milionários e patrões, como se poder ler no trecho seguinte:

To a genuinely patriotic American this cultural humility of ours is something humiliating. In response to this eager inexhaustible interest in Europe, where is

Europe's interest in us? Europe is to us the land of history.... To Europe we are the land of crude racial chaos, of skyscrapers and bluff, of millionaires and 'bosses'. A French philosopher visits us, and we are all eagerness to get from him an orientation But does he ask about our philosophy, does he seek an orientation in the American thought of the day? (505)

Esta descrição de Bourne da imagem que os europeus, e mormente os franceses, têm dos americanos não é exagerada ou inventada; pelo contrário, Raymond Aron, Louis-Ferdinand Céline, Georges Duhamel, entre outros autores franceses contemporâneos, apontam estas mesmas características como sendo definidoras da América e inscrevem-se desta forma no legado dos intelectuais franceses antiamericanos descritos na obra de Roger.

Bourne exprime igualmente o seu descontentamento acerca dos escritores norte-americanos não fazerem ainda parte do canôe. Bourne acha que a América já ultrapassou a fase de "extensive cross-fertilization in the past" em relação a Europa e, a seu ver, falta cumprir-se o que Ralph W. Emerson preconizara, meio-século antes.

Bourne apela, com uma expressão veemente e uma tomada e mudança de atitude, a um comportamento assertivo da nação americana em relação ao seu projeto enquanto nação livre, independente e que se quer poderosa no olhar das outras nações (nos campos da indústria, das tecnologias e da ciência). Não basta ostentar uma política de expansão territorial e extra-territorial (uma intenção já claramente expressa, ao nível dos decisores e das altas esferas governativas e financeiras, mas ainda não subscrita, ou aparentemente desejada, pela vasta maioria do povo americano) e exportar patentes e consumíveis: é preciso definir o que é americano, mais do que exhibir o que se faz na América. Bourne redige, desta forma, um apelo de cariz verdadeiramente nacionalista, dando como exemplo o chauvinismo cultural dos franceses, que considera ser "the most harmless of patriotisms" (506). Se Emerson solicitara que a América soltasse o "grito do Ipiranga" em relação à Europa, Bourne lança um apelo

dilacerante para que a América, com segurança e autoconfiança, se defina como naturalmente diferente do resto das nações. Contudo, a meu ver, Bourne não acalenta a expressão de uma singularidade cultural americana desmedida, mas rejeita uma atitude de imitação e de subserviência, de falta de independência cultural e criativa:

Our cultural humility before the civilizations of Europe, then, is the chief obstacle which prevents it from producing any true indigenous culture of our own.... But we have passed through that period of learning, and it is time for us now to set up our individual standards.... The only remedy for this deplorable situation is the cultivation of a new American nationalism. We need that keen introspection into the beauties and vitalities and sincerities of our own life and ideals that characterizes the French.... This cultural chauvinism is the most harmless of patriotisms; indeed it is absolutely necessary for a true life of civilization.... In the music of MacDowell, the poetry of Whitman, the philosophy of James, I recognize a national spirit, 'l'esprit américain' as superbly clear and gripping as anything the culture of Europe has to offer us, and immensely more stimulating... To come to an intense self-consciousness of these qualities, to feel them in the works of these masters, and to search for them everywhere among the lesser artist and thinkers who are trying to express the soul of this hot chaos of America – this will be the attainment of culture for us.... When shall we learn to be proud? For only pride is creative. (507)

Um artigo não assinado, intitulado “America’s ‘Cultural Humility’”, publicado no *New York Times* a 23 de janeiro de 1921, refere a publicação de um livro – *The History of a Literary Radical* (1920) –, composto pelos textos de Randolph Bourne e organizado pelo crítico e historiador americano Van Wyck Brooks. Nele pode ler-se que a América ainda não conseguiu expor o seu orgulho nacional no que concerne a projeção da sua identidade cultural

(e já estamos no período após a I Guerra Mundial). Porém, o artigo sublinha o que Brooks considera ser a obsessão de Bourne durante os seus dois últimos anos de vida: a precaridade da livre-expressão nos EUA. Apesar de já se notar uma afirmação da voz americana, essa libertação da influência europeia é a expressão de uma minoria:

It is true enough that the last few years have witnessed an increasing group of writers who have lost what Mr. Bourne called our “cultural humility” and set defiantly enough to work to produce a literature that might be called American first of all. But these workers are still in the minority, and it is a recognizable fact that American letters still suffers from the European influence. (s/p)

Bourne, que como se verá mais adiante, rejeita a intervenção dos EUA no primeiro conflito mundial, na Europa, e desconfia das intenções do “estado” e do “governo” americanos é descrito como sendo um “rallying cry: it was his urge that radicals should be thinkers as well as radicals” (s/p).

Esta “deplorável” atitude de humildade ou de falta de *fierté* nacional vem a ser coroada pela ironia dos factos: a vontade de se autodeterminar em relação aos outros e de não imitar ninguém deu, afinal, origem a uma doutrina de cariz ideológico – o isolacionismo, com vantagens e desvantagens para os EUA. Hofstadter lembra que, à medida que a confiança e “autoestima” da nação americana se foram consolidando, os EUA assentaram a sua ideologia na irracionalidade, num acesso de *hubris* nacional, frequentemente apontada e severamente criticada pelos intelectuais. O americanismo como ideologia ou o “American Way of Life” granjearam rapidamente críticas dentro e fora dos EUA. Era tarde de mais para o intelectualismo (igualmente um elemento do americanismo) conseguir reparar os danos e reequilibrar a sua posição.

Embora a regra geral seja proteger os cidadãos americanos da secularização e das ideias ditas “un-American”, houve, no entanto, momentos em que a nação americana recorreu

ao seu espólio de intelectualismo. Hofstadter elege as seguintes conjunturas políticas durante as quais a sociedade e os membros do governo procuraram dar respostas aos seus problemas através de uma atitude pró-intelectualista: a era do progressismo, a I Guerra Mundial, o período de vigência do “New Deal” e o período intermédio entre o final dos anos 50 e o governo Kennedy. Constatar-se-á que, quando há falta de regulação, o recurso *ad hoc* ao intelectualismo é instaurado de novo na sociedade americana. Esta aplicação cirúrgica do intelectualismo só comprova o receio das autoridades e dos grupos de influência económicos e políticos em relação à utilização de uma atitude mais refletida e baseada num saber certificado e objetivo, *a priori* isento de interesses pessoais. Um intelectualismo não contido poderia contrariar ou dificultar as tarefas e estratégias do governo. Fica claro que o americanismo depende de facto do intelectualismo, pois se é uma ideologia, como o sublinha Hofstadter, há um conjunto pensado e planeado de ideias, valores e metas que é organizado, melhorado e difundido por intelectuais, desde os primórdios da nação americana.

Os intelectuais americanos: entre consenso e dissenso

Não é meu objetivo elaborar uma resenha histórica exaustiva da história dos intelectuais em terras norte-americanas. Antes quero comprovar que os intelectuais franceses que negam a existência de intelectuais americanos incorrem num antiamericanismo primário, onde preconceitos e *clichés* servem de base para estudos alegadamente racionais.

Em *The Intellectual Construction of America: Exceptionalism and Identity from 1492 to 1800* (1997), Jack Greene demonstra como os primeiros residentes na América e futuros cidadãos americanos (em particular, os historiadores) examinavam intelectualmente a América, enquanto construção intelectual. Esta era, assim, já tida como um extraordinário projeto de construção de uma nação (enquanto utopia e distopia) ‘excepcional’, dentro e fora do continente americano. Greene defende ainda que existiam distinções entre as sociedades europeia e americana, e que esta última cedo se apresentou como uma sociedade baseada na

exceção e destinada a ser excepcional por muitas gerações vindouras. Greene sublinha que, nesta versão idílica da construção da nação americana até a Guerra Civil, os intelectuais ingleses, franceses, e sobretudo americanos ignoram ou descaram que, na base desta excepcionalidade, se encontram a escravatura, o genocídio, uma imigração igualmente explorada e outros episódios menos gloriosos, ou adequados à elaboração de uma imagem credível e positiva da exceção. Contudo, o autor realça que houve residentes e pensadores americanos (ainda que a população WASP desse pouco importância a estes assuntos) que expressaram o seu desacordo e o repúdio pelo facto de alguns dos seus concidadãos violarem os valores da nação americana, nomeadamente o respeito pela liberdade individual e as oportunidades para todos.

Entre os demais autores referenciados nesta obra, Greene cita o contributo de grandes nomes da cultura francesa da época como os pensadores Guillaume Thomas Raynal – “Abbé Raynal” – Marie Jean Antoine Nicolas de Caritat, o marquês de Condorcet, filósofo, matemático e politólogo, o filósofo e político Gabriel Bonnot de Mably (ou “Abbé de Mably”), Michel Étienne de Turgot (*prévost* dos mercadores de Paris, pai de Jacques Turgot, ministro da economia de Luís XVI), o escritor francês Michel Guillaume Jean de Crèvecoeur naturalizado americano – mais conhecido por John Hector St. John de Crèvecoeur – e Alexis de Tocqueville. Condorcet até afirma, em *Influence of the American Revolution on Europe* (1786), que, dentro de poucas gerações “... Americans would contribute to... both the useful arts and the speculative sciences” (Greene 152), um raro elogio endereçado, por um cidadão francês, à América. O autor também examina atentamente os importantíssimos contributos do escocês Adam Smith, *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations* (1776), e do anglo-americano Thomas Paine, *Common Sense* (1776), que acreditavam que a América se tornaria um refúgio para os oprimidos. Para além da avaliação dos diferentes contributos históricos intelectuais relativos aos conceitos de excepcionalismo americano, Greene destaca,

assim, o diálogo vivo entre vários intelectuais de várias nacionalidades, inclui americanos, sobre a América enquanto construção intelectual. Greene realça a opinião assaz positiva veiculada pelos intelectuais franceses, embora houvesse, como se pode ler na referida obra de Philippe Roger, um grupo considerável de outros intelectuais franceses cuja perspetiva era muito negativa.⁵¹

No seu estudo, Greene refere ainda o dilema do intelectual que consiste em demarcar-se do modelo europeu e construir um modelo original e nativo. Neste ponto – a inevitabilidade de quebrar os laços culturais com a Europa, introduzo o ensaio de Camille Paglia, intitulado “The North American intellectual tradition” (2000), cujo subtítulo é “To Hell with European Thinkers: The Breakthroughs of Non-European Thinkers Are the 1960s’ Greatest Legacy”.⁵² Neste texto, a autora fustiga os autores franceses Jacques Lacan, Jacques Derrida e Michel Foucault,⁵³ que foram acolhidos com enorme entusiasmo na maioria das universidades americanas, nas décadas de 70 e 80. O objetivo de Paglia é restituir a “sua” verdade no que concerne ao real contributo dos autores norte-americanos nos anos 60, junto dos académicos e de um público mais geral. A autora quer demonstrar como este legado tem influenciado positivamente a atualidade do intelectualismo americano e, em consequência, tem de ser valorizado e reconhecido:

A war still rages over the legacy of the 1960s. For many conservatives, that decade spawned the worst aspects of contemporary culture, from sexual promiscuity and epidemic divorce to drug abuse and educational decline.... What has been forgotten is that there were major intellectual breakthroughs in the 1960s, thanks to North American writers of and older generation. There

⁵¹ Muitos destes intelectuais franceses teceram numerosas considerações antiamericanas sem nunca ter sequer estado nos EUA.

⁵² Camille Paglia, “The North American Intellectual Tradition”, 2 de maio de 2000, Web, 24 de outubro de 2012, <<http://www.salon.com>>.

⁵³ Nos seus escritos, Camille Paglia critica com particular afinco estes autores franceses.

was a rupture in continuity, since most young people influenced by [them] did not enter those professions. The cultural vacuum would be filled in the 1970s by jargon-ridden French post-structuralism and the Frankfurt School, which dominated literature departments for a quarter century. It's time for a recovery and reassessment of North-American thinkers. Marshall McLuhan, Leslie Fiedler and Norman O. Brown are the linked triad I would substitute for Jacques Lacan, Jacques Derrida, and Michel Foucault... and whose ideas transfer poorly into the Anglo-American tradition. (1)

Paglia insurge-se contra o recurso aos produtos do intelectualismo europeu, que considera desatualizados e desadequados, e descreve precisamente o que Jacoby critica negativamente na sua obra: entre outros males dos anos 60, o declínio em termos educacionais. Curiosamente, muitos críticos norte-americanos criticam McLuhan (um filósofo e especialista em teoria da comunicação de nacionalidade canadiana), ao passo que Paglia o elege como o representante-mor deste legado positivo. E que legado tipicamente norte-americano (na aceção lata do termo que lhe dá Paglia) é este?⁵⁴ São os contributos das obras *Understanding Media*, de McLuhan (1964), *Love and Death*, de Leslie Fiedler⁵⁵ e *Life Against Death*, de Norman O. Brown (1959).⁵⁶ Paglia explica o impacto “tremendo” que teve a obra de McLuhan – “a landmark of cultural analysis” (2) – para a sua geração, e afirma que os três juntos (e nada diz, em especial, sobre os dois outros autores citados) “achieved a new fusion

⁵⁴ Para Paglia, ‘North-American tradition’ neste texto, remete apenas para as tradições dos EUA e do Canadá. Deste modo, importa sublinhar, sobretudo, o legado da tradição WASP americana. Esta exclusão de uma parte significativa do continente americano constitui matéria para outros debates, que não cabem nesta tese, mas que não deixam de ser relevantes para a definição de ‘América’.

⁵⁵ Leslie Aaron Fiedler (1917-2003) foi um crítico literário americano. É descrito como um dos primeiros críticos do pós-modernismo e as suas recensões críticas incidiram na literatura americana, produzida na década de 70. *Love and Death in the American Novel* (1960), citado como ‘*Love and Death*’ por Paglia, é o seu *opus* mais referido.

⁵⁶ Norman O. Brown (1913-2002) foi professor de Humanidades nas Universidades de Rochester e da Califórnia (Santa Cruz). Os seus estudos versam as áreas da mitologia, da poesia e da psicanálise. *Life Against Death: The Psychoanalytical Meaning of History* (título completo da obra) foi publicado em 1959 e reeditado em 1985. Trata-se de uma análise crítica à obra de Sigmund Freud, na qual o autor propõe a visão de uma civilização não repressiva. Este trabalho é frequentemente comparado com a obra do filósofo alemão Herbert Marcuse, *Eros and Civilization: A Philosophical Inquiry into Freud* (1955) e a do seu homólogo francês, Michel Foucault, *Folie et déraison: Histoire de la folie à l'âge classique* (1964).

of ideas – a sensory pragmatism or engagement with concrete experience, rooted in the body, and at the same time a visionary celebration of artistic metaspace – that is, the fictive realm of art, fantasy and belief projected by great poetry and prefiguring our own cyberspace” (2). Não importa aferir da pertinência da análise de Paglia, mas sim realçar a sua vontade de apresentar uma tradição de pensamento genuinamente norte-americana, que nasce de um misto de ligação sensorial entre o pragmatismo (e cita Dewey, como precursor de McLuhan) e a visão do corpo e dos grandes espaços americanos, a tal natureza imensa e indomável que tem apoquentado os estudiosos da América, de origem europeia, desde o século XVII:

The primacy of the body in the North-American intellectual tradition is one of our great distinctions.... Exploration of the body inspired the revolutionary choreography of Isadora Duncan and Martha Graham; the Stanislasviskian “Method” of Lee Straberg's Actors Sudio; the organic pulses and respirations of the Black Mountain school of poetry; and the percussive rhythms of our glorious popular music. (2)

Paglia, nesta sua defesa da tradição intelectualista americana, ataca, como já mencionei, os pós-estruturalistas franceses, pois situam-se na linhagem de “the nihilist Husserl and Heidegger” e são “narrowly French thinkers who were struggling with the rationalism of French discourse” (2). Um dos elementos do “French bashing” americano, o equivalente ao antiamericanismo francês, é precisamente a crítica da “alegada” (e excepcional) supremacia cartesiana e racionalista, assumida pelos pensadores franceses. Paglia esquece-se de que, na Europa e em França, existe, igualmente uma tradição artística e intelectual que privilegia o corpo, a relação com o espaço e com o mundo da comunicação e das artes. No entanto, o meu objetivo principal é demonstrar que esta autora se empenha na delimitação de um território intelectual totalmente americano e “made in America”, apesar de alguns contrassensos e incoerências (descrever uma Paris de betão, desprovida de espaços verdes; comparar a

dimensão da Natureza selvagem americana com as paisagens francesas; referir a literatura inglesa e esquecer-se da literatura americana quando, de facto, Paglia está a tentar enfatizar o contributo *sui generis* dos autores norte-americanos) como se pode constatar no excerto seguinte:

But North-Americans who had absorbed McLuhan, Fiedler and Brown had no need for post-structuralism, with its Saussurean view of reality “mediated” through language. English speakers possess their own critique of language, contained in English literature itself... Nature at its wildest and most sublime rarely impinges on Paris. We in North-America, however, with its powerful, ever-changing weather systems, its vast geography and monumental landmarks like Niagara Falls and the Grand Canyon, know that nature is the ever-present ground of all human thought and action.... The North-American synthesis of the pragmatic and the visionary of McLuhan, Fiedler, and Brown is uniquely suited for analyzing the swiftly changing present of our age of technology. Mass media and communication... developed and refined in the U.S. since the 19th century rise of mass-market newspapers, cannot be fully understood with European models. (3)

A autora prova, desta forma, a existência de um intelectualismo e de uma cultura norte-americanos *sui generis* (partilhados pelos referentes do “we” americano, no qual Paglia se inclui), “des-europeizada”, em crescimento, com mais vigor, na sua ótica, desde o século XIX:

[T]he North-American intellectual tradition began, I maintain, in the encounter of British Romanticism with assertive, pragmatic North-American English – the Protestant plain style in both the U.S. and Canada, with its no-nonsense Scottish immigrants. The crucial transitional writer was Ralph Waldo

Emerson... It is the Romantic respect for nature that I define as a primary characteristic of the North-American intellectual tradition. (3)

Acresce que Paglia aponta também para a genealogia, a dinâmica e os caminhos futuros desta tradição ‘norte-americana’:

Education must be purged of dessicated European formulas, which burden and disable the student mind. We must recover North-American paradigms and metaphors, to restore the North-American idiom to academic discourse. Media and Internet are a Jamesian and Joycean “stream of consciousness”... In his 1837 lecture, “The American Scholar,” he says “We have listened too long to the courtly muses of Europe.” Of Americans, he vows, “We will walk on our own feet; we will work with our own hands; we will speak with our own minds.” (3).

Paglia coloca-se, deste modo, na posição de estafeta, numa longa corrida para a consolidação da cultura norte-americana e, mais ainda, autopromove-se como representante do pensamento (e de um certo dissenso) de Emerson. Os seus detratores terão salientado alguma falta de humildade perante uma aparente *insouciance* no que concerne ao pesado fardo intelectual que a autora coloca sobre os seus ombros. Ao invés, os seus apoiantes destacarão a sua vontade férrea de demonstrar o que, na sua ótica, caracteriza o “American mind”, e qual deve ser o caminho para o século XXI (este texto, saliente, foi redigido em 2000), e o papel que deve ser seguido pelo mundo académico americano. Concluo que Paglia “speaks her mind”, seguindo, deste modo, a sugestão dada por Emerson, e fá-lo por uma causa, que, no advento do novo milénio, precisa ainda de defensores e apoiantes: a independência cultural da América e o conceito de intelectual americano. Estes excertos de Camille Paglia comprovam, como Greene o afirma, que esta questão já tinha sido colocada

nos primórdios da nação americana, ainda vigora, fomentando um debate intelectualmente vivo num século dito “pós-americano” (Zakaria, 2009).

Esta crise de identidade é incontornável e é resolúvel também no americanismo. Assim, se o excecionalismo nasce antes do século XIX, como afirma Greene, baseia-se em dois prismas defendidos por intelectuais: os que defendem um excecionalismo baseado na crença na superioridade e na ideia do “Povo eleito” e os que sustentam um excecionalismo alicerçado no capitalismo e nas qualidades intrínsecas do povo americano:

Notwithstanding the implicit notion of superiority inherent in the emerging concept of America as a model for the rest of the world, as late as 1800 the concept of America as an exceptional entity still lacked that smug conceit of moral superiority that in the decades after World War II would give exceptionalism such deservedly ill fame. Some observers, especially those with millennialist aspirations, were starting to edge in this direction. A few were even beginning to articulate the idea of America – of the United States – as a redeemer nation and of Americans as a chosen people. But this idea remained subordinate to an emphasis upon images of openness, abundance, and individual empowerment of the sort that had been the primary features of an American identification during the previous two centuries. (208)

Greene não nega, no entanto, que o século XIX tenha sido, de facto, particularmente importante para a consolidação e constante redefinição do americanismo pelo excecionalismo. Desta vez, são sobretudo os escritores americanos (mas não são os únicos) que fazem soar o grito do Ipiranga da cultura americana (como “The American Scholar” de Ralph Waldo Emerson, já mencionado), e que começam a expressar o seu dissenso em relação ao governo, assim como o seu repúdio perante algumas práticas que põem em causa o conceito de americanismo, tido como fruto de um consenso.

Parece-me necessário, neste ponto, introduzir o ensaio “Resistance to Civil Government”, mais comumente lembrado como “Civil Disobedience”, publicado, pela primeira vez, em 1849, pelo filósofo Henry David Thoreau.⁵⁷ Um século mais tarde, o senador Joseph McCarthy mandaria retirar esta obra dos escaparates das livrarias (e das bibliotecas), num momento da história norte-americana em que a expressão do dissenso era tida como a característica essencial do perfil do cidadão “un-American”. Se retirarmos algumas frases e expressões do seu contexto socio-histórico, as mesmas são suscetíveis de causar, nos nossos dias, algum constrangimento, sobretudo no que respeita aos valores da democracia. Contudo, este texto de Thoreau é paradigmático da atividade intelectual nos EUA, no que concerne à construção da nação e dos seus valores. Thoreau analisa os sistemas de governação e rejeita, sobretudo, o seguidismo e a passividade de alguns cidadãos. Thoreau repudia, ainda, o ímpeto imperialista americano e a tendência belicista, que lhe parece estar a criar raízes fortes na jovem nação americana, e que associa ao processo de anexação do Texas e da conseqüente “Guerra Mexicano-Americana”. Mais ainda, Thoreau sustém que, para governar racionalmente, é preciso aliar a consciência ao intelecto, algo que pode, subsequentemente, levar ao dissenso:

Others, as most legislators, politicians, lawyers, ministers, and office-holders, serve the state chiefly with their heads; and, as they rarely make any moral distinctions, they are as likely to serve the devil, without intending it, as God. A very few, as heroes, patriots, martyrs, reformers in the great sense, and men, serve the state with their consciences also, and so necessarily resist it for the most part; and they are commonly treated as enemies by it.⁵⁸

⁵⁷ Este ensaio remete para o discurso oral, com o mesmo título, proferido por Thoreau, no Concord Lyceum (Massachusetts), a 26 de janeiro de 1848.

⁵⁸ Henry David Thoreau, “Civil Disobedience”, *Thoreau Reader*, sem data, Web, 24 de outubro de 2012, <<http://thoreau.eserver.org/civil.html>>.

À luz do contexto político que é imposto pelo governo de G. W. Bush, no período que se segue o ‘11-de-setembro’, este excerto do texto de Henry Thoreau ganha nova relevância, ainda que refira os mesmos temas, as mesmas dúvidas e, por fim, revele os mesmos receios quanto à perda da liberdade de expressão e à definição do projeto da nação americana.

O texto de Thoreau serve de exemplo pioneiro para a tradição intelectual pró-dissenso norte-americana, pacifista e anti-imperialista. Assim se constata o quão ativos os intelectuais americanos têm estado ao longo de quase três séculos, e com uma ênfase particular, na opinião de alguns estudiosos, desde o fim da II Guerra Mundial, como se verá de seguida.

The American Intellectual Tradition (2001) é uma coletânea de textos escolhidos pelos autores David A. Hollinger (professor de História na Universidade da Califórnia em Berkeley) e Charles Capper (professor de História na Universidade de Boston), ambos especialistas em história cultural e intelectual americana. Apresentam, em dois volumes, os textos que, na sua opinião, melhor expõem as questões sociais, políticas e culturais que despoletaram nos intelectuais americanos a necessidade e vontade de se exprimir, sobretudo pela escrita:

The American Intellectual Tradition is frankly intellectual in orientation. Most of the documents... are the result of someone's effort to make an analysis and to persuade others of the correctness of that analysis.... [M]ost of our selections are of the genres classically associated with purposive discourse: sermon, address, letter, treatise, and essay... we have necessarily been drawn again and again to the work of men and women normally regarded as intellectual leaders who were relatively effective at making arguments. (ix)

O segundo volume (de 1865 aos nossos dias) é de especial interesse para a minha análise. O objetivo é apresentar os assuntos que, ao longo dos anos, foram sistematicamente retomados por gerações de intelectuais americanos. Estas últimas são designadas pelos

organizadores como uma “American family of disagreements”, uma expressão que me parece ser muito apropriada para explicar a resiliência do intelectualismo:

Because the United States is above all a polity, the American family of disagreements includes a high proportion of arguments concerning the basis of politics.... Because modern America has been a peculiarly science-preoccupied civilization, many of the selections in Volume II address the character of scientific enterprise and debate the implications of scientific knowledge. (x)

Assim se prova, ainda que pelo ponto de vista forçosamente parcial de dois intelectuais de nacionalidade americana, que os intelectuais americanos têm tido uma discussão ativa, contrariando a crença evidenciada por alguns intelectuais franceses de que não há intelectuais na América. Ao longo dos dois últimos séculos, este debate tem integrado a expressão do dissenso entre intelectuais sobre alguns assuntos nacionais e sobre si mesmos, enquanto intelectuais. Também se demonstra que a história da construção da nação americana depende de uma dinâmica de acordos e desacordos em volta de determinados temas. Uma resolução pelo consenso absoluto é impossível, dada precisamente a diversidade cultural e intelectual americana. Este dinamismo revela uma nação imersa num processo de crescimento saudável, apesar, ou precisamente em virtude dos dramáticos conflitos internos (e em reação aos externos) que têm surgido ao longo da sua história. É legível a tensão que vai crescendo entre vários intelectuais, nomeadamente a partir de meados dos anos 1920 até ao presente. As guerras e a questão do imperialismo e exceccionalismo americanos tornam-se um dos principais assuntos em debate, sobretudo na segunda parte do século XX e no início do novo milénio.

Desta forma, da obra conjunta sobre história intelectual americana acima mencionada, retive os ensaios que abordam o americanismo, o exceccionalismo e o imperialismo americanos. Constatei, pelo número e variedade de textos propostos pelos autores, que os

intelectuais americanos estão especialmente empenhados em debater estes temas, pois são fundamentais para a nação e permitem-lhes reforçar, de igual modo, o seu contributo para a sociedade e para a redefinição da sua imagem. O debate sobre o americanismo é essencial quer para a construção da nação, quer para a definição da identidade do intelectual americano. Assim, para uma descrição satisfatória do intelectual americano, é meu parecer que o estudioso tem de analisar a sua relação com a América, a sua interpretação da mesma e o seu contributo na construção desta nação. O intelectual americano nasce e cresce no seio do americanismo: são indissociáveis um do outro, numa relação de tensão, por anuência ou discordância. Este facto é legível nos ensaios que passo a examinar.

“The Ideals of America”, assinado por Woodrow Wilson em 1902, é o primeiro exemplo desta relação osmótica entre intelectualismo/intelectuais e americanismo. Surge precisamente no período do início da orientação imperialista da América, na opinião partilhada de Sidney Lens, Seymour Martin Lipset e Philippe Roger, entre outros estudiosos. O então Professor universitário Woodrow Wilson defende uma missão expansionista da América – ponderada e realizada conforme os ideais americanos, como se pode ler no último parágrafo do texto:

It is by the widening of vision that nations, as men, grow and are made great. We need not fear the expanding scene. It was plain destiny that we should come to this, and if we have kept our ideals clear, unmarred commanding through the great century and the moving scenes that made us a nation, we may also keep them also through the century that shall see us a great power in the world. Let us put our leading characters at the front.... let us ponder our duties like men of conscience and temper our ambitions like men who seek to serve, no to subdue the world. (Hollinger e Capper 130)

Neste excerto encontram-se elencados todos os argumentos de uma interpretação do americanismo e do excecionalismo que tem gerado o dissenso: os EUA não devem temer uma aventura expansionista (Wilson não usa o termo “imperialismo”); o destino ditou que os EUA liderassem ou, guiassem na senda da democracia e do Bem, as outras nações. Wilson remata como uma nota que solicita uma atitude ponderada e, supostamente, um processo de expansão equilibrado. Enquanto Wilson vê um empreendimento expansionista, a condizer com o dinamismo da nação, os membros da American Anti-Imperialist League, já referida anteriormente, denunciam uma ação imperialista, e por isso, repudiam a aquisição das Filipinas pelos EUA. Os membros desta associação e outros americanos acham que esta vontade do governo americano viola o espírito do republicanismo americano, e em especial, a liberdade dos cidadãos Filipinos, a preservação da soberania da nação e o consentimento dos governados. O *modus operandi* da liga consiste na redação, publicação e distribuição de panfletos e na organização de congressos e debates públicos: conta assim, entre outros membros menos conhecidos do público em geral, com o apoio e contributo de vários intelectuais, alguns académicos e políticos, alguns dos quais escritores famosos, tais como Jane Addams, Andrew Carnegie, Grover Cleveland, John Dewey, Henry James, William James, William Graham Sumner e Samuel Clemens (Mark Twain). Este último, tal como Wilson, foi defensor de uma América imperialista: contudo, uma análise ponderada dos argumentos a favor e contra, leva-o a mudar de opinião. O discurso de Twain é doravante (a partir do caso das Filipinas) centrado na sua rejeição das decisões do seu governo e na crítica do projeto imperialista que lhe parece estar em pleno desenrolar:

I wanted the American eagle to go screaming into the Pacific... We can make them as free as ourselves, give them a government and country of their own, put a miniature of the American Constitution afloat in the Pacific, start a brand new republic to take its place among the free nations of the world. It seemed to

me a great task to which we had addressed ourselves. But I have thought some more, since then, and I have read carefully the treaty of Paris... We have gone there to conquer, not to redeem. It should, it seems to me, be our pleasure and duty to make those people free, and let them deal with their own domestic questions in their own way. And so I am an anti-imperialist. I am opposed to having the eagle put its talons on any other land.⁵⁹

Twain, que foi aliás por três vezes vice-presidente da liga americana anti-imperialista serve-se dos mesmos elementos de Wilson (mantém, por exemplo, a questão de libertar os oprimidos do jugo da outra nação imperialista, no caso a Espanha) para chamar a atenção para a tendência belicosa e de conquista que anima o governo americano, inebriado pelo seu sucesso industrial e comercial. “Hawkish” é um adjetivo que surge frequentemente nos textos da maioria dos críticos opostos a esta atitude imperialista e beligerante americana, e é transversal a todas as gerações de intelectuais americanos que denunciam esta vontade imperialista, sempre justificada pelo destino manifesto e uma interpretação lata ou restrita, conforme a opinião, dos conceitos de excecionalismo e de americanismo. Assim, se prova que o dissenso acerca do imperialismo e da má-interpretação dos preceitos do americanismo foi de facto debatido na praça pública, por todos os membros da sociedade, e com um profundo entusiasmo, pelos intelectuais de todas as épocas.

Na antologia de Hollinger e Capper, consta “Twilight of Idols” (1917), no qual Randolph Bourne questiona o papel do intelectual e pede para que esta figura mantenha uma posição de crítica independente do discurso “mainstream”. As suas palavras, recontextualizadas no período histórico em análise neste trabalho, ressoam nos ensaios dos autores que escolhi, pois Bourne aponta para a necessidade de expressar o dissenso para com o governo, quando este age contra os interesses e os valores da nação americana. De notar,

⁵⁹ Helen Scott, "The Mark Twain They Didn't Teach Us About in School" (2000), in *International Socialist Review* 10 (Winter 2000): 61- 65.

ainda, o pungente apelo ao discernimento intelectual que Bourne endereça aos seus pares e concidadãos:

That failure to get guaranties that this country's efforts would obligate the Allies to a democratic world-order Dewey blames on the defection of the pacifists, and then somehow manages to get himself into a "we" who "romantically," as he says, forewent this crucial link of our strategy. Does this easy identification of himself with undemocratically-controlled foreign policy mean that a country is democratic when it accepts what its government does, or that war has a narcotic effect on the pragmatic mind? For Dewey somehow retains his sense of being in the controlling class, and ignores those anxious questions of democrats who have been his disciples but are now resenters of the war. (*Apud Hollinger e Capper 183*)

Bourne está, de facto, convicto de que o governo americano pretende reforçar a estrutura produtiva e o poder da nação americana, enveredando por um estado permanente de guerra ("perpetual war). Embora tenha de ser lida à luz do contexto histórico que precede a participação dos EUA no primeiro conflito mundial, na Europa, uma frase de Bourne – "War is the health of the State" – influenciou não só o pensamento do historiador Charles Austin Beard, mas também outros autores que refiro e que se inscrevem no conjunto de textos seleccionados por Hollinger e Capper.

O debate sobre as ideologias e o terror é apresentado, nesta coletânea, através do olhar de uma especialista em teoria política e refugiada política e intelectual nos EUA, Hannah Arendt. O terror, como afirmei no primeiro capítulo, decorre de uma relação causal com as questões da guerra, do imperialismo e do excecionalismo americanos, já que é tido por alguns

observadores como um tipo de opressão.⁶⁰ Em *The Origins of Totalitarianism* (1951), a autora identifica, no nazismo e no estalinismo, uma forma específica de controlo da mente, pela imposição de um clima de terror (manipulando a emoção do medo). Arendt redige este ensaio, “Ideology and Terror”, em 1953 (mais tarde inserido em novas edições da sua obra supracitada) num momento em que os EUA estão envoltos num clima de terror, numa guerra ideológica contra o comunismo. A autora contempla neste texto a definição de ideologia e argumenta que o excecionalismo americano é uma ideia fixa negativa, pró-bélica e imperialista, uma perspectiva retomada, como se verá, por Didion e Vidal, nos seus ensaios:

An ideology is quite literally what its name indicates: it is *the logic of an idea*. Its subject matter is history to which the “idea” is applied; the result of this application is not a body of statements about something that *is*, but the unfolding of a process which is in constant change.... To an ideology, history does not appear in the *light* of an idea... but as something which can be *calculated* by it. What fits the “idea” into this new role is its own “logic,” that is a movement which is the consequence of the “idea” itself and needs no outside factor to set it into motion. (*Apud* Hollinger e Capper 290)⁶¹

No texto de Arendt está patente uma descrição que condiz com o ‘state of fantasy’ (Jacqueline Rose), cuja ocorrência para Donald Pease constitui, como já vimos, um dos mecanismos mais eficientes na construção dos novos excecionalismos: “The ideal subject of a totalitarian rule is not the convinced Nazi or the convinced Communist, but people for whom the distinction between fact and fiction... and the distinction between true and false (ie., the standards of thought) no longer exist.” (293). Arendt, no entanto, não contempla a questão do desejo presente no ‘state of fantasy’, que é induzido pelos governos e depois desejado pelos

⁶⁰ Lewis A. Coser, em *Refugee Scholars in America; Their Impact and Their Experiences* (1984), estuda a influência e o contributo, para a nação americana, das quarenta e oito figuras que entraram nos EUA com o estatuto de refugiados intelectuais, antes e durante a II Guerra Mundial.

⁶¹ Itálicos no texto original.

próprios cidadãos. É a questão da relação entre o intelectual e a formatação de ideologias que preocupa Arendt e faz também parte dos temas recorrentes presentes no discurso intelectual americano.

Arendt subscreve que a ideologia é um produto derivado do trabalho do intelectual. Para ela, pior do que a presença de ideologias erradas, dinâmicas ou decadentes, é testemunhar que alguém não consegue pensar por si e expressar a sua opinião, por estar coagido pela sociedade mediatizada ou o poder político. A falta de um debate intelectual, a sensação de que a sociedade desvaloriza e desconhece os seus intelectuais é o que aflige esta autora e outros intelectuais. Contudo, de quem é a responsabilidade de manter audíveis, visíveis, e compreensíveis os discursos discordantes e concordantes dos intelectuais sobre si e sobre a nação, com toda a independência de expressão exigida para este ato, especialmente em tempos conturbados? Tradicionalmente, essa responsabilidade é reclamada pelos próprios intelectuais, ou é-lhes imputada pela maioria da sociedade.

Em altura de crise nacional, as noções de “verdade”, “independência” e “responsabilidade” ganham novo alento nos discursos dos intelectuais (independentemente da sua nacionalidade), acerca do seu papel na sociedade. No caso da nação americana, a “crise nacional” é frequentemente associada com a política beligerante e imperialista, em estado latente há mais de meio século, na opinião de muitos intelectuais (Lens, 2003; Zinn, 2005; Lipset, 1997; Vidal, 2004; Chomsky, 2004; Sontag 2001; Pfaff, 2010, entre outros), e do seu americanismo reduzido a um excecionalismo ao serviço desta tendência pró-complexo industrial e militar. Subsequentemente, não têm faltado conflitos e medidas políticas para alimentar o discurso dos intelectuais. Se muitos de entre eles, dentro e fora das Universidades, trabalham para que o americanismo e o excecionalismo (no sentido de imperialismo exacerbado e defesa dos interesses económicos) sejam consolidados por uma argumentação

que se quer racional, ou aparenta ser consubstanciada, outros condenam este tipo e modo de construção do americanismo.

Assim, em particular os meios de comunicação audiovisual atribuem a Noam Chomsky a liderança de um grupo de intelectuais cuja atividade exclusiva é manifestar com vigor uma atitude de dissenso em relação ao governo americano, seja ele qual for. A opinião pública crê que este grupo é coeso e que concorda totalmente com todas as afirmações de Chomsky e vice-versa. Consequentemente, Chomsky é vítima, mas não apenas *malgré lui*. Muito fruto da mediatização da sua época, pois se muitos reconhecem a *persona* na televisão, poucos leram, de facto, os seus discursos e menos ainda os interpretaram à luz do contexto histórico em que foram publicados. Chomsky foi rotulado por alguns meios de comunicação audiovisual e escrita, e pelos seus pares, como um membro da esquerda radical, um fazedor de dissenso, e os governos pró-imperialistas acusam-no de ser antiamericano. Todas estas afirmações são de facto verdadeiras se atendermos ao alvo dos discursos de Chomsky que, na prática, se resumem a um tema fundamental: expor e denunciar a veia imperialista pró-bélica e de ingerência ‘terrorista’ (utilizar o medo e o terror como armas de persuasão) dos EUA. Se o americanismo assenta neste excecionalismo que privilegia a guerra e estratégias que violam quer os valores da Constituição americana, quer os valores universais de ética, então Chomsky é, indiscutivelmente, um dos expoentes máximos do antiamericanismo americano da atualidade. Chomsky tem sido especialmente severo com os intelectuais, pois acha que o intelectual é mais bem preparado do que o resto dos cidadãos para a tarefa, social e ética que consiste em expressar uma oposição ao governo quando a atuação deste último o justifica. Chomsky, decerto, faria suas as seguintes palavras de Thoreau: “a very few [men], as heroes, patriots, martyrs, reformers in the great sense, and men, serve the state with their conscience also, and so necessarily resist it for the most part... they are commonly treated as enemies by it” (Thoreau 3).

Assim, no clímax da guerra do Vietname, o linguista Chomsky, em “The Responsibility of Intellectuals” (1967), acusa o governo de Lyndon B. Johnson de mentir. Chomsky arroga-se, então, a missão, normalmente imputada aos intelectuais, de “speaking truth to power”. Neste ensaio, Chomsky remete para um discurso anterior de outro intelectual, Dwight Macdonald, em *Politics* (1946), que se mostrava preocupado com os atos que levaram à II Guerra Mundial e as ações que lhe puseram fim. Chomsky refere o estatuto privilegiado do intelectual e lembra que ele tem direitos e, também, deveres, especialmente a responsabilidade da denúncia:

With respect to the responsibility of intellectuals, there are still other, equally disturbing questions. Intellectuals are in a position to expose the lies of the governments, to analyze actions according to their causes and motives and often hidden intentions. In the Western world at least, they have the power that comes from political liberty, from access to information and freedom of expression. For a privileged minority, Western democracy provides the leisure, the facilities, and the training to seek the truth lying hidden behind the veil of distortion and misrepresentation, ideology, and class interest through which the events of current history are presented to us. The responsibilities of intellectuals, then, are much deeper than what Macdonald calls the “responsibility of peoples,” given the unique privileges that intellectuals enjoy. (Apud Hollinger e Capper 406)

Este texto de Noam Chomsky comprova que existe um elo de ligação entre gerações de intelectuais americanos. Estes, sobretudo nos momentos de crise para a nação, saem do recato do seu quotidiano e do seu mundo profissional para expor a sua perspectiva. Contudo, muitos intelectuais e outros cidadãos americanos interpretaram esta visão de Chomsky como a de um homem ansioso por se autopromover e difundir uma visão da esquerda radical,

manipulando os meios de comunicação. Ora, toda a posição à esquerda, no período da Guerra-Fria, é associada ao comunismo. Em consequência, e conjuntamente com a expressa discordância das políticas do governo (e logo dos EUA), Chomsky acabou por ser considerado antiamericano.

Esta associação entre o marxismo, o comunismo e o antiamericanismo torna-se mais clara após a leitura de dois textos também centrados na análise do americanismo e do excecionalismo, ainda que interpretados *vis-à-vis* as teorias marxistas e comunistas, e no contexto de construção da disciplina e área dos Estudos Americanos: trata-se do artigo de Michael Denning, “‘The Special American Conditions’: Marxism and American Studies”, publicado na *American Quarterly* 38 (1986),⁶² e do livro em co-autoria com Seymour M. Lipset e Gary Marks, *It Didn't Happen Here: Why Socialism Failed in the United States*, (2000).

Para Denning, os Estudos Americanos surgem como alternativa ao modelo marxista para explicar a excecionalidade da sociedade americana: assim o americanismo funciona como antídoto para o marxismo:

First, American Studies served as the quintessential alternative to Marxist explanations, the embodiment and explicator of the American Way... [I]ts interdisciplinary and totalizing (perhaps “pluralizing”) ambitions rivalded those of marxism... American Studies in its imperial guise was based on the uniqueness of the American experience, and, as Gene Wise pointed out, this Cold War vision of the American tradition attracted corporate funding and moved overseas as an intellectual arm of American foreign policy... Americanism substituted marxism as an antidote. (358)

⁶² Michael Denning, “‘The Special American Conditions’: Marxism and American Studies”, *American Quarterly* 38: (356-380).

Neste ensaio, o professor de História e americanista Denning desconstrói uma análise socio-histórica que considera demasiado simples. Lembra que existem duas fortes correntes de pensamento, responsáveis pela gênese dos Estudos Americanos, as quais questionam, os dois temas essenciais desta área de estudo: o americanismo e o excecionalismo americano. A primeira considera a história como uma forma de crítica radical, um modo de reconstrução cultural, que remonta a Emerson e é seguida por Walt Whitman, Van Wyck Brooks e Lewis Mumford. Denning acha que estas figuras foram, de uma forma “irónica”, consideradas “substitutas dos marxistas” assim, como aconteceu com Francis O. Matthiessen, o crítico literário socialista, que em muito contribuiu para a construção da identidade cultural e literária americana. A segunda corrente de pensamento acredita no americanismo de uma forma total e absoluta: assim, esta ideologia torna-se inquestionável no contexto da nação americana, e por isso, os seus fiéis seguidores rejeitam qualquer atitude de crítica e de expressão do dissenso. Denning conclui que esta análise simplista e binária originou as seguintes associações comuns: marxismo-antiamericanismo, comunismo-antiamericanismo e socialismo-antiamericanismo e que, “[as]a result this critical tradition of American Studies has often combined radical dissent with an ambivalence toward Marxist theory, a disposition shared with the emerging New Left” (359).

Denning também remete para a questão da construção da ideologia americana (e, conseqüentemente, do excecionalismo americano), pois ao pressupor-se que a experiência histórica dos EUA seja única, é necessário munir este caso singular com uma estrutura teórica nova e condizente. Denning reformula a pergunta: “Is the historical experience of the US so unique, so exceptional as to require an entirely new theoretical framework?” (361). A resposta é enunciada na questão: cada caso é um caso, e os EUA construíram-se na edificação do “seu” caso recorrendo, para este fim e como qualquer outra nação, aos mitos e símbolos. Ora, a História demonstra que os governos e os agentes do poder manipulam os mitos e os símbolos

para justificar os seus fins, deturpando-os para melhor os ajustar na fantasia do estado. Esta torna-se a narrativa oficial na qual a nação se revê e consolida.

O carácter marcado e conscientemente voluntário da construção da nação americana, alicerçado num pressuposto inteiramente ideológico, também surge da necessidade que os EUA têm de se afastar das ideologias europeias que circulam e vencem no “Velho Continente” nos séculos XIX e XX, e que consideram inadequadas ao projeto americano: rejeitam, deste modo, o socialismo entre outras ideologias, principalmente por causa do legado puritano, o qual prezava o individualismo mesclado com um modo de pensar e de agir capitalista (Greene, 1993). Na opinião de Lipset (2000) e Marks (2000), mencionados anteriormente, outras razões complementam esta explanação do fracasso da introdução do socialismo nos EUA, nas suas vertentes ideológica e sociocultural, assim como o desaire do Partido Socialista americano: o sistema partidário americano; o cisma entre os sindicatos e o Partido Socialista americano; a relação ambígua dos EUA com a imigração e os imigrantes oriundos de países onde os pressupostos do socialismo foram aceites e colocados em prática; a má gestão dos recursos humanos intrapartidários; a falta de estratégia demonstrada pelo Partido Socialista americano e a forte repressão política à qual os socialistas foram submetidos.

Assim sendo, o americanismo é por si só a ideologia da sociedade americana, gerada e criada por homens livres, perpetuada e preservada pelos representantes do povo americano e pelos intelectuais. Quando é necessário, o papel dos intelectuais no desenvolvimento da ideologia é solicitado, alargado e revelado. Todavia, estes intelectuais não podem, nunca, criticar a ideologia ao ponto de a ver questionada e repensada em demasia: desta forma, se o antiamericanismo rejeita o americanismo, quem o professa é, numa interpretação sintética radical e superficial dos contextos socio-históricos, um marxista, um comunista, um socialista, ou ... um fundamentalista islâmico. Numa sociedade que peca pelo excesso de

simplificação dos factos (Jacoby, 2008) ou se é a favor do americanismo ou contra. Sendo-se contra, tem-se outra ideologia, veja-se, em particular, no período da I Guerra Mundial (“First Red Scare”), após a II Guerra Mundial (“Second Red Scare”) e durante o período de vigência da Guerra-Fria: é-se comunista e/ou socialista, e “logicamente” membro da esquerda, e de uma esquerda sempre tida como radical, provocadora e dependente do dissenso, como modo de expressão e *modus operandi*.

Nesta ordem de ideias, na América, uma nação e ideologia, quem não professa o americanismo é logicamente antiamericano e, por consequência, um objetor da causa americana, logo um inimigo. Este silogismo tem sido usado por vários Presidentes americanos, sobretudo em momentos de crise: George W. Bush inscreve-se, assim, na continuidade de um americanismo assingelado e, por isso, potencialmente destrutivo do projeto americano.

O termo “antiamericano” ganha, desta forma, um significado específico e serve uma função precisa. Nesta interpretação, quem exprima posições contra o governo, opõe-se aos valores americanos, pondo assim em perigo uma América coesa, imaginada como “*E Pluribus Unum*”. Assim, vários governos serviram-se da expressão do dissenso como de um argumento a seu favor, para fortalecer e justificar as suas políticas alegando um consenso falseado, baseado numa amálgama forjada e numa retórica de persuasão *ad hoc*.

Há mais de quatro décadas que Chomsky se tem exprimido contra o governo americano e contra alguns meios de comunicação audiovisual que aquele, supostamente, tem manipulado. Deste modo, Chomsky, juntamente como o canadiano Edward S. Herman, publicou *Manufacturing Consent: The Political Economy of the Mass Media* (1988), no qual explica que são estes mesmos meios de comunicação audiovisual que manipulam o povo americano, instigados pelo governo, pois são “effective and powerful ideological institutions that carry out a system-supportive propaganda function by reliance on market forces,

internalized assumptions, and self-censorship, and without overt coercion” (306). A filiação intelectual está presente no título, pois “manufacture of consent” é uma expressão cunhada por Walter Lippman em 1922, no seu livro *Public Opinion*. Como se verá, Vidal e Didion partilham de um ponto de vista semelhante e criticam, nos seus ensaios, as relações impróprias entre o governo dos EUA e alguns meios de comunicação audiovisual.

É de notar que Chomsky recorre ao conceito do consenso, pois é essencial para a preservação do americanismo e, conseqüentemente, do intelectualismo. Falta precisar ao que este consenso alude e de que forma é alcançável: no caso, não tem a ver com o conceito de Bercovitch, que já referi, que funciona como um catalisador de dissensos que ajudam a criar a identidade da nação americana coesa e que assenta no assentimento, e não no conformismo. Na aceção de Chomsky, o consenso pende precisamente para o lado do conformismo: traz à memória um outro conceito aplicado nas áreas de estudo dedicadas ao *marketing* e aos aspetos sociopsicológicos das teorias de consumo, o de “Engineering of Consent”. Esta definição de Edward Louis Bernays está exposta num ensaio de 1947, com o mesmo título. O autor foi especialista em relações públicas, um estudioso da propaganda e dos fenómenos de psicologia coletiva, tendo sido, aliás, membro do “Committee on Public Information” criado por Woodrow Wilson, para granjear o apoio dos americanos relativamente à participação dos EUA na I Guerra Mundial. Este conceito da construção (ou engenharia) do consenso corresponde à arte de manipular uma parte significativa do povo americano, constituída, na ótica do autor, por pessoas irracionais, indisciplinadas, desprovidas de intelectualidade e até de princípios morais, facilmente influenciáveis e prontas a satisfazer desejos, consumindo bens não necessários. Assim, é fácil passar do campo do consumo de produtos para o do consumo de ideias e políticas: se, no caso dos consumidores, a sua compra já é pré-definida pelos especialistas em consumo pela manipulação do desejo ao nível do subconsciente, o mesmo acontece, na análise de Chomsky, quando o governo, através dos meios de

comunicação audiovisual e pela escolha de personalidades acreditadas (do ponto de vista político e público), manipula o desejo dos cidadãos para conseguir a aceitação do seu programa político aos cidadãos. Este ‘consenso’ não corresponde a uma expressão livre da vontade dos cidadãos de participar num projeto comum, que parte do dissenso e assenta no individualismo e na liberdade de escolha (em teoria). Este consenso é imposto, ainda que aparentemente seja desejado pelos seus apoiantes e, deste modo, deixe de fazer sentido, pois não se pode impor um consenso, mas sim propô-lo.

De volta para a era histórica contemplada na minha análise, o consenso e subsequente narrativa que “legitimam” a liberdade de ação do governo de George W. Bush, dão pelo nome de “Homeland”, uma América rebatizada, no seguimento do ‘11-de-setembro’. Esta “Homeland” transforma-se numa casa dos terrores para cidadãos e estrangeiros, numa área de acesso restrito, não menos intimidante. A expressão parece designada para fazer vibrar as cordas patrióticas e reiterar a alegada inocência da sociedade americana, vítima dos terroristas. Nela está subjacente a criação de um consenso à volta de uma América ferida, mas forte, e que honrará os seus mortos através da “guerra ao terrorismo”. Com se verá em seguida, o termo “Homeland” não remete apenas para um campo emocional, já que, na opinião de alguns intelectuais, tem outro objetivo: sublinhar o estatuto de nação, a sua soberania em relação às outras, pois os EUA têm de se defender, mesmo que, para isso, tenham que optar pela guerra sem o aval das Nações Unidas. Na prática, esta “Homeland” escusa-se a obedecer às regras e instituições internacionais, dado que as suas ações são legítimas no quadro excepcional de proteção da nação, o valor absoluto. Algumas vozes americanas e estrangeiras se elevaram, pois neste consenso forjado, leem o esboço do *récit*, que já viram aplicado na América e noutras nações e que leva, inexoravelmente, ao advento de uma forma de totalitarismo e de opressão.

É neste contexto que é publicado, em 2003, na imprensa universitária (Duke U. Press, Durham) *Dissent from the Homeland: Essays After September 11*, composto por dezanove artigos e e textos publicados na imprensa durante os dois primeiros anos que se seguiram ao ataque do ‘11-de-setembro’. Cada ensaísta exprime o seu dissenso à luz de uma das muitas comunidades (étnica, religiosa, política, de género) presentes nos EUA e conta, ainda, com a participação de três contributos de autores não-americanos. O título, escolhido pelos organizadores, Stanley Hauerwas e Frank Lentricchia, não deixa dúvidas sobre as posições veiculadas nesta publicação: existe dissenso, partilhado por muitos cidadãos (entre os quais académicos e intelectuais dentro e fora da academia) em relação a uma narrativa – da nação como “Homeland” – elaborada pelo governo de G.W. Bush. O cenário concebido pelo governo garante que existe um consenso entre todos os cidadãos americanos à volta da mesma ideia de nação. Esta situação dá carta-branca ao governo americano para todo o tipo de violação das leis e inclusive de alguns valores contidos no americanismo. Se, contrariamente ao que Bernays afirmou, nem todos os americanos são ignorantes e desinformados, muitos, de facto, aceitaram *malgré eux* a narrativa redutora e maniqueísta entre o “Bem” e o “Mal”, sendo, deste modo, ‘infantilizados’, como o creem os colaboradores desta publicação, além de intelectuais como Sontag, como já mencionei, e Didion, como se verá. Avassalados pelo sentimento de medo e por uma fragilidade emocional recém-adquirida, estes cidadãos estão apáticos, e deste modo, não se apercebem que são, de facto, objetos de manipulação das suas emoções e de má-informação por parte do seu governo. Este ‘consenso’ granjeado em torno da “Homeland” é imposto aos cidadãos, logo inviabiliza uma tomada de posição de consentimento consciente e refletida. Se há, de facto, consenso, este cabe apenas na exposição feita pelo governo de George W. Bush. Apesar de “forjado”, este consenso valida ações concretas que não deixam dúvidas sobre o poder de persuasão e a eficiência das fantasias de estado.

A coletânea *Dissent from the Homeland* atesta do dinamismo e da continuidade da tradição de dissensão americana. Destaca-se “L’esprit du terrorisme” de Jean Baudrillard entre os demais ensaios que focam a crítica às políticas de segurança dos EUA após o ‘11-de-setembro’; a tendência belicista e imperialista dos EUA; o novo excecionalismo americano (Pease); a *hubris*, no sentido de uma crença irracional na superioridade dos EUA, e a manifestação de um patriotismo infantilizador. Estes temas são espelhados nos ensaios de Sontag, Didion, Vidal, Baudrillard e Lévy.

Analiso brevemente quatro ensaios – Robert Bellah, “Seventy-Five Years”; John Milbank, “Sovereignty, Empire, Capital and Terror” ; Anne R. Slifkin, “John Walker Lindh”, e o de Michael Baxter, “Dispelling the ‘We’. Fallacy from the Body of Christ. The Task of Catholics in a Time of War” – e que, a meu ver, comprovam a existência de uma sólida crítica intelectual americana e a sua insistência na análise dos temas principais apresentados ao longo desta tese. Nesta perspectiva, Robert Neelly Bellah comenta as consequências da contínua política belicista dos EUA para a nação americana e para o resto do mundo, corroborando as opiniões muito negativas de Vidal e Didion sobre este assunto.⁶³ Bellah acompanha também Vidal na sua preocupação pelo facto de a figura do Presidente dos EUA ter usurpado os poderes que pertencem ao Congresso. Bellah alude ainda ao novo sentido dado a “Homeland”, que, coloca a nação americana num plano meramente geoestratégico, uma posição que justifica novas políticas de segurança (como a criação do Department of Homeland Security – DHS) e reinterpretação das leis. No que concerne ao imperialismo,

⁶³ Robert Bellah, “Seventy-Five Years”, Hauerwas e Lentricchia, 11-23.

Bellah subscreve a teoria do “império involuntário”,⁶⁴ evocada pela primeira vez pelo filósofo francês Raymond Aron em, *Paix et guerre entre les nations* (1962).⁶⁵

Por sua vez, John Milbank aborda também o tema do imperialismo,⁶⁶ pois acha que o governo de G. W. Bush reforçou a lógica imperialista e capitalista, associadas ao estado de guerra com prazos indefinidos, resvalando para uma forma de governação de tipo totalitário:

But what we see now is the very opposite: a fearful extension of American Republican Imperialism, in terms of a logic that is impeccably Machiavellian.... Commentators who have tended to think that Bush was jolted out of isolationism by the catastrophe miss the point that isolation and hysterical expansion are two halves of the American Republican dialectic. (67)⁶⁷

Milbank além de considerar que isolacionismo e expansionismo são duas faces de uma mesma moeda, também se expressa acerca do terror, pois entende que, na declaração de Donald Rumsfeld, segunda a qual os talibãs deveriam ser mortos ou feitos prisioneiros, está subjacente o princípio do terror presente no estado de exceção (Agamben), porque são suspensas as leis que protegem o cidadão e o militar. O estado é o garante das leis e da ética, mas, se existe uma ameaça à soberania, estas deixam de prevalecer e ao estado é imposta a exceção, que garante a sua salvaguarda: “Without the state, there is, for the modern outlook, no good or evil, and therefore against the enemies of the state, neither morality nor law applies” (68).

⁶⁴ Este conceito de “império involuntário” foi revisitado, em 2004, pelo historiador francês Alexandre Adler, em *L’Odyssée américaine* (Paris: Grasset, 2004). Adler acha que a tendência imperialista dos EUA já está em recessão e que os EUA ainda não tiveram tempo para interiorizar e avaliar o seu imperialismo, tal como – e Adler faz questão de realçar – aconteceu com a nação francesa.

⁶⁵ Neste período de reconstrução da Europa, Raymond Aron publicou *L’opium des intellectuels* (1955), uma obra de referência para os intelectuais de todas as nacionalidades.

⁶⁶ John Milbank, “Sovereignty, Empire, Capital, and Terror”, Hauerwas e Lentricchia, 63-82.

⁶⁷ Também Umberto Eco, em *Turning Back the Clock: Hot Wars and Media Populism* (2008), trata esta ligação entre a guerra, o terrorismo e o capitalismo, a que chama de “neoguerras”.

Michael J. Baxter considera Randolph Bourne (cujo pensamento analisei anteriormente) como um exemplo desta ligação entre passado e futuro nos discursos de dissenso dos intelectuais americanos.⁶⁸ Baxter refere-se a “The State” (1918), no qual Bourne afirma, que em tempos de guerra, a população é transformada numa manada única (o efeito do seguidismo, objeto da análise de Lévy, como se verá) que “conforms to the aims and purposes of the state” (109). Bourne acha que o estado consegue que o seu poder e a sua influência sejam universais, dentro dos limites do seu território. A guerra torna mais urgente a necessidade desta coesão nacional que, face às circunstâncias, não pode ser questionada ou desafiada. Assim, o estado torna-se, na ótica de Bourne “the inexorable arbiter and determinant of men’s businesses and attitudes and opinions” (109). Bourne estava especialmente preocupado com o modo como o controlo é exercido sobre a população, através dos meios do policiamento, dos tribunais, das prisões e outras instituições patrocinadas pelo Estado. Baxter, Vidal, Lévy, Didion, Sontag e partilham o mesmo receio, quase um século mais tarde:

But he [Bourne] is particularly insightful about the subtle mechanisms by which conformity is ensured through a complex network of symbols, attitudes, and customs that produce what he calls “State-feeling” or “State-enthusiasm”. Old symbols are taken out and dusted off... As Bourne points out in this essay, this is true in the academy, when the “herd-instinct” becomes the “herd-intellect”. (Baxter 110)

Neste clima de controlo exacerbado do governo e de estado de exceção, realço a análise de Anne R. Slifkin, pois invoca ainda o direito à liberdade de expressão contra e a sua violação por parte de alguns governos americanos, lembrando as críticas anteriores

⁶⁸ Michael J. Baxter, “Dispelling the ‘We’. Fallacy from the Body of Christ. The Task of Catholics in a Time of War”, Hauerwas e Lentricchia, 107-120.

elaboradas por Sidney Lens (2003), Chomsky (2004) e Howard Zinn (2005) (180).⁶⁹ De facto, a liberdade de expressão é garantida pela Primeira Emenda da Constituição e por muitas outras constituições estaduais e leis federais. Mas, esta liberdade não é absoluta, já que o Supremo Tribunal dos EUA entende que existem casos em que a liberdade de expressão deve ser regulamentada e até restringida, se necessário. No período em análise, George W. Bush é acusado de ter abusado do estabelecimento de zonas de restrição à liberdade de expressão (“free speech zones”).⁷⁰ Há quem veja, nesta espécie de limitação espacial para a livre expressão, uma forma de censura, já que interpretam a Primeira Emenda como sendo aplicável a todo o território nacional. A leitura de alguns artigos de jornais *online* revela que, sobretudo após o ‘11-de-setembro’, estas zonas serviram para acantonar as pessoas que queriam exprimir-se contra as políticas do governo. O acesso a estas áreas por parte dos meios de comunicação audiovisual foi igualmente reduzido, ou mesmo proibido. Privado de projeção pública, este dissenso não foi ouvido pelos demais cidadãos americanos, dando, assim, a impressão de que não existiu oposição às medidas governamentais.⁷¹ Sontag, nos ensaios em análise, refere que este tipo de medida era prática comum (ainda o é nalguns países), como na URSS, na ex-URSS e também noutros regimes totalitários.

O estado de exceção não pode significar a transgressão dos valores da Constituição, pois a censura constitui uma forma de terrorismo e a liberdade de expressão é consagrada na Constituição americana e faz parte dos valores fundamentais americanos. Acrescento que Slifkin refere, do mesmo modo, a existência de uma relação de influência nefasta para o americanismo, entre as grandes companhias e o governo, uma relação que Vidal e Didion

⁶⁹ Anne R. Slifkin, “John Walker Lindh”, Hauerwas e Lentricchia, 173-180.

⁷⁰ James Bovard, “Quarantining Dissent/How the Secret Service Protects Bush from Free Speech”, *San Francisco Chronicle*, 4 de janeiro de 2004, Web, 7 de março de 2013, <<http://www.sfgate.com>>.

⁷¹ Saliento o 17º lugar (em 167 países) dos EUA na classificação dada, em 2002, pela “Press Freedom Index by Reporters Without Borders”, a qual afere do grau de liberdade de expressão na imprensa em vários países. Apesar de a ausência de objetividade revelada por parte de alguma imprensa americana e internacional ter resultado num forte tom anti- (W.) Bush, este *parti pris* contra o Presidente W. Bush foi alimentado pelo próprio (pelas decisões que tomou), pois na mesma sondagem, em 2006, os EUA caíram da 17ª para a 53ª posição.

condenam nos seus textos, através do uso dos referentes “Junta” (Vidal), “Corporate America” (Vidal) e “Washington” (Didion).

Como tentei comprovar nos parágrafos anteriores, é intensa a atividade intelectual nos EUA, como uma forte expressão pública e uma identificação assumida como um dos aspetos definidores do americanismo: a dialética dissenso/consenso. Da era colonial até ao presente, a veia intelectualista americana tem vindo a desenvolver-se, opondo-se aos conflitos internos sociais e ao envolvimento em guerras. No entanto, em termos de medição da projeção e da imagem dos intelectuais na sociedade americana, constata-se que os intelectuais gozam de pouca visibilidade na sociedade civil e nos meios de comunicação audiovisual, o que não significa ausência total da mesma ou que a reputação dos intelectuais seja negativa. Dada a imensidão do território e a forte implantação de uma sociedade de consumo, muito dependente dos meios de comunicação audiovisual, é mais difícil ouvir a voz dos intelectuais, mas não impossível: os textos, atrás referidos atestam que a nota dominante destes intelectuais não se compraz com um silêncio de circunstância.

A liberdade de expressão é, de igual modo, um valor universal para os franceses cuja integridade tem sido preservada, especialmente pelos intelectuais franceses ou, pelo menos estes assim o creem. Como já referi, o intelectualismo americano ocorre do dissenso e tem resistido a todos os tipos de guerra (Civil, Guerra-Fria, guerra ao terrorismo); os intelectuais franceses, por seu lado, têm cultivado o intelectualismo francês segundo os preceitos da liberdade de expressão e numa relação de proximidade controlada com os governos e o meio político em França.

O caso francês : « intellectualisme », não; « les intellectuels », sim

Parece-me necessário, apresentar uma breve reflexão sobre a posição e receção que são dadas ao intelectualismo e aos intelectuais em França, antes de me debruçar sobre a figura do intelectual público. É comumente aceite, mas pouco discutido, que a França é o berço

dos verdadeiros intelectuais, que constituem uma espécie de “Povo eleito” e por isso, convém discutir o intelectual francês de mais perto.

Em bom rigor, a sociedade francesa coloca mais ênfase no grupo ou na classe denominada “intelectuais” do que no intelectualismo, enquanto fenómeno. A lógica que impera na sociedade francesa é a seguinte: se há intelectuais, há intelectualismo. Os franceses consideram os intelectuais como um grupo que é parte constitutiva da sociedade francesa e que tem um papel a desempenhar no melhoramento da mesma. A sociedade francesa tem com os intelectuais uma relação cortês.

Mas quem são os intelectuais? Faço minha, para já, a definição proposta pelos franceses Pascal Ory e Jean-François Sirinelli, em *Les intellectuels en France. De l'affaire Dreyfus à nos jours*: “um intelectual é um homem da cultura, criador ou mediador, colocado num contexto político, produtor e consumidor de ideologias” (10).⁷² Acrescentaria que o intelectual (em teoria), para além do seu conhecimento apurado e curiosidade, tem de conseguir manter a sua independência de pensamento. Os autores franceses assinalam um ponto primordial para a definição do intelectual: para eles, este agente social autoposiciona-se na esfera da política.

Convém definir neste ponto, e tentar diferenciar, se possível, os conceitos de político e de público, pelo que apresento uma definição concisa dos mesmos. Recorrendo à etimologia do termo grego “politikos”, destaco o civismo, um elemento essencial numa sociedade democrática organizada: “politeia” remete para a estrutura (e constituição) de uma sociedade que tenta preservar o equilíbrio de forças e de vontades de um coletivo plural (graças, em parte, ao civismo).

“Político” remete, nesta aceção, para um domínio onde são geridas as tensões que nascem da convivência de pessoas e entidades diversas, todas com *droit de cité*. “político” é

⁷² De notar, que nesta definição, o intelectual é um representante do sexo masculino, como é gramatical e semanticamente exposto.

ainda sinónimo de uma atitude reflexiva, que visa o progresso e uma vida social equilibrada. A sociedade tenta, assim, absorver e respeitar a vontade do indivíduo dentro dos limites que a sua estrutura impõe, a fim de assegurar os direitos e deveres e o bem-estar de todos. “Político” pressupõe, portanto, a função de gerar e gerir o equilíbrio social. A minha interpretação alicerça-se na definição de político dada por Jacques Rancière, um filósofo francês. Rancière distingue, em *Aux bords du politique* (1990), duas dimensões que confluem na esfera do político, uma denominada “le politique” – um mundo policiado e governamentalizado (marcado por posições fixas, que nega a igualdade e a considera um desvio) – e um mundo em processo de emancipação, “la politique”.

Concluir-se-á que ‘político’ remete para a procura, por parte de um coletivo, de uma convivência societal civilizada e coordenada. O conceito de político que apresento não inclui a política tida como uma ciência, nem a prática, mais ou menos ética e socialmente correta, esperada de um conjunto de individualidades, alegadamente ao serviço do povo ou da nação, enquanto representantes dos interesses do seu grupo e sociedade: os denominados políticos.

A esfera do político abraça a esfera do público e integra-a (e vice-versa). Por “público” remeto para o outro elemento do binómio privado/público, no qual cada indivíduo se constrói e interage. O processo de crescimento pessoal só acontece nesta dinâmica entre as áreas do privado (personalidade, família, escolhas pessoais) e do público (o “Outro”, organismos, entidades, instituições, amigos, colegas), que são indivisíveis. À medida que o indivíduo amadurece e assume funções mais ativas e relevantes na sociedade, a sua participação torna-se, habitualmente, (mais) politizada. Para este fim, o indivíduo faz escolhas e determina o seu percurso num domínio público (inclusive no caso de se autoexcluir do mesmo), no qual evolui e cujos códigos de aceitação, reconhecimento e funcionamento (e, por oposição, exclusão, rejeição e disfunção) tenta apreender, com uma maior ou menor capacidade de adaptação e de compreensão.

Neste prisma, os franceses são indiferentes à distinção, difícil de estabelecer, entre as esferas do político e do público; na verdade, parecem não estar interessados, ou precisar de estabelecer uma distinção. A maioria dos americanos, pelo contrário, revela algum desconforto quando reflete sobre a definição de “político”: atrever-me-ia a afirmar que teme o aspecto da “politiquice”, presente em todos os países, e que atinge alguns dos que se autointitulam “políticos”, mas que não agem como tal. Estes últimos labutam em prol dos seus interesses pessoais ou dos de grupos restritos e, deste modo, resvalam para uma atitude verdadeiramente apolítica e cujas consequências são, a curto ou longo prazo, desastrosas para os próprios, a título privado ou publicamente, e sobretudo para a esfera pública na qual operam e para o público e as audiências que visam.

Em consequência, muitos americanos confundem os políticos empenhados na melhoria da esfera de “la politique” com os políticos que descrevi no parágrafo anterior, cuja presença assídua, essencialmente nos meios audiovisuais, invade a praça pública. Subsequentemente, alguns cidadãos americanos preferem não referir o elemento político e alguns usam o termo “público”, numa amálgama semântica e conceitual que gera ainda mais ambiguidades e acentua a complexidade presente na sua relação com a dimensão do político.

Para a vasta maioria dos franceses, o intelectual desenvolve-se e atua na esfera da política, pois esta ajuda-o a definir as suas ideologias e a sociedade na qual vive. O intelectual *à la française* só tem de conviver da melhor maneira com a política e tornar claras as suas opções. Nem todos o fazem e esses, sim, são criticados pelos demais intelectuais por tecerem uma relação opaca com o poder: são os chamados “intelectuais do governo”, na expressão de Gérard Noiriel, historiador francês. Estes intelectuais estão literalmente ao serviço do governo em exercício, atraído por isso as suas ideologias e posições individuais, assim como a causa pública. Como se verá mais adiante, o apreço e o reconhecimento social de que gozam

os intelectuais e o intelectualismo em França remontam, na sua origem, a uma tomada de posição política: “l’affaire Dreyfus”.

É inegável que os intelectuais franceses são os melhores agentes da promoção do seu grupo – « les intellectuels ». É esta fixação numa singularidade que pode não ser única no mundo, nem tão excepcional quanto advoga Stefan Collini, em “Every Fruit-Juice Drinker, Nudist, Sandal Wearer...”: Intellectuals as Other People” e Jeremy Jennings, com “Death of the Intellectual: A Comparative Autopsy”. Ambos desconstruem os mitos associados à classe dos intelectuais franceses.

Collini, neste seu artigo, confirma que todos os livros sobre os intelectuais e o intelectualismo são unânimes em considerar os intelectuais franceses como os primeiros dentro desta “categoria” cultural. O registo oficial do nascimento da figura coletiva dos intelectuais franceses é o “J’accuse”, uma carta aberta, assinada por Émile Zola, na edição de 13 de janeiro de 1898 do jornal *L’Aurore*, no quadro do caso político que ficou conhecido como “l’affaire Dreyfus”. O capitão Dreyfus, de origem alsaciana e judaica, foi injustamente acusado de traição à França por, alegadamente, ter cedido documentos preciosos à Alemanha, no pós-guerra de 1871, numa altura em que a Alsácia foi entregue aos alemães. O escritor Émile Zola, no artigo supracitado, causou uma cisão na sociedade francesa, pois afirmou que o governo francês estava a manipular a opinião pública. Para ele, tratava-se de um conflito mais profundo, cujos meandros, quando devidamente analisados, revelavam os interesses de um nacionalismo francês em crescimento e a presença, na sociedade francesa, de um arreigado antissemitismo. Académicos, políticos, escritores, jornalistas e artistas dividiram-se entre “dreyfusards” – defensores do Capitão desde a primeira hora – e “antidreyfusards” – os que estavam convencidos da culpa do Capitão. Em 1906, o Capitão Dreyfus foi declarado inocente e reintegrado na armada francesa, mas já tinha cumprido dez anos de trabalhos forçados. A imprensa e as ruas foram os locais favoritos para debater, intelectual e

fisicamente, os contornos deste “caso” de intriga e má-fé política. O que caracteriza a união dos intelectuais franceses é a existência de uma causa sociopolítica para debater na *res publica*, que gera paixões mas requer uma análise racional e objetiva. Usando da pena (*plume*), os intelectuais esgrimem argumentos, enquanto outras entidades preferem a imposição de leis proibitivas ou as armas (*sabre*), como é analisado por Jeremy Jennings, noutra obra intitulada *Intellectuals in Twentieth-Century France: Mandarins and Samurais* (1992).

Georges Clemenceau terá sido o primeiro a usar o termo “intelectual” na sua aceção atual: “tous ces intellectuels venus de tous les coins de l'horizon qui se groupent sur une idée”.⁷³ Já Alain Finkielkraut (entre outros) propõe antes o nome Henri de Saint-Simon (“nom de plume”), num ensaio de 1821 (2005, 241). O que realmente importa é sublinhar que o caso Dreyfus conferiu, indubitavelmente, ao vocábulo as suas *lettres de noblesse*. Para os autores citados, os intelectuais são incontestavelmente uma especificidade francesa.

Imbuídas do espírito do Século das Luzes e dependentes do valor do nacionalismo, são três as eras históricas que catapultam os intelectuais para a glória: 1898; o período entre as duas Guerras Mundiais com os seguidores de Charles Maurras e Raymond Aron; e o pós-II Guerra Mundial (1940-70) com Jean-Paul Sartre e seus discípulos. Os anos 1980, na perspectiva de outros estudiosos, revelam dois novos cenários: o primeiro é a lenta agonia e resistência dos intelectuais a uma crise ideológica e cultural (Michel Foucault, Gilles Deleuze, Roland Barthes, Jacques Derrida, Pierre Bourdieu e Régis Debray), avolumada pela vitória da *vidéosphère* sobre a *graphosphère* (neologismos de Régis Debray) despoletada por uma *intelligentsia* sem rumo; o segundo é a declarada morte dos intelectuais ou o anúncio da sua iminência (“les nouveaux philosophes”: Bernard-Henri Lévy, Jean-Paul Dollé, André Glucksmann, Jean-Marie Benoist e Gilles Susong). Esta crónica de uma morte anunciada

⁷³ Sem autor, « Qui a inventé l'intellectuel? », *Lire*, 1 de fevereiro de 2003, Web, 23 de agosto de 2011, <<http://www.lexpress.fr>>.

(apesar dos “nouveaux philosophes” assegurarem a continuação e renovação da espécie), assim como a reiteração do tema do declínio social (apontado como motivo da fraqueza dos intelectuais sobreviventes) tem sido objeto da análise crítica de vários intelectuais estrangeiros, em particular britânicos e americanos.

O exemplo *par excellence* de uma causa agregadora é oferecido pelo caso Dreyfus, pois centrou-se sobre os valores universais e da condição humana. No entanto, não terão faltado causas dignas da atenção dos intelectuais até esta data, sendo a sua “atuação” despoletada pela presença conjunta da política, da ideologia e da relação com a França. A condição humana dos cidadãos franceses e a imagem da França constituem a causa nobre dos « intellectuels » como coletivo, certificado pelos historiadores e exegetas em 1898. Os intelectuais em nome individual sempre existiram, mas o estatuto do intelectual no singular, em França, é reservado ao *chercheur* e ao professor universitário. Quando se aponta uma causa são os intelectuais, enquanto coletivo, que se dedicam a ela. Esta união intelectual em torno de uma causa não é perene e inabalável: as desarmonias e os ódios de estimação entre intelectuais são naturalmente abundantes. Deste modo, a narrativa oficial da construção da nação francesa tem por meta realçar os momentos em que o saber rimou com poder e poder, com uma posição geoestratégica pretensamente central e forte na Europa. Deste modo, os intelectuais são as pessoas mais indicadas para escrever um relato coeso, verosímil e credível sobre a construção e singularidade nacional francesa.

São numerosas as obras de historiadores (e de filósofos) do século XX que abordaram o tema dos intelectuais envolvidos no processo de criação da nacionalidade francesa: Michel Winock, Gérard Noiriel, Régis Debray, Jean Sirenelli, Pascal Ory, Jacques Julliard, Raymond Aron, Jean Sévillia, Pierre Bourdieu, entre outros. Estes estudiosos notam como o século XVIII, 1898, os anos do pós-II Guerra Mundial e os anos 60 (até Maio-de-68) são os períodos históricos realçados e esmiuçados pelos intelectuais, pois na sua perspetiva, refletem uma

França que prima pela positiva de um ponto de vista político-social e cultural. A colonização e o tratamento dado aos povos colonizados, os desaires das políticas imperialistas, a posição francesa durante a II Guerra Mundial, a má gestão das políticas de integração dos imigrantes e outros aspetos menos dignos das políticas da nação francesa não são abertamente referenciados, nem examinados, pois a posição dos intelectuais nas Universidades não lhes permite colocar em risco o seu contrato de trabalho. Outros intelectuais, criticados pelos seus pares (“intelectuais” e por vezes académicos), têm vindo a expressar-se sobre estes episódios mais negros da história de França, mas as suas obras não são tão citadas pelos seus pares e, por isso, não gozam de tanta publicidade nem são sucessos de venda. São estes intelectuais que, na opinião dos primeiros, são “infiéis à sua missão” e “vendem-se” na televisão.

Merece apreciação o seguinte facto: até 1898 não se falava dos “intelectuais” em França, mas, sim, de “sábios” (*savants*) ou “filósofos”. O século XVIII constitui a exceção a esta regra, pois o chamado “século das Luzes” foi abrilhantado (assim reza a história de França) pelos feitos e pensamentos dos *encyclopedistes* (Denis Diderot, Jean Le Rond D’Alembert) e pensadores como Charles de Montesquieu, Voltaire e o suíço Jean-Jacques Rousseau, não esquecendo a plêiade de artistas e cientistas que colocaram a França no centro do pensamento europeu na época. Estes pensadores eram ainda referidos como « intellectuels », mas eram-no, de facto, no sentido lato do termo. Nesta versão oficial da história de França, os trabalhos de Christine de Pizan (século XV), os *Essais* de Montaigne (século XVI), a criação da Académie Française (1635), os *salons* literários (cuja influência na esfera pública foi realçada por Jürgen Habermas), as viagens dos colonizadores franceses à Índia e à Cochinchina são desvalorizadas ou reservadas a disciplinas muito específicas e, assim, confinadas ao ensino superior. Os intelectuais franceses existem e são conhecidos por um público alfabetizado (uma elite) contemporâneo antes do caso Dreyfus, mas não têm projeção suficiente para serem inscritos na narrativa da construção nacional francesa.

Assim sendo, os historiadores franceses do século XX (igualmente intelectuais, num sentido vasto do termo) têm-se dedicado aos intelectuais enquanto coletivo, mais do que ao intelectualismo. Daí sobressai a imagem de que, na França, os intelectuais são um grupo de personalidades constituído por profissionais de várias áreas culturais e áreas de estudos académicos e de que gozam de um certo poder no mundo da política e de uma reputação segura, pois são considerados independentes e esclarecidos. Aquando da definição dos intelectuais e do intelectual público, explicarei os limites desta representação.

Não existe, contudo, em França, nenhuma disciplina autónoma inteiramente dedicada à história dos intelectuais. Os intelectuais são estudados no quadro da história cultural e da história das ideias. Este cuidado particular para com o lugar da área de estudo, no mundo académico francês, não será uma especificidade desta nação. Contudo, quando comparada com o que se passa nos EUA em matéria de criação, remoção, inserção, reconfiguração e redenominação das áreas de estudo (num processo mais fluido e ajustado ao progresso do mundo académico), a atenção é, de facto, muito maior. A razão é simples: em França, sobretudo no campo das humanidades, e no meio académico, as disciplinas de estudos estão em perpétuo conflito de interesses, querendo chamar para si mais renome e criar mais discípulos. Esta competitividade intelectual alimenta o intelectualismo e dinamiza o processo de educação das elites e das massas. Este fator não determina, no entanto, que os franceses, de um modo geral, sejam mais ou menos ignorantes do que os americanos. Mas, ao nível do sistema educacional, influi na gestão e seleção das disciplinas ensinadas, pois são os intelectuais académicos que, na prática, decidem os conteúdos dos livros escolares. Esta seleção, controlo e centralização dos saberes escolares permitem que todas as escolas francesas partilhem um mesmo *curriculum*. Assim sendo, existe uma maior homogeneização dos conhecimentos dos cidadãos franceses. Isto, porém, não significa que o/a aluno/a francês/a tenha um maior conhecimento do que, por exemplo, o /a aluno/a americano/a, pois

isso depende das condições pessoais, sociais, culturais com as quais se depara. Todavia, a homogeneização do saber é um dos elementos fulcrais para a construção da nação francesa.

O que está patente aqui é o binómio saber/poder, que, para muitos historiadores, confere aos intelectuais franceses a primazia numa nova ordem do mundo moderno: a vocalização de um contrapoder, a dissensão como forma de expressão, em nome do bem comum (das vítimas, dos pobres, dos renegados pela sociedade) contra o poder instituído. Ora, esta perspetiva coloca os intelectuais franceses muito perto, e até dentro do poder que, por norma, refutam. É claro que a maioria dos intelectuais franceses declara ser defensor dos oprimidos. O problema é, primeiro, definir esse poder e, segundo, saber se o mesmo não é responsável pela remuneração do intelectual e pela concessão de um estatuto extraordinário na sociedade, o de « intellectuel ».

É precisamente esta relação de intimidade entre a política e os intelectuais que é temida e recusada pelos americanos. Os intelectuais franceses, pelo contrário, têm gerido de uma forma mais ou menos pacífica os conflitos de interesse e éticos presentes nesta ligação: examinar a cidadania é um dos princípios do próprio conceito de intelectualismo. Deste modo, é mais correto falar-se dos “intelectuais” franceses e tentar colocá-los numa perspetiva histórica, do que tentar elaborar uma análise do intelectualismo francês ao longo dos séculos, uma tarefa que, como referi anteriormente, é considerada arriscada pelos intelectuais e seria, no âmbito deste trabalho, demasiado ambiciosa.

Realço, ainda, um outro elemento, constante nas obras que referem o mundo intelectual francês e internacional (Nagy-Zekmi e Hollis, 2010; Etzioni e Bowditch, 2006; Sévillia, 2004 e Small, 2002): a palavra “intelectual” surge maioritariamente usada no plural, em francês – « les intellectuels » – muito raramente « l’intellectuel », a não ser, obviamente, que o texto incida na personalidade e na obra de um só indivíduo. Nos textos de origem anglo-saxónica e, sobretudo, nos redigidos pelos membros da academia americana,

“intelectual” aparece na maior parte das vezes no singular, enquanto “intelectual público” é usado num sentido coletivo e, frequentemente, no plural. Esta diferença no uso do termo não é irrelevante. Pelo contrário, reflete, em parte, o modo como ambas as sociedades se relacionam entre si e, sobretudo, como consideram a figura do intelectual e contemplam o intelectualismo. Parece que a sociedade francesa absorveu no seu tecido social de uma forma mais natural, sem atrito, um subgrupo de cidadãos, cuja sabedoria, interesse pelo livre pensamento, experiência e, por vezes, profissão, fazem deles intelectuais. Constituem uma elite na sociedade, porque são pouco numerosos e possuem, geralmente, um grau de instrução elevado e uma educação aprimorada. Formam, no entanto, um grupo de indivíduos bem inserido na sociedade e bem aceite pelo resto da população. É na escola que se aprende a respeitar esta figura de um concidadão mais sábio e ponderado.

O uso do termo no plural atesta da quantidade desta mais-valia sociocultural. É frequente o uso da expressão “les intellectuels pensent que...” nos meios de comunicação francesa, mas, a não ser que sejam apresentados ou identificados, a maioria do público não conseguirá associar um nome a um retrato. São referidos no plural, mas isto não determina que apareçam sempre como grupo. É precisamente a causa comum que os junta em debates, em cartas à imprensa, ou nas emissões televisivas e mais raramente associados a organizações não-governamentais. Não se autodenominam « les intellectuels », pois seria presunçoso, mas são referidos por terceiros como tal. Esta menção é fundamental para reforçar a sua influência e justificar a sua presença na sociedade francesa, ainda que as mesmas sejam cada vez menos sentidas e apreciadas.

Se, na sociedade francesa, as referências aos intelectuais são correntes, nos EUA, são pontuais. A seguir, será demonstrado como o clima de anti-intelectualismo vigente na sociedade americana, exposto por autores americanos e de outras nacionalidades, não é propício à figura do intelectual. A associação de vários intelectuais *ad hoc* em torno de uma

causa também não é bem vista. Talvez seja isto que leva Silvia Nagy-Zekmi e Karyn Hollis, as organizadoras da já mencionada antologia dedicada aos intelectuais e à suas relações com o mundo acadêmico, *Truth to Power: Public Intellectuals. In and out of Academe*, a citar, na introdução, as palavras do pensador Paul Bové que advoga: “[a] nonidentity of intellectuals as a group” (Nagy-Zekmi e Hollis xv). Sem a apropriação de uma identidade, é difícil fomentar a visibilidade junto de outrem.

Na França contemporânea, o intelectual é, ainda, uma figura apreciada, mas destinada a um papel cada vez mais discreto. Deste modo, o perfil, o *status quo*, e os caminhos cognitivos do intelectual são, em grande parte, determinados pelo modo como os seus concidadãos e concidadãos foram sendo acostumados, durante séculos, a interagir e a reagir ao intelectualismo. Na verdade, o intelectualismo francês participa na construção do conceito de nação francesa e, deste modo, segue o modelo americano previamente apresentado. Existe, no entanto, uma diferença de fundo: os cidadãos franceses não se importam que os seus concidadãos ditos “intelectuais” discutam e critiquem as decisões e as ideias propostas pelos políticos e outros grupos da sociedade civil, ao ponto de provocar falhas nos pilares desta mesma sociedade. Assim, o intelectualismo francês confia e depende da capacidade de autogestão da liberdade de pensamento dos seus mentores – os intelectuais. O perigo de desmoronamento social é residual, pois todos os cidadãos franceses são levados desde tenra idade a participar do projeto de sublimação da nação francesa.

Por seu lado, os cidadãos americanos desconfiam da idoneidade das pessoas ditas intelectuais, e receiam que o seu saber seja usado contra os interesses nacionais e os interesses pessoais de cada cidadão. Tal como os cidadãos franceses, os cidadãos americanos desejam manter o americanismo e a imagem, que o mundo tem deles, ilesos e fortes. O que alguns cidadãos americanos ignoram ou não querem assumir é o quão essenciais têm sido e são os intelectuais americanos e o intelectualismo americano na construção e na consolidação dos

ideais e pensamentos associados à nação. É chegado o momento de voltar à sociedade americana e perscrutar tão sucintamente quanto possível o perfil do intelectual público e, por fim, perfilar a ‘voz atenta’.

Intelectual, intelectual público e ‘voz atenta’

Nesta parte, questiono o uso do termo intelectual público e a existência concreta desta figura nas sociedades americana e francesa. Exponho as razões por que a expressão e o significado fazem sentido, quando contextualizados no mundo sociocultural americano e, no fim do capítulo, defino a ‘voz atenta’, o conceito que me parece ser o mais adequado para classificar os autores em estudo.

Esta observação mais minuciosa do intelectual público tem por meta demonstrar que os autores escolhidos para a análise posterior relativa ao diálogo transatlântico entre os EUA e a França no mundo pós-‘11-de-setembro’ não são intelectuais públicos. Isto não invalida o facto de que, pontualmente, no decorrer das suas vidas e carreiras, alguns destes intelectuais, dentro do contexto concetual que defino, possam ter sido classificados como “intelectuais públicos”. Advogo, sim, que são intelectuais *tout court* e que, influenciados pelos eventos e posições que marcaram as suas vidas, antes, depois e principalmente desde o ‘11-de-setembro’, têm adotado (adotaram, no caso dos três autores já falecidos) uma atitude que denominei como ‘voz atenta’, que sinalizo como uma forma diferente de interagir e comunicar com os concidadãos.

Considero que a expressão “intelectual público” é um termo que refere um epifenómeno da sociedade americana e que, como tal, é datável. Sendo o intelectual público, à partida, um intelectual, recorri a obras sobre intelectuais que analisassem ambos, ou apenas um dos dois conceitos e constato que, muitas vezes, os autores acabam por escrever apenas “intelectual”, quando efetivamente se referem ao “intelectual público”. Esta sobreposição revela a sua dificuldade em lidar com a noção. Neste sentido, quando uso ‘intelectual e/ou

intelectual público' estou a refletir esta incoerência ou este mal-estar dos próprios acadêmicos e exegetas. Esta hesitação é importante, pois revela que, embora ao intelectual público seja imputado um campo de atuação restrito, a sua definição é constantemente revista e corrigida pelos acadêmicos, o que prova que, no que concerne aos intelectuais e à sua posição na sociedade, nada é taxativo e definitivo.

A presente análise não faz um apanhado exaustivo de todos os perfis de intelectuais públicos. Estes perfis (mormente delineados nas duas últimas décadas do século XX) são revisitados em artigos recentes (primeira década do século XXI) sobre o tema de expressão francófona e anglófona. Consequentemente, a literatura em língua inglesa sobre o intelectual e o intelectual público é vastíssima, variada e atual, o que contraria de alguma maneira a asserção de que, nos EUA, o anti-intelectualismo e o desprezo para com os intelectuais é endêmico e indiscutível.

Na sociedade americana, autointitular-se “intelectual” é tido como prepotência e classificar alguém como “intelectual” pode não ser abonatório para a pessoa. Esta má relação com a palavra “intelectual” é fruto do anti-intelectualismo que já discuti: a maioria dos cidadãos americanos não se sente à vontade e/ou interessada em refletir sobre assuntos do domínio público. Embora existam, a nível escolar e comunitário, iniciativas e programas que estimulam o debate de ideias e apesar da discussão intelectual se inscrever diretamente no projeto de construção da nação americana, por comparação com os franceses, os americanos demonstram ter uma menor apetência para partilhar, publicamente, as suas reflexões com os demais conterrâneos, sobretudo se o debate é politizado (e, de uma certa forma, é-o sempre).

Deste modo, a meu ver, na sociedade americana o termo “intelectual público” permite camuflar o aspeto “político”, diluindo-o na expressão “público”. O ‘público’ como adjetivo é portador de vários significados, no âmbito da narrativa sociocultural americana à qual está estreitamente ligado: ‘público’, no sentido de acessível a todos pelos meios infotecnológicos

que, supostamente, colocam à disposição de mais gente uma quantidade avultada e variada de informação; ‘público’, no sentido da democratização e de uma posição anticlasse ou divisão social, é partilhado em princípio por todos os cidadãos americanos. “Intelectual público” veicula, desta forma, a percepção de uma sociedade mais democrática e menos elitista e, assim, devolve uma boa consciência a quem usa o termo, pois de certa forma, anula o sentimento de transgressão que surge na interpenetração entre as esferas do domínio privado e público. Este vocábulo – ‘público’ – autoriza e facilita a passagem entre duas dimensões: é uma porta aberta, através da qual, um público mais lato e as audiências podem passar para conviver com o intelectual e/ou “intelectual público” e voltar para a sua comunidade religiosa, família, escola e profissão. De igual modo, o adjetivo reconhece que também o intelectual transita facilmente entre dois mundos, o mundo do seu gabinete/laboratório (com uma comunicação sobretudo focada sobre si) e o mundo fora do gabinete, o do mundo em geral, dependente de uma comunicação mormente tecnológica. Todavia, o intelectual vive no mundo real e esse é o seu gabinete/laboratório, onde, de uma forma já pública e para um público já existente (ele mesmo, o seu público real e imaginário) medita e interroga-se.

Ao usar o mundo da comunicação audiovisual, porém, o intelectual e/ou intelectual público entra num mundo virtual, num palco onde, para a sua proteção, pode usar uma *persona* para se dirigir a um público/audiência. Esta sua escolha tem um efeito secundário negativo, pois o intelectual e/ou intelectual público não comunica, pois não há *feed back* possível com os formatos atuais usados na televisão ou nas rádios. Poderá tê-lo nos blogues, por *mails*, por cartas nas revistas e jornais. Deste modo, o intelectual serve-se destes meios de comunicação por causa da sua função principal: emitir uma mensagem. O intelectual sabe que este meio não tem por fim refletir o pensamento sobre o conteúdo da mensagem: apenas chama a atenção para a existência de um assunto merecedor de uma maior e mais aprofundada reflexão. O intelectual, se o desejar, encontrar-se-á fisicamente no mundo real, em sítios

adequados (bibliotecas, centros de investigação e cultura, livrarias e outros) para comunicar e interagir com um público/audiência decerto muito mais restritos. O intelectual pode, igualmente, deslocar-se para o mundo académico inserido no mundo real para interagir e trocar conhecimento com um público decerto mais reduzido.

Assim, constata-se que o intelectual está omnipresente de uma forma pública, com um grau de exposição física e mental maior ou menor, em todos os pequenos mundos que constituem a sociedade moderna do século XXI. Talvez seja esta ubiquidade associada à crença na onisciência dos intelectuais (um mito que alguns intelectuais têm prazer e interesse em manter vivo), que amedronta a sociedade americana e conforta a sociedade francesa.

O intelectual público nos EUA

“Intelectual público” tem sido usado, especialmente nos EUA, para referir dois tipos de intelectual: o académico, que sai do seu laboratório ou gabinete e vem expressar-se em público sobre um assunto do foro público, sobre o qual não possui necessariamente um conhecimento especializado; e o intelectual, académico ou não, que decide exprimir-se sobre um tema de interesse público e, para tal, dirige-se a uma audiência maior ou mais específico (os formatos de televisão e rádio visam sempre um público-alvo “característico”). Neste ponto, a maioria dos exegetas (Small, 2010; Nagy-Zekmi e Hollis, 2010; Etzioni e Bowditch, 2006 e Sévillia, 2004) dedicada ao estudo do intelectual público partilha da opinião de que este privilegia a quantidade das suas aparições nos meios audiovisuais, em detrimento da qualidade do seu discurso. Uma análise comedida lembra que, de facto, o formato TV, sobretudo o *talk-show* ou a emissão dita “cultural”, não constituem o meio ideal para desconstruir pensamentos e mensagens; servem apenas para chamar a si a atenção de um potencial público interessado em ir para além da apresentação televisiva, de uma forma mais aprofundada do que a curiosidade imediata permite.

Num dos fóruns transcritos na obra *Public Intellectuals: An Endangered Species* (Etzioni e Bowditch, 2006), à questão de “como se reconhece/ o que é um ‘intelectual público’” um dos intervenientes respondeu que é um académico ou um especialista, que recebe um telefonema de um jornalista a convidá-lo para integrar um painel televisivo, ou para explicar algum evento ou fenómeno (60). Consequentemente, o intelectual público é acreditado por espectadores e leitores, porque aparece na televisão ou noutro meio audiovisual, difundindo, em princípio, saber e experiência, sendo assim comparável a um consultor, numa versão condensada e aligeirada, acessível a todos. Nesta perspetiva, qualquer pessoa minimamente instruída é um potencial candidato a intelectual público.

Desta forma, parece-me legítimo afirmar que se o adjetivo “público” reduz drasticamente o papel e o perfil do intelectual, melhor sendo não mais lhe aplicar o termo. Contudo, a designação continua a ser usada nos EUA para identificar alguns cidadãos, o que é motivo suficiente para que um estudioso com atenção à sociedade americana se detenha um pouco mais sobre este fenómeno societal que tem sobrevivido, desde os anos 50 do século passado, ao passar dos tempos, às modas, ao anúncio de extinção, aos estudos dos exegetas académicos sobre o assunto, às tendências socioculturais e políticas, dentro e fora do mundo académico, bem como às pressões e linhas gerais ditadas pela comunicação social.

The Public Intellectual (2002) é uma obra que reúne vários ensaios sobre o intelectual público. Segundo a sua organizadora, Helen Small, professora de Literatura Inglesa na Universidade de Oxford (Reino Unido), esta coletânea contém textos inseridos num debate atual acerca do intelectual público. Small solicita, em primeiro lugar, que não sejam adicionadas mais definições às que já abundam na literatura tradicional dedicada ao intelectual público. Em segundo lugar, a autora acha que este discurso deve focar duas questões, cujas respostas expliquem – como, quando, onde, porquê e de que modo – a figura do intelectual público surgiu na história do (anti)-intelectualismo e no contexto sociocultural

americano. A primeira: qual é a perspectiva atual sobre o papel do intelectual e a sua interação com a esfera pública? A segunda: de que modo a intervenção do intelectual deve ser concebida na sua relação com o pensamento livre? Ou seja, estará a liberdade pensamento do intelectual limitada, de alguma maneira, pela sua intervenção numa sociedade altamente mediatizada e politizada? (4)

O segundo problema decorre do primeiro: até que ponto uma pesquisa refletida não levará o intelectual a optar pela dissensão, já que a tendência histórica aponta para o facto de que as “verdades” são normalmente enunciadas e veiculadas pela dissensão? Nesta ânsia de “falar a verdade” (ao pressupor que haja só uma “verdade”) não está este intelectual a colocar em perigo a nação americana, os seus valores e princípios e, assim, a plantar a dúvida no espaço público em vez de facultar respostas concretas? Ou estará, pelo contrário, a participar plenamente do americanismo?

Small sugere ainda que a expressão “intelectual público”, nos EUA, coloca o intelectual na esfera pública, autorizando-o a poder exprimir-se sobre temas do domínio público. Esta designação parece legitimar a função do intelectual e protegê-lo das potenciais reações hostis:

To speak of the “*public intellectual*,” then, would appear to be a defensive manifestation of that self-consciousness: a deliberate decision to assert, in the face of perceived opposition, not just the continuing serviceability of the word “intellectual,” but to protest (too much?) that those to whom it’s applicable, including perhaps oneself, have a role to play in public life.⁷⁴ (2)

O intelectual público americano é, conseqüentemente, um conceito datável: se “intelectual público” é ainda usado com alguma frequência nos EUA, a sua utilização em França é praticamente nula. Assim, os EUA e a França têm, respetivamente, uma maior e

⁷⁴ Em itálico no texto original.

menor apetência para com o conceito de “intelectual público”. Esta dissimilitude reflete, de igual modo, como apreendem e interagem com o agente social “intelectual” e o conceito de “intelectualismo”. Os EUA são descritos por alguns especialistas como uma nação que alimenta uma atitude anti-intelectualista, enquanto os franceses são o objeto de referências constantes por abrigarem o intelectualismo e acarinharem os intelectuais. Estas duas visões traduzem em larga medida realidades concretas, mas não são totalmente exatas. Como já referi, existe um intelectualismo ainda que muito diluído ou discreto, na sociedade americana, o qual é divulgado e interrogado tanto pelos intelectuais, quanto pelos intelectuais públicos. Na França, o celebrado intelectualismo está em queda, pois a sociedade francesa, tal como vários outros países no mundo definido como “ocidental”, está rendida aos princípios dos *diktats* de uma sociedade de consumo globalizado.⁷⁵ É certo que existe, no panorama sociocultural francês um grupo de resistentes, constituído por muitos intelectuais franceses, que dá pelo nome coletivo dos « intellectuels », o qual beneficia de uma longa tradição de deferência e de respeito.

Richard Hofstadter baseia-se em William James para indicar o primeiro uso do termo “intelectual”, nos EUA, ocorreu no contexto da análise americana ao caso Dreyfus:

In the following year [1899] William James wrote, in a letter referring to the role of the French intellectuals in the Dreyfus affair: “We ‘intellectuals’ in America must all work to keep our precious birthright of individualism, and freedom from these institutions [church, army, aristocracy, royalty]. *Every great institution is perforce a means of corruption – whatever good it may also do.*”

It is significant in our own history that this early use of the term – the first in

⁷⁵ A sociedade de consumo globalizado, sob o jugo do neoliberalismo na opinião de muitos pensadores (Revel, 2002; Todd, 2004; Friedman, 2005 e Pfaff, 2010) é composta pelos EUA e todos os países industrializados europeus e “emergentes”, utilizadores de meios tecnológicos de ponta. Esta definição é redutora, pois não inclui países como a China, a Índia, a Indonésia, a Tailândia, o Vietname (entre outros países asiáticos) e alguns países da África saariana e subsaariana entre demais, mas que são, igualmente, desenvolvidos e especializados em tecnologia.

America of which I am aware – should have been made in the context of such a “radical”, utopian, and anti-institutional statement of purpose. (1963, 39)

No século XIX e até meados dos anos 50, os intelectuais americanos não sentiam a necessidade de juntar o adjetivo “public” para referenciar os seus pares. “Intellectuals” referia então as pessoas que tinham um especial interesse por obras do intelecto e que se entregavam ao autodidatismo, muitas vezes adquirido e aprofundado no meio universitário (Etzioni e Bowditch 12)

Em França, o uso do termo “intelectual” foi, primeiro, usado num sentido pejorativo (como aconteceu, por exemplo, com o uso do termo “impressionista”) para macular a reputação dos escritores, jornalistas e outras personalidades que defenderam o capitão Dreyfus. Mas, assim como “impressionista” acabou por referir um conjunto de pintores e uma expressão pictórica muito prezada, também « intellectuel » foi sendo positivamente denotado. Não há dúvida de que a singularidade do caso francês reside no facto de o intelectual estar sempre associado a um *parti pris* político e ter sempre uma missão social ou cultural de defesa ou de ataque em relação a um conjunto de ideias e de pessoas em perigo. Os intelectuais franceses agem sempre na esfera pública de uma forma politizada, porém, sou da opinião de que esta singularidade acabou em 1898, pois os intelectuais franceses não foram os únicos a expressar-se publicamente em prol de uma causa dita humanista e universal. Os intelectuais franceses terão sido, sim, os primeiros a tomar uma atitude de força conjunta audível e visível (apoiada pelos meios de comunicação da época) na esfera pública, mas, desde então, em várias sociedades, outros intelectuais o têm feito e alguns até perderam a vida em consequência destas tomadas de posição.

Os intelectuais franceses não precisam de se autodenominar intelectuais públicos, pois intuem que a sua participação é sempre pública. Ao invés da sociedade americana, não sofrem das sequelas do anti-intelectualismo, pois em França, as análises sobre os intelectuais

franceses realçam que, pelas razões expostas anteriormente, a figura do escritor, do filósofo, do professor, do jornalista, da pessoa sem diploma mas dotada de uma boa capacidade de comunicação e de reflexão, é bem aceite num ambiente livre de receios e desconfianças. São cidadãos comuns, com um nível muito satisfatório (elevado, por vezes) de conhecimentos e de aptidão comunicacional que lhes garantem a atenção e consideração de um ou vários públicos. Sejam os intelectuais independentes ou académicos, a dependência remuneratória para com uma instituição não parece colocar-lhes entraves à sua liberdade de expressão e independência de pensamento, nem levanta suspeita junto dos públicos. Escrevem, publicam e não dependem (apenas) das publicações universitárias. Consequentemente, o intelectual francês que queira explorar a esfera pública (editoras, blogues, diversos centros e instituições pró-culturais) encontra menos obstáculos no seu caminho para a livre expressão. Contudo, se optar pelos meios de comunicação audiovisual, tem que se submeter às especificidades dos formatos e às políticas dos canais, como qualquer intelectual de outra nacionalidade. Neste caso, a sua liberdade já não é total: o intelectual é refém desta sua vontade de se tornar público/a e da necessidade de encontrar um público. Muitos intelectuais franceses querem guardar o pleno controlo da sua liberdade de expressão, opondo-se em silêncio ou criticando abertamente os seus pares “públicos”. Ainda que o uso do termo seja raro, repito, o chamado intelectual *público* francês, na ótica de muitos intelectuais franceses, usa frequentemente os meios de comunicação audiovisual, munido de um discurso “encomendado” ou repleto de preconceitos e adota uma atitude presunçosa.

No contexto social e histórico dos EUA, a designação “intelectual público” não possui este pendor pleonástico. Nos anos 50 e 60, só existia o termo “intelectuais” referindo-se sobretudo aos que trabalhavam nas universidades, mas designando também escritores, artistas, pensadores e intelectuais-professores universitários. Intelectual, utilizado no meio académico, era então sinónimo do conceito mais recente do académico (“academic scholar”). Com a

democratização do ensino superior, nos EUA, e a conseqüente necessidade de formar mais professores a todos os níveis de ensino e em várias áreas de estudo, foram convidados a integrar as Faculdades especialistas de certos campos de estudo. A maioria destes intelectuais não possuía graus académicos e veio a beneficiar de uma vida financeira e profissional mais estável e segura. Todavia, muitos destes pensadores inquietavam-se, pois ao penetrar no mundo académico, no seu entender, estavam em risco de perder a sua liberdade de expressão. De igual modo, muitos eram mal vistos, pelos seus colegas, que já exerciam na universidade antes da sua chegada. Aos intelectuais que fizeram carreira nas universidades foi dado o título de académicos (Collini, 2002: 210). Aos que se mantiveram deliberadamente (ou não) fora do mundo académico, foi dado o nome de “intelectuais públicos” (Epstein, 2000: 193).

Nas grandes cidades, onde um acelerado crescimento populacional e cultural impunha novos ritmos e produtos, os chamados “intelectuais públicos boémios” criaram revistas culturais e trabalharam em vários meios escritos de comunicação. Ao serem deslocados dos subúrbios em função das novas coordenadas demográficas e sociais, tiveram que abandonar o seu bairro, foco de interação cultural, e passaram a ter que sobreviver na cidade, deixando a vida de boémia dar lugar à de empregado de escritório. Contudo, neste processo, muitos estavam convencidos que tinham conservado a sua independência, podendo deste modo exprimir-se sobre assuntos do foro público e político mais livremente: na opinião de Russel Jacoby, são estes os intelectuais públicos, os últimos verdadeiros intelectuais livres, não acometidos pela ânsia da nomeação definitiva (“tenure”) e o “cárcere” da cátedra, impostos pelo meio académico (Etzioni e Bowditch 171). Muitas objeções foram feitas a esta tese, mas esta distinção geral entre intelectual público, fora da academia, e intelectuais, dentro da instituição de ensino universitário, é aquela que prevalece, pois reúne o consenso dos vários autores (171).

Na era do “quarto poder” (os meios de comunicação de massas) e especialmente perante a onnipresença e a influência dos programas televisivos, os intelectuais, dentro e fora dos meios académicos, dividiram-se quanto à atitude a adotar face a este poder dependente da opinião pública e centrado na mesma (84). Alguns vislumbraram uma janela de oportunidade; outros sentiram-se privados de outras conjunturas. Os meios audiovisuais proporcionavam um número maior de públicos mais diversificados. Para os intelectuais, cuja vocação era contribuir de uma forma direta na vida pública (política) do seu país, era imprescindível usar as novas tecnologias colocadas ao dispor de todos os consumidores e públicos. Deste modo, nos anos 80 e início dos anos 90, os intelectuais públicos livres-pensadores, que trabalhavam para casas de edição ou em jornais e revistas, ao darem conta de uma acentuada diminuição do número de leitores, optaram por investir numa forma de poder e de comunicação baseada na imagem e no som, veiculada e orientada pelos novos especialistas e profissionais da televisão. Os intelectuais mais otimistas submeteram-se à implacável autoridade do *sound bite*, a fim de serem vistos e ouvidos no pequeno ecrã, ainda que durante um reduzido período de tempo. Os intelectuais mais cétricos avaliaram negativamente esta mudança, pois na prática, a liberdade do intelectual público estaria agora condicionada por um outro meio de comunicação, cuja complexidade e efeitos benéficos e maléficos, após décadas de existência, ainda estavam por apurar. De facto, na década entre 1990 e 2000, uma profusão de livros anunciava a extinção do intelectual e do intelectual público: Russell Jacoby (1987 e 1999), Richard Rorty (1989), Todd Gitlin (1995), Bruce Robbins (1990), Régis Debray (2000), Bernard-Henri Lévy (2000), Richard Posner (2001), entre outras coletâneas de ensaios versando o mesmo tema. No entanto, as mesmas obras apontam para o advento de uma nova estirpe: o intelectual público letrado é declarado morto e nasce o intelectual público audiovisual (Debray 2000).

A expressão “intelectual público” passou então a designar intelectuais, escritores, artistas, professores universitários, cientistas, investigadores, especialistas em diversas matérias, académicos ou ‘boémios’ que usam os meios de comunicação audiovisual – públicos, portanto – para publicitar os seus pontos de vista e análise crítica sobre assuntos do foro público. “Público” passa a referir o meio – audiovisual ou escrito – pelo qual o intelectual atinge o seu fim. O seu “fim” é atingir um público e alcançar uma audiência crítica mais vasta. É dada prevalência à forma sobre o conteúdo e o recetor e, desta feita, a relação público-intelectual é modificada. Uma nova aceção é dada assim ao epíteto “público” e o “intelectual público” autoprojeta-se noutra dimensão, onde o reconhecimento e a certificação são (de igual modo e de uma forma mais veloz) obtidos graças à incontornável exposição mediática, sinónimo de “pública”.

Num artigo do editor, ensaísta e escritor, Joseph Epstein, intitulado “Intellectuals — Public and Otherwise”, publicado em 2000 na *Commentary*,⁷⁶ o autor critica negativamente o uso da expressão “intelectual público” que, a seu ver, surgiu e foi-se propagando na sociedade americana sem ninguém a ter definido (Etzioni e Bowditch 185-194). Epstein refere ainda a recente criação (à data) de um Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados para obtenção do grau de Doutor em 1999, na Florida Atlantic University, cujos objetivos, em 2012, eram definidos desta forma no sítio da Universidade:

The Public Intellectuals Program is an interdisciplinary program for students interested in advanced study and life as a public intellectual. While “public intellectual” often connotes a famous name, public intellectuals also include journalists, artists, architects, legislators, clergy, museum curators, environmental planners, community organizers, as well as teachers and scholars whose work defines, shapes, and influences public issues.

⁷⁶ A *Commentary* tem sessenta e nove anos de existência e assume uma orientação claramente intelectual, politicamente orientada para a direita.

The program explores historical, conceptual, and practical relationships among such areas as public policy, mass media, literature, aesthetics, ethics, gender studies, culture, peace studies, global and local social movements, and rhetoric. Our goal is to combine theoretical with concrete analysis and to strive for this integration in every core course, producing students who are theoretically confident and knowledgeable about the world they hope to understand and change.⁷⁷

Do mesmo modo, este extrato reflete simetricamente a contra-argumentação de Joseph Epstein, quando avalia a definição de intelectual público de Russell Jacoby:

In his [Jacoby's] own usage, a public intellectual “contributes to public discussion” and is also “an incorrigibly independent soul answering to no one,” committed “not simply to a professional or private domain but to a public world – and a public language, the vernacular.” This definition supplies a pair of pants baggy enough for both Walter Conkrite and Jacksie Mason. (2006, 186)

Para Epstein, é claro que a figura do intelectual público não tem corpo, nem alma. No entanto, este autor dá a sua versão do aparecimento do intelectual público na sociedade americana. Epstein defende que, até aos anos 60, o intelectual americano viveu feliz e com a consciência da superioridade da sua ‘*coterie*’ (o termo é do autor) e que, contrariamente aos dias de hoje, os intelectuais eram procurados pelos seus concidadãos para dar palestras na rádio e na televisão. Para Epstein, “Notes on Camp”, a primeira publicação de Susan Sontag na *Partisan Review* (1964), marca simbolicamente o advento de uma era em que os intelectuais (recatados, mas ativos, e recebidos na sua comunidade) são catapultados para as primeiras páginas dos meios de comunicação social, onde passam a ser presença habitual: “Intellectuals

⁷⁷ «The Public Intellectuals Programme», Florida Atlantic University, 16 de outubro de 2011, Web, 16 de outubro de 2011, <<http://www.fau.edu>>

had suddenly gone public; they, or at any rate, some of them, were on the Big Board” (192). Epstein partilha, no entanto, da opinião de Russel Jacoby quando considera que os anos 1960 (o movimento dos direitos cívicos, a sociedade de consumo, o poder negro, as manifestações anti-Vietname, entre outros eventos) foram decisivos para o aparecimento, na esfera pública, de um novo tipo de intelectual que já não se revia na figura ativa e alheada das massas populares heterogéneas, que alguns intelectuais cultivavam e incarnavam. Contudo, Epstein defende que foram as questões políticas e morais que dividiram os intelectuais, no *campus* e fora dele. Assim, a cultura americana foi atacada por “philistine forces of political correctness and radical feminism” (193). A perspetiva defendida por este autor revela o quanto a figura do intelectual tem estado sob o olhar crítico da sua classe e dos demais estudiosos das ciências sociais (que, ainda na opinião de Epstein, “infetam” os Departamentos das universidades americanas desde o final dos anos 70). Esta atenção desmentiria então a tese segundo a qual não há uma tomada de consciência, um olhar sobre si entre pares, acerca do papel do intelectual e do estado do intelectualismo na sociedade americana. Se, para alguns detratores, essa consciência não assume proporções maiores é, pelo menos, aparentemente profunda e “marcante”.

Joseph Epstein também defende que o intelectual existe na América e foi substituído por uma nova figura, o intelectual público, pois os tempos mudam e alguns termos e conceitos têm de ser revistos, corrigidos, atualizados e por vezes, abandonados. Para o autor, a figura do intelectual público retém, ainda, quase todo o ativismo dos anos 60, adaptado e atualizado, lamentando que algumas figuras públicas “[have] become adept at packaging them [ideas] in fancy academic dressing” (194) mais interessadas, portanto, na forma do que no conteúdo. Epstein conclui que tornar-se público, seja por que meio for, é objetivo principal neste novo século. O intelectual público já não está, assim, em perigo de extinção; mas, se a qualidade do discurso ainda não desapareceu, está, todavia, extremamente debilitada pela ação das regras e

formatos próprios dos meios de comunicação audiovisual e digitais, impostos ao discurso e às ideias:

These are the Edward Saids and Ronald Dworkins of our time, the Richard Rortys and Cornel Wests, the Martha Nussbaums and Stanley Fishes.... Unlike the unattached intellectuals of earlier days, such people usually have university careers and arrangements at influential publications. Columnists, professors writing on subjects of putative contemporary relevance, soon, if Florida Atlantic University has its way, full-fledged Ph.D.s in public intellectuality itself – they are the inheritors of a mantle for which one now qualifies not by any particular mental power but by going public with one’s intelligibility and one’s opinion. (194)

Epstein desaprova a fusão entre as esferas privada e pública, entre os mundos académico e não-académico, onde a política e os interesses pessoais e comunitários se entrecruzam. Este crítico confessa ainda que, ao longo da sua carreira, tem dedicado uma análise aprofundada e constante à figura do intelectual e que, após ter tentado analisar o intelectual público, constata que o intelectual *tout court* tem mais substância e forma do que o intelectual público dos nossos tempos. Falta objetividade, no meu entender, nesta visão nostálgica que adverte para o facto de que o intelectual público, por ser uma figura muito comercializada e difundida, pode não vir a contribuir, de facto, de forma significativa para a melhoria e evolução da sociedade americana. Joseph Epstein receia, tal como Richard Hofstadter e Susan Jacoby, que o intelectual público banalize uma (pseudo-) cultura e contribua para o pseudointelectualismo, levando os cidadãos americanos interessados nestes assuntos socioculturais, à convicção de que estão a melhorar o seu capital de pensamento, quando, na verdade, não saem do mesmo padrão e até incorrem no perigo de regredir.

Joseph Epstein termina o seu ensaio comparando o intelectual “de então” (época que não chega a ser definida pelo autor) a uma ave rara que encantava e convencia os seus ouvintes, ao passo que o intelectual público tem um aparelho vocal ímpar, mas não “arrebata a audiência” nem comunica com o público:

What once distinguished him [the intellectual] was a certain cast of mind, a style of thought, wide-ranging, curious, playful, genuinely excited by ideas for ideas' sake. Unlike so many of today's public intellectuals, he was not primarily a celebrity hound, a false philosopher-king with tenure, or a single-issued publicist (194).

Esta comparação de Epstein é aplicável no projeto proposto pelo Programa em Intelectuais Públicos na Florida Atlantic University.

Infiro da leitura do ensaio de Helen Small que “o” intelectual público é um produto do contexto sociocultural americano e que tem uma singularidade semelhante à do « intellectuel » francês, na sua época. Como já referi, hoje em dia, o « intellectuel » já não é uma figura de destaque, pois já não lhe é outorgado um carácter de excecionalidade e menos ainda é colocado num pedestal. Stefan Collini afirma que o intelectual é um/a cidadão/ã comum:

‘Ordinary’ in the sense that they are indeed part of the cultural landscape of all complex societies; ordinary in the sense that it is neither unthinkable nor shocking to recognize that the noun ‘intellectual’ might regularly be applied to some of one’s friends or one’s colleagues or even, in some circumstances, oneself; and, above all, ordinary in the sense that carrying on the activities characteristic of intellectuals should not be seen as exceptionally heroic or exceptionally difficult or exceptionally glamorous or – and I realize that here I particularly lay myself open to misunderstanding – even exceptionally important. Important, yes, but not exceptionally important. (222)

Collini afirma ainda que “feliz é o país que não tem intelectuais” (207), pois acha que a repetição dos temas relativos ao “intelectual público” e a necessidade constante de citar os « intellectuels à la française » têm sido prejudiciais e redutoras para a própria figura do intelectual, para quem a estuda e para a sociedade em geral. Collini alude, porventura, às obras de referência das décadas de 1980 e 1990, no mundo intelectual anglo-saxónico, tais como, *The Last Intellectuals: American Culture in the Age of Academe*, de Russell Jacoby, que já mencionei, e *Public Intellectuals: A Study of Decline* de Richard Posner, publicado em 2001. Russell Jacoby, já em 1999 denunciara o fim da utopia em *The End of Utopia: Politics and Culture in an Age of Apathy*. São de referir, ainda, as obras de Alan Bloom, *The Closing of the American Mind* (1987), e *Representations of the Intellectual: The 1993 Reith Lectures* de Edward W. Said (1996).

Do lado francês, fala-se antes em declínio da sociedade e da cultura francesa (especialmente Nicolas Baverez e Guy Millière). No que concerne especificamente aos intelectuais (Michel Foucault, em particular), a morte deste coletivo já fora decretada no final dos anos 1980 (Jennings 2002). Outros intelectuais empregam eufemismos: Bernard-Henri Lévy usa o termo “disparition”, como quando questiona a inevitabilidade do desaparecimento do intelectual “à la française”, no *Eloge des Intellectuels* (1987). Na ótica de alguns intelectuais franceses, entre as mais plausíveis causas da morte do intelectual francês, destaca-se a nefasta influência do império cultural americano e dos seus corolários na sociedade moderna: a globalização, o capitalismo, o liberalismo e o neoliberalismo. Este é um dos argumentos centrais do antiamericanismo intelectual francês no final do século XX, argumentação que é apresentada por Régis Debray, em *I.f. Suite et fin*.⁷⁸ Este filósofo francês, jornalista, antigo membro do governo e académico analisa ainda a interação entre o poder e os meios de comunicação e os intelectuais, em *Le pouvoir des intellectuels en France*,⁷⁹ e o

⁷⁸ Debray (2000).

⁷⁹ Idem (1989).

estado, em *L'État séducteur, les révolutions médiologiques du pouvoir*.⁸⁰ Na década de 1990, a relação entre o poder e os meios de comunicação social é demasiado próxima, no crer dos intelectuais dos dois lados do Atlântico e por isso criticam-na severamente. As obras já referidas dos autores Pascal Ory e Jean Sirinelli abordam igualmente estes dois temas. A obra de Michel Foucault (dedicada à relação dos intelectuais com o mundo)⁸¹ e de Pierre Bourdieu (o conceito do universal no campo da sociologia e o mundo académico francês) completam esta análise dos intelectuais franceses sobre o estado atual da figura do intelectual em França (início do século XXI).⁸² Collini não nega o contributo intelectual destes exegetas, mas acha que o intelectual não tem sido útil para a sua nação, por estar obcecado consigo mesmo, demasiado preocupado com a sua posição na sociedade. Tem de sair da sua concha narcisista e excecionalista e tornar-se, para além de visível e audível, atento e interativo, se quiser manter uma presença de destaque (ainda que não extraordinária) na sociedade contemporânea. Collini, de uma forma que me parece voluntária, não explana qual a diferença entre o ser-se importante “excecionalmente” e (apenas) “importante” e de que modo pode ser conseguida. O facto é que Collini não retira ao intelectual a sua importância na sociedade; antes parece ter receio de que esta importância não seja adequadamente inscrita nas várias comunidades sociais. Neste derradeiro aspeto, Collini não inova: apenas exprime com as suas palavras o dilema que dilacera o intelectual de todos os tempos – a escolha do meio de comunicação que não desvirtue as suas ideias e que não atraia a sua personalidade.

Se quer ser visível, o intelectual tem de se tornar público, competir e ser desafiado constantemente por *personae* públicas, tais como os comentadores culturais (“pundits”), os pseudointelectuais (“les intellos”, em França) e os escritores “people”, na arena dos meios de

⁸⁰ Ibidem (1993).

⁸¹ Foucault, « L'intellectuel sert à... » (1973), 423-423. Idem, « Qu'est-ce qu'un philosophe? » (1966) « La fonction politique de l'intellectuel » (1976), *Dits et Écrits*, Volume III, (eds. Daniel Defert e François Ewald, Paris: Gallimard, 1994), 109-114.

⁸² Bourdieu (1984). Ver igualmente : « Les intellectuels dans le champ de la lutte des classes », *La nouvelle critique*, (1975-1987): 66-69.

comunicação audiovisual. Neste contexto, Jeremy Jennings explica por que é que os intelectuais em França têm vindo a predizer a sua própria morte há mais de vinte anos e, paradoxalmente, se mantêm vivos (Small 110-130). Jeremy Jennings cita a este propósito Régis Debray, já mencionado, que comenta e analisa as razões desta morte anunciada:

“The mass media” Debray wrote, at a time when the seductive powers of French television were severely under-developed, “run on personality, not the collective, the sensational, not the intelligible, and the singular, not the universal.” They produced simplicity by eliminating complexity... The “great mediacrats” had replaced the “golden age of French thought of yesteryear.” (2002, 112)

A falta de esforço, de rigor e o facilitismo generalizado diagnosticados por Debray ecoam na já referida obra de Susan Jacoby. Estas tendências socioculturais levaram alguns intelectuais dos dois países em análise (numa reação de autodefesa) à elaboração de um discurso sobre o declínio dos valores perenes e à consideração do seu “desaparecimento” da cena social e mundial: “The conclusion would seem that intellectuals have died similar deaths in dissimilar countries and in dissimilar circumstances” (2002, 111). Para Jennings, todavia, esta atitude dos intelectuais em França prova que o intelectual público ainda não desapareceu e que os franceses ainda demonstram ter uma deferência para com o discurso proferido por uma figura reconhecida como intelectual. Jeremy Jennings baseia a sua opinião no facto de Régis Debray e Pierre Bourdieu se terem insurgido contra o poder mediático e, conseqüentemente, para Jennings, Bourdieu incarna o « *intellectuel dreyfusard* ».

Parece-me, no entanto, que Jennings não considerou o fator da mudança na sua análise: numa década rica em consideráveis avanços tecnológicos e mudança sociais e políticas, os franceses, normalmente pouco dados a mudar de hábitos, “americanizaram-se”, entregando-se muito lentamente e com imensa relutância a “la mondialisation”, assim

designada pelos políticos e sociólogos franceses. A alegada deferência para com a figura do intelectual não desapareceu, mas esbateu-se. O público francês, ou um certo público francês, não se preocupa com a opinião dos intelectuais, pois não sabe definir “intelectual” e menos ainda um intelectual “dreyfusard”. Existe ainda uma rejeição ou uma indiferença para com a política que está a consolidar-se em França, como demonstra a elevada abstenção nas eleições legislativas, regionais, e presidenciais, no decorrer dos últimos anos.⁸³ Atualmente, em França, enaltecer a relação do intelectual com o poder pode ser contraproducente para a imagem do intelectual. Este último será considerado um “intelectual do governo”, por ter relações promíscuas, muitas vezes ligadas a ambições privadas, com uma entidade que se deveria preocupar com o público e não o faz. Será acusado de agir como um intelectual público no sentido negativo usado, outrora, pelos americanos.

Há ainda um outro fator inerente às escolhas éticas dos intelectuais franceses: a preponderância dada ao universal e ao humanismo, apregoados valores da nação francesa. Esta nação francesa imaginária, coesa e defensora da igualdade, foi inventada pelos historiadores (Jules Michelet, em particular) e outros intelectuais. Os traços característicos desta narrativa têm sido modelados também por membros do figuras do Estado, tais como Charles de Gaulle, François Mitterrand e, mais recentemente, Nicolas Sarkozy. Ora, no dealbar de um século em que a França tem uma demografia marcada pela “diversité”, o multiculturalismo não é contemplado pela maioria. Quando os franceses abordam o tema do multiculturalismo, relacionam-o frequentemente com a realidade sociocultural ou as imagens da América multicultural (ou as imagens que a maioria francesa tem). Quase sempre existem reações de teor antiamericano. Assim, muitos intelectuais franceses aliam-se num silêncio tácito e não tornam público um assunto manifesto, isentando-se de uma intervenção clara sobre este assunto. Aqueles que, ao invés, querem trazer à tona esta matéria fraturante e

⁸³ Nas eleições presidenciais de 2012 a abstenção foi, pelo contrário, mínima.

produzem obras sobre o tema são acusados de se querer expor e de querer agir como “intelectuais públicos”. Jennings não considera que esta posição de alguns intelectuais franceses possa ser explicada pelo receio da perda das suas posições profissionais, remunerações e benesses sociais – e um estatuto que consideram ser excepcional. Nem o universalismo, nem o multiculturalismo constituem os valores perenes dos intelectuais da atualidade e, assim, o « intellectuel » parece, de facto, ter sucumbido e não apenas no mundo do imaginário cultural.

Os intelectuais existem, igualmente, porque têm um público virtual ou real, subentendido ou claramente identificado, e porque desejam participar da vida pública da sua sociedade. A aceitação do intelectual é inquestionável na sociedade francesa, ainda que a sua influência seja menor, no presente momento, como já mencionei. No entanto, os estudos sobre os intelectuais refletem uma abordagem superficial do elemento público inserido no binómio intelectual-público e a maioria das obras consultadas sobre o tema (Ory e Sirinelli 2004; Sévillia, 2004), ao privilegiar a figura do intelectual, menospreza a entidade invisível graças à qual o intelectual ganha a vida e se constrói mentalmente – o público.

Existem intelectuais que não querem sujeitar-se a uma exposição pública (nos meios audiovisuais e na internet), pois já possuem um conjunto de destinatários que os satisfaz os quais tentam informar e motivar para uma atitude crítica, no que concerne aos assuntos mais prementes do foro público. Os intelectuais franceses verbalizam essa recusa com mais veemência. Não aceitam que um intelectual, a quem é exigido que seja legível e interpretável, tenha que ser igualmente visível e audível para ser “público” e alargar e diversificar os seus alvos. Ao enveredar por um determinado tema, o intelectual cria para si um horizonte de expectativas em relação ao público que deseja alcançar, por isso o intelectual tem sempre um público-alvo e normalmente este último acaba por tornar-se num público-nicho inserido no público em geral, visto como uma massa heterogénea e não identificada. O intelectual, após

ter avaliado a sua projeção e ter analisado o seu público real, acaba sempre por moldar o seu discurso às exigências deste, do mesmo modo que o público se rende voluntariamente ao exercício de escrutínio dos argumentos propostos.

Assim, uma outra conclusão decorre desta interação entre intelectual e público: o público existe de facto. Há pessoas à procura de produtos oriundos do trabalho intelectual que respondam aos seus interesses pessoais e intelectuais. Nesta sua busca, estas pessoas minam a tese que sustém que a ignorância e o anti-intelectualismo atingiram os públicos a um nível global, reduzindo-os a uma massa amorfa, imersa num consumo desenfreado e num *Zeitgeist* de declínio. Se um público alerta procura o intelectual a hipotética omnipresença do declínio, com dimensões globais deixa de fazer sentido, pois não abrange a totalidade das culturas e sociedades. Pode ter algum fundamento e ser justificado localmente, ao nível nacional ou regional, mas deve-se evitar o exagero e as generalizações nas descrições dos casos pontuais. De uma forma mais ponderada, pode-se argumentar que tem existido uma tendência de recessão na procura por parte dos vários públicos e na produção de qualidade por parte dos intelectuais, porventura influenciada por fatores externos relevantes como as crises financeiras, económicas, sociais e culturais que têm assolado o denominado “mundo ocidental”, sobretudo desde a data-baliza inicial o ‘11-de-setembro’, na primeira década do século XXI.

O conceito de intelectual público é, assim, desnecessário na interpretação do papel e do perfil do intelectual estabelecido pelo cidadão francês. No entanto, por força da influência cultural anglo-saxónica, e perante o crescente poder dos meios de comunicação, os intelectuais franceses têm vindo a classificar como indecorosa e exibicionista a atitude de alguns dos seus membros. Desta forma, alguns intelectuais irados acusam os seus pares de aglutinar o discurso ponderado público e político do intelectual com um discurso barroco, fortemente mediatizado e dependente de uma encenação dos temas, e sujeitos à lógica das

taxas de audiências. Para eles, trata-se de “intelectuais públicos”, e a conotação é fortemente negativa.

Já mencionei que Bernard-Henri Lévy tem sido alvo deste tipo de crítica pelos seus pares intelectuais. Alguns chamam-lhe « *intellectuel public* » como um insulto, pois remete para a expressão francesa também depreciativa e misógina – « *une femme publique* ». Logicamente, elegê-lo como autor referido num trabalho académico é uma escolha discutível, sobretudo se tomarmos (apenas) em conta os pontos de vista sobre ele veiculados, por exemplo, pelos seus pares Pascal Boniface (2011) e Serge Halimi (2003), cujas perspetivas intelectuais, mediáticas, cores políticas e agendas pessoais e públicas são dissimilares.⁸⁴ No entanto, Lévy, referido pelos meios de comunicação como ‘BHL’, apresenta, na minha ótica, as qualidades e os defeitos necessários para consolidar a descrição que faço do estatuto do intelectual (público) em França e por ser, em particular, muito curioso em relação à América imaginada. Consequentemente, não opinarei se esta descrição de Bernard-Henri Lévy é congruente ou não, pois não é este o objetivo deste estudo.⁸⁵

Essas críticas parecem-me inadequadas no sentido em que não consideram que a sujeição à exposição mediática transforma a pessoa real em *persona*, numa entidade fictícia. O sujeito pode de facto desejar permanecer fiel à sua personalidade, inclusive dentro do mundo da comunicação, mas pode não o conseguir ou desejar. Contudo, a vasta maioria dos profissionais de televisão cria uma *persona* (sobretudo na televisão), como já aludi, para amenizar o impacto do choque decorrente do encontro entre as esferas do privado e do público. É inegável que Bernard-Henri Lévy cultivava a ambiguidade e ambos – espectador e público – podem não ter a certeza absoluta se o homem que se esconde por detrás da *persona*

⁸⁴ Serge Halimi, « L'imposture Bernard-Henri Lévy. Cela dure depuis vingt-cinq ans », *Le Monde Diplomatique*, dezembro de 2003, Web, 23 de fevereiro de 2012, <<http://www.monde-diplomatique.fr>>.

Serge Halimi é diretor do *Le Monde Diplomatique* desde 2008. Este jornal coloca à venda (*online*) um ficheiro de artigos e um DVD com documentos relativos a “BHL”.

⁸⁵ Um exemplo deste tipo de crítica injuriosa encontra-se no blogue: XP, « *Intellectuel public, urinoir public, I like your style, Nous ne voulons pas votre bien* », 25 de maio 2011, Web, de outubro de 2011, <<http://ilikeyourstyle.net>>.

e das três letras – a “marca” BHL – corresponde, de facto, ao homem real e ao intelectual Bernard-Henri Lévy ou se o sujeito real optou pelo uso de um boneco televisivo, cujos traços físicos e atitudes não deixam ninguém indiferente (Beau e Toscer 2006).

Esta mistura de géneros aliada à suspeição de que estes intelectuais, ávidos de mediatização, são agentes do poder, leva a esmagadora maioria da classe dos intelectuais franceses a refugiar-se nos seus gabinetes, temendo o discurso na praça pública e evitando a convivência com os seus colegas “mediáticos”, que evoluíram, a seu ver, para a forma híbrida e monstruosa do “intello-*entertainer*”. Para os seus detratores, estes pensadores mediatizados, mormente ao nível da comunicação de massas, colocam em perigo toda a classe, assim como a imagem e a consciência que esta tem, no centro e nas franjas, da sociedade francesa. Para os seus críticos, a credibilidade do intelectual nunca deveria ser questionada, muito menos ridicularizada por membros da mesma classe (Collini, 2002: 204).

O estado de (in)dependência do mundo académico americano

Os intelectuais de todas as eras e nacionalidades têm abordado a questão da sua independência relativamente ao poder político e aos restantes grupos de pressão presentes nas sociedades. Neste contexto, *Representations of the Intellectual: The 1993 Reith Lectures* (1996), de Edward W. Said, surge como leitura obrigatória. Os exegetas que analisam e citam a vasta obra de Said realçam dois dos atributos da sua intervenção, em particular: a figura de um intelectual-amador e a primazia do dissenso que lhe é associada.⁸⁶ No entanto, para a minha análise destaco, antes, o quão Said estava convicto de que a forma de publicitar a mensagem é fundamental para o objetivo pretendido: despertar uma atenção crítica. Said acreditava que o modo como o intelectual comunica (especialmente a linguagem do corpo e a apresentação física) é crucial, pois complementa-o, definindo a sua singularidade e dando-lhe uma visibilidade real:

⁸⁶ O intelectual amador entrega-se por gosto à liberdade de pensar por oposição, ao intelectual profissional, constringido pelas regras e exigências do seu meio profissional.

My argument is that intellectuals are individuals with a vocation... whether that is talking, writing, teaching, appearing on television. And that vocation is important to the extent that it is publicly recognizable, and involves commitment and risk, boldness and vulnerability; when I read Jean-Paul Sartre or Bertrand Russell, it is their specific individual voice and presence that makes an impression on me.... In the outpouring of studies about intellectuals there have been far too much defining of the intellectual, and not enough stock taken of the image, the signature, the actual intervention and performance, all of which taken together constitute the very lifeblood of every real intellectual.

(12)

Said estava ciente de que o intelectual tem de tirar partido do seu intelecto e dos aspetos da sua personalidade que lhe permitem completar a sua expressão.⁸⁷ Por isso, um intelectual fechado em copas, que não procura expor(se) *de facto* ou constrangido pelos receios da reprovação do seu discurso ou da sua pessoa por parte dos seus pares ou colegas de profissão, não é digno desta designação. Não basta pensar: é preciso pensar-se enquanto ser atuante, livre-pensador e ator, na sociedade. O intelectual é, desta forma para Said, inerentemente público e procura expor o seu pensamento de um modo mais direto e desimpedido:

At bottom, the intellectual, in my sense of the word is neither a pacifier, nor a consensus-builder, but someone whose whole being is staked on a critical sense, a sense of being unwilling to accept easy formulas, or ready-made clichés, or the smooth, ever-so-accommodating confirmations of what the powerful or conventional dating confirmations of what the powerful or the

⁸⁷ A presença de Said, como ativista, em vários palcos conturbados do mundo, comprova que foi fiel aos seus valores pessoais e aos seus pensamentos.

conventional have to say, and what they do. Not just passively unwillingly, but actively willing to say so in public. (23)

Na ótica de Said, a independência e uma atitude crítica pública (mas não de dissenso gratuito, por mero espírito de contradição ou por retaliação), publicada e editada seja ela por que meio for, em todos as instituições e lugares da sociedade pós-moderna, são os únicos aspectos que valorizam o atual papel do intelectual. Isto inclui o meio acadêmico, e assim, os próximos parágrafos contemplam esta instituição, pois como já referi anteriormente, a livre expressão neste mesmo meio foi, igualmente, alvo de terrorismo interno por parte do governo de G. W. Bush, o que demonstra a importância efetiva da intervenção pública do intelectual vista por tantos como uma ameaça ao poder.

No âmbito mais restrito do mundo acadêmico, a questão da independência coloca-se de outras formas ao nível moral e hierárquico, científico e financeiro, mas também ao nível identitário com questões de raça, religião e política. O mundo acadêmico americano viveu em estado de sítio durante o período histórico em questão neste trabalho (2001-2006), na sequência do ‘11-de-setembro’ e durante os meses que precederam e se seguiram à intervenção no Iraque. Uma guerra silenciosa desenvolveu-se no seio da academia praticamente à revelia do conhecimento da sociedade, opondo num só território dois microcosmos: a América de George W. Bush e dos seus conselheiros e a América de um conjunto significativo de professores, estudantes e funcionários das universidades americanas. Neste estado de exceção, no sentido que lhe concede Giorgio Agamben, os meios de comunicação audiovisual americanos não noticiaram o período de verdadeira “*terreur*” que grassou no meio acadêmico americano durante o governo W. Bush (Nagy-Zekmi e Hollis, 2010). Uma vez mais, na história dos EUA, a censura, a denúncia, o despedimento, a acelerada promulgação de decretos-lei, entre outros meios, foram usados para guilhotinar ou “endireitar” a vontade e a reflexão intelectual. O governo não oferecia qualquer projeção

pública às vozes dissonantes (americanas e estrangeiras), pois considerava-as antiamericanas. Porém, entravar ou confiscar a liberdade de expressão é um exemplo de antiamericanismo e uma violação da Primeira Emenda da Constituição americana, sendo que as exceções à livre expressão não são aplicáveis, neste caso. Consequentemente, o papel e o perfil do intelectual nos EUA foram violentamente depreciados, no decorrer de uma verdadeira crise de identidade nacional, na qual os intelectuais regrediram ao estado do *homo sacer* – um ser humano sem cidadania e sem identidade – um conceito da lei romana revisitado por Agamben, em *Homo Sacer: Il potere sovrano e la vita nuda* (1995). O “homo sacer” é um indivíduo que quebrou um juramento ou agiu contra valores sociais, logo, merece ser morto socialmente. Trata-se de uma condenação à morte enquanto se é vivo, o “apagar” da presença social e a aniquilação da personalidade. Esta simultaneidade de ocorrências não é surpreendente perante os limites decorrentes dos seus compromissos, o intelectual, deve, em teoria, fazer prova da sua independência.

A maioria dos onze ensaios contidos na supramencionada obra *Truth to Power: Public Intellectuals. In and out of Academe*, publicada já em plena “era Obama”, analisa este momento de crise cultural e social no mundo acadêmico, imposta pela política de censura e de intimidação instalada pelo anterior governo de G. W. Bush. Os ensaios abordam, de igual modo, a questão da independência e do compromisso do intelectual, lembrando no prefácio a voz de um intelectual, frequentemente designado como “intelectual público” à data recentemente falecido, Howard Zinn:

From the start, my teaching was infused with my own history. I would try to be fair to other points of view, but I wanted more than “objectivity;” I wanted students to leave my classes not just better informed, but more prepared to relinquish the safety of silence, more prepared to speak up, to act against

injustice wherever they saw it. This of course, was a recipe for trouble. (Giroux 2010, xi)

Os intelectuais, sobretudo os académicos, foram atacados por medidas (algumas irracionais) tomadas no contexto pós-‘11-de-setembro’, cujo objetivo era reforçar a segurança nacional. Isto implicou controlar os locais de onde um novo ataque pudesse ser planeado e lançado. Na ótica dos membros do governo W. Bush, num estado de crise, o intelectualismo constitui uma ideologia pró-terrorista, logo, as universidades são sítios onde, teoricamente, o perigo terrorista aguarda. Nas universidades, dominadas pelos pensadores eruditos, os académicos, os intelectuais públicos e os intelectuais, várias medidas de cortes financeiros e de liberdade de expressão puseram verdadeiramente à prova os seus funcionários e utentes. O anti-intelectualismo e o antirracionalismo ressurgiram e os Departamentos alvejados foram os “area studies”, em especial os “Estudos do Médio Oriente”, acusados de atear o antiamericanismo. O meio académico dividiu-se em relação a estas medidas, como se pode ler nos ensaios de Stanley Fish (2003) ou Edward W. Said (2002) e nos textos de outros comentadores habituais de jornais acessíveis a um público alargado, bem como em livros e *online*, em diversos sítios e blogues.⁸⁸

Na introdução da obra que coorganizam, Silvia Nagy-Zekmi e Karyn Hollis denunciam esta era de censura e perseguição; no sentido inverso, o livro de Joseph A. Yeager, *Intellectual Assault: Academic Anti-Americanism and the Distortion of 9/11* (2010), tem por meta provar que o mundo académico americano é profundamente antiamericano. Neste estudo, Noam Chomsky, Ward Churchill e Nicholas de Genova são classificados por Yeager como “celebrated academic anti-americanists” (contracapa) e acusados de impor e de inculcar nos alunos universitários, os seus pontos de vista antiamericanos (nesta visão de Yeager, os alunos não parecem dotados de qualquer capacidade crítica). Noutro ensaio da mesma

⁸⁸ Said foi acusado de ser antiamericano e de ser um dos principais responsáveis pela doutrinação das mentes nos meios académicos americanos, devido à propagação das suas teorias anticolonialistas e pró-expressão das minorias.

coletânea, “Neoliberalism and the Crisis of Intellectual Engagement”, Sophia A. McClennen também descreve o clima de censura e pressões que se abateu sobre o mundo universitário nos EUA nesta época. McClennen revela os estreitos elos de ligação entre o poder e as empresas (abrangidos pela expressão “neoliberalismo”) e algumas Faculdades e Universidades geridas e tidas como empresas.

Sophia McClennen começa por refutar a opinião de Stanley Fish (considerado por alguns autores um dos expoentes máximos do intelectual público americano da atualidade) que, num artigo publicado em *The Chronicle of Higher Education*, a 16 de maio de 2003, intitulado “Aim Low”, afirmava que a educação superior deveria restringir-se à ação de promover competências e validar as áreas disciplinares. Para a vasta maioria dos leitores de jornais como o *New York Times* e o *Wall Street Journal*, Stanley Fish é um dos colunistas residentes.⁸⁹ No entanto, Stanley Fish acha que apresentar, estimular e expressar opiniões de cariz moral e ético é uma ação imoral. Fish advoga que a instituição universitária e os seus membros não se devem pronunciar sobre assuntos que estão fora do *campus* e que pertencem ao domínio público. Ora, Stanley Fish representa precisamente o académico que tem um pé dentro e outro fora da universidade e que se exprime em público sobre temas (do domínio público, alguns relacionados com o mundo académico) *via* artigos em jornais, revistas e blogues. Pelo que coloco a questão seguinte: não está este intelectual público a ser incoerente com o seu próprio discurso? O mundo académico não deixa de ser um assunto do foro público na sociedade americana, embora seja verdade que a maioria das universidades tem uma gestão própria. Este é um dos motivos que leva Sophia McClennen a criticar Stanley Fish, enquanto professor e intelectual público. No entanto, as críticas mais fortes da autora incidem sobre o facto de Fish não se ter exprimido com muito entusiasmo sobre a questão do clima de terror

⁸⁹ Para um público mais restrito e mais específico (principalmente universitário), é um professor com um impressionante *curriculum vitae*: doutorado em Yale, detentor de duas licenciaturas (língua inglesa e direito), especialista em teoria literária, é ainda um exímio especialista da época medieval e de John Milton, em particular. Estudou igualmente a influência da política no meio universitário, chegando à conclusão que deve ser criado um “campus speech code”.

(comparável, na sua ótica, à época da “caça às bruxas”), reinante no mundo académico, na sequência do ‘11-de-setembro’. O ensaio de Sophia McClennen aponta como principal culpado o ambiente socioeconómico do neoliberalismo e “certain features of anti-foundationalist left critique” (4), atingindo, de uma forma indireta, Stanley Fish. A autora acha que o debate no meio académico, desde 2001 até à data da publicação deste seu ensaio, tem sido muito dominado pelas questões que ela considera prementes.⁹⁰ Questões ideológicas na sala de aula e questões materiais como, por exemplo, o caso de alunos com menores recursos económicos serem afastados da universidade por não poder pagar propinas muito elevadas; a justiça e os resultados do projeto da ação afirmativa (“affirmative action”) no século XXI; os cortes enormes impostos às universidades públicas e as demais reduções aplicadas ao ensino superior em geral (4). Isto prova que a direita americana tem sido capaz de convencer grande parte da população de que a educação superior devia ser um bem privatizado e não acessível a todos.

O americano Henry Giroux observa a visão neoliberal do mundo académico em várias obras que explicam como, hoje, nada escapa à lógica e às leis dos mercados, nem mesmo o ensino superior, o que coloca a própria democracia em causa. Mas será que é o governo que abandona as Faculdades à sua sorte ou será que a própria sociedade tem sido convencida de que não precisa nem do ensino superior, nem das associações democráticas, nem do governo? Neste cenário, um dos redutos mais seguros para a sobrevivência e evolução do intelectualismo racional – a universidade – está sujeito a uma remodelação indesejada: não é mais um espaço de livre pensamento, de intervenção social e de compromisso crítico; é, sim, um sítio onde os serviços (aquisição de competências e de diplomas) são produtos de compra e venda e onde os Reitores são equiparáveis a “CEOs” (5). As universidades são como fábricas de saberes/conhecimentos como já o explana Stanley Aronowitz em *The Knowledge*

⁹⁰No que concerne estes cortes financeiros, uma das Universidades mais referidas nos artigos de jornais e na literatura específica é a UCLA – University of California (Los Angeles).

Factory: Dismantling the Corporate University and Creating True Higher Learning (2000).

Se o pensamento é asfixiado, a viabilidade política – e acrescentaria eu, cívica – entra num estado anémico. Este quadro remete justamente para o diagnóstico de anti-intelectualismo já criticado por Richard Hofstadter e Susan Jacoby.

Em *The University in Chains* (2007), Henry Giroux evoca um outro malefício da época citada em vigência nalgumas Universidades americanas: a militarização das Faculdades. Desde o ‘11-de-setembro’, o pensamento racional tem sido substituído por um acesso de jingoísmo e tudo tem sido feito em prol das universidades que se submetem às leis do complexo académico-industrial e militar (“military-industrial-academic complex”), alargando uma expressão cunhada por Dwight D. Eisenhower. Nestes estabelecimentos, a liberdade de pensamento dos intelectuais que trabalham na investigação e na segurança da nação é proporcionalmente inversa às avultadas quantias de dólares investidas pelo governo americano, empresas do complexo industrial e militar, e grupos de pressão.

As vítimas diretas destas políticas anti-intelectualistas são os professores e os alunos. Os professores sentem-se constrangidos em função da sua nomeação definitiva, pois numa perspectiva neoliberal, os docentes são vistos como provedores de um serviço – o ensino – e aos alunos-clientes da universidade-empresa, cabe pagar. Ora, os discentes são a segunda vítima, pois muitos carecem de recursos financeiros e temem os empréstimos bancários que farão deles fracos consumidores ou “crédito-dependentes”. Assim, a autora defende que tanto a sociedade civil como o mundo académico deveriam debater esta situação de dívida, agravada pela redução significativa do apoio proveniente dos fundos estatais (4).⁹¹ Porém, as cidades com instituições universitárias prosperam e não tencionam debater a questão da dívida, desde que sejam remuneradas pelas prestações de serviços. O mundo não-académico encara o meio universitário como um potencial mercado, não como um local para o

⁹¹ Após a II Guerra Mundial, 80% dos gastos eram cobertos pelo governo estadual das universidades. Hoje, este *apport* reduz-se a 30% na maioria das universidades, e 15 % nas universidades de topo.

desenvolvimento do intelecto e da capacidade crítica. O mundo não-académico não pode ajudar o mundo académico a lutar pela sua independência moral e financeira, pois os seus próprios interesses estão em jogo (5).

Desde os anos 1970 e, sobretudo nos anos 1980, um outro fenómeno inerente à academia tem vindo a prejudicar a imagem que o mundo não-académico elabora sobre ela: a vontade de despolitizar ou, pelo menos, de manter a política afastada da universidade. No entanto, nos Departamentos de Humanidades, algumas disciplinas (sociologia, história, antropologia, psicologia, ciências políticas, linguagem, comunicação e *marketing* entre outras) contemplam a política e a sua estreita relação com o poder e a sociedade. É este o motivo que explica esta lei do silêncio, a qual desencadeia a reação seguinte: alguns membros destes Departamentos tornaram-se reféns de si próprios, nos seus gabinetes e laboratórios, por não quererem, não saberem lidar ou não concordarem com a fragmentação produzida pela introdução da diversidade nos Departamentos académicos. No seu ensaio “Ivory Tower in Escrow”, Masao Mioyschi afirma que esta partidarização étnica, genérica e por área de estudo gerou efeitos devastadores para a resistência política dentro e fora da universidade (*Apud* Nagy-Zekmi e Hollis 48). Com efeito, o autor acha que a sociedade americana tem vindo a suspeitar da utilidade e missão destes Departamentos: “[T]he cant of hybridity, nuance, and diversity now pervades the humanities faculty. Thus they are thoroughly disabled to take up the task of opposition, resistance, and confrontation, and are numbed into retreat and withdrawal as ‘negative intellectuals’.” (48). Mioyschi teme que a fragmentação interdepartamental por minorias nas Faculdades afaste as mesmas do pensamento político comum centrado no objeto uno: os EUA. Realço que a expressão “intelectuais negativos”, imputada aos intelectuais prevaricadores (no sentido de exprimir o seu dissenso), é agressiva e redutora, mas é usada por pessoas acreditadas.

Neste cenário de guerras internas e suspeitas em relação ao mundo exterior, que assolou o meio académico americano no último trimestre de 2001, muitos, dentro e fora da academia, foram designados como “esquerdófilos”, liberais ou antiamericanos, por não concordarem com a política e as medidas impostas pelo governo de George W. Bush. A MLA (Modern Language Association), a ASA (American Studies Association) e a AHA (American Historical Association) opuseram-se publicamente a estas acusações, que denunciaram como infundadas, já que as atitudes em questão não constituíam nenhum crime (McClennen 12). Em nome da segurança nacional, por medo, atos irracionais foram cometidos dentro e fora da academia: professores e investigadores foram perseguidos ou presos por falarem sobre a guerra, ensinarem a teoria da evolução ou mostrarem documentários, como *An Inconvenient Truth*.⁹² No entanto, McClennen reconhece que as universidades tinham de gerir os seus destinos nos dias e meses que se seguiram ao ‘11-de-setembro’ em condições precárias, sob a pressão da instabilidade emocional e da falta de informação:

In fact, faculty activism, as paltry as it has been since 9/11, has focused largely on hot button issues like academic freedom and on challenging right-wing encroachment into the curriculum, ignoring almost entirely other important issues like the assault on affirmative action, rising tuition and student debt, public defunding of higher education, and academic labor. These activities (or their lack) are linked, though, and the link is via neoliberalism’s influence on the shape of the university and the role of the faculty. (12)

Sophia McClennen considera que o mundo académico denunciou e encontrou soluções para esta situação passageira, mas que não se tem precavido convenientemente para o futuro, pois novos tempos de crise no meio académico ocasionados pelo neoliberalismo surgirão, já que alguns problemas (financeiros e políticos) não foram ainda estudados e resolvidos. (15)

⁹² Al Gore, actor e voz off, *An Inconvenient Truth*, real. David Guggenheim, Paramount, 2006, Dvd.

O intelectual e a ‘voz atenta’

Defendo que os intelectuais – cujos ensaios críticos analiso – não correspondem à figura do intelectual público mediatizado e refém da lógica dos *sound bites*; não são académicos renegados das universidades onde trabalharam,⁹³ ou académicos que surgem no domínio público para marcar uma posição de cariz político. São intelectuais *tout court*, no quadro da definição que usei anteriormente – “[p]roduzem ideias e analisam pensamentos” (Ory e Sirinelli 10) – e nem sequer estão preocupados (aparentemente) com a forma como são designados ou classificados pelo público recetor, desde que a sua mensagem seja recebida e analisada. Isto não significa que ajam sem consciência da sua intelectualidade ou que ignorem os assuntos ligados ao intelectualismo. Pelo contrário, ao assumir uma participação ativa enquanto cidadãos comuns, intelectuais e figuras (porque escritores) (re)conhecidas revelam toda a sua autorreflexão à volta do papel do intelectual e do intelectualismo, nas suas sociedades de origem, e naquelas que a sua crítica privilegia. Esta atitude parece indiciar que acreditam no poder e na influência do intelectualismo na sua sociedade. Baudrillard, Lévy e Sontag (em especial) também analisaram o papel do intelectual e viveram todas as eras e fases atribuídas à figura do intelectual na sociedade do século XX, da traição à alegada morte ou desaparecimento do mesmo. Falta, no entanto, equacionar se o facto de serem escritores terá de alguma forma facilitado a participação crítica destas mulheres e homens na sua sociedade e por esta via questionar se o intelectual do século XXI, ao existir, tem de depender de alguma forma da arte ou ser portador de um *curriculum vitae* académico, certificado pelos pares, e aceite pela miríade de públicos que constitui a sociedade de consumo, dependente de uma informação sempre disponível.

Os cinco autores que elegi são, a meu ver, intelectuais, porque alguns episódios biográficos e alguns textos das suas obras atestam esta sua intelectualidade, conforme os

⁹³ Susan Sontag teve uma relação *sui generis* com a academia: foi discente e docente universitária, mas, mais tarde, viria a rejeitar o meio académico, apesar de tirar proveito do mesmo, ao comparecer em congressos e seminários.

aspectos definidores já referidos: produzem e interpretam ideologias e integram a política, segundo Ory e Sirinelli e acrescentando a definição de Thomas Sowell, “[p]roduzem ideias e analisam pensamentos, fazendo ou não deles um ‘negócio’.” (2010, x).⁹⁴ Várias profissões dependem de pessoas que produzem ideias e analisam pensamentos, e não são, contudo, designadas por “intelectuais”. Servem-se do seu intelecto e das suas capacidades críticas, mas o produto que comercializam (ou não) não leva o consumidor/utilizador/cliente a pôr em causa o seu conhecimento e a sua interpretação do mundo quotidiano. Sobretudo, muitos intelectuais não tentam impor as suas reflexões e ideais aos outros, apenas partilhá-los *pro bono*.

Vários outros autores americanos e franceses produziram obras pelas quais são considerados “intelectuais”, na minha definição e nas de especialistas e do cidadão-comum interessado no fenómeno. Todavia, se Sontag, Didion, Vidal, Baudrillard e Lévy agiram, ainda que de um modo pontual, como ativistas e intelectuais públicos (na perspectiva de alguns críticos), também têm o condão, antes de verbalizar os seus pensamentos, de ouvir e escutar, além de observar, analisar, e mostrar o mundo em que vivem. Por isso, e pelos motivos que apresento de seguida, designo-os por ‘vozes atentas’, respeitando, assim, a sua vontade de não serem classificados segundo critérios oficiais ou padronizados no mundo académico e cultural como intelectuais e/ou intelectuais públicos.

É caso para dizer que estes críticos agem noutra dimensão: a da observação atenta e continuada. O termo que escolhi para designar a sua ação, ‘voz atenta’ constitui uma hipálage ou um contrassenso, já que uma voz serve para emitir som e não para ver e olhar. Mas, essa combinação sinestésica permite-me sublinhar a capacidade que estas vozes têm de se

⁹⁴ Em 2012, foi publicada uma versão alargada desta obra, com o título *Intellectuals and Society: Revised and Expanded Edition*, na qual surgem vários ensaios relativos à questão da inteligência e da raça. O afro-americano Thomas Sowell é um reputado professor de economia em Chicago e, ainda, filósofo político e especialista em teoria social. Em 2010, publicou, também, *Dismantling America and Other Controversial Essays*, cujo título indica que o seu autor se coloca naquela categoria de intelectuais americanos; que exprimem opiniões portadoras de dissenso.

expressar e, em simultâneo, se manterem atentas ao que outra voz diz. Nem todo o intelectual tem ou procura adquirir e desenvolver esta capacidade de atenção que, na sua própria definição, pressupõe um esforço, logo uma pré-disposição, uma vontade de estar sempre alerta.

Com a sua atenção, os autores em análise demonstram que não são passivos na sua relação com a sociedade. Agem, observando-a, escutando-a, e prestando atenção ao que esta sociedade produz e verbaliza. Só então dão voz à sua opinião. A longevidade, a experiência de vida, a criatividade, por certo, permitem a estas mulheres e homens ampliar a sua genuína capacidade e vontade de permanecer ‘vozes atentas’. Apesar do desaparecimento de três destes autores, já falecidos, deixaram o seu espólio.

O mundo contemporâneo propõe um leque enorme e variado de vozes (entre as quais incluo o intelectual e o intelectual público), mas poucas têm sido capazes de estar verdadeiramente ‘atentas’. A atenção tem de ser doseada e adequada ao tipo de meio usado para colocar a voz. Abundam e são variados os canais de comunicação, contudo, a capacidade de atenção dos públicos, do cidadão-comum tem sido abafada, agastada, testada e consumida pela quantidade e fraca qualidade das mensagens que lhe são propostas por múltiplas vozes que em nada são atentas. A ‘voz atenta’ não tem por meta impor um monólogo, mas fomentar o diálogo, a resposta, o debate, a interação com quem a ouve.

Seria insensato, no século XXI, não adicionar um outro sentido à expressão ‘voz atenta’. Há vozes que são, de facto, inconfundíveis pela singularidade do seu timbre e porque aprendemos a associá-las a uma pessoa. Contudo, no presente caso, o conceito de “voz” ultrapassa a capacidade e as especificidades do aparelho vocal: quem usa a voz tem vontade de ser ouvido e, presentemente, quem é ouvido é quase sempre visto, e é simultaneamente “memorizado” pelo público/audiência. Esta memorização pressupõe o reconhecimento, através de um rótulo, de uma *persona* e identidade. Cada um dos autores escolhidos, à sua

maneira, e de uma forma semelhante ou não, meditou sobre a sua forma de ser “público”, e trabalhou-a de modo a guardar o controlo sobre a sua imagem e mensagem. Todos usaram da sua voz e manipularam a sua forma de publicitar os seus pensamentos, porque estudaram, dominaram e foram, em simultâneo, o objeto e o sujeito da noção de “público”.

Susan Sontag, Gore Vidal, e Bernard-Henri Lévy, mais ainda do que Joan Didion e Jean Baudrillard (talvez por serem mais reservados), procuraram colocar a sua voz e que a mesma encontrasse eco em todos os meios de expressão ao seu dispor; aliaram a capacidade de manter a sua atenção intelectual intacta, ao mesmo tempo que participavam publicamente na vida social, cultural e política sobre a qual, mais tarde, viriam a expressar-se. Não deixaram nunca de estar atentos por publicarem e por se publicitarem.

A questão da interação com os demais atores da sociedade é o derradeiro aspeto inscrito na expressão ‘voz atenta’. Uma ‘voz atenta’ não tem por meta ouvir-se a si própria e repensar o seu mundo a partir do seu discurso. Embora possa demonstrar alguma dificuldade em aceitar a voz do Outro, a ‘voz atenta’ tem de aceitar a crítica como um dos elementos essenciais para a melhoria da sua própria capacidade de atenção. Em último recurso, fá-lo-á por egoísmo ou até narcisismo, mas a ‘voz atenta’ tem de se entregar à crítica tanto para melhorar a sua sociedade, em prol do ‘bem comum’. A ‘voz atenta’ tem, portanto, de usar a crítica e conviver com ela: só a experiência e uma boa capacidade de autocrítica e atenção à voz crítica do Outro lhe permitirá voltar a ter, e a colocar, a sua voz.

Jean Baudrillard, Joan Didion, Bernard-Henri Lévy, Susan Sontag e Gore Vidal conjugam a ‘voz atenta’ em todos os tempos. Cada um à sua maneira tem contribuído de uma forma muito peculiar para o intelectualismo das suas respetivas nações, o que ultrapassa, como defendo, o papel e o perfil do intelectual “netizen” do novo milénio. Todos viveram épocas férteis em desafios e mudanças sociais, culturais e políticas, no período entre o fim da II Guerra Mundial e a invasão do Iraque, nos seus países de origem ou de predilecção sobre os

quais se exprimiram, abordando muitos dos assuntos prementes do foro público e político. Estas figuras têm memória(s) e trabalham nelas criticamente: trata-se de uma capacidade cada vez menos desenvolvida no mundo atual. Nos dias que se seguiram ao 11 de setembro de 2001, os intelectuais Sontag, Didion, Vidal, Baudrillard e Lévy inscreveram-se num diálogo transatlântico entre os EUA e a França. Munidos do seu conhecimento profundo e crítico da “América”, posicionaram-se, uma vez mais, no plano público e político como ‘vozes atentas’. As questões que alimentaram a sua atenção assim como os motivos que os compeliram para a vocalização serão contempladas no capítulo seguinte.

Capítulo III: Diálogos Transatlânticos: Jean Baudrillard, Joan Didion, Bernard-Henri Lévy, Susan Sontag e Gore Vidal

Nessa tese tenho argumentado que o intelectualismo e os intelectuais interventivos sempre existiram nos EUA e que são, em parte, responsáveis, pelo processo de gênese e desenvolvimento do americanismo. Este argumento contraria a teoria compartilhada por alguns exegetas americanos e seus homólogos de outras nacionalidades – especialmente franceses – que defendem a constância do anti-intelectualismo na sociedade americana, desde os seus primórdios enquanto nação. Alguns afirmam até que este anti-intelectualismo é um dos elementos definidores da nação americana.

Quanto a mim, essas perspectivas carecem de uma análise racional e evidenciam a presença de um legado intelectual (e cultural) baseado em estereótipos e ideias preconcebidas. No entanto, esta atitude não reflete de todo o perfil mais comum do intelectual – o de uma pessoa que se rege pelo conhecimento, a ponderação, a independência e a exatidão ao expor factos e ideias.

Na sociedade americana, comumente associada à cultura do *show off* e ao pragmatismo, o intelectualismo pode ser um fenómeno sociocultural discreto, mas é omnipresente. Na sua condição de elemento sociológico, sofre alterações como, por exemplo, quando confrontado com acontecimentos históricos e mudanças sociais. Assim, e como já referi anteriormente, entre 2001 e 2006, os intelectuais, cujas declarações se afastam do ‘state of fantasy’ e das metas políticas adotadas pelo governo de George W. Bush, são alvos de censura no seio das mais variadas entidades coletivas americanas algumas muito próximas do poder (escolas, universidades, indústria, grandes empresas, imprensa, governo, entre outros). As vozes em dissensão relativamente à norma vigente são acusadas de “antiamericanismo” ou de terrorismo intelectual. Ironicamente, a própria atitude dos acusadores revela um profundo

antiamericanismo, incrementado pelo recurso ao terror. Subsequentemente, os autores por mim selecionados admitem que os EUA, enquanto coletivo nacional, devem rever a sua história recente e admitir que a sua política externa e o modo como têm propagado a sua ideologia, têm sido, de facto, mal geridos e mal sucedidos.

Os textos que passarei a analisar com mais cuidado assinalam os contornos deste conturbado clima anti-intelectual, claramente constatado por Susan Sontag, no ensaio “One Year After” (setembro de 2002): “Under the slogan ‘United We Stand’ the call to reflection was equated with dissent, dissent with lack of patriotism.... The aversion to debate among the principal figures in the two parties continues to be apparent” (120). Sontag lamenta a prevalência de um anti-intelectualismo aguerrido na sociedade americana exemplificado, a seu ver, pela ausência de um discurso de reflexão no primeiro aniversário do ‘11-de-setembro’:

It is not a day of national reflection. Reflection, it has been said, might impair “our moral clarity”. It is necessary to be simple, clear, united... Hence, there will be no words; rather, there will be borrowed words.... When the great Lincoln speeches are cited at the commemorative ceremonies of September 11th, they have, – in true postmodernist fashion – become completely emptied in meaning.... What they were being great about is irrelevant.... It is all in the grand tradition of American anti-intellectualism: the suspicion of thought, of words. And it very much serves the purposes of the present administration.... To say something might be controversial. It might actually drift into some kind of statement and therefore invite rebuttal. Not saying anything is best. (121)

Susan Sontag, tal como Joan Didion e Gore Vidal, usa da palavra para alertar para o estado de rutura entre “We (the Government)” e “the People” (onde se incluem), em detrimento de uma posição de consenso benéfica. Os intelectuais optam assim nos seus textos pelo pronome

pessoal sujeito plural “nós” e intercalam-no com o pronome pessoal sujeito singular “eu” quando referem um tema que interessa ao povo americano, tido como um todo.

Estes três autores americanos em análise revelam, nas suas atitudes e discursos, os elementos característicos definidores de ‘vozes atentas’. A minha proposta é lê-los em diálogo entre si e também com as vozes francesas aqui elegidas. Todas estas vozes indagam, questionando e procurando razões, argumentos, contra-argumentos e soluções para os quatro grandes temas que me propus discutir – americanismo, imperialismo, excecionalismo e o terrorismo (estado de exceção incluído) – que podem causar, e até agravar neste momento delicado o mal-estar da sociedade americana. Sabemos hoje que a receção e interpretação destes temas, dentro e fora de fronteiras, pioraram de facto a imagem dos EUA e sobretudo que tornaram mais árduo (e simultaneamente mais desafiador) o processo de reflexão da nação americana sobre si mesma. A complexidade é, no entanto, sempre prolífica para a procura e o entrecruzar de novos pensamentos, dados e perspetivas. Por isso, para os autores, que já na altura previam este desfecho negativo,urgia contrariar e corrigir as imagens reais e fictícias acerca dos EUA (e da América imaginada) e encontrar novos equilíbrios.

O diálogo não é sinónimo de consenso, ainda mais se atendermos, como já mencionei, que mais do que uma conversa entre duas pessoas, aqui o termo é para ser primeiramente entendido na sua vertente musical: diálogo, com o significado de “uma composição em que as vozes ou os instrumentos se alternam respondando uns aos outros”.⁹⁵ Para ser bem-sucedido e útil, o diálogo intelectual solicita às partes envolvidas capacidades de atenção, abertura e debate com respeito pelo dissenso e as idiossincrasias de cada um; conseqüentemente, pode não conter respostas nem produzir soluções práticas e definitivas. Quando este tipo de discurso intelectual é avaliado no quadro de uma narrativa oficial, ao serviço das intenções político-culturais das entidades gestoras e decisoras das duas nações em análise, é inoperante,

⁹⁵ “Diálogo”, *Dicionário Priberam de Língua Portuguesa*, sem data, Web, 10 de maio, 2013, <<http://www.priberam>>.

pois não se dirige a todos os cidadãos. Como o diálogo, por definição, não pode ser fechado, o tipo de diálogo acima descrito transforma-se num monólogo. Ora, este tipo de discurso envereda facilmente para a retórica ditatorial.

É este tipo de *Zeitgeist* que rapidamente se estabelece após o ‘11-de-setembro’:⁹⁶ Cidadãos americanos (e franceses, no caso em estudo), empenhados e intelectualmente livres, elegem a autocrítica e a reflexão para ultrapassar o sentimento de declínio que se desenvolve nos EUA e no “mundo ocidental”, no dealbar da primeira década do novo século, sob a ameaça do dito “terrorismo”.⁹⁷ Entre estes cidadãos vigilantes, destaco as vozes, atentas, dos cinco escritores sob escrutínio, que dialogam em contraponto, unidos ou desavindos, mas, decerto, na senda da via mais refletida para (re)descobrir a América e os valores do americanismo. Se as ‘vozes atentas’ dialogam com os seus públicos e audiências com entusiasmo, os seus silêncios ou omissões são, analogamente, reveladores das suas prioridades e ideologias.

Tendo como ponto de partida o relato de Bernard-Henri Lévy, analiso, em primeiro lugar, os diálogos que concernem o imperialismo e o excecionalismo americano, pois estes temas são apontados por estes intelectuais, em particular, e por vários outros intelectuais americanos e não americanos, como tendo uma relação de causa-efeito com o ‘11-de-setembro’. A segunda parte deste capítulo examina os diálogos sobre o terrorismo e o estado de exceção que emergem na sequência do ‘11-de-setembro’. O terrorismo doméstico e o estado de exceção não constituem uma novidade na história dos EUA, ainda que não sejam recorrentes.

⁹⁶ Este antiamericanismo vai *in crescendo* até 2003 (invasão no Iraque), estabilizando em 2005 (na procura do conforto e da paz social, pela habituação ao *status quo* que os decisores políticos internacionais preconizam e em prol de um bem-estar e crescimento económico e financeiro) e decresce aquando do anúncio da candidatura de Barack Hussein Obama à presidência dos EUA, a 10 de fevereiro de 2007 (Chiozza, 2009).

⁹⁷ Este sentimento de declínio (que não é novo na História, e na sociedade ocidental) abate-se sobre a Europa, em particular sobre a França, no final dos anos 90: está patente, sobretudo, nas obras, já citadas, de Nicolas Baverez e na mais recente de Guy Millière, *L'Amérique et le Monde après Bush* (Paris: Cheminements, 2008).

Após o ‘11-de-setembro’, a *Atlantic Monthly* achou premente identificar soluções para os pontos críticos sobre a sociedade americana.⁹⁸ De modo a contornar um clima de censura, evidenciado na já citada obra *Truth to Power: Public Intellectuals In and out of Academe* e evitar ferir sensibilidades, esta tarefa foi confiada a um cidadão de nacionalidade estrangeira: um intelectual credenciado, supostamente capaz de uma observação objetiva, porque socioculturalmente distanciada – o filósofo francês Bernard-Henri Lévy. Como já referi, a escolha desta figura pública estrangeira e o seu trabalho foram alvos de uma crítica acrimoniosa, dos dois lados do Atlântico. Esta reação expectável foi justificada pela perspectiva individual “livre” da figura em questão.⁹⁹ Todavia, quando o autor é “BHL”, os desequilíbrios na interpretação e valoração são incontornáveis e, por isso, merecem uma avaliação e um estudo rigorosos e desapaixonados.

American Vertigo constitui o registo final de uma viagem pelos Estados Unidos (entre 2004 e 2005), composto a partir da compilação e da revisão de crónicas assinadas pelo escritor e publicadas, conforme o dito contrato, na *Atlantic Monthly*, entre maio e novembro de 2005. A sua estrutura formal, misto de relato de viagem e ensaio crítico, *discorrendo* entre literatura de viagem e análise sociocultural sobre o objeto “América” e a realidade (ou uma visão da realidade) dos EUA, introduz temas e discursos também presentes nos demais textos que selecionei por serem relativos aos acontecimentos históricos e políticos referenciados.¹⁰⁰ Durante esta longa jornada, o fenómeno do antiamericanismo europeu (particularmente virulento em França) e mundial adensou-se, despoletado pela ação unilateral que levou os

⁹⁸ A então *Atlantic Monthly* (mudou de designação, em 2007, para *The Atlantic*) não é a única revista da imprensa escrita americana que partilha este modo de pensar, mas é aquela que celebrou um contrato com Bernard-Henri Lévy.

⁹⁹ No adjetivo “livre”, as aspas enfatizam a liberdade forçosamente limitada, que decorre duma relação contratual profissional, entre o contratante e o contratado.

¹⁰⁰ Saliento que *American Vertigo* atualiza o mítico conceito literário, cinematográfico e cultural americano “on the road” e que, talvez por isso, um filme (documentário) com o título *American Vertigo* foi lançado no mercado cinematográfico a 20 de junho de 2007, da co-autoria de Bernard-Henri Lévy e Gilles Hertzog e realizado por Michko Netchak.

EUA à Guerra do Iraque.¹⁰¹ É de assinalar que o périplo narrativo coincidiu com o período de campanha para as eleições presidenciais de 2004 e a passagem do “Katrina”.¹⁰²

American Vertigo foi publicado nos dois países, praticamente em simultâneo (com um mês de intervalo), o que comprova que, pelo menos neste momento socio-histórico, alguns grupos nestas duas nações sentem a necessidade intelectual de rever, reavaliar, questionar e reescrever a sua relação com a sua identidade e o objeto América. Em tempos de dúvida, motivados pelo egocentrismo e pela curiosidade intelectual, estes indivíduos e grupos necessitam de melhorar a sua autoestima e também a confiança na nação. Deste modo, alguns intelectuais e outros cidadãos menos “mediatizados” procuram uma troca de opiniões e perspectivas no diálogo entre pares e com os demais sectores da sociedade. Também se nota, particularmente em França, um repúdio pela instrumentalização política do antiamericanismo como discurso agregador de sensibilidades sociopolíticas, normalmente díspares e inconciliáveis.

“Épilogue”, o último capítulo desta obra, torna-se, desta feita, o texto que coloca “em rede” todos os demais ensaios, ligando passado, presente e futuro à volta dos temas principais desta tese – o intelectualismo, a necessidade de interrogar e reinterpretar o americanismo e as imagens dos EUA e da América, os conceitos da construção da nação, e, em particular, o excecionalismo, o imperialismo, o terrorismo e o estado de exceção.

Diálogos sobre o imperialismo e o excecionalismo americano

No terceiro ponto do “Épilogue”, Bernard-Henri Lévy coloca a questão: “A América tem raiva?” (« L’Amérique a-t-elle la rage? »). Lévy responde com uma revisão do que considera serem os três *clichés* referidos pela maioria dos viajantes europeus nos EUA acerca

¹⁰¹ A 15 de fevereiro de 2003 ocorreu uma manifestação antiguerra no Iraque à escala mundial.

¹⁰² Para o conhecedor da realidade social americana Lévy, as consequências sociais do “Katrina” não se afiguraram como uma surpresa ou mesmo um choque. Tratou-se antes da confirmação da correção dos dados que já detinha sobre o assunto e que apenas reforçaram a sua opinião (Lévy, 2006: 454).

desta nação – a presença do fundamentalismo religioso, do neoconservadorismo e do imperialismo: “Et restent en particulier, attestant de la nature totalement, profondément, criminelle de ce pays, les accusations de fondamentalisme, néo conservatisme, impérialisme, eux-mêmes assimilés à ce qu’il y a de pire au monde” (444). Deter-me-ei apenas no binómio concetual imperialismo e excecionalismo americanos.

Como já referi na apresentação teórica dedicada a estes temas, são numerosas e conflituosas as teorias que versam a existência do imperialismo nos EUA e as formas e as razões que determinam a ocorrência das mesmas. As ‘vozes atentas’ americanas não discutem a existência ou inexistência de um centro (no império), opondo-se assim a Baudrillard e Lévy, que não negam a presença de um cérebro centralizador ou um núcleo avassalador de um sistema de imposição de regras e práticas. A premissa dos autores americanos nos ensaios em foco (e na obra ficcional de Vidal), que venho a analisar, estabelece que muitos governos dos EUA têm adotado e imposto aos seus concidadãos (e, também, a cidadãos não-americanos) uma política imperialista. Os mesmos criticam não só a ideologia que ampara esta política, mas insurgem-se igualmente contra o facto de o poder executivo dos EUA colocar a nação americana, os seus cidadãos e o futuro dos EUA em perigo, contra a vontade do povo. As ‘vozes atentas’ americanas deploram, em particular, a crescente falta de liberdade de expressão e de movimentos que uma certa América (dos grupos de pressão e do governo de George W. Bush) tem imposto, contra a vontade dos demais concidadãos.

Sendo os ensaios escolhidos todos oriundos da uma reação intelectual ao ataque do ‘11-de-setembro’, Lévy privilegia a questão do imperialismo, definindo-a como a imposição, por parte do governo dos EUA em vigência (o governo de George W. Bush) de um poder militar e ideológico excessivo, como demonstrado na lista de queixas presente em vários discursos nacionais ditos antiamericanos, a qual os intelectuais franceses antiamericanos subscrevem inteiramente: “On connaît le procès, lassant à force d’être ressassé, d’une

Amérique tentaculaire et goulue, vouée au culte du Veau d'Or, et ne songeant qu'à imposer ses produits, sa sous-culture, sa loi" (468).

Deste modo, a minha análise incide exclusivamente na questão do imperialismo, embora, Lévy aponte ainda a presença de uma classe de políticos e de intelectuais americanos, a seu ver, claramente “obcecados” pelo mito da grandeza e da decadência de Roma. Daí o seguinte retrato: “[des intellectuels qui se dépeignent] sous les traits d'une triple Rome où l'empire des images et de la culture (Los Angeles) viendrait en renfort de l'empire militaire (Washington)... lui-même au service de l'empire capitalistique et financier (New York)” (469). Lévy passa do imperialismo ao colonialismo, sem dar a sua opinião quanto ao elo de relação, causal, entre os dois conceitos. Assim, Lévy afirma que os americanos foram “infinitamente” menos colonialistas do que os espanhóis, holandeses e russos, mas não define o que entende por “colonialismo”, desvirtuando, deste modo, a comparação. O autor prossegue o seu raciocínio referindo a acusação que recai sobre uma América ávida de propagar e alimentar o seu “império económico” e admite que muitos cidadãos europeus se insurgem contra uma América “hiper” poderosa e belígera e que esta atitude revela a incapacidade das nações europeias em lidar com a sua própria passividade, as suas falhas e desistências nas últimas décadas: “le fruit de notre faillite, le prix de renoncements, de nos échecs” (470). Nesta citação, o “notre” remete para um sujeito coletivo europeu.

Esta perspetiva de Lévy foi avaliada por vários críticos “anti-BHL” (entre os quais Halimi e Boniface) como sendo a expressão de um discurso pró-americano de encomenda. Lévy alega que, nos últimos cinquenta anos da história dos EUA, os seus representantes nunca se renderam ao desejo de conquista e que esta última nunca acaba em instalação duradoira: “Jamais la volonté de conquête n'est au poste de commandement; jamais on ne débouche sur une installation durable” (471). Lévy não parece ciente de que esta sua afirmação transmite a ideia de que a ‘conquista’ ocorre de facto. Subsequentemente, enquanto

arauto das causas humanitárias e da luta antirregimes totalitários, Lévy é traído pela incoerência do seu juízo e pela falta de rigor na explanação dos seus argumentos. Como se pode atacar qualquer tipo de ingerência noutra país e, ao mesmo tempo, afirmar que os limites temporais de uma ‘instalação’ atenuam o seu impacto?

As críticas menos positivas endereçadas a Bernard-Henri Lévy são despoletadas por argumentos como o que acabei de citar e por outros como o que se segue: Lévy deplora que metade do efetivo da armada de combate em terra (sobretudo no Iraque) seja constituída por cidadãos que não são americanos, ansiosos por obter a nacionalidade americana de uma forma mais facilitada e célere, o que significa que são motivados pelo interesse pessoal e não movidos pelo fervor patriótico. Lévy não medita sobre as razões que levam estas pessoas a requerer a cidadania americana (pondo em perigo a sua vida), baseando-se em observações pessoais e não em relatos autenticados. O filósofo também não pondera ou censura a falta de estratégia militar e de tacto diplomático demonstrados nesta medida. Soldados sem verdadeira motivação não promovem a qualidade no seio da armada ou do exército e, assim, o objetivo final – demonstrar coesão e autocontrolo junto das pessoas sujeitas à ocupação – é inatingível.

Bernard-Henri Lévy reprova que muitos países se valham da denúncia do imperialismo dos EUA para desviar a atenção ou ocultar outros tipos de operações de cariz imperialista noutros continentes cujas consequências para as populações ocupadas, são tão dramáticas como para os iraquianos e os afegãos. Embora Lévy não dê nenhum exemplo concreto de um país nesta situação, ter-se-á com certeza lembrado do conflito do Darfur, um caso recente no momento da redação do seu *opus*, chegando inclusive a deslocar-se ao Sudão para dialogar com John Garang:

[Jeter] aux oubliettes du non-sens et du non-savoir, toute une autre scène de l’histoire contemporaine : celle où l’on ne combat pas plus l’Amérique que l’on

ne s’y soumet ; celle où l’on n’est ni spécialement pro- ni expressément anti-impérialiste ; celle de ce bouillonnement de micro-récits massacreurs ou génocidaires qui, si fort qu’on les sollicite, n’entreront jamais dans le grand partage induit par le progressisme anti-impérialiste et qui, alors qu’ils sont à l’origine de guerres, les plus terrifiantes, (alors qu’on y compte... en centaines de milliers voire en millions de morts, n’intéressent tout d’un coup plus personne... (474)

Bernard-Henri Lévy subscreve por fim que existe uma ‘tentação imperialista’ nos Estados Unidos (475), mas que a nação ainda não sucumbiu a ela: “Reste que la tentation, pour l’heure, n’est qu’une tentation” (475), embora não justifique esta asserção. Lévy refere ainda a *hubris* e o unilateralismo exacerbados do governo americano (George W. Bush), aspetos referidos pelos demais autores. Como exemplo desta soberba, lembra o incidente diplomático das “Freedom Fries” (em 2003), que causou algum embaraço a americanos e franceses, inclusive ao próprio escritor: “Détestable encore, et de mauvaise augure, le cynisme avec lequel, au plus fort de la crise irakienne, on a tenté d’exploiter de vieux préjugés francophobes qui ne valaient guère mieux que l’anti-américanisme français” (2006, 475). Porém, Bernard-Henri Lévy não é tão direto nas suas críticas quanto Baudrillard, Vidal, Didion e Sontag, pois indica a ocorrência de violações dos direitos humanos e das leis internas dos Estados Unidos e internacionais, mas não dá exemplos concretos. Lévy infere que os EUA se assemelham em 2006 ao império cartaginês (século II a.C.), mas não explica em que aspetos (a força da marinha ou a veia comercial dos cartagineses?); resta o facto de este império ter sido destronado pelo império romano.

Bernard-Henri Lévy remata a sua apreciação das teorias e conceitos relativos à expressão acerca do império americano aplicando a teoria que lhe parece mais adequada: a de Antoni Negri, o filósofo e sociólogo marxista, que avalia, em *Empire* (2000), os mecanismos

modernos do poder, juntamente com Michael Hardt, um teórico de literatura americana e filósofo político. Estes dois autores defendem que o império, na atualidade, não tem um centro (uma cabeça), mas sim várias cabeças ou órgãos de controlo. O poder ou controlo pode ser alocado ou tomado pela força pelos bancos, as máfias locais e nacionais, os fóruns mundiais (como exemplo o G.8 ou o G.20), as multinacionais, os sindicatos, a opinião pública e outros organismos e entidades que partilham o poder, retirando-o às nações: “Plus aucune nation, non, n’a ni n’aura plus le pouvoir, en enflant de créer et secréter son empire. Un empire délocalisé car contemporain d’un monde polycentrique, postnational et déterritorialisé” (478).

Esta nova ordem mundial globalizada, pós-colonial e pós-nacionalista, decifrada e designada como ‘império’ por Hardt e Negri, é uma entidade sem rosto cujo código genético contém os elementos de crescimento associados a um capitalismo desenfreado e desregulado e a um “American Way of Life”, com os quais os consumidores, quais seres humanos acéfalos, convivem sem se darem conta da ameaça latente. A sua descrição traz à memória a entidade baudrillardiana denominada ‘le système’. Trata-se de um mundo de onde são banidas a singularidade e a heterogeneidade, comumente representado na perfeição pela sociedade americana. Contudo, Hardt, Negri e especialmente Baudrillard, não se detêm nos EUA: mais do que a América imperialista, dominadora e homogeneizadora, é a sociedade ocidental (a mesma que globalizou o conceito do universal, na opinião do sociólogo francês) que procura domesticar e congregar, num consenso generalizado, todos as mentes e modelos. Baudrillard condena a hegemonia cultural homogeneizadora, que coloniza e aniquila todas as singularidades. Esta colonização, na sua opinião, é instrumentalizada pelo “mundo ocidental” ou “ex-occidental”:

La mission de l’Occident (ou plutôt de l’ex-Occident, puisqu’il n’a plus depuis longtemps de valeurs propres) est de soumettre par tous les moyens les

multiples cultures à la foi féroce de l'équivalence. Une culture qui a perdu ses valeurs ne peut que se venger sur celles des autres. Même les guerres – ainsi celle d'Afghanistan – visent d'abord, au-delà des stratégies politiques ou économiques, à normaliser la sauvagerie, à frapper d'alignement tous les territoires. L'objectif est de réduire toute forme réfractaire, de coloniser et de domestiquer tous les espaces sauvages, que ce soit dans l'espace géographique ou dans l'univers mental. ("Power Inferno" 76)

Bernard-Henri Lévy diverge de Baudrillard, pois acha que as mentes que lutam para inverter o sentido de marcha deste império e da hegemonia cultural na sua vertente estupidificadora (uma visão que lembra a de Susan Jacoby) existem no seio da sociedade americana. Esta convicção desafia os preconceitos e as teses de numerosos estudiosos da sociedade americana e reitera as percepções de Vidal e Didion:

[Je] pense à tous ces Américains que j'ai vus, dans toutes les classes de la société, faire un bond hors du rang... des moutons de l'ordre panurgiste estampillé American way of life ; et, pensant à eux, pensant à tous ces démentis vivants à l'image d'une société marchant comme un seul homme vers l'horizon d'un nihilisme qu'elle s'emploierait, ensuite à imposer au reste du monde, je me dis que l'Amérique a, là aussi, une longueur d'avance sur sa propre caricature et qu'elle en train de devenir déjà le siège, non de l'empire, mais de la réaction à l'empire – je me dis que c'est la contre-réforme anti-impériale qui commence peut-être aux États-Unis... Une chose, en tout cas, me semble établie. Nul paradigme n'est plus mal adapté à l'état réel de cette Amérique que le paradigme romain. (481)

Lévy difere também de Vidal, que compara os EUA com o império romano ("Imperial America"). Lévy acha a comparação obsoleta e inadequada para descrever a sociedade

contemporânea (ocidental) e defende o abandono do modelo do império romano centralizador, pois crê que os EUA serão o berço de uma contrarreforma anti-imperialista. Para Gore Vidal, aquela comparação é válida e atual e se levada até às últimas consequências, os EUA, tal como Roma, autodestruir-se-ão. Os parágrafos seguintes destacam a “imperial America”, uma das Américas imaginadas por Gore Vidal.

Gore Vidal termina “Black Tuesday” com uma autocitação de um texto publicado noutra compilação de ensaios – *Perpetual War for Perpetual Peace: How We Got to Be So Hated* (2002) – no qual defende, apropriando-se da tese e da expressão do historiador Charles A. Beard, que os EUA vivem e sobrevivem pela manutenção do estado de guerra. É uma nação dependente do complexo industrial-militar e de negociações e/ou ações bélicas *ad hoc*, cujo objetivo é garantir o acesso, e conseqüente monopólio a matérias-primas e bens de primeira necessidade existentes noutros territórios. Gore Vidal inscreve a “imperial America” no ensaio dedicado ao ‘11-de-setembro’, o que demonstra que, para ele, existe uma relação causal incontestável entre as ações dos governos e dos grupos inseridos na “Corporate America”,¹⁰³ por um lado, e as reações agressivas contra os EUA, por outro.¹⁰⁴ O terrorismo, tido como uma investida amoral e dramática contra o Outro, não é eticamente justificável, na opinião de Gore Vidal, mas é explanável de um ponto de vista teórico e intelectual. Vidal está convicto de que a imagem de uma América imperial, sequiosa de poder, que, em nome de valores e mitos americanos (democracia e liberdade), pretende apropriar-se pela força dos bens naturais e materiais alheios, desperta logicamente a ira em muitos quadrantes.

Na opinião de Vidal, existem dois tipos de atuação do imperialismo americano, que produzem duas classes de vítimas diferentes. O primeiro é o imperialismo interno e o seu modo de atuação é a repressão legal e a coerção pelo terror (medidas coercivas, falta de

¹⁰³ “Corporate America” designa as indústrias do complexo industrial-militar e outras multinacionais americanas envolvidas noutras áreas de negócios, com lucros avultados.

¹⁰⁴ Destaco, como exemplo de reações do tipo discursivo, as declarações de Dominique de Villepin na sede das Nações Unidas em fevereiro de 2003, ou do tipo simbólico, como o ‘11-de-setembro’.

informação e desinformação, *la terreur*) e as medidas de um estado de exceção. Os cidadãos americanos são os primeiros visados, pois são eles que vão financiar o segundo tipo de imperialismo (extraterritorial). Esta prática de um imperialismo além-fronteiras tem sido transformada por vários governos americanos num *modus operandi*, num processo contínuo. O imperialismo privilegia a criação de um conflito bélico, um fator benéfico para a economia doméstica e consolida assim, na opinião dos mais altos dignitários, a imagem do inigualável poder (de dissuasão) americano. As vítimas são diversas consoante as áreas de interesse da “imperial America”. Esta América imperial é ainda denominada como “romana” por Vidal, por depender de uma economia bélica e por ser regida por um punhado de senadores (corrompidos pelos interesses e pelo dinheiro), que manipulam e pressionam o “imperador” – o Presidente dos EUA, – por todos os meios legais e ilegais ao seu alcance.

Gore Vidal indigna-se, sobretudo, pelo facto de os cidadãos americanos serem vítimas de um sistema de políticas que favorece a pobreza de espírito (falta de informação, instrução deficitária e acesso dificultado à cultura), já que, nas escolas e em algumas universidades americanas, os futuros cidadãos recebem uma instrução pouco substancial e demasiado orientada pelo fundamentalismo religioso e pelas narrativas oficiais. A História não é uma disciplina nobre e ensinada de uma forma imparcial e a todos, logo, a sociedade civil tem (pouca) memória e não é estimulada para o exercício da autocritica. Vidal nota a presença de um anti-intelectualismo endémico, alimentado pela própria sociedade americana. Desde a mais tenra idade, os americanos são tratados como cidadãos-consumidores, ludibriados pelo mundo da publicidade e do consumo, vivendo num mundo de fantasia, criado pelos meios de comunicação audiovisual e gerido pelo governo dos EUA. Os cidadãos americanos são primeiramente atingidos pelos *diktats* de um americanismo distorcido: os de uma América excepcional e forte, a lógica da nação coesa onde imperam o Bem e a liberdade e a ânsia de missão do “povo eleito”. Além destas narrativas, a vasta maioria dos cidadãos nos EUA e no

estrangeiro são indiferentes (porque ignorantes, desinteressados, ou vítimas de uma instrução estupidificadora) em relação à cultura, facilmente pacificados e entretidos, graças a uma dose excessiva de consumo a crédito e a alguns programas e projetos da cultura de massas, particularmente esvaziados de conteúdos intelectuais.

Esta América imaginada por Vidal torna-se uma verdadeira obsessão para este autor. Vidal parece indiferente ou pretende ignorar que a sua crítica obstinada a uma América imperial alimente a imagem da mesma e impõe uma visão, igualmente imperial, unilateralista e inflexível, de mais uma América ficcionada. Ao denunciá-la, Vidal fortalece involuntariamente a noção da singularidade americana quando pretendia criticá-la. Gore Vidal desconsidera o facto de que todas as nações verbalizam a sua singularidade, de que todas as nações se proclamam excepcionais (e, por isso, únicas) ou, caso contrário, nenhuma o é ou é-o apenas por oposição às outras nações. Neste olhar apaixonado e obsessivo sobre a sua pátria, Gore Vidal peca por subjetividade, apanágio do seu *métier* de historiador (amador), romancista e ensaísta. Esta mesma fixação numa América imperial e corrupta permite-lhe, com ou sem a sua *persona*, ser uma ‘voz atenta’. Até que ponto Gore Vidal, o mestre da dissensão e narrador de uma América imperial por mais de cinquenta anos, tem motivos concretos para conservar a sua ‘voz’ atenta e sonora? A resposta é dada noutro dos seus ensaios.

A América perpetuamente belicosa em busca da paz eterna descrita no “Black Tuesday” reaparece no ensaio “State of the Union, 2004”, que versa a política imperialista americana. O leitor viaja neste texto pela história e memória vidalianas e pela história dos EUA antes do ‘11-de-setembro’. Este regresso ao passado permite a Vidal concluir que pouco ou nada mudou na América de 2003 e que a América imperial e “romana” da Guerra do Vietname é espelhada na América imperial, “romana” e “Bushite” da Guerra do Iraque e vice-versa. A questão que Vidal coloca é por que razão repete a América as suas políticas e os seus

erros? O lucro e o orgulho nacional hiperbolizado são os elementos da resposta, os quais Vidal recupera na sua obra ensaística e romanesca.

Este estado de amnésia (real ou fingido) e de soberba do governo americano para com os seus cidadãos e os demais cidadãos do mundo agravou-se consideravelmente, para Vidal, durante o governo de George W. Bush. Daí que para ele seja urgente chamar a atenção dos cidadãos americanos, antes da campanha presidencial de 2004, e usar da memória coletiva e histórica para impulsionar uma mudança de *status quo*. Como vimos no primeiro capítulo, a amnésia pode ser causada por outro fenómeno: as fantasias, constantemente manipuladas e atualizadas pelo governo, “apagando” os factos que possam levar o cidadão a questionar-se sobre os acontecimentos e, assim, a usar da memória. Deste modo, a memória nacional acaba por ser formatada pelo guião das fantasias que, aliadas à fraca instrução da maioria dos cidadãos permitem manter um estado de abençoada ignorância (Pease 14).

Nos anos 60 e 70, Gore Vidal participa com regularidade nos programas do produtor de televisão David Susskind. Os dois apresentam uma edição anual especial denominada “State of the Union” que reproduz a estrutura e a designação do tradicional discurso anual do Presidente dos EUA, na sede do Congresso americano, em janeiro de cada novo ano.¹⁰⁵ Gore Vidal, autoinvestido Presidente dos EUA, dá a sua versão, revista e corrigida, dos eventos e políticos americanos relativos ao ano transato e propõe sugestões para a agenda do ano seguinte. Esta produção televisiva é seguida por uma viagem pelos EUA, por locais com uma audiência mais restrita para a qual o escritor e figura televisiva Vidal repete o discurso televisivo e com a qual interage no debate que se segue à atuação ao vivo. No texto que decorre desta série televisiva, Vidal acentua o valor incalculável que estas sessões públicas têm para a sua perceção da América: “Questions and answers from the audience were the most interesting part of these excursions” (2004, 452).

¹⁰⁵ Gore Vidal afirma não se lembrar da data exata do começo desta “tradição”.

Em “State of the Union, 2004”, Vidal revisita, trinte e dois anos mais tarde, o seu “State of the Union, 1972”. Vidal volta a uma América exausta, dividida por causa da Guerra no Vietname, dirigida por um Presidente corrupto (Richard Nixon) e minada pela violenta onda de antiamericanismo mundial, na qual a imagem dos EUA é repetidamente associada à designação de “América imperialista”. Vidal comenta: “Yes, I was already characterizing our crazed adventure in Vietnam as imperial, instead of yet another proof of our irrepressible, invincible altruism, ever eager to bring light to those who dwell in darkness” (2004, 452). O próprio Vidal refere as suas descrições de uma América imperialista e contrapõe, por antecipação, a crítica negativa (Gore Vidal antiamericano) que lhe é geralmente feita: fomentar a dissensão e preferir comentar os aspetos negativos dos EUA, em vez de enaltecer os pontos positivos da sua sociedade.

Na comparação entre estes dois momentos históricos, Vidal assinala que, em 1972, as pessoas se expressavam com mais à-vontade (e liberdade) sobre temas ainda com relevância em 2004 e salientados pelas vozes da dissensão: “I’m surprised at how to the point we often were on subjects seldom mentioned in freedom’s land today” (2004, 452). Neste ensaio, Vidal passa em revista o ano de 2003 e propõe algumas recomendações para o ano (de eleição presidencial) de 2004; centra-se nos males impostos pela América imperialista ao seu povo e aos povos do Afeganistão e do Iraque:¹⁰⁶

Now in the year 2004, when we have ceased to be a nation under law but instead a homeland where the withered Bill of Rights, like a dead trumpet vine, clings to our pseudo-Roman columns, Homeland Security appears to be uniting our secret police into a single sort of Gestapo with dossiers on everyone to prevent us, somehow or other, from being terrorized by various implacable Second and Third World enemies. Where there is no known Al Qaeda sort of

¹⁰⁶ Um estado de terror onde imperam a censura, as políticas de “Homeland Security” e a violação da Constituição, no que toca à liberdade de expressão, justificado pela guerra ao terrorismo.

threat, we create one, as in Iraq, whose leader, Saddam Hussein, had no connection with 9/11 or any other proven terrorism against the United States, making it necessary for a President to invent the lawless as well as evil (to use his Bible-based language) doctrine of pre-emptive war based on a sort of hunch that maybe one day some country might attack us, so, meanwhile, as he and his business associates covet their oil, we go to war, leveling their cities to be rebuilt by other business associates. Thus was our perpetual cold war turned hot. (2004, 455)

Vidal acusa a América de George W. Bush e dos seus acólitos da “Corporate America” de impor narrativas fantasiosas aos americanos e aos cidadãos de outras nacionalidades. Esta América altiva profana a Constituição e as leis nacionais e internacionais renega os valores nacionais, e mantém-se impune, no meio da aparente indiferença da vasta maioria dos seus representantes e concidadãos. Para Vidal, um novo rumo é imprescindível para o ano de 2004 e deve ser determinado pelos cidadãos americanos. A mudança só é possível se George W. Bush não for reeleito, por forma a não repetir os erros do ano de terror de 1972:

I touched, glancingly, on all this in Nixonian 1972, when the media, Corporate America and the highly peculiar President were creating as much terror in the populace as they could in order to build up a war machine that they thought would prevent a recurrence of the Great Depression, which had only ended in 1940 when FDR put billions into rearmament and we had full employment and prosperity for the first time in that generation (2004, 456)

Gore Vidal enumera as medidas (reiteradas e difundidas pelos demais ensaios de cariz político que assina) que lhe parecem ser as mais apropriadas para redoirar a imagem interna e externa dos EUA e reforçar, de facto, o estado da nação americana: uma eleição presidencial reduzida a quatro semanas; tempo de antena igual para todos os candidatos, em todos os

meios de comunicação audiovisual; um sistema de transporte público condigno; um maior número de escolas e uma instrução diversificada e não doutrinária; um sistema de saúde universal; e uma política do ambiente, entre outras propostas que foram banidas do atual e programa do governo de George W. Bush (e tinham-no sido, igualmente, de outros governos anteriores), por obstar ao programa de doutrinação militar e de difusão de uma “ignorância abençoada”. Vidal termina com a reavaliação das suas próprias ideias e impressões acerca dos seus concidadãos e a atenção, ou falta dela, do governo americano para com o povo americano:

I must say, I am troubled by the way I responded to the audience's general hatred of government. I say we are the government. But I was being sophisticated when I responded to their claims that our government is our enemy with that other cliché, you are the government. Unconsciously, I seem to have been avoiding the message that I got from one end of the country to the other: We hate this system that we are trapped in, but we don't know who has trapped us or how. We don't even know what our cage looks like because we have never seen it from the outside. Now, thirty-two years later, audiences still want to know who will let them out of the Enron-Pentagon prison with its socialism for the rich and free enterprise for the poor. So... welcome to Imperial America. (2004, 458)

A ‘voz’ de Vidal, por mais “imperiosa” que surja através do sujeito que redige o ensaio, integra-se no sujeito coletivo plural inclusivo de “We the People”. Esta perceção de Gore Vidal remete para as grades impressas na capa de *Fixed Ideas: American Since 9.11* (2003) de Joan Didion e permite retomar as questões: quem é prisioneiro, quem é livre, quem está fora das grades ou dentro delas? Qual é a prisão? Do mesmo modo, os interlocutores de Joan Didion, dotados de uma capacidade crítica e animados pela crença na necessidade de

uma modificação de fundo na América imaginada pelo governo americano, constituem parte daquelas audiências, referidas por Vidal, no anterior excerto. Ambos os intelectuais estão conscientes de que vivem aprisionados numa teia de ficções e interesses e interrogam-se sobre como sair deste atual estado da nação.¹⁰⁷ Para Didion, estes americanos mais atentos e críticos distanciam-se do discurso das ‘fixed ideas’, os mitos consensuais que compõem as “states of fantasy”. A voz que predomina, todavia, é a do povo americano preso na sua *hubris*, num complexo nacional que dá pela designação imprecisa e gasta, mas ubíqua de “América imperialista”:

It so happened that I was traveling around the country again recently, talking and listening to people in St. Louis and Columbia and Philadelphia and San Diego and Los Angeles and San Francisco and Pittsburgh and Boston. I heard very few of the fixed ideas about America’s correct role in the world that had come to dominate the dialogue in New York and Washington. (2003, 40)

Didion susbreve com certeza as críticas de Vidal, publicadas em 1972, que são trinta e dois anos mais tarde. Contra tudo e todos (surdez das altas autoridades ou mutismo imposto aos cidadãos, censura e comentários menos positivos), Gore Vidal impõe a sua voz, a sua *persona*, repete as suas críticas e leva os seus críticos a agir do mesmo modo, num ciclo tão vicioso quanto o do objeto que motiva esta atenção perpétua ao longo da vida de Gore Vidal: a América.

Sete dias depois do ‘11-de-setembro’, Joan Didion viaja pela América fora para promover *Political Fictions*. Este périplo torna-se numa jornada iniciática e dá origem a *Fixed Ideas: America Since 9.11*. Como já referi, Didion descobre que muitos dos cidadãos americanos se sentem desligados do seu governo, mas que, e apesar desta circunstância, querem instilar confiança na sua América, imaginada e real e acabar com o clima de terror.

¹⁰⁷ Esta rede é sugerida pela referência à Enron, que, por ricochete, atingiu Richard Cheney e os outros membros que compunham o núcleo forte do governo de George W. Bush.

Didion constata que a tese advogada por Vidal e Sontag, de que as políticas interna e externa de George W. Bush (conjuntamente com as medidas de alguns dos seus predecessores) influenciaram o ‘11-de-setembro’, é partilhada por muitos americanos: “These people to whom I was listening... were making connections I had not yet in my numbed condition thought to make... between that political process and what had happened on September 11... between our political life and the shape our reaction would take and was in fact already taking” (2003, 5).

Joan Didion parafraseia e cita com frequência as opiniões dos seus concidadãos, dando-lhes, deste modo, (mais) ‘voz’. A autora transcreve, assim, a expressão necessariamente diversa dos cidadãos americanos sem nunca, no entanto, desistir do seu ponto de vista pessoal. Os pontos de vista dos anónimos corroboram as opiniões partilhadas pela escritora e reiteradas por Gore Vidal no que concerne à existência de um partido único e tirânico que subjuga e limita as escolhas dos cidadãos, e que Didion designa por “Washington”. Didion aponta para o consenso que o governo de George W. Bush quer impor, quando afirma que existe uma “acquiescence to the administration’s preexisting agenda”:

These people recognized even then, with flames still visible in lower Manhattan, that the words “bipartisanship” and “national unity” had come to mean acquiescence to the administration’s preexisting agenda – for example the imperative for further tax cuts, the necessity for Arctic drilling, the systematic elimination of regulatory and union protections, even the funding for the missile shield... Washington was still talking about the protection and perpetuation of its own interests. (2003, 6)

Muitos exegetas americanos e de outras nacionalidades pensam que a esmagadora maioria dos cidadãos americanos são ignaros e não conseguem interpretar as políticas e as mensagens do governo e dos representantes dos EUA. Didion contraria esta visão deturpada

pelo anti-intelectualismo e antiamericanismo estereotipados e baseada numa interpretação pouco fundamentada. Didion insiste na presença de uma dinâmica de expressão traduzida por três frases curtas, mas lapidares (uma das características estilísticas desta escritora): “These people got it. They didn’t like it. They stood up in public and they talked about it” (2003, 7). Em tempos de crise, a tradição americana do debate oral é retomada para travar um discurso-narrativo que vai mudando consoante as decisões do governo, nos dias, meses e no ano que se seguem ao ‘11-de-setembro’. Este discurso baseia-se num jingoísmo de mau tom, o qual não só molesta os concidadãos anónimos de Joan Didion, pois é infantilizador e ludibriador. O objetivo do mesmo é manipular as emoções da opinião pública no sentido de esta aceitar a ideia da vingança pela guerra, em vez de privilegiar uma resposta baseada numa análise racional da situação. “On the contrary, I found that what had happened was being processed, obscured, systematically leached of history and so of meaning, finally rendered less readable than it had seemed on the morning it happened” (2003, 8).

Tal como Vidal, Didion considera que este tipo de pensamento é aterrorizador para o futuro da sua América imaginada, a qual respeita os seus concidadãos, a Constituição e os valores éticos e morais desta sociedade. Tanto Didion como Vidal avisam acerca do provável fim da liberdade de expressão: todos têm de pensar como o governo americano, caso contrário, são antiamericanos e inimigos da nação. Didion fala na impossibilidade de alguém ficar mais esclarecido, informado, apto para o seu papel na sociedade americana. Esta informação e direito à cultura e a um pensamento crítico, que perfazem a herança da “Era das Luzes”, são negados aos cidadãos pelo seu governo: “The possibilities of the Enlightenment vanished. We had suddenly been asked to accept – and were in fact accepting – a kind of reasoning so extremely fragile that it might have been based on the promised return of the cargo gods” (2003, 14).

A autora insiste no facto de que é por intolerância governativa que as ‘ideias fixas’ não são discutíveis nem passíveis de debate na praça pública. Didion usa um sujeito coletivo plural inclusivo, pois não se exclui desta massa de cidadãos anónimos que tem estado demasiado passiva e acanhada, mas não deixa de meditar sobre esta prisão mental da qual anseia escapar:

We had seen the general acquiescence in whatever was presented as imperative by the administration. We had seen the persistent suggestions that anyone who expressed reservations about detentions, say, or military tribunals, was at some level “against” America. (As in the presidential formulation “you’re either with us or you’re with the terrorists”). We had seen, most importantly, the insistent use of September 11 to justify the reconception of America’s correct role in the world as one of initiating and waging virtually perpetual war. And we had seen, buttressing this reconception, the demand that we interpret the war in Afghanistan as a decisive victory over al-Qaeda, the Taliban, and radical fundamentalism in general. (2003, 30)

Não acatar as determinações da opinião pública significa ser-se um fora-da-lei do sistema imperialista interno e externo. Na visão do governo, este desvio é sinónimo de inimizade e de antiamericanismo. Este facto é igualmente evocado por Vidal, Sontag e Lévy.

O ponto dois do ensaio de Didion enumera os atos políticos do governo americano na sequência do ataque terrorista: censura, silenciamento, ocultação, liberdades restringidas, guerra, adoção de novas leis e reforço das restantes para a segurança nacional. Em relação a cada um destes aspetos, Didion examina como o discurso foi urdido e a realidade deturpada. A autora cita o professor Steven Weber, do Instituto de Estudos Internacionais da Universidade da Califórnia, em Berkeley, que admite a ausência de um discurso inteligente e aberto na sociedade civil americana, para analisar o futuro do país. Esta carência é fomentada

pela inatenção das elites (alguns políticos, meios de comunicação social, intelectuais, entre outros) ou, quiçá, por uma expressa intenção de não incentivar a discussão:

[T]he interviewer asked him what he thought had changed the discussion: ‘I will say that it’s a long-term failure of the political leadership, the intelligentsia, and the media in this country that we didn’t take the discussion that was forming in late September and try to move it forward in a constructive way’. (2003: 20)

Didion preza em particular as palavras deste intelectual da academia, pois ele desmascara o insucesso da liderança política e da ação de doutrinação por parte da *intelligentsia* (que ele não define) e a dos meios de comunicação (em geral). A origem do erro é política e não é recente, na ótica de Didion, Vidal e Sontag. É Didion a observar: “I was struck by this, since it so coincided with my own impression. Most of us saw that discussion short-circuited, and most of us have some sense of how and why it became a discussion with nowhere to go. One reason, among others, runs back sixty years” (2003, 20). Os cinco autores salientam o fator tempo na duração deste: sessenta anos, para Didion e Vidal; desde o final da guerra no Vietname, para Sontag; cinquenta anos, desde o final da II Guerra Mundial, para Lévy e Baudrillard. Esta periodicidade inexata permite a uma audiência e um público mais vasto e heterogéneo (faixa etária, classe e *background* sociocultural e geracionalmente mais díspares) identificar-se com as demais vítimas desta situação de terror pós-atentado.

Didion considera que o governo americano não procura o consenso, na aceção de Bercovitch; não pretende dialogar com o resto dos seus concidadãos, pois não é do seu interesse dar ouvidos ao povo americano; permanece assim indiferente às suas solicitações. Há décadas que não existe um real consenso entre o governo e o povo, pois o primeiro segue as suas ‘ideias fixas’, e o segundo, “We the People”, adere, por indiferença ou obrigação (sob a ameaça do terror mental e da pressão económica). Estas reações correspondem aos temas

fixos (re)iterados, recuperados e revisitados por Vidal. Didion visa sobretudo o “imperialismo interno”: “We have come in this country to tolerate many such fixed opinions, or national pieties... of euphemism and downright misstatement, its own screen that slides into place whenever actual discussion threatens to surface” (2003, 24).

Didion afirma que as ‘ideias fixas’ foram semeadas por Franklin D. Roosevelt, desenvolvidas e seguidas com graus de resistência menores ou maiores pelos Presidentes seguintes, consolidadas pela aliança com Israel, e plenamente seguidas na política externa (e interna) americana por Ronald Reagan, num momento muito oportuno para a definição de uma “nova ordem mundial” (uma expressão cunhada por George Herbert Walker Bush, em 1990).¹⁰⁸ Desde a presidência de Franklin D. Roosevelt que as ‘ideias fixas’ se expandiram e fortaleceram ainda mais este projeto de uma “América imperialista” e benevolente:

There was of course, for better or for worse, a theory, or a fixed idea, behind these pronouncements from the President... which not only predated September 11 but went back to the Reagan administration and its heady dreams of rollback.... The theory was... the inevitability of American preeminence, a mantle of beneficent power that all nations except rogue nations – whatever they might say on the subject – were yearning for us to assume. “We run a uniquely benign imperium,” Charles Krauthammer had written [and added]. “This is not mere self-congratulation; it is a fact manifest in the way others welcome our power”. (2003, 37)

Neste ensaio, Joan Didion quer deixar claro que existe, no seio da “imperial America”, ou paralelamente a ela, uma América que resiste, subjugada e composta por pessoas anónimas que questionam o seu governo e não lhe dão o seu aval. Assim, para Didion, tal como para

¹⁰⁸ Joan Didion critica veementemente esta relação diplomática ímpar, no ponto dois do presente ensaio, enquanto Vidal apenas alude ao tema, e Sontag só refere o conflito israelo-palestiniano *en passant*, em “One Year After” (2007, 119). Estas dúvidas e opiniões, expostas por Didion, são explanadas, desenvolvidas e partilhadas por John J. Mearsheimer e Stephen M. Walt, em *The Israel Lobby and U.S. Foreign Policy*, (New York: Farrar, Straus and Giroux, 2008).

Vidal, é a atitude imperial de “Washington” ou da “Corporate America” para com os cidadãos americanos, que mais a incomoda. O seu mal-estar é de tal ordem que a leva a tornar pública a sua percepção enquanto cidadã. A esta América custa aceitar que “Washington” promova guerras e conflitos para garantir o seu abastecimento de petróleo, satisfaça a sua sede de crescimento militar e difunda a ilusão de uma força eterna de persuasão.¹⁰⁹ Contudo, esta América pensa, avalia e chega à conclusão de que é refém do seu governo. O *design* e aspeto gráfico da capa do ensaio chamam a atenção para este estado de aprisionamento intelectual. Quem lê o ensaio constata que outros cidadãos vivem encarcerados nas ‘ideias fixas’: “I encountered many people who believed there was still what we had come to call a disconnect between the government and the citizens” (2003, 39). Porém, Joan Didion acredita que falar destas ‘ideias fixas’ e dar voz ao pensamento de um sujeito coletivo plural heterogéneo constitui uma forma de libertação das grades mentais impostas pelos interesses de uma outra América. E participar no debate de ideias e permanecer fiel ao legado da “Era das Luzes”.

Os ensaios que Susan Sontag redige entre o 11 de setembro de 2001 e o início da guerra do Iraque (antes da sua morte, em dezembro de 2004) transmitem perspetivas diferentes e demonstram o quanto Susan Sontag encarnava a sua *persona* literária. Já referi a polémica receção subsequente à publicação do artigo da *New Yorker*, logo após o atentado, pois Sontag sustentou então que este ataque foi dirigido como retaliação a uma nação autoproclamada “superpotência”. Esta opinião já consta da versão original “9.11.01” (re)publicada em *At the Same Time: Essays and Speeches* (2007): “[w]here is the acknowledgement that this was not a ‘cowardly’ attack on ‘civilization’ or ‘liberty’ or ‘humanity’ or the ‘free world’ but an attack on the world’s self-proclaimed superpower,

¹⁰⁹ Didion exprime-se do seguinte modo sobre a relação causal entre a tendência pró-bélica americana e a salvaguarda dos seus interesses económicos (nomeadamente, assegurar matérias primas para o fornecimento de energia, como por exemplo o petróleo): “They did not want to believe that it was about oil. Nor did they want to believe that it was about domestic politics. If I had to characterize a common attitude among them I would call it waiting to see. At a remove” (2003, 41).

undertaken as a consequence of specific American alliances and actions? How many citizens are aware of the ongoing bombing of Iraq?” (2007, 105).

Sontag advoga que os EUA se autodesignem como superpotência, mas, na verdade, os diversos governos dos EUA, e em particular o de G. W. Bush, não os definem como tal;¹¹⁰ os EUA agem como uma superpotência, mas nunca mencionam *de facto* ou diretamente que são uma superpotência (seja de que tipo for).¹¹¹ Bastam as suas ações e discursos justificativos para comprovar a magnitude do seu poderio. São sobretudo os analistas e as vozes críticas negativas que referem e veiculam as imagens de uma nação americana superpotente. Relembro, por exemplo, que o socialista francês Hubert Védrine – Ministro dos Negócios Estrangeiros no governo de Lionel Jospin (1997-2002) – descreve os EUA como uma “hyperpuissance”, no seu estudo dedicado à posição da França num mundo global.¹¹² Exaustivamente usada, muitos desconhecem que foi um jornalista inglês que cunhou a expressão, nos anos 90.¹¹³ O excesso de repetição confere um grau de autenticidade a enunciações que ninguém, e muito menos a América imperialista, pretende contrariar, corrigir ou negar.

No excerto suprarreferido, Sontag acusa claramente os EUA de serem uma superpotência guiada por uma atitude imperialista, pois afirma: “undertaken as a consequence of specific American alliances and actions? How many citizens are aware of the ongoing bombing of Iraq?” (2007, 105). Nesta citação, Sontag aponta igualmente para o estado de engano e de desconhecimento, por indiferença, falta de informação ou má informação que, na

¹¹⁰ Susan Sontag não apresenta a sua visão relativamente ao termo “superpotência”. Na maioria das publicações críticas de cariz negativo sobre a ação dos EUA, o conceito de “superpotência” é utilizado sem ser definido, como um dogma inquestionável e comumente aceite. Apenas as obras que abordam o tema, em exclusivo, não seguem este padrão.

¹¹¹ Justificam as suas ações por construções ideológicas e ‘ideias fixas’ que demonstram e explanam este poder julgado extraordinário – “Manifest Destiny”, “New Frontier”, “New World Order” e “War on Terrorism” –, entre outras.

¹¹² *France in an Age of Globalization* (Washington: Brookings Institution Press, 2001).

¹¹³ Sir Peregrine Gerard Worsthorne, jornalista pró-europeísta britânico do *Sunday Telegraph*, cunhou esta expressão em 1991, no contexto do início da era geopolítica dita “unipolar”. Ver Israeli, Ofer. “The unipolar trap”, *The Free Library*, sem data, Web, 17 de agosto 2013, <<http://www.thefreelibrary.com>>.

sua ótica, caracterizam a população americana em geral. Se, nos ensaios publicados em *At the Same Time*, Sontag não contradiz o seu pensamento, a autora tem, no entanto, a intenção de não ser associada aos críticos (entre os quais Gore Vidal, que é referido duas vezes) que pensam que as ações de uma América imperialista terão tido alguma influência nas atitudes hostis passadas e presentes (entre as quais, o ‘11-de-setembro’) perpetradas contra os EUA:

As someone who has been in the front line among those decrying American misdeeds for decades.... But the view I detect among some American intellectuals like Vidal and many *bien pensant* intellectuals in Europe – that America has brought this horror upon itself, that America itself is, in part, to blame for the deaths of these thousands upon its own-territory – is not, I repeat, not, a view that I share. (2007, 113)

Sontag repete que acha ‘moralmente obsceno’ – ainda que não defina os termos da obscenidade – condenar os EUA pelo que aconteceu, como se Vidal (entre outros) tivesse acusado a nação americana, entendida como entidade homogénea constituída por cidadãos anónimos, de ter fomentado e apoiado ativamente as opções governamentais: “To in any way excuse or condone this atrocity by blaming the United States – even though there has been much in American conduct-abroad to blame – is morally obscene. Terrorism is the murder of innocent people. This time it was mass-murder” (2007, 114).

Tal como Vidal e Didion, Sontag acusa o governo de falta de maturidade democrática e de recusar o debate, a dissensão e a crítica: “Politics, the politics of a democracy – which entails disagreement, which promotes candor – has been replaced by psychotherapy. Let’s by all means grieve together. But let’s not be stupid together” (2007, 107).

Sontag apela ao sujeito coletivo plural para não deixar de acreditar e agir contra a passividade que, consciente ou inconscientemente, nas últimas décadas tem sido apanágio do povo americano (no qual a autora se insere): “We have been told that everything is, or is

going to be, okay, although this was a day that will live in infamy and America is now at war. But everything is not okay. And this is not Pearl Harbor” (2007, 106). Em poucas linhas, Sontag escora os argumentos de Vidal para caracterizar o seu país: os EUA são um país mal governado; o povo americano é enganado e mal informado; os EUA são uma democracia em perigo, uma nação com uma agenda e visão com objetivos desajustados e moralmente condenáveis (guerra, imperialismo, capitalismo desenfreado). Sontag quer deixar claro, ainda, que o ataque do ‘11-de-setembro’ não é comparável ao de Pearl Harbor. Esta sua opinião opõe-se à de Vidal que, no então recém-publicado romance *Golden Age* (2000), argumenta que Franklin D. Roosevelt provocou o ataque do 7 de dezembro de 1941, ao violar normas e acordos com o Japão, para convencer os cidadãos americanos a aceitar a entrada dos EUA na II Guerra Mundial.

No ensaio “A Few Weeks Later”, Susan Sontag desenvolve os seus pensamentos e a sua opinião junto da jornalista italiana Francesca Borelli.¹¹⁴ Tal como Vidal, Didion e Lévy, Sontag renega a teoria do choque entre civilizações (Samuel P. Huntington) que acha “retrograde, bigoted, and vengeful” (110). Na sua opinião (e na de Didion) esta tese ganha fôlego no final de 2001, tanto nos EUA como na Europa. No entanto, quando lhe é pedida a sua opinião sobre Gore Vidal, Sontag demarca-se do crítico, afirmando, sem falsa modéstia ou prurido, que a sua opinião é mais correta do que a dele. Como acima referi, embora os autores tenham opiniões idênticas e os seus textos dialoguem entre si, isto não significa que se unam à volta do tema que os aproxima intelectualmente:

Francesca Borelli: As you know, Gore Vidal in his latest book, *The Golden Age* supports the thesis that Roosevelt provoked the Japanese attack on Pearl Harbor to enable the United States to enter the war... Some other American intellectuals have joined Gore Vidal in maintaining that America has been

¹¹⁴ “A Few Weeks Later” foi publicado no *Il Manifesto*, um jornal italiano, a 6 de outubro de 2001. O texto só apareceu traduzido e publicado, em língua inglesa, em *At the Same Time*.

provoking the Islamic world for years, and that, consequently, questioning US policy is inevitable. What is your opinion?

Susan Sontag: As I have already suggested, I think that the comparison of September 11th with Pearl Harbor is not only inappropriate but misleading. It suggests that we have another nation to contend with.... I have been a critic of my country for almost as long as Gore Vidal, although I hope with more accuracy and take for granted that questioning U.S. foreign policy is always desirable as well as inevitable. That being said, I don't believe that Roosevelt provoked the Japanese attack... neither do I think that America has been provoking the Islamic world for years. America has behaved brutally, imperially, in many countries, but it is not engaged in any overall operation against something that can be called "the Islamic world." And for all that, I deplore... American imperial presumption and arrogance... the first thing to keep in mind is that what happened on September 11th was an appalling crime. (2007, 113)

É necessário realçar que Sontag não explica por que não acredita ou repudia a tese aventada por Vidal. Aliás, o ensaísta recusa o choque de civilizações por ser uma interpretação simplista do mundo, ventilada pelo governo de George W. Bush, junto da vasta e heterogénea população americana, imersa num período pós-traumático e logo extraordinariamente receosa, sensível e intelectualmente menos crítica. Não houve um "them against us", pois num passado assaz recente, como lembra Vidal, os EUA usaram não somente os serviços de Osama bin Laden, como também apoiaram Saddam Hussein, de modo a gerar desequilíbrios na região e beneficiar os interesses das partes envolvidas. Este contrato bélico e financeiro, não oficializado, traduz não um choque entre civilizações, mas sim uma *entente cordiale* no que concerne a "valores universais", trans-civilizacionais, tais como o dinheiro e

o livre acesso aos recursos naturais (dos outros) ou como disse Gore Vidal: “It seems forgotten by our amnesiac media that we once energetically supported Saddam Hussein in Iraq’s war against Iran and so Saddam thought, not unnaturally, that we wouldn’t mind his taking over Kuwait’s filling station” (2002, 424). Ainda que por vias diferentes, as opiniões de Vidal e Sontag converjam nalguns pontos, a tensão que ambos traduzem é proveitosa, especialmente para a análise do intelectualismo e do intelectual na sociedade americana.

A meu ver, esta autodeterminação e distanciamento voluntário de uma corrente de opiniões (de outros intelectuais americanos) são elementos cruciais para a interpretação da “voz” sontaguiana. Sontag é uma ‘voz atenta’, que age e fala em seu nome, de um modo individualista e independente, como se verá de seguida, muito consciente da sua posição enquanto intelectual na sociedade em que se encontra. Esta autoconsciência e forte autodeterminação tornam-na ativa e colocam-na numa posição de distanciamento e sobrançeria em relação aos seus concidadãos. Porém, esta cisão voluntária não invalida que Sontag defenda e analise, de modo semelhante, os pontos escrutinados por estes autores. Neste aspeto, Sontag representa o modelo do intelectual americano isolado ou *freelancer* que mencionei anteriormente.

Susan Sontag impõe ao leitor quatro *leitmotive* que aparecem em textos anteriores e nos demais ensaios posteriores, redigidos até ao final de 2004. O primeiro é reclamar o direito ao dissenso nos EUA; o segundo é atacar um Presidente cuja política, *background* pessoal, político e ideológico, vontades e conselheiros representam tudo o que Sontag abomina nos EUA; e o terceiro tem a ver com o facto de a escritora não suportar o conservadorismo excessivo, uma tendência exacerbada pela mistura da religião como os assuntos de estado, a ignorância e a displicência em relação à cultura “high brow” ou uma conduta ditada pela injustiça social e por políticas (nacionais e sobretudo internacionais) de ingerência grosseira na governação de algumas nações (mormente processos de eleição e gestão de conflitos

internos). O quarto *leitmotiv* é alertar para o facto de que uma guerra no Iraque será uma missão suicida para os EUA (a sua imagem e o seu povo). Deste modo, Sontag ataca a censura, a proibição do debate e da crítica construtiva. Mais ainda, compara os números que oficialmente confirmam a popularidade de George W. Bush, junto do vasto eleitorado americano, às percentagens elevadas de popularidade dos ditadores, como Estaline e outros líderes totalitários:

Mockery of the president – a traditional American pastime, no matter who the president – is thought to be unpatriotic. Journalists, a few, have been fired from newspapers and magazines. College teachers have been publicly reprimanded for voicing in their classrooms the mildest of critical observations.... Self-censorship, the most important and most successful form of censorship, is rampant. Debate is identified with dissent, which is in turn identified with disloyalty. There is a widespread feeling that... we may not be able to “afford” out traditional freedoms. Polls show Bush’s ‘popularity ratings’ to be running over ninety percent – a figure that comes close to the popularity of the leaders of the old Soviet-style dictatorships. (2007, 116)

Sontag, contrariamente a Didion e Lévy, acusa o público em geral (uma figura indefinida) de passividade, de uma ignorância profunda (autoimposta, em parte), e de um desinteresse total para com os assuntos políticos e as posições quer de consenso, quer de dissenso. Sontag aproxima-se de Vidal quando considera que esta inércia do público é causada pelas políticas imperialistas do governo, secundadas por um partido único, uma elite de pensadores (da qual, Sontag se distancia, como já referi), meios de comunicação (escritos e audiovisuais) medíocres, manipulados e corrompidos pelo capitalismo:

How could the opinions of the general public have any “influence” over the decisions being taken now by the American government? What is worth noting

is how docile the public is about almost all matters of foreign policy. This passivity may be an inevitable consequence of the triumph of liberal capitalism and the consumer society. For some time there has ceased to be any significant difference between the Democrats and the Republicans.... The depolitization of most of the American intelligentsia merely reflects the conformism and convergence – the “me-tooism” – of political life in general. (2007, 116)

A semelhança entre as perspectivas de Vidal e Sontag cessa neste ponto. Gore Vidal é muito mais complacente do que Sontag para com os seus concidadãos subjugados pelos políticos, pelo governo e pela “Corporate America”. Neste excerto destaco, ainda, a “metooism” que, de alguma forma, remete para o seguidismo, um mal social referenciado por Bourne e Lévy, nos textos destes dois autores que citei no segundo capítulo.

Afirmo que os intelectuais americanos em geral, não apreciam serem rotulados como “intelectuais/intelectuais públicos” e que talvez estivessem alheados, indiferentes ou despreocupados em relação a este processo de denominação dos agentes sociais. De igual modo, mencionei que, para os americanos em geral, autointitular-se “intelectual” é um ato de presunção e prova de falta de humildade. Susan Sontag, que, tal como a maioria dos intelectuais europeus, não se coíbe de usar o termo “intelectual” (nunca “intelectual público”, principalmente em França) para falar de si mesma, contraria esses preceitos. Sontag recorre a outros vocábulos – “escritor” ou “autor” – mais neutros, numa sociedade alegadamente anti-intelectualista, mas coloca-se deliberadamente à margem do comum dos cidadãos americanos, para se distanciar de uma corrente de pensamento “carneirista” (como diz Lévy) e provar a excelência da sua atenção e a superioridade da sua capacidade intelectual. A ‘voz’ Sontag assume-se “against the American grain”: “dissenting intellectuals like myself – and we are, alas, few” (2007, 117). Assim, ao autodenominar-se ‘intelectual’, Sontag diverge de Vidal e

Didion, que não reclamam para si nenhuma designação e sobressai como única voz racional, orgulhosamente só, no meio de poucos:

America is a notably tolerant society as well as a conformist one; that is the paradox of the political culture that has been constructed here.... Some of the current fervor of vindictiveness against dissenting intellectuals like myself – and we are, alas, few – may soon dissipate as people are obliged to worry about real problems, such as the failing economy. (2007, 117)

Sontag reivindica, desta forma, o seu lugar entre as vozes da dissensão nos EUA do seu tempo, uma elite rara, a seu ver, neste país. É assim que, na opinião de Phillip Lopate, Sontag evidencia a “noisy quarrel” (Lopate 17) com a América, algo que é legível nos seus ensaios e romances, já que a autora trabalha a expressão de uma tensão, sempre crítica, focada na América e as imagens que os outros têm desta nação.

Em “9.11.01”, Susan Sontag fixa a sua atenção no pressuposto de que o governo de George W. Bush usa o ‘11-de-setembro’ como um pretexto para (continuar a) aumentar a sua atividade belicista e capitalista. Apela aos americanos, em especial ao público-leitor da *New Yorker*, para que se não deixem infantilizar e estupidificar pelos apelos demagógicos e chauvinistas do Presidente em exercício. Solicita que os EUA (governo e povo) discutam a justiça, legalidade e a necessidade de (mais) uma guerra. Noutro ensaio, Sontag, tal como Didion, Vidal, Lévy e Baudrillard, lamenta a ausência de um debate público sobre a guerra no Iraque (e a tendência pró-belicista do presente governo) que concerne, tanto aos cidadãos mais interessados na política do seu país, como aos menos politizados, a maioria dos contribuintes americanos:

Does anyone think that this war... is a metaphor? ... [a war] disclosed, not actually declared, since the threat is deemed to be self-evident.... But the war... decreed by the Bush administration will never end. That is one sign that

is not a war but, rather, a mandate for expanding the use of American power.
(2007, 119)

No excerto acima, a última proposição – “a mandate for expanding the use of American power” –, aponta para esta predisposição americana para a expansão do seu poder referida sistematicamente por todos os autores em análise. Esta ampliação pode ser interpretada como uma fórmula sinonímica para “imperialismo americano”. No entanto, se Sontag enjeita culpar os EUA pelos atentados do ‘11-de-setembro’, não deixa de criticar com violência George W. Bush e os anteriores governos pelo uso abusivo do estado de exceção, com laivos de imperialismo por ser ilegal e contraproducente, logo ininteligente e perigoso:

The American suspicion of foreign “entanglements” is very old. But this administration has taken the radical position that *all* international treaties are potentially inimical to the interests of the United States... since by signing a treaty on anything ... the United States is binding itself to obey conventions that might one day be invoked to limit America’s freedom of action to do whatever the government thinks is in the country’s interests. (2007, 119)

Sontag aproveita para criticar a tradição isolacionista, em matéria de política externa, que, no fundo, perpassa toda a história da nação, apesar de o número de intervenções no exterior ter vindo a crescer exponencialmente durante todo o século XX e início do século XXI. Sontag aponta para este isolacionismo porque revela, na sua ótica, uma atitude de total indiferença para com o resto do mundo em matéria política e social, mormente quando os interesses dos EUA não estão em risco. Este posicionamento leva ao unilateralismo e reforça a desinformação já existente entre os americanos e o seu governo. O isolacionismo inscreve-se na exceção americana, ao mesmo tempo que o seu contrário, uma ingerência incessante e cirúrgica em muitos locais do mundo. A coexistência destes contrários, na opinião de Sontag, debilita a imagem dos EUA e o projeto americano. Vidal, neste ponto, defende o

isolacionismo, na medida em que acha que os EUA não têm justificação para intervir no resto do mundo: após tantos anos de expansão interna e de guerras, pelo mundo fora, cujo saldo é altamente negativo (a seu ver) para a nação americana, os EUA precisam de tratar primeiro dos seus cidadãos e do seu território, uma tarefa dentro do projeto americano que tem sido sistematicamente protelada e descuidada.

No final deste ensaio, Sontag insurge-se contra o facto de a comemoração do primeiro aniversário do ‘11-de-setembro’, na véspera de uma guerra anunciada, servir, uma vez mais, os interesses dos EUA e o seu de *marketing* pró-guerra: “It is not a day of national reflection. Reflection, it has been said, that might impair our ‘moral clarity’” (121).

Os excertos que encerram estes diálogos sobre o imperialismo demonstram que a ‘voz atenta’ de Sontag não privilegia a tese de uns EUA em ‘guerra perpétua’ e constante estado preventivo:

Not for a moment do I question the obligation of the American government, as of any government, to protect the lives of its citizens. What I do question is the pseudo-declaration of pseudo-war. These are necessary actions should not be called a “war”. There are no endless wars. But these are declarations of the extension of power by state that believes it cannot be challenged. (2007, 122)

Sontag faz menção ao ‘state of fantasy’ presente no novo excecionalismo americano, definido por Pease: “There are better ways to check American’s enemies, less destructive of constitutional rights of international agreements that serve the public interest of all, than continuing to invoke the dangerous, lobotomizing notion of endless war” (123). Para Sontag, é o governo de George W. Bush que privilegia a tese da guerra perpétua, agindo de forma absolutista, indiferente à opinião geral, e mais ainda à expressão duma oposição.

Sontag é uma ‘voz atenta’ que comunga com Vidal e Bernard-Henri Lévy, todos traduzindo um grau elevadíssimo de autoconfiança, assumido sem falsa modéstia. Os autores

épatent, tanto quanto chocam, os seus concidadãos e os cidadãos da “república irmã” do outro lado do Atlântico. Todos têm uma forte personalidade, mas é a projeção da sua *personae* (uma calculada expressão dramática do dissenso) que torna prementes (ainda, que discutíveis) as suas perspectivas. Baudrillard e Didion são mais comedidos na expressão do seu sujeito, mas são tão atentos e incisivos como os seus pares intelectuais.¹¹⁵

Todos são impelidos pela urgência de solicitar junto dos seus públicos e audiências, que seja imposto um estado de reflexão, uma visão realmente intelectual, ponderada, rigorosa, debatida, argumentada e contra-argumentada com base em factos e leis, à vista e do conhecimento de todos os cidadãos. Se nem todos os autores e autoras concordam acerca do grau e modo de aplicação às restantes nações do imperialismo dito “americano” e da sua hegemonia cultural, todos rejeitam o imperialismo preconizado pelo governo de George W. Bush, com ou sem o suporte financeiro e ideológico de outros grupos de pressão. Esta forma de imperialismo doméstico americano subjuga e escraviza, pois nega às pessoas a vontade e a plena fruição do seu estatuto de cidadania livre e participativa.

O estado de exceção tem de ser substituído por um estado de reflexão livre, pois *a contrario*, a América sucumbirá, vítima das tentações imperiais e excecionistas deste governo. Esta América duplamente imperialista concretiza uma ideia fixa, perpétua e vítima do seguidismo, num sistema totalitário do qual nenhuma das ‘vozes atentas’ pretende ficar refém ou ser prisioneiro.

Diálogos sobre o terrorismo e o estado de exceção

Os cinco autores aqui analisados focam, principalmente, o clima de terror – o controlo do cidadão americano pelo medo e por métodos e “leis” antidemocráticas – que surgiu no pós-‘11-de-setembro’, no território americano. Se Baudrillard é o único que examina o terrorismo

¹¹⁵ No caso de Jean Baudrillard o sujeito passa praticamente desapercibido, diluído na forma do sujeito indefinido no ‘sistema’.

de um ponto de vista ideológico, Lévy dedica, no entanto, algumas linhas ao conceito de terrorismo *per se*, tido como uma prática transnacional, “glocal e ideológica”, já secular e multifacetada. Os demais autores descartam uma incursão mais aprofundada no conceito e por consequência também não se alongam sobre o que consideram ser uma narrativa fantasiosa – a “guerra ao terrorismo” (“War on Terrorism”) – cunhada por George W. Bush e a sua equipa governamental para justificar o começo de uma nova guerra. Todos concordam com a ideia de que o “terrorismo” alegado pelo governo de G. W. Bush é um conceito instrumentalizado, uma muleta argumentativa para justificar uma guerra e constranger a liberdade dos que se opõem, dentro do território, ao novo estado e *modus operandi* de uma nação “vítima” e em guerra. Apesar de a ameaça terrorista nos EUA ser real, para estes autores, o terrorismo está no guião do governo, literal e amoralmente ao serviço do terror.

Deste modo, o objetivo dos autores americanos é expor esta forma de terrorismo civil e doméstico, legitimado por um estado de terror singular, que tem lugar na esfera pública dos EUA e assenta na violação das leis e da Constituição norte-americana. Na ótica dos mesmos, a sua denúncia é claramente contida ou negada pelos meios de comunicação social, *pundits* e outros intelectuais do governo, pelo que urge relatar estes factos naquilo em que resgatam uma tradição de dissenso que associa a sua intervenção ao ativismo. Os cidadãos americanos são obrigados a tomar parte numa narrativa nacional que privilegia o terrorismo, em todas as suas manifestações, em nome da lei e da liberdade individual, em nome de Deus e de um projeto de “América”, que não é o que defendem. O povo americano é, desta forma, duplamente vitimizado por um estado de sítio bicéfalo. Se o primeiro decorre do terrorismo, enquanto conceito geoestratégico, materializado pelo ‘11-de-setembro’, que gerou um medo legítimo cujas razões merecem reflexão, o segundo, que lhe é consequente, seria dispensável pelos motivos e nos termos como é imposto. Mas, e é este o facto que mais enfurece as ‘vozes

atentas' (em particular, Sontag e Vidal), esta forma de terrorismo caseiro não é nova, pois tem sido utilizada pela esmagadora maioria dos governos americanos, há mais de sessenta anos.¹¹⁶

Esta forma de terrorismo depende em grande parte do recurso à figura jurídica do estado de exceção, tal como é analisada por Agamben. Embora nunca o designem por “state of exception”, os cinco autores, nos seus ensaios, descreveram o modo abusivo como este conceito foi sendo introduzido nos meses que se seguiram ao ataque e quais as suas consequências práticas para a nação americana. As ‘vozes atentas’, especialmente as americanas, receiam muito mais este terrorismo interno e “legalizado”, do que a ocorrência de mais atos de terrorismo, oriundos de uma retaliação contra os efeitos nocivos do imperialismo americano, em território nacional ou no estrangeiro. Todos os autores americanos garantem que, confrontados com acontecimentos históricos e socioeconómicos díspares, vários governos recorreram a narrativas fantasiosas para granjear o consenso do seu povo, em detrimento do teor da Constituição, desvirtuando assim alguns valores do americanismo. Na prática, a consequência mais visível deste *modus operandi* foi o avolumar das guerras e conflitos, moral e financeiramente onerosos para a América e o seu povo.

As ‘vozes atentas’ denunciam o desequilíbrio evidente que advém da circunstância em que se transforma uma exceção em regra, com consequências devastadoras para o cidadão, sobretudo quando a exceção é definida, controlada, e difundida por um governo eleito, *soit-disant*, para proteger a nação do terror, recorrendo à legislação. Este terrorismo doméstico pode aniquilar a própria cidadania americana e desvirtuar o conceito de americanismo. Por mais antiamericanas que estas ‘vozes atentas’ possam parecer, constatar-se-á que, ao expor os desequilíbrios da sua nação, estão de facto a contribuir para uma definição mais objetiva e racional do conceito de americanismo.

¹¹⁶ Esta é a opinião dos intelectuais em análise e de muitos mais estudiosos da sociedade americana. A título de exemplo, lembro que, nos romances de Vidal, apesar do pendor ficcional, estas práticas reais são descritas, atestando da sua presença já nos primórdios da nação americana.

O contributo de Bernard-Henri Lévy para a questão do terrorismo é débil e pouco rigoroso (na citação de obras e descrições teóricas que propõe), mas tem o condão de referir a existência de “uma galáxia” de intelectuais,¹¹⁷ quase todos de esquerda (um termo que nos EUA ganha outra conotação): “pour peu que le mot ait un sens, globalement orientées à gauche” (2006, 432):

[D'] une galaxie intellectuelle dont je ne me risquerai pas à tracer trop précisément le contour... si et jusqu'à quel point elle se perçoit elle-même comme une galaxie.... Et quant à l'argument selon lequel les Américains n'auraient pas volé ce qui leur arrive, quant à la fine analyse qui veut qu'ils soient du fait de leurs propres crimes, à l'origine du crime qui les frappe en retour, c'est ajouter l'outrance à l'ignorance, à l'ignominie à la sottise (pourquoi tant que l'on y est, ne pas rejeter sur les Noirs la faute du racisme ?) (432)

Parece-me ser de muito interesse que Lévy refira a questão da existência putativa da culpa – a causa que justifica a consequência (o atentado), sobre um sujeito coletivo americano – algo de incontornável na psique nacional americana e que merece igualmente a atenção do resto do mundo pós-‘11-de-setembro’. O filósofo francês tocou fundo na ferida nacional americana. Mas, quem são as pessoas que compõem este sujeito coletivo: os culpados, as vítimas (diretas e indiretas), os juízes ou os analistas da situação? Lévy acaba por afirmar que existe uma culpabilização da nação americana exposta, dentro e fora das suas fronteiras, e que nenhum cidadão americano consegue eximir-se ao sentimento de culpa: pois o cidadão americano é vítima do terrorismo externo e vítima do terrorismo interno, gerido por um

¹¹⁷ O termo “galáxia” é significativo, porque Lévy entende que estes intelectuais giram à volta de um centro de massa comum, no firmamento, logo num lugar de destaque. Estão distanciados do centro e Lévy não define que massa compõe este centro: se a opinião pública, em geral, se a *intelligentsia*, se celebridades televisivas, se *pundits*, se jornalistas, se grupos de pressão ou de influência.

governo fora-da-lei, mas em nome da lei. Alguns cidadãos são, por inacção, ainda e simultaneamente agentes involuntários da sua própria vitimização.

Segundo Lévy, os americanos, na sua observação do terrorismo, empregam três “campos lexicais” derivados da conceitualização de Francis Fukuyama sobre o fim da História em, *The End of History and the Last Man* (1992); de Samuel P. Huntington, de choque cultural entre civilizações e como gerador de conflitos, em *Clash of Civilizations: Remaking of World Order* (1993), e de guerras justas e injustas (que Lévy subscreve) de Michael Walzer em, *Just and Unjust Wars: A Moral Argument with Historical Illustrations* (1997), que advoga que a guerra é uma necessidade moral e política. Lévy elabora uma crítica literária e filosófica sobre estas três teses e os seus pressupostos intelectuais, salientando que o pensamento de Michael Walzer está relacionado com a esquerda americana.

Relativamente à representação da esquerda americana, Lévy afirma ainda tratar-se de um gigante com duas cabeças. Uma primeira esquerda identifica na *res publica* as falhas do governo e das suas políticas, enquanto a segunda se entrega ao mutismo. Lévy alude a Susan Sontag e Gore Vidal e coloca-os na primeira, pois incarnam esta abertura crítica discursiva sobre os aspetos mais negativos dos EUA. É de facto comum associar-se à esquerda americana a expressão do dissenso, sendo Noam Chomsky a figura de proa mais frequentemente citada em representação desta radicalização do discurso político, como já referi no capítulo anterior. Todavia, a dissensão não se deixa prender pelos *clichés* e limites do espaço político: existe dissenso por todo o espectro político americano, apesar de ser a sua expressão, quiçá, mais sonora e aguerrida na ala esquerda.

Lévy nunca chega a dizer o que Sontag e Vidal acham do terrorismo: no entanto, afirma que a ideologia americana sofre, há duas décadas (1980-2000), das consequências da influência (errada, a seu ver) das teorias opostas de Fukuyama-Huntington, nos anteriores governos em geral e no atual, em particular: “[Ces théories] ont conjointement aimanté,

depuis vingt ans, le champ de l'idéologie américaine et dont la force d'attraction n'est peut-être pas étrangère aux erreurs de perception, d'analyse et de stratégie commises depuis le 11 septembre" (429). Na ótica de Lévy, não existe um "nós" (americanos) *versus* "eles" (talibãs e outros grupos islamitas), mas, sim duas interpretações do islão que dividem o mundo islâmico: uma visão moderada e outra, radical ou "fundamentalista". O governo de George W. Bush reduz este islão a uma amálgama de ideias e imagens incorretas, a um antro de terroristas. Desta forma, a América de George W. Bush declarou a guerra a uma fantasia.

Bernard-Henri Lévy condena quem acha que a culpa é dos americanos, mas não define quem são estes americanos. De facto, o povo americano, entidade coletiva, não pode ser diretamente responsabilizado pelas medidas tomadas e executadas pelos governos no poder. Lévy recorre ao conjunto de aspetos que Susan Sontag e Gore Vidal (e Didion também, mas nunca é mencionada por Lévy) repudiam:¹¹⁸ as imagens dos EUA e da América que são difundidas e apoiadas pelo governo americano, indiferentes e desrespeitosas em relação às díspares opiniões do seu povo. Lévy coloca, desta feita, todos os americanos no mesmo plano, enquanto recusa a imagem de uma América gananciosa e impiedosa, que desperta o ressentimento e a aversão nalgumas comunidades no mundo inteiro.¹¹⁹ Sontag e Vidal, pelo contrário, distinguem entre uma América agressora (que aterroriza, viola os direitos e os valores do seu povo e dos demais) e uma América vitimizada. Este terror, para ser eficiente, tem de ser mantido invisível e inaudível: assim, não é o tema de eleição da imprensa e da maioria dos meios de comunicação audiovisual (silenciados pelo governo americano, ou notoriamente ao serviço da narrativa de W. Bush, como no caso da Fox), nem das séries e do cinema "comercial" produzidos por Hollywood. A própria existência das "Free speech zones"

¹¹⁸ Lévy não faz referência a Didion neste texto. Assim, quando, nos parágrafos seguintes, dedicados ao texto de Lévy, surge o nome de Didion, a associação a esta autora é minha e decorre da necessidade de estabelecer elos de ligação na construção dos diálogos entre os vários autores.

¹¹⁹ Todavia, na parte do diário de viagem de *American Vertigo*, Lévy relata a sua estada em várias Américas e com diferentes tipos de cidadãos americanos.

(também designadas como “Protest zones”),¹²⁰ e ainda como “First Amendment Zones” e “Free speech cages”,¹²¹ por mais pró-democráticas que possam parecer, deixam transparecer um modelo de organização da sociedade de tipo orwelliano. Assim, a American Civil Liberties Union (ACLU) foi notificada de milhares de ocorrências em que os protestantes foram alvos de repressão por parte de várias instituições federais, por se terem expresso de uma forma tida como inapropriada.

Neste prisma, Bernard-Henri Lévy, tal como Sontag, Didion e Vidal, pensa que o conceito de “guerra justa”, justificado como resposta ao terrorismo e, deste modo, reintroduzido no discurso governamental pelo governo de G. W. Bush, constitui uma teoria *de facto* antiamericana, porque se inscreve num ciclo vicioso: irá piorar a imagem dos EUA no resto do mundo, desencadeando, assim, (ainda) mais reações antiamericanas. Porém, Lévy defende que a guerra é justa (algo que Sontag, Didion e Vidal repudiam por completo): apoiou a intervenção no Afeganistão (pois seria breve e bem-sucedida, na sua ótica) e não se opôs à guerra no Iraque, pois para ele, era justo que Saddam Hussein fosse “castigado” pelos seus atos, inegavelmente terroristas, contra a população curda. Estas incoerências entre o que diz e o que faz (e reitera) Lévy desencadeiam um rol de críticas aceras (algumas, deveras justas e justificadas), às quais já aludi. O que se pode concluir é que, pese embora estas afirmações, Lévy *voit juste* no que concerne o conceito do americanismo. É muito relevante que Lévy insista na existência de um grupo de intelectuais americanos com ideias próprias, contrariando o preconceito de que não há nem intelectualismo nem intelectuais nos EUA, compartilhado pela maioria dos cidadãos europeus, as elites europeias intelectuais em geral, e, em particular, os seus colegas e pares, « intellectuels » franceses: “Il y a, dans cette région de la lettre et de l’esprit qui va de *Dissent* à *New Republic* et, sans doute, très au-delà, une fièvre, une

¹²⁰ American Civil Liberties Union (ACLU), “Freedom under Fire: Dissent in Post-9/11 America”, 28 de março de 2003, Web, 14 de agosto de 2013, <<http://www.aclu.org>>.

¹²¹ Mark Baard, “Free Speech Behind the Razor Wire”, *Wired*, 27 de julho de 2004, Web, 14 de agosto de 2013, <<http://www.wired.com>>.

ébullition, une inventivité intellectuelles dont nous n'avons pas idée en Europe et qui auraient été l'une des vraies surprises de cette enquête" (437).

Entre a *Dissent* e a *New Republic*, encontra-se a *Atlantic Monthly*, mas por razões deontológicas, Lévy não a localiza ideologicamente. O autor francês lembra, ainda, o diálogo transatlântico entre “intelectuais do governo americano” e os seus pares europeus, encetado pelo envio de uma carta simbólica intitulada “Lettre d'Amérique, les raisons d'un combat”, publicada no *Le Monde*, a 14 de fevereiro de 2002, por sessenta intelectuais americanos, quase todos professores em universidades americanas e cuja intenção é explicar e justificar a intervenção do seu país (o estado da guerra) no Afeganistão.¹²² Esta necessidade de se justificar perante a opinião europeia, neste caso os pares europeus, igualmente sediados em Universidades europeias, revela uma divisão entre americanos (que Lévy esquecera em parágrafos anteriores) e, de algum modo, a presença de dúvidas sobre a atitude do governo americano. Lévy, por incoerência ou por falsa ingenuidade, contrapõe a esta missiva a existência de uma segunda carta, designada por ele como “Lettre de citoyens américains à leurs amis d'Europe”. É assinada pela ‘galáxia’ de dissidentes americanos, geralmente considerados ‘antiamericanos’ pelos seus pares universitários ou pela imprensa americana:

Peut-être devais-je mettre au regard de leurs textes les textes d'une « autre gauche » incarnée par des gens comme Chomsky, Vidal, Boyle ou Sontag et qui s'exprima notamment,¹²³ deux semaines plus tard, dans une seconde « Lettre » intitulée, elle, *Lettre de citoyens américains à leurs amis d'Europe* et tentant d'invalider la notion de guerre juste contre le terrorisme. (436)¹²⁴

¹²² Lévy escreve “setenta”, mas a maioria dos outros autores que consultei indica o número sessenta.

¹²³ Entre os demais dissidentes com tendências “antiamericanas”, Lévy esquece ou omite o nome do “incontornável” Howard Zinn.

¹²⁴ Para esta análise, procedi a uma pesquisa *online*. Um texto intitulado “Lettre de citoyens américains à leurs amis en Europe” está disponível em *Lemonde.fr*. 8 de abril de 2002, Web, 22 de março de 2012. <<http://www.lemonde.fr>>. Na versão original desta carta, “Letter From United States Citizens to Friends in Europe”, é legível o nome de Gore Vidal entre os dos demais assinantes, antes do dia 8 de abril de 2002, data de publicação do referido artigo: o de Sontag não consta desta lista, nesta data. “Letter From United States Citizens to Friends in Europe”, sem data, Web, 22 de março de 2012, <<http://www.americanvalues.org>>.

É de realçar que a primeira carta é redigida por um grupo de pessoas que toma a parte pelo todo (“lettre d’Amérique”), enquanto a segunda é assinada por “cidadãos americanos” que consideram ser a parte de um todo: o cabeçalho da carta é, neste contexto, muito significativo da sua atenção e intenção.

Bernard-Henri Lévy persegue na sua obra o estudo do totalitarismo ainda que não utilize o termo; todavia, a exposição de Lévy remete para os contornos definidores do ‘totalitarismo’. Lévy qualifica o terrorismo como “fascismo de terceira geração”, mas não explana o que entende por ‘terceira geração’. Depreendo que corresponda à presença conjunta de um misto de terror (interno) e de terrorismo (externo), articulado no uso abusivo do estado de exceção. Talvez Lévy aluda ainda a um novo tipo de fascismo no século XXI, uma ideologia que, tal como o fascismo, o mussolinismo, o nazismo, (primeira geração), o estalinismo e o comunismo (segunda geração), consiste em oprimir os povos, tolher-lhes a liberdade de viver e o livre-pensamento. Contudo, elogia os americanos por falarem mais francamente do que os europeus sobre os aspetos obscuros da sua história:

[P]eut-être parce qu’ils cachent moins de cadavres dans leurs placards et non pas à conjurer notre long passé d’indulgence à l’endroit des fascismes rouge et brun, ce sont eux, les intellectuels américains, qui sont les mieux placés, aujourd’hui, pour penser et nous donner à penser ce fascisme de troisième génération. A une réserve près, peut-être. (437)

Assim, Lévy pensa que os intelectuais americanos são as pessoas mais experientes e sábias para debater o terrorismo em 2006, mas não é claro qual o grupo dos intelectuais visados por Lévy: se os “intelectuais do governo”, os da “galáxia” de dissidentes ou ambos. Todavia, a frase final contraria esta afirmação, mas Lévy não deseja elaborá-la, de uma forma demasiado direta e agressiva. Este excerto suscita-me uma (outra) reserva: por detrás do tom panegírico, torna-se patente a imagem de uns EUA com uma história jovem, menos marcada

pelo totalitarismo do que a Europa, numa visão eurocêntrica forçosamente redutora. Seria necessário definir melhor o termo “totalitarismo”, pois a história da nação americana, apesar de ‘recente’, inclui práticas semelhantes às usadas no fascismo, comunismo e outros sistemas totalitários: genocídio (dos Índios), internamente (dos Japoneses), perseguição ideológica e censura, aniquilação do indivíduo e invasão (Filipinas e Vietname), a segregação racial, para citar apenas as mais axiomáticas.

Bernard-Henri Lévy termina a sua análise sobre o terrorismo afirmando que quase ninguém nos EUA fala dos efeitos colaterais das guerras, que são formas efetivas de terrorismo: Guantánamo, Abu Graib e a tortura. Na recensão de Lévy, apenas vozes políticas e sobretudo republicanas referem estes efeitos perversos:

Bien sûr, il s’est élevé des voix pour dire que la torture n’est jamais en aucune circonstance, la solution. Mais elles furent rares. Isolées. Venues, du reste, le plus souvent de la classe politique en général et républicaine en particulier. Et le fait est que les autres, les intellectuels libéraux, se sont épuisés, pendant ce temps, en arguties médiocres. (441)¹²⁵

Lévy desconhece ou esquece, que vozes democratas, como as de Didion, Vidal e Sontag, prescindiram de argumentos medíocres e do silêncio, como se pode constatar, por exemplo, pelos textos de Gore Vidal, “Black Tuesday” (2001) e *Perpetual War for Perpetual Peace: How We Got to Be So Hated* (2002) ou de Susan Sontag, “Regarding the Torture of Others” (2004), todos publicados antes de 2005 e que são muito incisivos.¹²⁶ Estes escritores lamentam que muitos nos EUA omitam, esqueçam e coloquem ‘no armário’ alguns assuntos da atualidade e mais antigos.¹²⁷ De facto, Vidal, já em 2001, prevê o agravamento do marasmo relativo ao estatuto legal internacional da Baía de Guantánamo, baseado num

¹²⁵ Lévy cita, como exemplos, Richard Posner e Robert Nozick.

¹²⁶ Susan Sontag, “Regarding the Torture of Others”, *The New York Times*, 23 de maio de 2004, Web, 26 de março de 2012, <<http://www.nytimes.com>>.

¹²⁷ Os autores referidos não são nem políticos (professos), nem republicanos.

contrato atípico de aluguer contraído pelos EUA e a Cuba: “As I write. U.S. concentration camp X-Ray is filling up at marine base Guatánamo Bay e Cuba. No one knows whether or not these unhappy residents are prisoners of war or just plain evildoers” (2002, 426). Como poderá ter escapado a Lévy, observador atento dos EUA e dos intelectuais americanos, o brilho assaz intenso destas estrelas da “galáxia de intelectuais”, sobretudo relativamente a uma matéria tão sensível e mediatizada?

A violação do Artigo 4 da Convenção de Genebra (sobre o tratamento dos prisioneiros de guerra em geral), o fecho anunciado (e sistematicamente protelado) do campo de detenção da Baía de Guantánamo (apesar da promessa eleitoral do Presidente Barack H. Obama) e a polémica internacional sobre os “black sites” (que envolve os EUA e a União Europeia) são assuntos que carecem de uma resolução definitiva. Estes temas não têm merecido a atenção da imprensa ou são olvidados (ou evitados) por várias razões. Estes factos comprovam que Gore Vidal estava certo em 2001 e continua a ter razão uma década mais tarde.

Susan Sontag, em “Regarding the Torture of Others” (*New York Times*, 23 de maio de 2004), publicado no início do julgamento dos oficiais americanos que violaram a dignidade humana dos prisioneiros de Abu Graib (Iraque), insurge-se contra o governo de George W. Bush e contra todos aqueles cidadãos americanos que preferem viver na ignorância dos factos (e das imagens). Sontag descreve os governos dos EUA como dependentes (até no sentido patológico do termo) da teoria e da prática da ‘guerra eterna’.¹²⁸ Expõe ainda como os EUA profanam os valores éticos e morais universais e as leis internacionais para proteger a sua imagem. Para a escritora, os EUA continuam a considerar-se o modelo de liberdade e de democracia para o mundo inteiro:

To acknowledge that Americans torture their prisoners would contradict everything this administration has invited the public to believe about the virtue

¹²⁸ A expressão “guerra eterna”, adotada por Vidal, ecoa a expressão de Charles. A. Beard: “guerra perpétua (“perpetual war”), já mencionada anteriormente.

of American intentions and America's right, flowing from that virtue, to undertake unilateral action on the world stage.... The torture of prisoners is not an aberration. It is a direct consequence of the with-us-or-against-us doctrines of world struggle with which the Bush administration has sought to change, change radically, the international stance of the United States and to recast many domestic institutions and prerogatives.... Just as it was regarded by many as an implicit criticism of the war to show on television photographs of American soldiers who have been killed in the course of the invasion and occupation of Iraq, it will increasingly be thought unpatriotic to disseminate the new photographs and further tarnish the image of America.¹²⁹

Neste excerto, Sontag aponta para a política de engano (por omissão, não publicação de imagens e vídeos num espaço público, os média nacionais) e de clara censura (ou de filtro, para usar uma expressão mais politicamente correta) que o governo e algumas empresas de comunicação impõem. Nem todos têm acesso à emissão por cabo; nem todos leem a imprensa nacional; nem todos podem ser informados e procuram sê-lo da forma mais transparente e direta possível. Sontag lamenta que muitos sejam levados a crer na gigantesca operação de maquilhagem da guerra e subsequente mudança de cenário e de discurso, no que concerne às intenções e aos direitos (jamais os deveres) de uma América em guerra. O público é moldado por uma litania que assenta no direito de resposta e nas intenções justas (e justa, pois abençoada por Deus) de uma América ferida, mas democrática, e cuja bondade e justiça prevalecerá sobre o eixo do Mal.

A 11 de janeiro de 2012, num vídeo colocado no “YouTube”, um soldado americano finge urinar ou urina, de facto, sobre os corpos (cadáveres) de rebeldes talibãs. Estas imagens provam que Susan Sontag, tal como Gore Vidal, não se enganou quando anunciou que haveria

¹²⁹ Susan Sontag, “Regarding the Torture of Others”, *The New York Times*, 23 de maio de 2004, Web, 26 de março de 2012, <<http://www.nytimes.com>>.

mais vídeos e imagens degradantes, refletindo outros atos de terrorismo ou “efeitos secundários” do terrorismo (Lévy): “After all, we’re at war. Endless war... Yes, it seems that one picture is worth a thousand words. And even if our leaders choose not to look at them, there will be thousands more snapshots and videos. Unstoppable” (Sontag, 2004).

Estes temas controversos são ‘esqueletos no armário’, pois não constam da narrativa fantasiosa nem dos relatórios oficiais, mas precisam de um tratamento prioritário por parte dos responsáveis pela política externa e interna dos EUA. São expressos por pensadores americanos (ainda que poucos) e esta exposição invalida, deste modo, a crítica feita por Lévy de que nenhum intelectual americano se debruçou sobre o assunto. Para Pease, estes assuntos escondidos são antes “structures of disavowal” (2009, 6) e alguns “disparate groups within academic and political culture represented these historical facts as national “wrongs” that demanded redress” (7).

Os textos *L’esprit du terrorisme*¹³⁰ e *Power Inferno. Requiem pour les Twin Towers. Hypothèses sur le terrorisme. La violence du mondial.*¹³¹ têm de ser lidos no “espírito” teórico do sociólogo Jean Baudrillard, à luz dos conceitos principais e omnipresentes na sua vasta obra – o princípio do Mal e a hiper-realidade. Embora esta leitura seja algo restritiva, do ponto de vista teórico, possibilita um diálogo multidimensional (realidade-ficção) com os demais pressupostos e ideias assinalados por Gore Vidal, Susan Sontag e Joan Didion. À semelhança de Bernard-Henri Lévy, Jean Baudrillard foi fortemente marcado pela leitura das obras de intelectuais americanos de todos os quadrantes ideológicos da então recém-acabada década de noventa. Durante a sua longa estada nos EUA, no final dos anos 80, Baudrillard movimentou-se nos meios intelectuais americanos na qualidade de professor e pensador. Esta vivência gerou *America* (1986), a súpula da teoria da hiper-realidade, inscrita e definida nas

¹³⁰ Artigo datado de 2 de novembro de 2001 e publicado no *Le Monde*, a 3 de novembro de 2001. É publicado em livro em janeiro de 2002.

¹³¹ “Requiem pour les Twin Towers” foi redigido após uma palestra dada por Baudrillard em Nova Iorque, em janeiro de 2002.

imagens de um país (imaginário): a América. A meu ver, as múltiplas menções a obras e autores americanos nos discursos orais e escritos de Jean Baudrillard e Bernard-Henri Lévy, na década de noventa (e não só), constituem um sinal muito positivo para o intelectualismo americano e a imagem dos EUA, já que dão conta da versatilidade e vitalidade dos mesmos. Estas referências à América evidenciam ainda o forte desejo que alguns « intellectuels » nutrem no sentido de desenvolver uma perspectiva intelectual transnacional, transeuropeia e transatlântica (norte), *a contrario* das opiniões generalizadas (e egocêntricas) dos seus pares. Em consequência, estes dois autores “rebeldes” são considerados pró-americanos e são os alvos de uma crítica negativa e ofensiva por parte de muitos dos seus concidadãos.

Em *L'esprit du terrorisme*, Jean Baudrillard procura no terrorismo um espírito simbólico e aponta três *leitmotive* pelos quais o leitor tem de se reger: o ‘sistema’, o princípio do Mal e a hiper-realidade. Estes são apresentados no ensaio intitulado “Power Inferno” (referido mais adiante), inserido no livro-ensaio com o mesmo título. O ‘sistema’, cuja definição surge apenas em “Power Inferno”, corresponde ao mundo habitado por um sujeito coletivo plural e o pronome indefinido (“on” em francês, que refiro por ‘sujeito indefinido’). O sujeito indefinido é sinónimo de “mundo ocidental”, dado o seu carácter de impessoalidade, ao passo que o sujeito plural é o representante do coletivo nacional. O sujeito indefinido foi abalado pelo ataque simbólico e concreto às Torres Gémeas, num tempo e espaço reais, e simultaneamente partilhados na dimensão do hiper-real (comunicação audiovisual): “on” viu a queda das torres em direto: “[L]’acte terroriste de New York, ressuscite à la fois l’image et l’événement” (“L’esprit du terrorisme” 36). O “on” engloba não só os espectadores americanos, mas também os do mundo inteiro, que têm acesso aos meios de comunicação, e por isso pertencem ou têm acesso e lugar cativo no ‘sistema’.

O ‘sistema’ é um binómio, representado pelas Torres (gemelares e espelhadas uma na outra), capaz de produção e de reversão (aniquilação), que funciona no mundo globalizado. O

‘sistema’ pretende difundir apenas o Bem (reprodução, homogeneidade e consumo) e, por isso, não considera nem aceita o Mal (diferença, negação e morte) – o que Baudrillard designa por “hegemonia positiva”. O sociólogo considera que o terrorismo perturba esta ordem hiper-real distópica:

Quand la situation est ainsi monopolisée par la puissance mondiale...
condensation de toutes les fonctions par la machinerie technocratique et la
pensée unique, quelle autre voie y a-t-il qu’un transfert terroriste de la situation
? C’est le système lui-même qui a créé les conditions objectives de cette
rétorsion brutale. (“L’esprit du terrorisme” 15)

Contudo, o terrorismo restaurou a singularidade (a unicidade): “Le terrorisme est l’acte qui restitue une singularité irréductible au cœur d’un système d’échange généralisé” (“L’esprit du terrorisme” 16). O terrorismo funciona como um mecanismo de recalibração das perspetivas e forças no ‘sistema’ baudrillardiano.

Os elementos constitutivos da América (que Baudrillard privilegia) são o reflexo das características do ‘sistema’:

Le système lui-même, par l’extension spéculative de tous les échanges, la
forme aléatoire et virtuelle qu’il impose partout, les flux tendus, les capitaux
flottants, la mobilité et l’accélération forcée, fait régner désormais un principe
général d’incertitude que le terrorisme ne fait que traduire en insécurité totale.
Le terrorisme est irréel et irréaliste. (“Power Inferno” 37)

Baudrillard insiste no entanto que não há choque de civilizações (refere diversas vezes a obra de Huntington) e que existem mais países abrangidos pelo ‘sistema’. Assim, Baudrillard visa uma certa América, a da hiper-realidade dominadora, mas não atinge os EUA enquanto nação real:

Ce n'est donc pas un choc de civilisations, ni de religions, et cela dépasse de loin l'islam et l'Amérique, sur lesquels on tente de focaliser le conflit pour se donner une illusion d'un affrontement visible et d'une solution de force... Il s'agit bien d'un antagonisme fondamental, mais qui désigne, à travers l'Amérique (qui peut en être l'épicentre, mais pas du tout l'incarnation de la mondialisation à elle-seule) et à travers le spectre de l'islam (qui, lui non plus, n'est pas l'incarnation du terrorisme), *la mondialisation triomphante aux prises avec qu'elle-même*. ("L'esprit du terrorisme" 18)

Baudrillard não explica o porquê do recurso ao itálico, mas parece advogar que a globalização, vista como um processo totalitário, é negativa e que só pode ser contrabalançada por acontecimentos extraordinários e sempre simbólicos. Subsequentemente, o terrorismo é mais eficaz ('extraordinário') e simbólico se tiver, além de numerosas vítimas, um público e uma audiência provenientes do 'sistema'.

Baudrillard também reflete sobre a figura do terrorista e tal como Susan Sontag, mas por motivos diferentes, não o considera covarde nem fraco. Pelo contrário, sublinha a 'inteligência do Mal' que guiou os atacantes das Torres Gêmeas na sua metodologia, pois serviram-se dos meios disponibilizados pelo próprio 'sistema' (dinheiro, tecnologia, saber, acontecimento monitorizado pelos *media*) para o derrubar:

L'événement fondamental... c'est qu'ils mettent en jeu leur propre mort de façon offensive et efficace... [comptant sur] l'immense fragilité de l'adversaire, celle d'un système arrivé à sa quasi-perfection et, du coup, vulnérable à la moindre étincelle. Ils ont réussi à faire de leur propre mort un arme absolue contre un système qui vit de l'exclusion de la mort, dont l'idéal est celui du zéro mort... D'où l'inéquivalence des quatre mille morts infligés d'un seul coup à un système zéro mort. ("L'esprit du terrorisme" 24)

Baudrillard, como Sontag, partilha da opinião de que os terroristas de cara destapada agiram sem recorrer a adereços para ocultar a sua identidade, enfrentando o seu inimigo apenas com o seu corpo e o espírito e as armas comuns a todos (dinheiro, redes mediáticas e tecnologia):

Non seulement ces gens-là ne luttent pas à armes égales, puisqu'ils mettent en jeu leur propre mort, à laquelle il n'y a pas de réponse possible (« ce sont des lâches »), mais ils se sont appropriés toutes les armes de la puissance dominante. L'argent et la spéculation boursière, les technologies informatiques et aéronautiques, la dimension spectaculaire et les réseaux médiatiques : ils ont tout assimilé de la modernité et de la mondialité, sans changer de cap, qui est de la détruire. (“L'esprit du terrorisme” 28)

As palavras do intelectual francês – “[Il] y a quelque chose d'un pacte duel avec l'adversaire. C'est... le contraire de la lâcheté dont on les accuse, et... le contraire de ce qu'on fait les Américains dans la guerre du Golfe... cible invisible, liquidation opérationnelle” (36) – espelham as de Sontag, publicadas no artigo da *New Yorker*, cerca de mês e meio antes da publicação do artigo de Baudrillard no *Le Monde*:

And if the word "cowardly" is to be used, it might be more aptly applied to those who kill from beyond the range of retaliation, high in the sky, than to those willing to die themselves in order to kill others. In the matter of courage (a morally neutral virtue): whatever may be said of the perpetrators of Tuesday's slaughter, they were not cowards.¹³²

Ambos questionam a interpretação do conceito da moralidade, presente em qualquer tipo de conflito. Qual dos dois demonstra ter sentido da ética: quem age em consciência (mesmo se a sua ação é moralmente condenável) ou quem manipula as consciências dos

¹³² Susan Sontag, sem título, *The New Yorker*, (2001).

demais para se dar boa consciência? Quem opera na sombra ou quem intervém em plena luz do dia? Tanto Baudrillard como Sontag questionam o grau de liberdade de ação e condenam uma sociedade na qual o cidadão comum é prisioneiro de um sistema político ou servo de uma sociedade industrializada, altamente instrumentalizada e capitalista, desumanizada, refém dos lucros e dos interesses. Ambos atacam o ‘sistema’ capitalista no qual vivem e que, não sendo apanágio da sociedade americana, parece ser-lhe associado, na ótica dos terroristas.

O sociólogo Jean Baudrillard, fascinado pelo conceito do acontecimento social, revela toda a sua intenção em poucas linhas: “Ainsi... tout se joue sur la mort, non seulement par l’irruption brutale de la mort en direct, en temps réel, mais par l’irruption d’une mort plus que réelle: symbolique et sacrificielle – c’est-à-dire l’événement absolu et sans appel. Tel est l’esprit du terrorisme” (“L’esprit du terrorisme” 25). Para Baudrillard, a dimensão pública (mediatizada em direto) do ataque foi o elemento mais invasivo e poderoso.

“Power Inferno”, cujo título combina referências da literatura europeia (*O Inferno*, de Dante) e do cinema americano (*The Towering Inferno*, de John Guillermin), ubíquas no universo de Baudrillard, foi redigido meses após o atentado. Apesar das muitas repetições (inclusive frases inteiras) de parágrafos subtraídos ao *L’esprit du terrorisme*, o ensaio questiona o estado presente (até novembro de 2002) do mundo ocidental (o ‘sistema’) após o acontecimento matricial. Como está o poder mundial? O que tem feito a América para sarar as suas feridas? Jean Baudrillard dá uma resposta a esta questão nos diálogos relativos ao imperialismo americano, a qual, como se verá mais adiante, é partilhada por Gore Vidal e Joan Didion.

Um diálogo improvável entre escrita e fotografia (um dos outros objetos de estudo de Baudrillard) estabelece-se na conversa virtual entre Jean Baudrillard, Joan Didion e Susan Sontag). Baudrillard afirma que as torres deixaram patentes a sua forma como a dor do membro fantasma de um corpo amputado e foram, de algum modo, mitificadas pelo ataque:

Par ailleurs, si les deux tours ont disparu, elles ne sont pas anéanties. Même pulvérisées, elles nous ont laissé la forme de leur absence... [qui] les fait passer dans un espace imaginaire définitif. Par la grâce du terrorisme, elles sont devenues le plus bel édifice mondial – ce qu’elles n’étaient certes pas du temps de leur existence. (“Power Inferno”¹⁸)

Na capa da edição impressa da revista *The New Yorker* de 24 de setembro de 2001, uma composição fotográfica intitulada “9/11/2001”, da autoria de Art Spiegelman e Françoise Mouly, precede os ensaios que a constituem (entre os quais, o de Sontag, sem título, referente ao ‘11-de-setembro’). Sobre fundo negro, apenas cortadas pelo nome da revista a branco, as cores do luto, no Ocidente, erguem-se as duas torres, com uma cor preta mais vibrante. A sombra remete para o estado de espírito de uma nação (o terror e a dor) metonimicamente representado pelas Torres (que já não existem); todavia, a sua presença (a forma das Torres) permanece na imagem e na memória dos observadores e do artista. De acordo com as palavras da coautora da capa, Françoise Mouly, o criador americano de origem sueca quis salientar uma rutura e uma inescapável sensação de ausência: “[T]he outlines of the two towers, black on black... a perfect image, which conveyed something about the unbearable loss of life, the sudden absence in our skyline, the abrupt tear in the fabric of reality”.¹³³ Para Art Spiegelman, os EUA estão imersos nas trevas, onde reinam a ‘inteligência do Mal’ e a opressão. Este sentimento de aprisionamento é precisamente o tema da imagem da capa do livro de Joan Didion.

Embora incorra no risco de dissociar forma e conteúdo unidos no discurso, deter-me-ei, por um parágrafo, no aspeto gráfico de *Fixed Ideas: America Since 9.11*, cuja conceção requer a atenção do leitor. Joan Didion encoraja o leitor a integrar o conteúdo da obra na sua forma. A representação gráfica da capa é composta pelas letras de cor preta (“F” e “T”), sendo

¹³³ Françoise Mouly, “News Desk”, *The New Yorker*, 5 de setembro de 2011, Web, 24 de março de 2012, <<http://www.newyorker.com>>.

a verticalidade das suas linhas sublinhadas e alinhadas para representar as Torres, com as restantes letras a vermelho. No interior do livro, os separadores entre os capítulos são pretos e, na contracapa interior, barras verticais pretas sobre fundos cinzentos completam o aspeto gráfico deste pequeno *opus*. Quem são os prisioneiros ou as vítimas de tal opressão (as cores preta, vermelha e o fundo branco lembram outras opressões e outros “ismos”, ‘ideias fixas’ europeias), os que leem ou os que são “lidos” pelo sujeito? São expressas sucintamente na contracapa: desde o 11 de setembro de 2001, os cidadãos americanos têm sido as vítimas de “[a] determined effort by the administration to promote an ‘Imperial America’ – a ‘New Unilateralism’ – and how, in many parts of America, there is now a ‘disconnect’ between the government and citizens”. Quem necessita de sair desta cerca mental ou de nela ser contido? Quem impõe a quem uma barreira intelectual? Por que motivos? Contudo, na opinião da autora, estas ‘ideias fixas’ do governo de George W. Bush confirmam uma tendência de imposição de obsessões veiculadas por vários outros governos. Há, pelo menos, sessenta anos que essas ideias – excecionalismo, império, hegemonia económica, cultural e militar – são impostas aos cidadãos americanos, violando os seus direitos e à revelia das suas opiniões. Estes tornam-se, assim prisioneiros da sua nação, reféns da sua vontade e são como que mantidos em solitárias de ignorância e desinformação. Susan Sontag e Gore Vidal fixam igualmente a sua atenção sobre estas ações ilegais, amorais e imorais. A representação desejada por Didion traduz a sensação de falta de liberdade de pensamento e de expressão de que se ressentem alguns cidadãos americanos. Este estado de encarceramento é igualmente comentado pelo crítico francês Baudrillard.

As barreiras enunciadas por Joan Didion refletem o ‘sistema’ fechado de Baudrillard. Na opinião do intelectual francês, o ‘sistema’ coloca a América real e imaginada num processo de contínua autoavaliação, após ter sido atingida pelo acontecimento do ‘11-de-setembro’. Esta autocrítica, presente nos primórdios da construção da nação, foi-se diluindo

ou degradando, à medida que os EUA consolidaram a sua hegemonia e reforçaram o seu “império” económico e militar. Para Baudrillard, décadas antes do ‘11-de-setembro’, os EUA viviam num estado de autodestruição espelhado nas imagens que projetavam para dentro e fora das suas fronteiras:

Il ne s’agit plus que d’une conjuration politique. Et pourtant... Même si tout cela était le fait de quelque clique d’extrémistes ou de militaires, ce serait quand même bien le signe (comme dans l’attentat de Oklahoma City) d’une violence interne autodestructrice, de la prédisposition obscure d’une société de concourir à sa perte – illustrées par les dissensions au sommet entre CIA et FBI qui, en neutralisant réciproquement l’information, ont donné aux terroristes la chance inouïe de réussir. (“Power Inferno” 57)

Estas mesmas linhas trazem à memória uma, entre várias, teorias da conspiração antiamericana que grassam no seio da nação, opondo grupos de americanos entre si acerca do verdadeiro mentor e dos motivos por detrás do ataque de Oklahoma City. Gore Vidal participa desta revelação da conspiração quando diz, em *Perpetual War for Perpetual Peace: How We Got to Be So Hated*, que os grupos de pressão americanos aterrorizam os seus concidadãos. Munidos das armas da influência e da corrupção, compram e manipulam os meios de comunicação audiovisual e da imprensa escrita, bem como alguns *opinion-makers* proeminentes e intelectuais públicos ao serviço do governo. Só o intelectual honesto poderá ter escapado ao peso da coação intranacional. Porém, nem Vidal, nem Didion, nem Sontag (embora a sua autorreferência como intelectual possa ser interpretada como uma proposta de modelo do intelectual) referem expressamente o papel do intelectual, nesta conjuntura sociopolítica controversa, como já referi: os autores franceses, ao invés, parecem muito mais interessados no tema, o que poderá ser considerado normal, visto que, como já mencionei, os franceses travam uma relação menos tensa com a figura do intelectual, ou assim parece.

A visão pessimista de Baudrillard, no que concerne ao futuro e à premência do papel do intelectual no mundo pós-‘11-de-setembro’, corrobora esta imagem de um declínio sociocultural generalizado, no qual a figura do intelectual é privada de livre-expressão e de diferenciação:

Dans l’universel, il y avait encore une référence naturelle au monde, au corps, à la mémoire. Une sorte de tension dialectique et de mouvement critique qui trouvaient leur forme dans la violence historique et révolutionnaire. C’est l’expulsion de cette négativité critique qui ouvre sur une autre sorte de violence, celle du mondial : suprématie de la seule positivité et de l’efficacité technique, organisation totale, circulation intégrale, équivalence de tous les échanges. D’où la fin du rôle de l’intellectuel, lié aux Lumières et à l’universel – mais aussi du militant, lié aux contradictions et à la violence historique. (“Power Inferno” 70)

Nesta obra, Jean Baudrillard decreta a inexorável morte do intelectual e do “militante” (ativista). Nesta lógica de pensamento, o texto é redigido por um defunto, pois Jean Baudrillard é um intelectual. O exegeta Dr. How adverte para o facto de os leitores de Baudrillard não sucumbirem à sedução dos seus escritos, os quais podem conter alguma incoerência.¹³⁴ Jean Baudrillard anuncia o fim do mundo das Luzes em 2001, mas a sua ‘voz atenta’ está incontestavelmente viva noutra dimensão. A ‘voz atenta’ de Baudrillard sempre dialogou com as imagens e as palavras escritas e proferidas por autores conhecidos e cidadãos anónimos, dentro e fora das várias Américas, sendo *Amérique*, como já referi, o resultado deste seu trabalho de fixação da utopia, pela objetiva do intelectual.

De entre os cidadãos americanos seleccionados para este trabalho – Gore Vidal, Susan Sontag e Joan Didion – apenas esta última se encontrava nos EUA, em Nova Iorque, na terça-

¹³⁴ Alan How e Barbara Mitra. “Baudrillard - Ideas and Concepts”, 4 de junho de 2009, Web, 20 de janeiro de 2012, <<http://www.youtube.com>>.

feira negra de 2001. Nesta altura do ano, Gore Vidal residia na Itália e Susan Sontag, exatamente de regresso aos EUA, ficou retida em Berlim em consequência dos atentados. A perspectiva de cada um/a é diferente, pois é influenciada pela personalidade de cada autor/a e pelo maior ou menor distanciamento em relação ao acontecimento em si. Nos seus ensaios sobre os EUA, Sontag e Vidal evidenciam uma particularidade interessante: Vidal, que tinha estado mais afastado dos EUA, vivendo (pelo menos durante metade do ano) na Europa até 2005, centra a sua análise sobretudo na política interna dos EUA, ao passo que Sontag, que viveu nos EUA a maior parte da sua vida (embora viajando muito), se preocupa com a política externa americana e com as imagens que os EUA projetam para o exterior, especialmente para a Europa. Vidal, o exilado voluntário, confessa, em *Point to Point Navigation. A Memoir* (2006), que a distância física e mental dos EUA e da América imaginada o levam a ter uma visão mais ampla e objetiva da sua pátria. Vidal afirma-se patriota; Sontag, não. Esta autora, por oposição a Vidal, centra a sua atenção nas imagens da América e dos EUA na produção intelectual e artística nacional e sobretudo europeia.

É de realçar ainda que Didion e Sontag não parecem estar atentas às Américas reais e minoritárias que reivindicam o seu lugar (de direito) nos EUA e na vasta América imaginada. Estas intelectuais não colocam o seu poder crítico ao serviço dos outros temas maiores que ainda afligem os EUA no dealbar do século XXI, os problemas sociais (nomeadamente a pobreza e o racismo) e que podem, ainda que hipoteticamente, desencadear outras formas de terrorismo. Gore Vidal aborda essas questões em curtos trechos e alusões generalistas em raros artigos de jornais, mas não lhes dedica tempo de reflexão e fervor crítico substancial.

Deste modo, estas três ‘vozes atentas’ canalizam toda a sua energia para “We the People”, um coletivo unido à volta de valores e direitos fundamentais. Todavia, os autores não definem este ‘coletivo’ e evitam dividi-lo por várias Américas. Estão contudo perfeitamente cientes de que a pobreza e o racismo são matérias fundamentais para o bem-estar e o

equilíbrio dos EUA e que requerem um tratamento muito sensível e complexo. Vidal, Sontag e Didion preferem olhar para o problema de uma outra América imaginada, imperialista e possuída pelo espírito da guerra ao terrorismo, entendendo, deste modo, os EUA como uma entidade constituída por pessoas diferentes, mas unidas pela América. Estes pensadores consideram ainda que a esmagadora maioria dos seus cidadãos está sob o julgo de uns “happy few”, que regulam e decidem o futuro da nação. Estas elites são compostas pelos governantes, os grupos de pressão (indústrias e empresas), a quase totalidade dos meios audiovisuais e de comunicação, a imprensa escrita (incluindo os *pundits* e alguns intelectuais públicos), os bancos e as empresas financeiras, metaforicamente oriundas do “mundo de Wall Street” e do “mundo de Hollywood” – as quais Vidal designa conjuntamente por “Corporate America”, como já mencionei.¹³⁵ Vidal, Sontag e Didion propõem uma visão binária: “eles” (o governo e os grupos de pressão) contra o sujeito coletivo (“We the People”, sem distinção de classe, raça ou etnia), com certeza mais efetiva por ser menos heterogénea e, logo, menos complicada do que a real imagem de “the People” – várias classes sociais, minorias étnicas, minorias sexuais e sensibilidades. Neste ângulo, as conclusões destas ‘vozes atentas’ são incompletas e, quiçá, parciais. Contudo, para abordar as questões de fundo da sociedade americana, os três autores têm que manter a sua análise dentro dos limites e na lógica da maioria representativa. Esta é composta pelo conjunto de cidadãos americanos que não faz parte das ditas elites, os “average Americans” lideradas pelo governo americano e, mais especificamente, pelos grupos de pressão económicos e financeiros. Assim, nos ensaios de Vidal, Didion e Sontag (no último caso, de forma inconstante) surge o sujeito coletivo plural “we” inclusivo, que, por sua vez, se desdobra em dois grupos. O primeiro uso do sujeito coletivo plural estabelece a relação de pertença à massa homogénea dos cidadãos comuns dos Estados Unidos – “We the People” –, e inclui o sujeito singular do cidadão americano livre: o segundo uso do sujeito coletivo plural

¹³⁵ Gore Vidal advoga que a empresa cinematográfica tem tido um papel de sobremaneira preponderante na consolidação e disseminação dos modelos ideológicos e socioculturais e conceitos de fantasia americanos pelo mundo fora.

refere o governo americano e os grupos de pressão anteriormente designados. Na opinião destes autores, o primeiro sujeito plural inclusivo tem de se manter afastado do plano de exclusão do segundo, já que este coloca em perigo a sua liberdade, alegando a sua proteção.

O ‘11-de-setembro’ visou ambos os grupos definidos pelo sujeito plural: toda a sociedade americana, na sua inteira diversidade, foi atingida nesse dia. Contudo, as primeiras vítimas do clima de terror imposto pelo governo de George W. Bush foram os cidadãos americanos que professam o islão ou apenas têm um sobrenome “muçulmano”. Gore Vidal inicia o seu ensaio “Black Tuesday” com a inserção da perspetiva do Outro (islamita) no título: “Black Tuesday”. Não é o “Black Tuesday” (“Stock Market Crash”) que ditou o início da era da Grande Depressão nos Estados Unidos, no 29 de outubro de 1929, que este título refere por analogia lexical e semântica. Ao arrepio da tendência narcisista dos EUA de se arrogar a primazia e propriedade dos interesses mundiais, “Black Tuesday” remete, ironicamente, para um elemento cultural e civilizacional que não é americano. Gore Vidal, desta feita, descentra, somente por uns parágrafos, a atenção dos EUA para a focar num preceito da cultura do mundo islâmico:

According to the Koran, it was on Tuesday that Allah created the darkness. Last September, when suicidal pilots were crashing commercial airliners into crowded American buildings, I did not have to look to the calendar to see what day it was: Dark Tuesday was casting its long shadow across Manhattan and along the Potomac River. I was also not surprised that despite the seven or so trillion dollars that we have spent since 1950 on what is euphemistically called “defense,” there would have been no advance warning from the FBI or CIA or Defense Intelligence Agency. (2002, 417)

Vidal retrata uma América que tem, ao longo de décadas, provocado o mundo islâmico e explorado certos povos da zona do Médio-Oriente, através de métodos deploráveis.

Cansados deste tipo de ação, alguns povos e grupos de cidadãos daquelas regiões optaram pela retaliação e os EUA são atacados. Susan Sontag reage negativamente a este pressuposto, que, aparentemente, invoca a teoria do choque de civilizações de Samuel. P. Huntington: “[N]either do I think that America has been provoking the Islamic world for years. America has behaved brutally, imperially, in many countries, but it is not engaged in any overall operation against something that can be called ‘the Islamic world’” (2007, 113).

O desvio da atenção de Vidal sobre o Outro (neste caso, os povos do Médio Oriente) é circunscrito à referência a “Black Tuesday” e o texto não volta a aproximar-se da teoria huntingtoniana. A inclusão da visão do Outro funciona como o pretexto para recentrar a crítica no governo dos EUA. O excerto comprova o quão duplamente enegrecida é aquela terça-feira: a cor preta associada às mortes e o simbolismo remetendo para a ignorância e o erro humano. O governo de George W. Bush e as agências credenciadas de segurança e informação nacionais falharam por inação, desconhecimento e desrespeito pelas leis, que, alegadamente, asseguram a proteção de todos os cidadãos americanos.¹³⁶ Vidal diz-se não surpreendido pelo ‘11-de-setembro’, pois está convicto de que, desde o final da II Guerra Mundial, os governos e grupos de pressão americanos seguem um plano minucioso (que cabe na imprecisa noção de imperialismo americano), cuja meta é impor os valores, bens, mercados e ideais americanos, através da persuasão e da guerra. A quem? Não apenas aos americanos (a quem Vidal se dirige quando usa “you”, o leitor americano, em primeiro lugar), mas igualmente ao resto do mundo ocidental (em especial à Europa), em troca de alianças, acordos e autorizações económicas, comerciais e geoestratégicas:

¹³⁶ Vidal é extremamente crítico quanto às atitudes do FBI (Federal Bureau of Investigation) e da CIA (Central Intelligence Agency), pois acha que as duas agências têm prejudicado os cidadãos, violando alguns dos seus direitos. Como as agências não interagem uma com a outra, também têm colocado em perigo a própria nação americana. Neste sentido, os críticos de Vidal acusam-no de disseminar mais uma teoria da conspiração. No entanto, Jean Baudrillard, no seu ensaio “Power Inferno”, também denuncia o serviço deficitário prestado aos cidadãos americanos e não-americanos pelas duas agências suprarreferidas.

For several decades, there has been an unrelenting demonization of the Muslim world in the American media. Since I am a loyal American I don't have to tell you *why* this has taken place, but then it is not unusual for us to examine why *anything* happens; we simply accuse others of motiveless malignity. "We are good," G. W. proclaims, "They are Evil," which wraps that one up in a neat package. (2002, 418)¹³⁷

No Médio Oriente, uma região-armazém de petróleo, entre outros recursos fundamentais à economia dos EUA, o plano é alterado: é forjado para manter e gerir tensões, manipular os líderes locais e nacionais, enfraquecer a região, social e politicamente, e fomentar conflitos bélicos. Esta visão maquiavélica do governo americano de George W. Bush e dos seus antecessores é, de igual modo, subscrita por Susan Sontag e Joan Didion, que concordam com Vidal, quando este afirma que alguns decisores americanos estão convictos de que os EUA representam o Bem (na sua faceta mítica de povo eleito), logo, não praticam o Mal.

Vidal, Sontag e Didion comungam da crença de que, nos últimos sessenta anos, os governos americanos ('1 percent') têm conseguido convencer a maioria dos seus representados (os cidadãos) de que tudo é feito em nome dos valores exclusivamente americanos da "liberdade" e "democracia", quando os verdadeiros motivos são o lucro de alguns e a vaidade nacional: "too, assiduously served the 1 percent that owns the country while allowing everyone else to drift" (2002, 422). Didion descreve este período de enganos em poucas linhas e de uma forma contundente: "Sixty years of making promises we had no way of keeping without breaking the promises we'd already made. Sixty years of long-term conflicting commitments, made in secret and in many cases for short-term political reasons. Sixty years that tend to demystify the question of Israel" (2003, 22).

¹³⁷ Itálico no original.

Neste ensaio, estão inseridos os elementos constitutivos da narrativa da América imaginada de Vidal, mormente política e societal. Esta história descreve uns Estados Unidos “da Amnésia”, uma América imperialista (violação das leis e imposição de leis contra a vontade dos seus cidadãos e dos cidadãos de outras nações, guerra e mercados), numa guerra perpétua, em prol de uma “paz perpétua” (*hubris*, excecionalismo americano, “Manifest Destiny”, “guerra justa” e “guerra preventiva”). Na ótica de Gore Vidal, o ‘11-de-setembro’ prefigura uma oportunidade única (ainda que funesta) para o governo de George W. Bush pôr em execução planos antigos, incentivado pelos ideais de alguns dos seus elementos neoconservadores.¹³⁸ A terça-feira é sombria, mas os dias seguintes são-no ainda noutro sentido: um período de terror é inaugurado, justificado por medidas securitárias restritas e um controlo maior da vida e, inclusive, dos pensamentos dos cidadãos americanos: “In any case, never before in our long history of undeclared unconstitutional wars have we, the American people, been treated with such impish disdain” (2002, 420). A ‘voz atenta’ de Vidal alerta precisamente para o facto de que as liberdades dos cidadãos americanos, no período em estudo, são profanadas, num total desrespeito pelas leis e pela Constituição, pelos valores e pelos ideais fundadores dos EUA, abrangidos pelo americanismo.¹³⁹

Vidal recorre aos seus conhecimentos de história para lembrar que não foi em vão que o líder dos talibãs empregou o termo de “Cruzader Zionist Alliance” para referir o “grande Satã” (EUA). Na opinião de Vidal, bin Laden vinga o espírito de Saladino que, no século XII, cede Jerusalém aos Cristãos. Os termos da analogia são discutíveis, mas Vidal quer deixar claro que os americanos são vítimas dos erros e das alianças moralmente duvidosas que os seus governantes têm feito num passado não muito remoto e continuam a fazer:

¹³⁸ Richard Cheney, Donald Rumsfeld, Paul Wolfowitz e Condoleeza Rice são os nomes mais conhecidos entre os “Neocons”, que Vidal designa nos seus ensaios como “Pentagon Junta”.

¹³⁹ Esta profanação ocorre, segundo Vidal, anos antes do “Black Tuesday”, desde a aplicação de medidas tomadas por William J. Clinton. Na análise de Vidal, Clinton ao implementar o “Anti-Terrorism and Effective Death Penalty Act”, suspende o *habeas corpus*, que Vidal considera ser “the heart of Anglo-American Liberty” (2002, 423). Nesta ótica, Clinton instaurou um Estado policial nos EUA.

It seems forgotten by our amnesiac media that we once energetically supported Saddam Hussein.... Overnight our employee became Satan – and so remains.... Our imperial disdain for the lesser breeds did not go unnoticed by the latest educated generation of Saudi Arabians, and by their evolving leaders, Osama bin Laden, whose moment came in 2001 when a weak American president took office in questionable circumstances. (2002, 424)

O ‘11-de-setembro’ marca o início de um período de trevas, de regresso a um tipo de sociedade pré-democrática, um estado de ditadura camuflada. Por isso, para Vidal, o ‘11-de-setembro’ constitui para o governo americano um argumento de salvo-conduto para impor à população americana (e aos outros povos) formas de terrorismo não armado, muito mais difíceis de discernir e provar, impedindo o direito ao contraditório por parte dos cidadãos. Vidal confessa ter mais receio deste estado de terror – mais próximo do significado atribuído a “*la Terreur*” – e das consequências daí decorrentes para o povo americano do que de prováveis futuros ataques terroristas. Vidal desconfia das forças especiais americanas treinadas para lutar contra o inimigo, seja ele ou ela estrangeiro/a ou americano/a, temendo um resvalar para um estado de policiamento, um controlo dos cidadãos antidemocrático e, no caso, totalmente antiamericano. Esta desconfiança está patente na analogia que o autor traça entre “Imperial America” e “Roma imperial”, já que as atuais forças armadas dos EUA lembram a guarda pretoriana otaviana, fiel apenas ao Imperador: “Swat team can now be used to go after suspect Arab Americans, or indeed, anyone who might be guilty of terrorism, a word without legal definition (how can you fight terrorism by suspending habeas corpus since their corpses released from prison are already locked up?) ” (2002, 423). Ora, este controlo policial é legitimado no estado de exceção, tal como definido por Agamben.

Repetidamente e em vários ensaios, Vidal aborda a questão da existência latente de um estado de exceção perene nos EUA, cujas formas de manifestação oscilam entre o subtil e o

espectacular (como no caso do “Waco Siege”, em 1993).¹⁴⁰ Para Vidal, este estado de exceção corresponde a um estado de terror em potência: “Once alienated, an “unalienable right” is apt to be forever lost, in which case we are no longer even remotely the last best hope of earth, but merely a seedy imperial state whose citizens are kept in line by SWAT teams and whose way of death, not life, is universally imitated” (2002, 427).

Vidal é particularmente incisivo no que concerne à denúncia da violação do artigo primeiro da Constituição – a não aplicação do *habeas corpus* – referido por Agamben “[T]he privilege of the Writ of Habeas Corpus shall not be suspended when in Cases of Rebellion or Invasion the public Safety may require it” (2005, 20). Vidal e Didion consideram como sendo excepcional e ilegítimo este reforço dos poderes presidenciais, não consagrado na Constituição. Para Didion, Sontag e Vidal, é claro que o estado de terror doméstico é legitimado por um governo que viola a Constituição americana e os valores de liberdade presentes no consenso americano. Este uso extensível e manipulado de uma figura legal (e para outros extra-legal) do estado de exceção possibilita um estado de terrorismo interno e esta possibilidade constitui, para os autores citados, uma violação da Constituição e torna-se numa medida claramente antiamericana. Para estes autores, nada, nem ninguém, se sobrepõe às leis e à Constituição, o garante de vida democrática e de liberdade de pensamento do sujeito coletivo americano.

Gore Vidal cita o conceito que ele próprio cunhou – “the enemy of the month club” – que alude à frequente invenção de inimigos fictícios por parte dos governos americanos. Vidal demonstra que não usa o discurso da falsa modéstia, uma atitude que, para alguns dos seus

¹⁴⁰ “Waco Siege” é, aliás, o caso paradigmático do excesso de violência e do abuso na aplicação do estado de exceção, na interpretação de Gore Vidal. Este autor faz múltiplas referências ao “Waco Siege” em vários ensaios. Perante a incapacidade das autoridades locais em lidar com o caso da presença indesejada dos membros da seita davidiana, liderada por David Koresh, o FBI montou um *raid* que durou cinquenta e um dias e resultou na morte de 76 pessoas, entre as quais 24 cidadãos britânicos, mais de 20 crianças e duas mulheres grávidas. O ataque foi coberto pela comunicação social (a CNN chegou a entrevistar o líder da seita). Os motivos que originaram esta operação são complexos; foram objeto de um aceso debate na sociedade americana e na Europa, em particular por causa do direito à posse de armas, um assunto que, ainda nos dias atuais, divide profundamente os continentes americano e europeu.

críticos revela o seu “superego”. Qualquer que seja a opinião sobre a forma, importa constatar que Vidal ‘voz atenta’ precisa de se repetir sobre algo em que já meditou: que os EUA já esqueceram ou que o sujeito coletivo plural ainda não viu e ouviu o que o sujeito Vidal apurou. No excerto seguinte, esboça-se o diálogo sobre uma atitude militarmente imperialista desenvolvida pelos EUA, no final do segundo conflito mundial:

Since V-Day 1945 (“Victory over Japan” and the end of World War II), we have been engaged in what the historian Charles A. Beard called “perpetual war for perpetual peace.” I have occasionally referred to our “enemy of the month club”: each month we are confronted by a new horrendous enemy at whom we must strike before he destroys us. I have been accused of exaggeration.... You will note that the compilers, Federation of American Scientists, record a number of our wars as "ongoing," even though many of us have forgotten about them. (2002, 428)

O ensaio “Black Tuesday” estende-se por mais vinte e duas páginas, nas quais estão descritos e ordenados todos os conflitos e as guerras nas quais os EUA estão, ainda, envolvidos.¹⁴¹ Todavia, Vidal não revela de uma forma completa as fontes na base desta lista. O humor negro e a ironia, omnipresentes na escrita ensaística vidaliana, marcam o fim deste ensaio: “In these several hundred wars against Communism, terrorism, drugs, or sometimes, nothing much, between Pearl Harbor and Tuesday, September 11, 2001, we tended to strike the first blow. But then we’re the good guys, right? Right” (2002, 448). O sujeito plural que encerra este ensaio não corresponde a um sujeito plural inclusivo.

Susan Sontag redigiu quatro artigos cujo denominador comum é o ‘11-de-setembro’: o primeiro, já mencionado, é o texto sem título publicado na edição impressa da revista *New Yorker*, a 24 de setembro de 2001. Os três outros são objeto dos parágrafos que se seguem: “9.

¹⁴¹ Os conflitos são ordenados, segundo as poucas referências de Gore Vidal, pela “Federation of American Scientists” por zonas/continentes, local de atuação, nome da intervenção, datas e meios americanos envolvidos.

11.01” (2007), “A Few Weeks Later” (2001) e “One Year Later” (2002). Na sequência da publicação do primeiro texto, lembro que Sontag foi severamente criticada pelos seus pares, sobretudo americanos. A autora sustinha que os terroristas não eram cobardes e deixava entender que os EUA, ou alguém nos EUA, tinham responsabilidade moral pelo que acontecera e que estes sim eram cobardes.

Susan Sontag reviu e corrigiu os seus textos ao longo da sua vida. Na edição póstuma de *At the Same Time: Essays and Speeches*, o seu filho, David Rieff, explica no prefácio que Sontag pediu que fosse inserido o texto (com título) “9. 11.01” e não o artigo da *New Yorker*, pois Sontag preferia esta nova versão, mas sem explicar a razão. Porém, em “A Few Weeks Later” (há ainda outra análise do acontecimento, em “One Year Later”) – a autora comenta esta sua escolha.¹⁴²

[I] spent nearly all the next forty-eight hours in front of the screen, mainly watching CNN, before returning to my laptop to dash off a diatribe against the inane and misleading demagoguery I had heard disseminated by American government and media figures. (This first text published in the *New Yorker*, and fiercely criticized here in the United States, was of course, only a first, but unfortunately all too accurate an impression). (2002, 108)

Sontag conclui que o “massacre do 11 de setembro de 2001” foi um ataque ao mundo real, ao mundo da modernidade, ao capitalismo e não uma vingança, em nome das vítimas palestinianas ou de outras confissões religiosas. Na citação seguinte, as palavras de Baudrillard sobre a realidade e as razões que ele invoca para explicar o assalto ao ‘sistema’ encontram eco nas de Sontag:

The attack was real. It was an attack on modernity (the only culture that makes possible the emancipation of women) and, yes, capitalism. And the modern

¹⁴² O texto “One Year Later” foi publicado pela primeira vez no *New York Times*, a 10 de setembro de 2002, com o título de “Real Battles and Empty Metaphors”.

world, our modern world, has been shown to be seriously vulnerable. An armed response – in the form of a complex and carefully set of counterterrorist operations; not a war – is necessary. And justified. (2002, 114)

O que leva Joan Didion a publicar, em maio de 2003, um pequeno livro – *Fixed Ideas. American Since 9.11* – composto essencialmente (à exceção do prefácio) pelo artigo que publicou quatro meses antes, na *New York Review of Books* e intitulado “Fixed Opinions, or The Hinge of History”?¹⁴³ São várias as respostas possíveis e todas compatíveis.

Joan Didion encontra-se em Nova Iorque no dia 11 de setembro de 2001. Todavia, inicialmente, a ‘voz atenta’ Joan Didion não exterioriza os seus sentimentos, mas afirma viver num estado de coma: “But – like most of us who were in New York that week – I was in a kind of protective coma, sleepwalking through a schedule made when planning had still seemed possible” (2003, 4). Contudo, está atenta à voz de uma América calada e ignorada por outras Américas (muitos dos seus concidadãos). Didion observa igualmente a América das ‘ideias fixas’, revelada pelos seus pares (cidadãos) – a América do governo de George W. Bush:

All I can say about the rest of that evening, and about the two weeks that followed, is that they turned out to be nothing I had expected, nothing I had ever before experienced, an extraordinarily open kind of traveling dialogue, an encounter with an America apparently immune to conventional wisdom.... These people to whom I was listening – in San Francisco and Los Angeles and Portland and Seattle – were making connections I had not yet in my numbed condition thought to make: connections between that political process and what had happened on September 11, connections between our political life and the shape our reaction would take and was in fact already taking. These people

¹⁴³ Joan Didion, “Fixed Opinions, or The Hinge of History”, *The New York Review of Books*, 16 de janeiro de 2003, Web, 19 de janeiro de 2012, <<http://www.nybooks.com>>. Este texto baseia-se na palestra dada na New York Public Library, em novembro de 2002.

recognized.... These people understood.... These people got it.... They didn't like it.... They stood up in public and they talked about it. (2003, 6)

Em 2002, Didion resolve exteriorizar as suas opiniões e sentimentos, oralmente, num local simbólico (a Biblioteca Pública de Nova Iorque), num evento aberto ao público, na cidade ferida; mais tarde, partilha as suas impressões também com o seu público habitual, os leitores da *New York Review of Books*. Trata-se de um público supostamente formado por pessoas com um nível avançado de instrução, atento à cultura e sociedade americanas, curioso e com vontade de aprender mais sobre si (nova-iorquinos ou não, cidadãos americanos em geral) e o resto do mundo. Esta sequência de acontecimentos impele Didion a ser ouvida e depois lida com atenção redobrada quanto à amplitude do seu público: a América que tem por hábito comprar e ler livros, um público, apesar de tudo, selecionado. Didion pensou a publicação subsequente do seu texto ao pormenor. Para melhor aliciar um público, mais vasto e heterogéneo, o texto é acompanhado pelo supra mencionado *design* simbólico e por um prefácio, assinado pelo ponderado crítico Frank Rich. O livro como objeto físico representa, pois o empenho da 'voz atenta' na divulgação da sua perspetiva.

Joan Didion apresenta-se como uma cidadã frustrada, que se sente tratada desrespeitosamente pelo seu governo e constata que este desrespeito se aplica a todo o povo americano, reproduzindo o teor das palavras já citadas de Vidal, em "Black Tuesday": "[N]ever before... have we, the American people, been treated with such impish disdain" (2002, 420). Como já referi, Didion, por motivos profissionais, viaja pelos EUA e apercebe-se de que existem americanos que, possivelmente sem terem lido as palavras de Susan Sontag, não estão a pensar e a agir de uma forma 'estúpida'.¹⁴⁴ Didion refere os conflitos que agitam e opõem certos grupos, assim como os intelectuais públicos e da academia americana: como se digladiam, nas colunas de jornais e em blogues, com teorias (algumas pseudo-) intelectuais

¹⁴⁴ Joan Didion acabara de publicar *Political Fictions*, no ano 2000, e encontrava-se a promover esta obra pelo país fora, quando ocorreu o '11-de-setembro'.

para interpretar o acontecimento.¹⁴⁵ Neste ambiente acrimonioso entre os intelectuais da nação americana, cuja crítica é pública, Joan Didion destaca, por exemplo, o modo como, na sua ótica, Susan Sontag foi mal-interpretada. Didion não pretende defender Sontag, mas advoga as mesmas ideias do que ela, como a presença de ‘ideias fixas’ que afligem os EUA, bem como a falta de uma autoconsciência histórica e de uma autocrítica:

There was the open season on Susan Sontag – on a single page of a single issue of *The Weekly Standard* that October she was accused of “unusual stupidity,” of “moral vacuity,” and of “sheer tastelessness” – all for three paragraphs in which she said, in closing, that “a few shreds of historical awareness might help us understand what has just happened, and what may continue to happen”; in other words that events have histories, political life has consequences, and the people who led this country and the people who wrote and spoke about the way this country was led were guilty of trying to infantilize its citizens if they continued to pretend otherwise. (2003, 13)

O texto de Didion começa com uma nota de pessimismo, mas a autora resiste e coloca a sua acuidade intelectual ao serviço de “We the People”. Paralelamente a uma Joan Didion magoada, que procura a cura nas palavras, Didion – a *persona* crítica – expõe uma América irreduzível. Um certo otimismo, ainda que muito ténue, perpassa pelo ensaio. As ‘ideias fixas’ são denunciadas, a missão da cidadã Joan Didion está cumprida:

Only when I got back to New York did I find that people, if they got it, had stopped talking about it... I saw very few flags: at most, between 168th Street and 96th Street, perhaps a half-dozen. There were that many flags on my building alone. Three at each of the two entrances. I did not interpret this as an

¹⁴⁵ Roger Rosenblatt, Stanley Fish, William J. Bennet, Christopher Hitchens, Noam Chomsky, Donald Kagan e Paul Kennedy encontram-se entre os autores citados por Didion.

absence of feeling for the country above 96th Street. I interpreted it as an absence of trust in the efficacy of rhetorical gestures. (2003, 7)

De todas as ‘vozes atentas’, Joan Didion é a menos pública, porque menos mediatizada e conhecida de um vasto e heterogêneo público e audiência americanos. Todavia, a meu ver, é aquela que concede mais voz à opinião do povo americano – “We the People”. Embora o sujeito Didion atravessasse todo o ensaio, o seu relato centra-se e revela uma América dotada da capacidade de dissensão. Esta América é ignorada pela ala do poder executivo da “Corporate America” (tal como definida por Vidal) – a qual Didion designa metonimicamente por “Washington”, como já referi – e mantida afastada dos locais públicos, por constituir um óbvio foco de resistência ao megaprojeto de uma América imperial, bélica e forte. Joan Didion adianta que uma das ‘ideias fixas’ do governo americano é silenciar esta América que ousa questionar a política do governo:

Inquiry into the nature of the enemy we faced, in other words, was to be interpreted as sympathy for that enemy.... The possibilities of the Enlightenment vanished. We had suddenly been asked to accept – and were in fact accepting – a kind of reasoning so extremely fragile that it might have been based on the promised return of the cargo gods. (2003, 14)

A autora reproduz ainda o pensamento sontaguiano quando reflete sobre o teor fictício e os *clichés* relativos à restauração da coesão nacional, ao forjar de um consenso *ad hoc*, que Didion vê expressos na decoração de rua e nos conceitos reiterados pelos meios de comunicação audiovisual e nas conversas de anónimos:

On the contrary, I found that what had happened was being processed, obscured, systematically leached of history and so of meaning, finally rendered less readable than it had seemed on the morning it happened. As if overnight, the irreconcilable event had been made manageable, reduced to the

sentimental, to protective talismans, totems, garlands of garlic, repeated pieties that would come to seem in some ways as destructive as the event itself. We now had “the loved ones”, we had “the families,” we had “the heroes.” (2003, 8)

Didion e Sontag criticam negativamente tanto a infantilização da população, quanto a tentativa de ancorar o tal consenso numa nação ferida, pela construção de uma narrativa de contos de fadas, onde vários agentes se encontram numa lógica binária e redutora, entre o Bem e o Mal: os entes queridos, os heróis, ‘our troops’ contra os terroristas, o ‘eixo do Mal’, e os ‘rebeldes’. Esta narrativa torna-se singular e esta singularidade é perniciosa, pois não ajuda as pessoas a realocar-se no mundo real e a reencontrar um equilíbrio para prosseguir com a sua vida quotidiana. O governo americano, ao manter as pessoas num estado de exceção, priva-as das suas coordenadas de identificação no mundo em que vivem; esta forma de privação da realidade ou do acesso a estas coordenadas de localização psicossocial é, de uma certa forma, comparável às técnicas de tortura por privação do sono ou da ausência de percepção temporal e espacial, impostas aos detidos em muitos centros de detenção (Rejali 2009). Afinal, os cidadãos americanos estão, deste modo, a olhar a América por detrás das barras erigidas pelas ‘ideias fixas’, descritas por Didion e desenhadas na capa da edição do livro. Estão reduzidos ao estado do *Homo Sacer* (Agamben), colocados dentro e fora da lei, contra a sua vontade.

Referi que Susan Sontag insistia em manter uma distância dos demais pares intelectuais do seu país, revelando, deste modo, um individualismo fincado na gestão da sua ‘voz atenta’. Esta atitude tem origem não só na sua forte personalidade e altivez (na opinião dos seus críticos), mas também demonstra algumas diferenças na maneira de lidar com a publicação de pensamentos e ideais, nomeadamente entre os intelectuais americanos e os seus pares franceses. As dissemelhanças entre as elites intelectuais dos dois países persistem, mas,

nas duas últimas décadas, tem havido uma consonância cada vez maior entre o modo de ser intelectual e de agir publicamente em França e nos EUA. A vasta maioria dos intelectuais franceses opta pelo modelo individualista dos intelectuais americanos, na sua maneira de tornar públicos os seus pensamentos e trabalhos. Os intelectuais congregados à volta de Jean-Paul Sartre incarnam a última geração de intelectuais franceses solidários e unidos por uma causa política ou social (final de Maio-de-68). Desde então, os intelectuais franceses têm agido por conta própria e têm gerido a sua relação com o mundo da comunicação audiovisual com mais cuidado e em proveito próprio.

Os intelectuais americanos uniram-se, numa conjuntura invulgar, para assinar uma carta oficial enviada aos seus pares na Europa, como já mencionei. Todavia, esta foi a exceção que confirma a regra segundo a qual não existe, nem mesmo em redor do poderoso tema do ‘11-de-setembro’, um coletivo sólido de intelectuais americanos, de dentro ou fora do mundo da academia, que venha fazer frente a uma América mal gerida e mal aconselhada, é preciso uma liderança alternativa, num certo sentido. Os intelectuais americanos mantêm-se isolados e os que são ‘vozes atentas’ são-no em nome individual: a sua presença, se não for reiterada e trabalhada, desvanece-se rapidamente na massa maior denominada “cidadãos americanos”. A discreta Joan Didion, reputada jornalista e escritora, confirma este isolacionismo intelectual americano, igualmente evocado por Sontag e Vidal.

Todos estes diálogos virtuais valem, sobretudo, pelas questões que suscitam e as perspectivas que propõem. Cria-se, desta forma, um círculo virtuoso (e igualmente vicioso), no qual um novo processo inquisitivo intelectual é desencadeado, enriquecendo o objeto de estudo América. Estes mesmos diálogos que estimulam outros permitem, também, dinamizar (dando um novo alento) aos Estudos Americanos. Mais ainda: estes diálogos funcionam apenas se ocorrer um movimento de consenso e dissenso, no que toca à utopia americana. Para este efeito, os autores que apresentei, são dignos representantes deste processo de

(des)construção da nação americana, mas não são, certamente, os únicos. Usando as palavras de Lévy, estes críticos são algumas das estrelas que compõem a “galáxia” dos intelectuais, mas cujo brilho me parece ser especialmente intenso, logo, propício para iluminar o objeto de estudo que esta tese observa: a América.

Conclusão

Neste trabalho académico afirma-se que o intelectualismo constitui uma herança cultural e um meio, através do qual a América se constrói entre mudanças e continuidades, entre consenso e dissenso, entre acordos e desavenças. O intelectualismo serve de espelho e de guarda-memórias através dos quais a América olha por si e não somente para si. Estes intelectuais (os autores selecionados e ensaios de alguns dos estudiosos que cito) agem deste modo apesar da maioria dos americanos ser desconfiada em relação a outros cidadãos que se arrogam o direito de dizer da sua justiça, optando por uma “verdade” incomodativa, numa dimensão pública e sociopolítica, uma atitude que muitos estudiosos do americanismo consideram resultar do legado puritano. Fica demonstrado que, desde os primeiros povoadores até ao presente, os intelectuais americanos pretendem contribuir para a reposição do equilíbrio social, já que este assenta num sistema dinâmico, feito de consensos e dissensos, entre várias comunidades díspares. A existência de um conjunto de figuras americanas empenhadas na preservação e otimização de um intelectualismo diverso e diligente destrói, desta forma, a argumentação intelectualmente débil e desonesta de alguns intelectuais franceses que primam apenas pela incoerência e o preconceito.

Do lado francês desta análise comparativa transatlântica, surge muitas vezes como alvo principal o anti-intelectualismo, precisamente pela sua ligação ao americanismo. Mas são os próprios autores franceses aqui analisados a referir nalguns intelectuais franceses a presença do « mal de la nation », laborando também na construção nacional de « l’exception culturelle française » – um conceito político-protecionista cunhado pelos membros do Ministério dos Negócios Estrangeiros em 1993, o qual por vezes surge englobado na expressão mais lata de « diversité culturelle »; outros subscrevem « l’exception française », uma noção mais popular, centrada apenas no contexto económico e que não deve ser confundida com a anterior; outros operam ainda na dimensão mais lata e sem contornos

definidos do “franco-français”, uma expressão assaz recente.¹⁴⁶ Neste trabalho, os diálogos entre os intelectuais franceses e americanos tecem-se, harmónica e sincronicamente, à volta dos temas – imperialismo, excecionalismo, terror e estado de exceção – que, em geral, quase automaticamente despoletam uma reação de antiamericanismo da sua própria nação. No entanto, as perspetivas sobre os assuntos perenes do americanismo são objeto de uma atenção extrema, como o comprovam a produção crítica e diversa, elaborada pelos intelectuais das duas nações e, particularmente, de estudiosos franceses empenhados numa análise mais equilibrada, menos passional, mais cartesiana e objetiva da sociedade americana. Estes intelectuais aproveitam o seu estudo da América e dos EUA, não só para aprofundar os seus conhecimentos sobre aquela sociedade e o seu projeto de construção da nação como, de um modo ponderado, para interrogar o da sua nação. Evitam, assim, o vão ímpeto de uma análise infrutífera, limitada a reforçar uma singularidade, que mais não faz do que replicar o excecionalismo americano.

É, de igual forma, significativo realçar que estes diálogos transatlânticos ocorrem num momento de tensão entre os dois países, a propósito da intervenção americana no Iraque, e de uma tensão generalizada por causa do grau elevado de alerta em relação ao terrorismo. A sua ocorrência demonstra o grau de atenção e a capacidade de reação intelectual em ambas as sociedades, apesar das divergências dos seus representantes e de perspetivas intelectuais dissimilares. Do ponto de vista da construção intelectual da América, esta tese atesta da manutenção de um estado de observação racional sobre o objeto em estudo. Todavia, também não posso deixar de assinalar alguns desabafos que, inadvertidamente, acontecem por causa da pressão social à qual os intelectuais estão submetidos. Apesar disso, produzem textos nos

¹⁴⁶Desde meados da primeira década do século XXI que o neologismo “franco-français” tem sido recorrente, mormente, nos meios de comunicação audiovisual franceses. Esta denominação tem como objetivo estabelecer uma diferença cultural, singularizando a França e os DROM-COM (“départements et régions d'outre-mer - collectivités d'outre-mer”), destacando-a das demais regiões/países/áreas do globo onde a língua francesa é usada, ainda, como língua-mãe ou língua veicular: algumas zonas na Bélgica e na Suíça; os ex-países colonizados no continente africano, o Québec; a Polinésia Francesa, o Haiti, a Guiana Francesa, o Vietname e alguns ilhéus no Pacífico e áreas no Sul da Índia (Pondichéry).

quais uma visão crítica refletida se sobrepõe ao discurso emocional e de circunstância, que abunda nos meios de comunicação social e audiovisual, nas suas respectivas nações e no resto do mundo. Os intelectuais em estudo consideram que a empatia tem um tempo limitado e tem de ser, de forma célere, seguida por uma análise distanciada e crítica da situação a fim de encontrar respostas para um futuro próximo. Somente a figura do intelectual e, mais ainda, a ‘voz atenta’, dialoga em simultâneo com o Outro, no contexto em que se encontra e na sociedade em que se move, sem perder o enfoque.

Assim se comprova que as relações franco-americanas, objeto de múltiplas e cuidadosas análises de cariz académico, fomentam oportunidades de revisão, de reequacionamento, de procura de novos equilíbrios da sua própria identidade sociocultural enquanto nações, no “olhar” uma da Outra. Esta atenção e observação mútua e detalhada são desenvolvidas principalmente pelos intelectuais, fora e dentro do mundo académico, já que no dia 12 de setembro de 2001, não apenas a América, mas igualmente a França acordaram para a necessidade de uma reavaliação das suas agendas e valores ditos “nacionais”. O presente trabalho assinala que a expressão escrita das ‘vozes atentas’ e de outros intelectuais não foi menos empolgante e viva do que os discursos dos seus concidadãos e representantes políticos, proferidos em organizações internacionais e no quadro de diálogos intergovernamentais. Os discursos dos intelectuais, em teoria, não são sujeitos à pressão das regras diplomáticas e ao jogo de equilíbrios políticos para se alcançar um acordo de princípio em matérias de geopolítica e estratégia e, por isso, tratam dos assuntos de uma forma mais transparente e isenta. As ‘vozes atentas’ e os diálogos transatlânticos que foram apresentados respondem ao repto presente nas palavras de Susan Sontag, que coloquei em epígrafe no início deste trabalho: “Let's by all means grieve together. But let's not be stupid together”.

É necessária, neste ponto, uma breve observação sobre o estado dos Estudos Americanos em França, no período em análise. Porém, o relatório mais recente disponível

online data de antes do ‘11-de-setembro’. O “Rapport sur les études nord-américaines” foi publicado por Jean Kempf, a 25 de março de 2001.¹⁴⁷ Este relatório de autorreflexão e avaliação dos Estudos Americanos franceses abrange o período entre 1995 e 2000. É composto por análises objetivas e provas documentais diversas (relatórios *ad hoc*, grelhas e dados estatísticos) e preconiza, entre outras sugestões de melhoria dos Estudos Americanos em França, a organização de umas jornadas para reflexão sobre a investigação francesa dedicada à América e aos EUA a ter lugar antes do fim de março de 2003. Todavia, não consta *online* nenhuma ata destas “assises” pelo que infiro que, pese embora o carácter de urgência que lhes foi imputado, este encontro não ocorreu. As mudanças nas relações internacionais após o ‘11-de-setembro’ ditaram, talvez, outras escolhas temáticas e prioridades.

Jean Kempf sublinha que tem havido uma procura crescente de um debate refletido sobre a sociedade norte-americana, solicitado pelos vários meios socioculturais e intelectuais franceses, mas que, na prática, a falta de recursos materiais (livros, assinaturas de revistas, bibliotecas e bases de dados especializadas) e a escassez dos apoios e recursos financeiros (fundos governamentais; bolsas privadas e públicas) têm prejudicado a qualidade e a quantidade das reflexões publicadas pelos americanistas franceses, dentro e fora da universidade. Quanto aos recursos humanos, Kempf não nega que prevaleceu no *milieu* americanista francês, durante anos, um complexo de inferioridade, pois muitos americanistas franceses sentiam-se intimidados face à quantidade avultada e a reconhecida qualidade da investigação norte-americana (5). O autor salienta também a falta de coordenação interna e a gestão muito centralizada dos recursos humanos franceses dedicados à investigação da sociedade norte-americana. Assim, as universidades maiores, dado o seu arregado poder institucional, “abafam” os contributos dos polos e centros de estudos mais pequenos, os quais agregam, por vezes, investigadores mais jovens, afetos às áreas de estudo atuais e pouco

¹⁴⁷ Jean Kempf ensina a cadeira de “civilisation américaine” na Universidade Lumière, Lyon 2.

escrutadas. Existe, igualmente, um controlo apertado das universidades no que toca à quantidade de disciplinas anglísticas a alocar em cada pólo universitário. Kempf lamenta que o eco dos contributos sobre os EUA a nível europeu, internacional e norte-americano, publicados pelas revistas francesas, seja pouco significativo. Este académico francês sublinha que a carência de recursos financeiros impede as deslocações de investigadores franceses aos EUA, sendo estas estas para investigação e estabelecimento de conhecimentos interpessoais e interinstitucionais indispensáveis para exponenciar a quantidade de trabalhos de investigação publicados pelas editoras e imprensas universitárias norte-americanas. Kempf admite que também muitos investigadores franceses insistem em usar o francês como língua de redação de artigos e livros. Esta escolha é duplamente adversa para a investigação: por um lado, uma maior difusão da mesma está comprometida, e por outro, a resposta crítica, geradora de mais-valia para a continuação da investigação, torna-se circunscrita.

Por fim, o autor lamenta a “singular” ausência dos “Cultural Studies” (Kempf não usa nenhuma tradução desta expressão em língua francesa) no panorama das disciplinas ministradas no âmbito dos Estudos Americanos em França (8). Kempf infere que os académicos franceses temem a mistura de disciplinas, a atribuição e difusão de significados culturais e nacionais: são precisamente as bases nas quais se alicerça esta disciplina originária do mundo académico anglo-saxónico. No entanto, parece-me que esta observação é contrariada pela atitude dos cidadãos franceses em geral, e em particular pelos intelectuais, dentro e fora dos meios académicos, pois é extrema e constante a atenção e interpretação crítica presente nos inúmeros relatos, observações e contributos relativos à América e aos EUA, muitos dos quais se inserem no quadro dos “Cultural Studies”. Contudo, se a academia e os intelectuais, em particular, e os franceses, em geral, praticam os “Cultural Studies”, não lhes atribuem suficiente interesse em termos teóricos.

Kempf tem, todavia, uma visão bastante otimista quanto ao futuro dos Estudos

Americanos em França, já que estes ultrapassaram uma profunda crise de identidade gerada, em parte, pela onda de antiamericanismo que assolou negativamente o meio, entre os anos 60 e 80, levando a uma produção e atitude defensivas por parte da investigação francesa, em vez de uma reflexão proativa e livre. Os Estudos Americanos em França encontram-se, assim, em franco crescimento, apesar das privações que elenquei anteriormente. Kempf fala do dinamismo que permeia os Estudos sobre as Américas em França, já não dominados apenas pela observação da realidade canadiana (5).

Deste modo, Kempf menciona a existência e os objetivos das três grandes associações nacionais ao serviço deste dinamismo dos Estudos Americanos em França: a *Association française d'Études Américaines* (AFEA), a *Association française des Études Canadiennes* (AFEC) e a *Société d'Études Nord-Américaines* (SENA), um grupo de investigação sobre civilização americana, criado em 1988 por historiadores, geógrafos e politólogos. O objetivo destas três entidades é difundir informação, orientar os doutorandos na sua pesquisa académica, publicar revistas como, por exemplo, a *Revue française d'Études Américaines* e a *Transatlantica* e, por último, fomentar a organização de congressos e colóquios.¹⁴⁸ Comprova, assim, esta mudança reflexiva que se quer livre de preconceitos e complexos de inferioridade e de superioridade interdisciplinares que desgastaram a reflexão intelectual e académica transatlântica no final do século passado.

Este estudo é um bom complemento para entender o interesse pelos estudos americanos em França e talvez seja desejável uma nova avaliação desta área de estudos neste país, num formato semelhante ou diferente do anterior, pois o '11-de-setembro' decerto desafiou os americanistas franceses a dar novas interpretações ao seu objeto de estudo. O dinamismo do antiamericanismo e o *engouement* por parte dos especialistas franceses em relação ao estudo deste fenómeno já não são tão prementes. Este relatório revelou-se, de facto,

¹⁴⁸ A criação da *Revue française d'Études Américaines* data de 1976. A *Transatlantica* foi criada por Jean Kempf em 2001, no ano de publicação do presente relatório. Esta revista surge bianualmente e é composta de artigos redigidos em francês e inglês. A *Revue française d'Études Américaines* foi criada em 1976.

muito útil para o meu estudo: saber mais acerca do modo como os Estudos Americanos são encarados, geridos e desenvolvidos noutras sociedades e culturas, é indispensável para avaliar de uma forma mais abrangente a influência e o estado da arte desta área de estudo trans- e interdisciplinar.

Estes diálogos transatlânticos desafiam, de igual modo, uma certa tendência hegemónica no meio académico francês, que versa o antiamericanismo, em geral, e o antiamericanismo francês, em particular. Assim, este trabalho foca os objetos de estudo principais dos Estudos Americanos, a América e os EUA, e não participa ativamente no aprofundamento do estudo da nação francesa. Com efeito, o estudo académico do antiamericanismo francês tem sido arrastado neste efeito *boomerang*, consciente ou inconscientemente e tem colocado, desta feita, a América na margem e a França no centro, quando a própria designação da disciplina remete para o mundo sociocultural norte-americano. Esta possibilidade de descentramento em relação a uma coordenada predefinida constitui, indiscutivelmente, um dos pontos críticos presentes em qualquer análise comparativa. É necessário, em consequência, estabelecer um equilíbrio crítico na análise comparativa sociocultural entre estas duas nações. Este trabalho constitui uma oportunidade para levar o olhar francês a reorientar a sua interpretação da América e dos EUA, apesar de as citações inseridas no corpo do texto e da obras elencadas na bibliografia evidenciarem que esta tese não é pioneira nesta intenção.

Destaca-se outra tendência na literatura das duas últimas décadas, dedicada ao estudo das relações franco-americanas: trata-se da abordagem superficial e pontual da atração dos franceses pela América e pelos EUA, quiçá propositada, principalmente por parte dos intelectuais franceses antiamericanos. Todavia, não são apenas os intelectuais franceses (Pierre Guerlain, Pierre Rigoulot e Jacques Portes) que analisam esta tendência “pró-americana”, patente em muitos sectores da sociedade francesa. Vários especialistas não-

americanos (Brendon O'Connor, Rob Kroes e Andrei Markovits) enveredaram por este caminho já desbravado pelos americanos Richard Pells e Richard Kuisel. Esta análise do genuíno e desinteressado “encantamento” francês em relação à sociedade americana já foi deste modo esboçada, mas carece de uma análise mais substancial. Neste sentido, esta tese abre uma brecha no muro das lamentações antiamericanas francesas e propõe-se explorar esta outra perspectiva, entre várias, que existem para além destes limites bibliográficos e teóricos. É sem dúvida um trilho em aberto para a procura de novos equilíbrios relativos à construção da nação e das imagens destas duas nações.

Esta proposta analítica pode, no entanto, originar a seguinte objeção: se for elaborada apenas, por intelectuais e académicos franceses, não estarão eles de algum modo a atraiçoar « l'exception culturelle française »? Não é de todo o caso, pois como ficou patente, os intelectuais americanos não são infiéis ao americanismo quando o analisam criticamente: se os intelectuais franceses optassem por esta análise, decerto melhorariam o estudo e a perspectiva que têm da construção da sua nação. Objetivamente, « l'exception culturelle française » e o excecionalismo americano partilham algumas premissas fundamentais: efabulação; fantasia; consenso mitológico; e uma agenda sociopolítica e cultural específica. A transmissão transgeracional desta « exception » é, como no caso americano, assegurada pelos intelectuais, a *intelligentsia* francesa, a imprensa, os meios de comunicação social audiovisual, a internet, as indústrias das artes e do espectáculo e o governo. Desta forma, este estudo mais detalhado das tensões socioculturais que justificam tanto a « exception culturelle française » quanto « l'exception française » em relação à América e aos EUA constitui uma nova oportunidade para ampliar o conhecimento de ambas as nações. Mais recentemente, Pells, em *Modernist America: Art, Music, Movies, and the Global Impact of American Culture* (2010), e Kuisel, em *The French Way: How France Embraced and Rejected American Values and Power* (2011), continuam a expor os meandros da interação intelectual, cultural e social

que unem estas duas sociedades. Para se atingir um equilíbrio no conhecimento, a observação das relações complexas entre estas duas nações tem de analisar outros temas, pois existe já um espólio académico bastante significativo em quantidade e qualidade sobre as reações – circunstanciais e emocionais – do antiamericanismo ou do “French-bashing”.¹⁴⁹ Deve-se apontar para os novos campos de exploração (quase) por estrear, nesta ligação intelectual secular.

Proponho para futuros diálogos críticos, três reflexões pessoais que concernem a pertinência dos temas e ao modo como estes foram abordados nestas páginas.

A primeira questiona a credibilidade de um trabalho académico baseado na produção de intelectuais (Vidal, Sontag, Lévy e Baudrillard, em particular) cuja forte propensão para a dissensão é consensual, entre críticos e estudiosos. Além disso, a sua atitude crítica crónica (sobretudo Lévy, Sontag e Vidal) e a sua prestação reiterada e cuidada (num sentido de “calculada”) são igualmente reconhecidas e muito criticadas, positiva e negativamente, pelos seus pares, públicos e meios académicos. Esta sua “fama mediática” não será prejudicial para o meu intuito? Penso que não, pois merecem uma observação e atenção redobradas, precisamente, por serem objeto de tanta crítica e interesse, por vezes, mesmo polémica.

A segunda reflexão interroga se estas ‘vozes atentas’ têm, de facto, alguma influência na procura (e na restauração) de novos pontos de equilíbrio no seio das duas sociedades em estudo. Não encontro resposta para esta pergunta, pois é de todo impossível medir a influência das ideias e dos pensamentos com parâmetros fixos. No entanto, é expectável que os cidadãos comuns, os intelectuais dentro e fora do seu meio, e os demais escritores, pensadores, e estudiosos dos Estudos Americanos, ao lerem os pensamentos entrecruzados e reinterpretados destes autores, à luz de outros conceitos patentes dentro do vasto conceito do americanismo,

¹⁴⁹ Uma breve pesquisa bibliográfica sobre os temas do antiamericanismo francês e do “French bashing” evidencia, no entanto, que o estudo do primeiro tem gerado mais matéria textual para análise que o segundo, em ambas as nações.

façam novas leituras. Ao descobrir outros diálogos participam, desta forma, ativamente num processo inacabado e em constante desenvolvimento: a elaboração de uma interpretação intelectualmente mais rigorosa e completa dos objetos de estudo dos Estudos Americanos – a América e os EUA.

A terceira reflexão concerne os critérios na base da seleção de textos e autores. Dei precedência ao texto escrito e impresso, disponível em suporte de papel e também ao texto virtual, pois a profusão de obras publicadas em livros, coletâneas de ensaios ou em ensaios soltos, assinada por intelectuais e relativa ao estado da América, nos meses que se seguiram ao ataque terrorista, foi excepcional, sobretudo em França. Os textos escolhidos pertencem, é notório, a escritores brancos e, na sua maioria, homens. Esta seriação dá conta de uma supremacia branca, que, de nenhum modo, é representativa da realidade social americana. Podia ter orientado a minha escolha de forma a ter em conta os critérios da raça, do género (paridade, no caso), da religião, e outros. Todavia, estes foram os ensaios que, desde logo, despertaram a minha curiosidade e estimularam o meu interesse. Existem, com certeza, outros ensaios ou outras formas textuais, provindas da análise intelectual de outras comunidades americanas escritas e audiovisuais, impressas ou disponíveis *online* que tratam das mesmas matérias e, com as quais se poderia estabelecer mais e interessantes diálogos. Todavia, a seleção dos textos e os limites de páginas para este tipo de trabalho, fixados pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, ditaram a não-inclusão de uma visão multicultural. Contudo, a procura de diálogos sobre os mesmos temas, elaborados por outras ‘vozes atentas’, oriundas deste multiculturalismo norte-americano, está em aberto. Seria, aliás, desejável que esta análise fosse feita, pois traria novas perspectivas e interpretações da América e, por reflexo no espelho do Atlântico, suscitaria de igual modo novas representações no meio intelectual e académico francês acerca da França imaginada. Contrariamente ao que é verificável na sociedade francesa contemporânea, o meio intelectual francês não reflete a imagem de uma

França real: “black, blanc(he), (et) *beur*”.

Em 2010, o autor australiano Peter Carey publicou o romance *Parrot and Olivier in America*. O/a leitor/a avisado/a apercebe-se de que Olivier-Jean-Baptiste de Clarel de Garmont, um dos dois narradores e protagonistas desta viagem nos EUA do século XIX, lembra o modo de pensar e o percurso pessoal de Alexis de Tocqueville.

A obra adverte para os perigos do pensamento único, os excessos do mundo material e as carências de reflexão espiritual e societal na sociedade globalizada atual, embora o *récit* assente nas aventuras e nos diálogos que unem e afastam dois homens do século XIX, o nobre Olivier, francês instruído e Jack Larrit – “Parrot” – o seu *homme à tout faire*, de nacionalidade inglesa, um homem do povo.

Nesta obra, Carey reconfigura o pensamento acerca da relação do “mundo ocidental”, alegadamente civilizado (UE, EUA e alguns países emergentes), com os seus modelos de construção da nação e da sociedade democrática (América e os EUA), após um episódio aterrorizador (no caso de Olivier, a Revolução Francesa).

A derradeira página deste *opus* é composta por uma dedicatória de Larrit (ex-“Parrot” e recém-naturalizado americano) endereçada a Garmont.¹⁵⁰ Os supramencionados diálogos entre as duas personagens prefiguram três situações desestabilizadoras: a tensão relacional da América com o Outro (França) e vice-versa e as relações tensas dos EUA com as demais nações (França) e vice-versa e bem como a ligação intrincada que os EUA tecem com a América (e vice-versa):

I have observed ... that a book for gentlemen should carry its dedication at the start.... but as I, Parrot, am now citizen of a democracy.... Indeed ... I dedicate this account of our lives and travels to Olivier-Jean-Baptiste de Clarel de

¹⁵⁰ “Parrot”, um *sobriquet*, era o nome dado a John Larrit quando este era ainda um cidadão dependente de outrem. No Novo Mundo, Parrot transformou-se num novo homem, livre: Larrit. Garmont, pelo contrário, mantém o mesmo nome e título, preso na mentalidade do “Ancien Régime”, ainda presente na França, na Europa, no “Velho Continente” em geral.

Garmont.... To him, I say in the fullness of my heart, Sir, your fears are phantoms.

Look, it is daylight. There are no sansculottes, nor will there ever be again. There is no tyranny in America, nor ever could be. Your horrid visions concerning fur traders are groundless. The great ignoramus will not be elected. The illiterate will never rule. Your bleak certainty that there can be no art in a democracy is unsupported by the truth.

You are wrong, dear sir, and the proof that you are wrong is here, my jumbled life, for I was your servant and became your friend. I was your employee and am now truly your progenitor, by which I mean that you were honestly MADE IN NEW YORK by a footman and a rogue. I mean that all these words... this unreliable history – although written pretty much as well as could be done in London – was cobbled together by me, jumped-up John Larrit, at Harlem Heights, and given to our compositor on May, 10, 1837. (Carey 576)

À guisa de *mot de la fin*, esta sugestão de leitura da obra ficcional de Carey assevera da vivacidade e do interesse do olhar alheio, de um cidadão não-americano, um intelectual da Austrália, um outro continente colonizado pelos WASPs, acerca da América, dos EUA, e das relações transatlânticas (EUA-França e UE-EUA). Este intelectual procura no legado literário, crítico e multicultural (racional e emotivo de Tocqueville, assim como de outros autores americanos, anglo-saxónicos e europeus) a substância teórica e científica para novos diálogos e equilíbrios transatlânticos e globais. São expostos noutra registo, o literário, mas convidam, de igual forma, a uma análise crítica oportuna. A meu ver, estes diálogos são, também eles, formatados no americanismo e no intelectualismo e, por isso, fornecem as palavras-chave para mais Estudos Americanos.

Bibliografia

Bibliografia impressa

- Agamben, Giorgio. *State of Exception*. Trad. Kevin Attell. Chicago: Chicago UP, 2005.
- . *Homo Sacer: Sovereign Power and Bare Life*. Trad. Daniel Heller-Roazen. Stanford: Stanford UP, 1998.
- Alpert, Hollis e Jan Kadar. "Dialogues on Film: Gore Vidal", *American Films*. Abril de 1977.
- Anderson, Benedict. *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. New York: Verso, 1991.
- Barreau, Jean-Claude. *La France va-t-elle disparaître?* Paris: Grasset, 1997.
- Baudrillard, Jean. *L'esprit du terrorisme*. Paris: Galilée, 2002.
- . *Power Inferno. Requiem pour les Twin Towers. Hypothèses sur le terrorisme. La violence du mondial*. Paris: Galilée, 2002.
- . *Amérique*. Paris: Le Livre de Poche, 1988.
- Baverez, Nicolas. *Vieux pays, siècle jeune: La France et le monde 2001-2005*. Paris: Perrin, 2006.
- . *Nouveau monde, vieille France*. Paris: Perrin, 2006.
- . *La France qui tombe: Un constat clinique du déclin français*. Paris: Perrin, 2003.
- Baverez, Nicolas et al. *Comment va la France? La grande enquête du 'Monde'*. Paris: Éditions de l'Aube, 2004.
- Baxter, Michael J. "Dispelling the 'We'. Fallacy from the Body of Christ. The Task of Catholics in a Time of War". *Dissent from the Homeland: Essays after September 11*. Orgs. Hauerwas e Lentricchia. Durham: Duke UP, 2003.107- 120.
- Beau, Nicolas e Olivier Toscer. *Une imposture française*. Paris: Les Arènes, 2006.
- Bensaïd, Daniel. *Fragments mécréants: Tome 2, Un nouveau théologien, Bernard Henri-Lévy*. Paris: Nouvelles Éditions Lignes, 2008.
- Berstein, Max e Roger Boyers. "Women, the Arts and The Politics of Culture: An Interview with Susan Sontag." Susan Sontag. *Conversations with Susan Sontag*. New York: Leland Poague, 1995. 79-87.
- Blanchard, Dominique-E. *BHL, Bérénice et Frédéric B. TGV Roman*. Paris: Éditions Le Bord de l'eau, 2004.
- Bloom, Harold. *The Closing of the American Mind*. New York: Simon & Schuster, 1987.
- Boggio, Philippe. *Bernard-Henri Lévy: une vie*. Paris: la Table ronde, 2005.

- Boniface, Pascal. *Les intellectuels faussaires*. Paris: Éditions JC Gawsewitch, 2011.
- Bourdieu, Pierre. *Homo Academicus*. Paris: Éditions de Minuit, 1984.
- Brooks, Stephen. *As Others See Us. The Causes and Consequences of Foreign Perceptions of America*. Peterborough: Broadview Press, 2006.
- Caldeira, Isabel; Canelo, Maria José; Ramalho, Maria Irene, orgs. *America Where? Transatlantic Views of the United States in the 21st Century*. Berna: Peter Lang, 2012.
- Capper, Charles e Hollinger, David. A. *The American Intellectual Tradition: 1865 to the Present*. Vol. II. Oxford: Oxford UP, 2001.
- Carey, Peter. *Parrot and Olivier in America*. New York: Penguin, 2010.
- Carpenter, Ted Galen. "Toward Strategic Independence". *The Libertarian Reader: Classic and Contemporary Writings from Lao Tzu to Milton Friedman*. Org. David Boaz. New York. Free Press, 2002. 336-345.
- Chiozza, Giacomo. *Anti-Americanism and the American World Order*. Baltimore: The Johns Hopkins UP, 2009.
- Chomsky, Noam. *Hegemony or Survival: America's Quest for Global Dominance (American Empire Project)*. New York: Metropolitan Books, 2003.
- Cohen, Philippe. *BHL, une biographie*. Paris: Fayard, 2005.
- Collini, Stefan. "'Every Fruit-Juice Drinker, Nudist, Sandal Wearer...'. Intellectuals as Other People." *The Public Intellectual*. Org. Helen Small. Oxford: Blackwell Publishers, 2002. 203-223.
- Colombani, Jean-Marie e Walter Wells. *France Amérique. Déliaisons dangereuses*. Paris: Edition Jacob-Duvernet, 2004.
- . *Tous Américains? Le Monde après le 11 septembre 2001*. Paris: Fayard, 2002.
- Crèvecoeur, J. Hector St. John de e Susan Manning. *Letters from an American Farmer*. (1782) Oxford: Oxford UP, 2005.
- Crockatt, Richard. *America Embattled. September 11, Anti-Americanism and the Global Order*. New York: Routledge, 2003.
- Dawson, Ashley e Malini Johar Schueller. *Exceptional State: Contemporary U.S. Culture and the New Imperialism (New Americanists)*. s/l: Duke UP, 2007.
- Debray, Régis. *If. Suite et fin*. Paris: Gallimard, 2000.
- . *L'État séducteur, les révolutions médiologiques du pouvoir*. Paris: Gallimard, 1993.
- . *Le pouvoir intellectuel en France*. 1979. Paris: Gallimard, 1989.
- Didion, Joan. *Fixed Ideas. America Since 9.11*. New York: New York Review Books Edition, 2003.

- Didion, Joan. Preface. *Fixed Ideas. America Since 9.11*. By Frank Rich. New York: New York Review Books Edition, 2003. vii-xiv.
- . *Political Fictions*. New York: Vintage, 2002.
- Denning, Michael. "The 'Special American Conditions': Marxism and American Studies." *American Quarterly* 38 (1986): 356-380.
- Draper, Theodore. "Intellectuals in Politics". *Encounter* 49. (1977): 27-60.
- Eco, Umberto. *Turning Back the Clock: Hot Wars and Media Populism*. London: Vintage Books, 2008.
- Emerson, Ralph W. "The American Scholar". *Today: Emerson's Essay and Some Critical Views*. Org. C. David Mead. New York: Dodd, Mead, 1970.
- Epstein, John. "Intellectuals—Public and Otherwise". *Public Intellectuals. An Endangered Species*. Orgs. Etzioni, Amitai e Alyssa Bowditch. Maryland: Rowman e Littlefield, 2006. 185-194.
- Etzioni, Amitai e Alyssa Bowditch, orgs. *Public Intellectuals. An Endangered Species*. Maryland: Rowman e Littlefield, 2006.
- Felton, Sharon, org. *The Critical Response to Joan Didion (Revised Version)*. Westport: Sharon Felton, 1994.
- Fenby, Jonathan. *On the Brink: The Trouble with France*. New York: Abacus, 2002.
- Ferguson, Niall. *Civilization: The West and the Rest*. London: Penguin Books, 2011.
- . *Colossus: The Rise and Fall of the American Empire*. New York: Penguin Books, 2004.
- . *Empire. How Britain Made the Modern World*. London: Penguin Books, 2003.
- Finkielkraut, Alain. *Nous autres, modernes. Quatre leçons*. Paris: Éditions école polytechnique, 2005.
- Florian, Thomas. *Bonjour... Jean Baudrillard: Baudrillard sans simulacres*. Paris: Cavatines, 2004.
- Foucault, Michel e Gilles Deleuze. « Les intellectuels et le pouvoir ». 1972. *Dits et Écrits*. Volume II. Orgs. Defert, Daniel e François Ewald. Paris: Gallimard, 1994. 306-316.
- Foucault, Michel. « L'intellectuel sert à... ». 1973. *Dits et Écrits*, Volume II. Orgs. Defert, Daniel e François Ewald. Paris: Gallimard, 1994. 423-483.
- Friedman, Thomas L. *The World is Flat: A Brief History of the Twenty-first Century*. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2005.
- Fukuyama, Francis. *After the Neocons: America at the Crossroads*. London: Profile Books, 2006.

- Gattone, Charles. *The Social Scientist as Public Intellectual: Critical Reflections in a Changing World*. Maryland: Rowman e Littlefield Publishers, 2006.
- Giroux, Henry A. "Howard Zinn: A Public Intellectual Who Mattered". *Truth to Power. Public Intellectuals In and out the Academe*. Orgs. Silvia Nagy-Zekmi e Karyn Hollis. Cambridge: Cambridge Scholar Publishing, 2010. i-xxxiv.
- . *The University in Chains, Confronting the Military-Industrial-Academic Complex*. New York: Paradigm Publishers, 2007.
- *The Terror of Neoliberalism: The New Authoritarianism and the Eclipse of Democracy*. Boulder: Colorado Paradigm Press, 2004.
- Giroux, Henry e Susan Searls Giroux. *Take Back Higher Education: Race, Youth, and the Crisis of Democracy in the Post-Civil Rights Era*. New York: Macmillan, 2004.
- Gitlin, Todd. *The Twilight of Common Dreams*. New York: Henry Holt, 1995.
- Glucksmann, André. *Les maîtres penseurs*. Paris: Grasset, 1977.
- Greene, Jack. *The Intellectual Construction of America: Exceptionalism and Identity from 1492 to 1800*. Chapter Hill: Carolina UP, 1993.
- Hanson, Victor. *An Autumn of War: What America Learned from September 11 and the War on Terrorism*. Anchor: Anchor Books, 2002.
- Hardt, Michael e Antonio Negri. *Empire*. Harvard: Harvard UP, 2001.
- Hauerwas, Stanley e Frank Lentricchia, orgs. *Dissent from the Homeland: Essays after September 11*. Durham: Duke UP, 2003.
- Herman, Edward.S. e Noam Chomsky. *Manufacturing Consent: The Political Economy of the Mass Media*. 1988. US: Pantheon, 2002.
- Hofstadter, Richard. *Anti-Intellectualism in American Life*. New York: Random House, 1963.
- Hollander, Paul. *The Only Super Power: Reflections on Strength, Weakness, and Anti-Americanism*. Lanham (MD): Lexington Books, 2008.
- . *Understanding Anti-Americanism: Its Origins and Impact at Home and Abroad*. Maryland: Ivan R. Dee Publisher, 2005.
- Huntington, Samuel P. *Who Are We? The Challenges to America's National Identity*. Simon & Schuster, 2004.
- . *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order*. Simon & Schuster, 1996.
- Jacoby, Russel. *The Last Intellectuals: American Culture in the Age of Academe*. 1987. New York: Basic Books, 2000.
- . *The End of Utopia: Politics and Culture in an Age of Apathy*. New York: Basic Books, 1999.

- Jacoby, Susan. *The Age of American Unreason*. New York: Vintage, 2008.
- . *Freethinkers: A History of American Secularism*. New York: Metropolitan Books, 2004.
- Jennings, Jeremy. *Intellectuals in Twentieth-Century France: Mandarins and Samurai*. London: Palgrave Macmillan, 1992.
- Johnson, Paul. *Intellectuals: From Marx and Tolstoy to Sartre and Chomsky*. New York: Harper Perennial, 1990.
- Kagan, Robert. *Of Paradise and Power: America and Europe in the New World Order*. New York: Knopf, 2003.
- Kaplan, Alice. *Dreaming in French: The Paris Years of Jacqueline Bouvier Kennedy, Susan Sontag, and Angela Davis*. Chicago: Chicago UP, 2012.
- Kazin, Michael e Joseph A. McCartin, orgs. *Americanism: New Perspectives on the History of an Ideal*. UCP: North Carolina UP, 2006.
- Keohane, Robert e Joseph Nye. *Power and Interdependence: World Politics in Transition*. New York: Little Brown, 1977.
- Keohane, Robert. *After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy*. 1984. Princeton: Princeton UP, 2005.
- Krauthammer, Charles. *Democratic Realism: An American Foreign Policy for a Unipolar World*. Washington: Aei Press, 2004.
- Kroes, Rob. *Them and Us: Questions of Citizenship in a Globalizing World*. Urbana: Illinois UP, 2000.
- . *If You've Seen One, You've Seen the Mall. Europeans and American Mass Culture*. Urbana: Illinois UP, 1996.
- Kuisel, Richard. *The French Way: How France Embraced and Rejected American Values and Power*. Princeton: Princeton UP, 2011.
- . *Seducing the French: The Dilemma of Americanization*. Berkeley: California UP, 1997.
- Labévière, Richard e Bruno Jeanmart. *BHL ou la règle du je*. Paris: Le Temps des cerises, 2007.
- Lacorne, Denis e Tony Judt. *With Us or Against Us: Studies in Global Anti-Americanism*. New York: Palgrave Macmillan, 2007.
- Lecourt, Dominique. *Les piètres penseurs*. Paris: Flammarion, 1999.
- Lemieux, Emmanuel. *Pouvoir Intellectuel*. Paris: Denoël, 2003.
- Lens, Sidney. Foreword by Howard Zinn. *The Forging of The American Empire. From Revolution to Vietnam. A History of US Imperialism*. New York: Pluto Press, 2003.

- Lévy, Bernard-Henri. "Made in USA". *Pièces d'identité. Questions de Principe XI*. Paris: Éditions Grasset et Fasquelle. 2010. 694-814.
- . *Traveling America in the Footsteps of Tocqueville*. Tradução de Charlotte Mandell. New York: Random House, 2006.
- . *American Vertigo*. Lévy. Paris: Grasset et Fasquelle, 2006.
- . *Le siècle de Sartre*. Paris: Grasset, 2000.
- . *L'idéologie française*. Paris: Le Livre de Poche, 1998.
- . *Comédie*. Paris: Grasset, 1997.
- . *Éloge des intellectuels*. Paris: Grasset, 1987.
- Lingaard, Jade e Xavier de la Porte. *Le B.A. BA du BHL: Enquête sur le plus grand intellectuel français*. Paris: Éditions de la Découverte, 2004.
- Lipset, Seymour. M. e Gary W. Marks. *It Didn't Happen Here: Why Socialism Failed in the United States*. New York: Norton Company, 2000.
- Lipset, Seymour. M. *American Exceptionalism. A Double-Edged Sword*. New York: Norton Company, 1996.
- Lopate, Phillip. *Notes on Susan Sontag*. Princeton: Princeton UP, 2009.
- Marcie, Frank. *How to Be an Intellectual in the Age of TV. The Lessons of Gore Vidal*. Durham: Duke UP, 2005.
- Markovits, Andrei. S. *Uncouth Nation. Why Europe Dislikes America*. Princeton: Princeton UP, 2007.
- McClennen, Sophia A. "Neoliberalism and the Crisis of Intellectual Engagement" in *Truth to Power: Public Intellectuals. In and out of Academe*. Orgs. Nagy-Zekmi, Silvia e Karyn Hollis. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, 2010. 3-16.
- McPherson, Alan. "Americanism against American Empire". *Americanism: New Perspectives on the History of an Ideal*. Orgs. Kazin, Michael e Joseph A. McCartin. UCP: North Carolina UP, 2006.169-191.
- Mearsheimer, John J. e Stephen M. Walt. *The Israel Lobby and U.S. Foreign Policy* New York: Farrar, Straus and Giroux, 2008.
- Millière, Guy. *L'Amérique et le Monde après Bush*. Paris: Cheminements, 2008.
- . *Un goût de cendres...; France fin de parcours?* Paris: François-Xavier de Guilbert, 2002.
- Minc, Alain. *Ce monde qui vient*. Paris: LGF, 2006.
- Miyoshi, Masao. "Ivory Tower in Escrow". *Boundary*. 2 (2000): 7-50.
- Moynihan, Daniel Patrick. "Defining Deviancy Down". *The American Spectator*. Vol.62. (1993):17-30.

- Nagy-Zekmi, Silvia e Karyn Hollis, orgs. *Truth to Power. Public Intellectuals. In and out of Academe*. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, 2010.
- Nye, Joseph. *Soft Power. The Means to Success in World Politics*. New York: Public Affairs, 2004.
- O'Connor, Brendon. *Anti-Americanism. History. Causes. Themes*. Santa Barbara (CA): Greenwood Press, 2007.
- Parini, Jay, org. *Gore Vidal. Writer Against the Grain*. US: Columbia UP, 1992.
- Pease, Donald. E. *The New American Exceptionalism*. Minneapolis: Minnesota UP, 2009.
- Pells, Richard. *Modernist America: Art, Music, Movies, and the Global Impact of American Culture*. Yale: Yale UP, 2011.
- . *Not Like Us: How Europeans Have Loved, Hated, and Transformed American Culture Since World War II*. New York: HarperCollins, 1997.
- Pfaff, William. *The Irony of Manifest Destiny: The Tragedy of America's Foreign Policy*. New York: Walker e Company, 2010.
- Posner, Richard. *Public Intellectuals. A Study of Decline*. Princeton: Harvard UP, 2001.
- Ramalho, Maria Irene, "Introduction", in Caldeira, Isabel, et al, orgs. *America Where? Transatlantic Views of the United States in the 21st Century*. Berna: Peter Lang, 2012.
- Rancière, Jacques. *Aux bords du politique*. Paris: Osiris, 1990.
- Rejali, Darius. *Torture and Democracy*. New Jersey: Princeton UP, 2009.
- Revel, Jean-François. *L'obsession anti-américaine. Son fonctionnement, ses causes, ses inconséquences*. Paris: Plon, 2002.
- Rich, Frank. *The Greatest Story Ever Sold: The Decline and Fall of Truth from 9/11 to Katrina*. New York: Penguin, 2007.
- Rigoulot, Pierre. *L'Antiaméricanisme – Critique d'un prêt-à-penser*. Paris: Robert Laffont, 2004.
- Robbins, Bruce. *Intellectuals: Aesthetics, Politics, Academics*. Minneapolis: Minnesota UP, 1990.
- Roger, Philippe. *L'ennemi américain. Généalogie de l'antiaméricanisme français*. Paris: Seuil, 2002.
- Rorty, Richard. *Contingency, Irony and Solidarity*. Cambridge: Cambridge UP, 1989.
- Ross, Andrew. *No Respect. Intellectual & Popular Culture*. New York: Routledge, 1989.
- Ross, Kristin. *Fast Cars, Clean Bodies: Decolonization and the Reordering of French Culture*. Cambridge: MIT Press, 1996.

- Ruas, Charles. *'Gore Vidal', Conversations with American Writers*. New York: Random House, 1985. 57-74.
- Said, Edward W. "The Public Roles of Writers and Intellectuals". *The Public Intellectual*. Org. Helen Small. Oxford: Blackwell Publishers, 2002.19-39.
- . *Culture and Imperialism*. New York: Vintage Books. 1994.
- . *Representations of the Intellectual: The 1993 Reith Lectures*. New York: Vintage Books. 1994.
- . *The World, the Text and, the Critic*. Harvard: Harvard UP, 1983.
- Santos, Irene Ramalho. "Who owns American Studies?". *Op.Cit.: A Journal of Anglo-American Studies*. 2nd SERIES 2, 2013. 1-21.
- . "American Exceptionalism and the Naturalization of 'America'". Org. Jack Salzman. *Prospects: An Annual of American Cultural Studies*. New York: Cambridge UP., 1994. 1-24
- Scott, Helen. "The Mark Twain They Didn't Teach Us About in School". *International Socialist Review* 10. (2000): 61-65.
- Sévellia, Jean. *Le terrorisme intellectuel de 1945 jusqu'à nos jours*. Paris: Perrin, 2004.
- Sirinelli, Jean e Pascal Ory. *Les intellectuels en France, de l'affaire Dreyfus à nos jours*. 1986. Paris: Armand Colin, 2002.
- Small, Helen, org. *The Public Intellectual*. Oxford: Blackwell Publishers, 2002.
- Sokal, Alan e Jean Bricmont. *Impostures intellectuelles*. Paris: LGF, 1997.
- Sökmen, Müge Gürsoy e Başak Ertür. *Waiting for the Barbarians: A Tribute to Edward W. Said*. London: Verso, 2008.
- Sontag, Susan. "9-11-01". *At the Same Time: Essays and Speeches*, orgs. Paolo Dilonardo e Anne Jump. 2007. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2007. 105-108.
- . "A Few Weeks Later". *At the Same Time: Essays and Speeches*, orgs. Paolo Dilonardo e Anne Jump. 2001. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2007. 108-118.
- . "One Year After". *At the Same Time: Essays and Speeches*, orgs. Paolo Dilonardo e Anne Jump. 2002. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2007. 118-123.
- . "Regarding the Torture of Others". *At the Same Time: Essays and Speeches*, orgs. Paolo Dilonardo e Anne Jump. 2004. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2007. 128-143.
- . *Against Interpretation and Other Essays*. 1966. US: Picador, 2001.
- Sowell, Thomas. *Intellectuals and Society*. New York: Basic Books, 2010.
- Sweig, Julia. *Friendly Fire. Losing Friends and Making Enemies in the Anti-American Century*. New York: Public Affairs, 2006.

- Timmerman, Kenneth R. *The French Betrayal of America*. US: Three Rivers Press, 2005.
- Tocqueville, Alexis de. *De la Démocratie en Amérique*. Tomes I et II. Paris: Flammarion, 1986.
- Védrine, Hubert. *France in an Age of Globalization*. Washington. (DC): Brookings Institution Press, 2001.
- Vidal, Gore. *Point to Point Navigation: A Memoir*. New York: Doubleday. 2006.
- . *Conversations with Gore Vidal (Literary Conversations)*, org. Richard Peabody e Lucinda Ebersole. Jackson: Mississippi UP, 2005.
- . “Black Tuesday”. *Selected Essays*. Org. Jay Parini. 2002. New York: Doubleday. 2004. 417-449.
- . “State of the Union, 2004”. *Selected Essays*. Org. Jay Parini. 2004. New York: Doubleday. 2004. 451-458.
- *Imperial America. Reflections on the United States of Amnesia*. US: Clairview Books, 2004.
- . *Perpetual War for Perpetual Peace. How We Got to Be So Hated*. US: Clairview Books, 2002.
- Wallerstein, Immanuel. *Decline of American Power: The U.S. in a Chaotic World*. New York: New Press, 2003
- Walzer, Michael. *Just and Unjust Wars: A Moral Argument with Historical Illustrations*. 1997. New York: Basic Books, 2006.
- Winchell, Mark Royden. *Joan Didion (Revisited)*. Swansea: Warren French, 1989.
- . *Joan Didion*. Boston: Twayne Publishers, 1980.
- Yeager, Joseph A. *Intellectual Assault: Academic Anti-Americanism and the Distortion of 9/11*. Bloomington: Author House, 2010.
- Zakaria, Fareed. *The Post-American World*. New York: Norton Company, 2009.
- Zinn, Howard, Paul Buhle e Mike Konopacki. *A People's History of American Empire*. New York: Metropolitan Books, 2008.
- Zinn, Howard. *A People's History of the United States: 1492 to Present*. New York: Harper Perennial Modern Classics, 2005.

Dicionários

“MLA: Guide” in *The Purdue OWL*. Purdue U Writing Lab. 2010. Web. 15 de agosto de 2012. <<https://owl.english.purdue.edu/owl>>

MLA *Style Manual and Guide to Scholarly Publishing*. 3rd ed. New York: The Modern Language Association of America, 2008.

Malaca Casteleiro, João e Pedro Dinis Correia. *Atual - O Novo Acordo Ortográfico. O que vai mudar na grafia do português*. Alfragide: Texto Editores, 2008.

Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. 2012. Web. 2013. <<http://www.priberam.pt>>

Bibliografia online

American Civil Liberties Union (ACLU). “Freedom under Fire: Dissent in Post-9/11 America”. 28 de março de 2003. Web. 14 de agosto de 2013. <<http://www.aclu.org>> .

Baard, Mark. “Free Speech Behind the Razor Wire”. *Wired*. 27 de julho de 2004. Web. 14 de agosto de 2013. <<http://www.wired.com>> .

Bercovitch, Sacvan. “The Rites of Assent: Rhetoric, Ritual and the Ideology of American Consensus”. 1993. Web. 25 de julho de 2012. <<http://www.people.fas.harvard.edu>>.

Bourne, Randolph. S. “Our Cultural Humility”. 1914. *The Atlantic Monthly*. Web. 18 de maio de 2014. <www.unz.org/Pub/AtlanticMonthly-1914oct-00503>.

Bovard, James. “Quarantining Dissent/How the Secret Service Protects Bush from Free Speech”. *San Francisco Chronicle*. 4 de janeiro de 2004. Web. 7 de março de 2013. <<http://www.sfgate.com>>.

Colombani, Jean-Marie. “Nous sommes tous Américains.” *Le Monde*. 13 de setembro de 2001. Web. 2 de junho de 2010. <<http://www.lemonde.fr>>.

Fish, Stanley. “Aim Low”. *The Chronicle of Higher Education*. 16 de maio de 2003. Web. 1 de maio de 2006. <chronicle.com>.

Halimi, Serge. “L’imposture Bernard-Henri Lévy. Cela dure depuis vingt-cinq ans.” 16 de dezembro de 2003. *Le Monde Diplomatique*. Web. 23 de fevereiro de 2012. <<http://www.monde-diplomatique.fr>>.

Ignatieff, Michael. “The American Empire; the Burden.” *The New York Times*. 5 de janeiro de 2003. Web. 2 de agosto de 2012. <<http://www.nytimes.com>>.

---. “Why Are We In Iraq? (And Liberia? And Afghanistan?).” *The New York Times*. 7 de setembro de 2003. Web. 2 de agosto de 2012. <<http://www.nytimes.com>>.

Kempf, Jean. « Rapport sur les études nord-américaines ». 25 março de 2001. Web. 06 de setembro de 2013. <web.univ-pau.fr/saes/pb/recherche/rapportkempf>.

- Kohut, Andrew. "Muslim Americans: Middle Class and Mostly Mainstream." Pew Research Center. 22 de maio de 2007. Web. 21 de abril de 2012. <<http://pewresearch.org/assets/pdf/muslim-americans>>.
- Jacoby, Susan. "Outlook: We Don't Care What We Don't Know. Rising Anti-Intellectualism Leaves Americans Steadily Dumber and Disdainful of Knowledge". *The Washington Post*. 19 de fevereiro de 2008. Web. 24 de julho de 2011. <www.washingtonpost.com>.
- . "The Dumbing of America. Call me a Snob, but Really, We're a Nation of Dunces". *The Washington Post*. 17 de fevereiro de 2008. Web. 24 de julho de 2011. <<http://www.washingtonpost.com>>.
- Kellner, Douglas. "Jean Baudrillard". *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. 7 de março de 2007. Web. 8 de fevereiro de 2012. <<http://plato.stanford.edu>>.
- Layton, Lyndsey. "U.S. to Grant Waivers for No Child Left Behind". 8 de agosto de 2011. Web. 8 de agosto de 2011. <<http://www.washingtonpost.com>>.
- Lazar, Liliane. "About BHL". Sem data. Web. 20 de janeiro de 2012. <<http://www.bernard-henri-levy.com>>.
- Lotringer, Sylvère. "Untimely Meditations: Sylvère Lotringer on Jean Baudrillard". *Art Forum*. Verão de 2007. Web. 8 de fevereiro de 2012. <<http://findarticles.com>>.
- Mouly, Françoise. "News Desk". *The New Yorker*. 5 de setembro de 2011. Web. 24 de março de 2012. <<http://www.newyorker.com>>.
- Paglia, Camille. "The North American Intellectual Tradition". 2 de maio de 2000. Web. 24 de outubro de 2012. <<http://www.salon.com>>.
- Said, Edward W. "The Reith Lectures: Speaking Truth to Power". *The Independent*. 22 de julho de 1993. Web. 17 de agosto de 2011. <<http://www.independent.co.uk>>.
- Scheinermann, Daniel. "La France a-t-elle besoin de BHL ?". *Libération*, 8 de fevereiro de 2010. Web. 22 de fevereiro de 2012. <<http://www.liberation.fr>>.
- Sem autor. "U.S. Department of Education, National Center for Education Statistics (2011) in *Digest of Education Statistics, 2010* (NCES 2011-015)". 13 de agosto de 2011. Web. 13 de agosto de 2011. <<http://nces.ed.gov>>.
- Sem autor. "Organisation for Economic Co-operation and Development, Education at a Glance 2004." 13 de agosto de 2011. Web. 13 de agosto de 2011. <<http://www2.ed.gov>>
- Sem autor. « Qui a inventé l'intellectuel? ». *Lire*. 1 de fevereiro de 2003. Web. 23 de agosto de 2011. <<http://www.lexpress.fr>>.

Sem autor. "US Constitution. Article I, Section 8, Clause 11". Sem data. Web. 16 de maio de 2014. <http://www.archives.gov/exhibits/charters/constitution_transcript>

Sem autor. "America's 'Cultural Humility'". *The New York Times*. 23 de janeiro de 1921. Web. 18 de maio de 2014. <<http://query.nytimes.com/gst/abstract.htm>>.

Sem autor. "Gore Vidal: 'Black Tuesday'". Sem data. Web. 26 de março de 2012. <<http://www.lewrockwell.com>>.

Sem autor, "Transcripts of 'Alien and Sedition Acts'". *Our documents*. Sem data. Web. 18 de maio de 2014. <<http://www.ourdocuments.gov/doc>>.

Sontag, Susan. "Regarding the Torture of Others". *The New York Times*. 23 de maio de 2004. Web. 26 de março de 2012. <<http://www.nytimes.com>>.

---. Sem título. "Talk of the Town". *The New Yorker*. 24 de setembro de 2001. Web. 7 de fevereiro de 2010. Web. <<http://www.newyorker.com>>.

XP, « Intellectuel public, urinoir public, I like your style, Nous ne voulons pas votre bien ». 25 de maio 2011. Web. 20 outubro de 2011. <<http://ilikeyourstyle.net>>.

Oswald, Debra L. "Understanding Anti-Arab Reactions Post-9/11: The Role of Threats, Social Categories, and Personal Ideologies". *Journal of Applied Social Psychology* 35 (9): 1775–1799. Setembro de 2005. Web. 21 de abril de 2012. <<http://onlinelibrary.wiley.com>>.

Nougayrède, Natalie. "BHL, porte-étendard libyen". 8 de novembro 2011. Web. 8 de novembro 2011. <<http://www.lemonde.fr>>.

"Letter from United States Citizens to Friends in Europe". 10 de abril de 2002. Web. 22 de março de 2012. <<http://www.americanvalues.org>>

"Lettre de citoyens américains à leurs amis en Europe." *Lemonde.fr*. 8 de abril de 2002. Web. 22 de março de 2012. <<http://www.lemonde.fr>> .

"The Public Intellectuals Programme". Florida Atlantic University. 16 de outubro de 2011. Web. 16 de outubro de 2011. <<http://www.fau.edu>>.

Wood, Thomas.E. Thomas E. Wood, "Presidential War Powers", *LewRockwell.com*, 7 de julho de 2005, Web, 18 de maio de 2014, <<http://archive.lewrockwell.com/woods>>

Imagem da capa:

Real Kamiza. "Twin Towers- The Dark Days". 6 de agosto de 2013. Web. 26 de setembro de 2013. <real-kamiza.deviantart.com>.

Videoclipes

Mesa-redonda na sede do Philotectes Center For the Multidisplinary Study Of Imagination (Nova Iorque) com Joan Acocella, Robert Boyers, Roger Copeland, Phillip Lopate, and James Miller, “Susan Sontag: Public Intellectual, Polymath, Provocatrice”. 7 de julho de 2008. Web. 13 de janeiro de 2012. <<http://www.youtube.com>>.

Distinguished Contribution to American Letters, National Book Foundation Prize, Gore Vidal, 2009. Web.17 de janeiro de 2012. <<http://www.nationalbook.org>>.

How, Alan e Barbara Mitra. “Baudrillard - Ideas and Concepts”. 4 de junho de 2009. Web. 20 de janeiro de 2012. <<http://www.youtube.com>>.

Lopate, Phillip. On *Notes on Susan Sontag*. sem data precisa, 2009. Web. 21 de janeiro de 2012. <www.WNYC.org>.

Lévy, Bernard-Henri. Daily Motion with Lévy “In Your Face ”, “Bernard-Henri Lévy raconte les sources de son engagement”, 9 de dezembro de 2011. Web. 23 de janeiro de 2012. <<http://www.dailymotion.com>>.